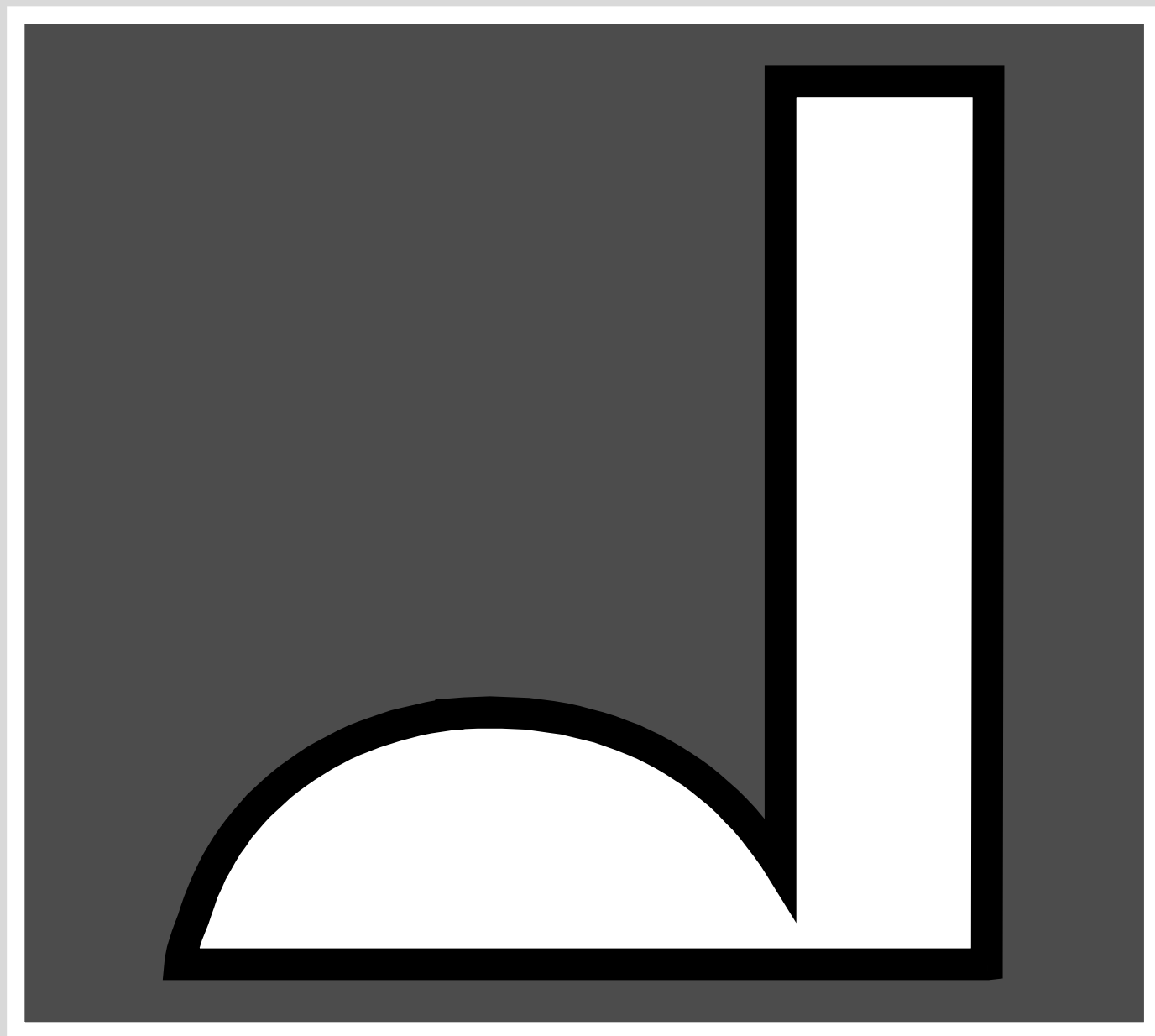




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LVIII – Nº 072 – SÁBADO, 31 DE MAIO DE 2003 – BRASÍLIA - DF**

---

MESA		
<p><b>Presidente</b> José Sarney – PMDB – AP</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p><b>1º Secretário</b> Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p><b>2º Secretário</b> Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p><b>3º Secretário</b> Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p><b>4º Secretário</b> Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b> 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>	
<p><b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b> Romeu Tuma – PFL – SP <b>Corregedores Substitutos</b> Hélio Costa – PMDB – MG Delcídio Amaral – PT – MS Teotônio Vilela Filho – PSDB–AL</p> <p><i>Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003</i></p>	<p><b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b> <b>(Resolução do Senado Federal nº 40/95)</b></p> <p><b><i>Aguardando indicações pelas lideranças</i></b></p>	
LIDERANÇAS		
<p><b>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT, PTB, PSB, PL)</b></p> <p><b>Líder</b> Tião Viana PT-AC</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Antônio Carlos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Ideli Salvatti Geraldo Mesquita Júnior</p> <p><b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 28 (PFL –PSDB)</b></p> <p><b>Líder</b> Efraim Morais PFL PB</p> <p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p><b>Líder</b> Aloizio Mercadante PT-SP</p> <p><b>Vice-Líder</b> João Capiberibe Fernando Bezerra</p>	<p>Patrícia Saboya Gomes Hélio Costa Marcelo Crivella</p> <p><b>LIDERANÇA DO PMDB - 22</b></p> <p><b>Líder</b> Renan Calheiros PMDB-AL</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Juvêncio da Fonseca Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá</p> <p><b>LIDERANÇA DO PFL -18</b></p> <p><b>Líder</b> José Agripino PFL-RN</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Leomar Quintanilha Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge</p>	<p><b>LIDERANÇA DO PSDB – 10</b></p> <p><b>Líder</b> Arthur Virgílio PSDB-AM</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan</p> <p><b>LIDERANÇA DO PDT - 5</b></p> <p><b>Líder</b> Jefferson Péres PDT-AM</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Almeida Lima</p> <p><b>LIDERANÇA DO PPS – 3</b></p> <p><b>Líder</b> Mozarildo Cavalcanti PPS-RO</p> <p><b>Vice Líder</b> Patrícia Saboya Gomes</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia <b>Diretor-Geral do Senado Federal</b> Júlio Werner Pedrosa <b>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</b> José Farias Maranhão <b>Diretor da Subsecretaria Industrial</b></p>	<p>Raimundo Carreiro Silva <b>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</b> Sérgio Castro <b>Diretora da Subsecretaria de Ata</b> Denise Ortega de Baere <b>Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</b></p>	

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 67ª SESSÃO NÃO-DELIBERATIVA, EM 30 DE MAIO DE 2003

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 312, de 2003 (nº 1.946/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará. À Comissão de Educação em decisão terminativa..... 13747

Projeto de Decreto Legislativo nº 313, de 2003 (nº 1.963/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Espírito Santo (RTV/ES) para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo. À Comissão de Educação em decisão terminativa..... 13750

Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2003 (nº 2.019/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da JK Santa Catarina Empresa de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina. À Comissão de Educação em decisão terminativa. .... 13754

Projeto de Decreto Legislativo nº 315, de 2003 (nº 2.020/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Econômica de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina. À Comissão de Educação em decisão terminativa. .... 13759

Projeto de Decreto Legislativo nº 316, de 2003 (nº 2.247/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Cam-Argo Fundação de Rádio e Televisão, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Tatuí, Estado de

São Paulo. À Comissão de Educação em decisão terminativa..... 13766

Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2003 (nº 2.391/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Frequência Divinense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divino, Estado de Minas Gerais. À Comissão de Educação em decisão terminativa..... 13768

Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2003 (nº 2.406/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cruz de Malta Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo. À Comissão de Educação em decisão terminativa.... 13771

Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2003 (nº 869/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Nagib Haickel para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Luís, Estado do Maranhão. À Comissão de Educação em decisão terminativa. .... 13779

Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2003 (nº 1.299/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jóia de Adamantina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Adamantina, Estado de São Paulo. À Comissão de Educação em decisão terminativa. .... 13781

Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2003 (nº 1.908/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Portal de Caxias Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de João Lisboa, Estado do Maranhão. À Comissão de Educação em decisão terminativa... 13786

Projeto de Decreto Legislativo nº 322, de 2003 (nº 2.271/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Virginópolis, para executar serviço de radiodifusão sonora em

freqüência modulada, na cidade de Virgíópolis, Estado de Minas Gerais. À Comissão de Educação em decisão terminativa.....	13793	de Catende, Estado de Pernambuco. À Comissão de Educação em decisão terminativa.....	13826
Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2003 (nº 2.272/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade de Passo Fundo para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul. À Comissão de Educação em decisão terminativa.....	13795	Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2003 (nº 2.287/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Difusora Torre Forte Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Buritama, Estado de São Paulo. À Comissão de Educação em decisão terminativa...	13831
Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2003 (nº 2.276/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Maia de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Itapagipe, Estado de Minas Gerais. À Comissão de Educação em decisão terminativa.....	13798	Projeto de Decreto Legislativo nº 331, de 2003 (nº 2.288/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Magui – Comunicação e Marketing Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Almenara, Estado de Minas Gerais. À Comissão de Educação em decisão terminativa.....	13838
Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2003 (nº 2.283/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Associação da Comunidade Baependiana de Serviços e Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Cruzília, Estado de Minas Gerais. À Comissão de Educação em decisão terminativa.....	13801	<b>1.2.2 – Parecer</b>	
Projeto de Decreto Legislativo nº 326, de 2003 (nº 2.277/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Radio Mirai FM Stério Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Mirai, Estado de Minas Gerais. À Comissão de Educação em decisão terminativa.....	13807	Nº 593, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Efraim Morais, que dá nova redação ao § 1º do art. 100 da Constituição Federal, criando limite máximo para pagamento de obrigações relativas a precatórios judiciais.....	13848
Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2003 (nº 2.284/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Acrópole Sistema de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Rio Casca, Estado de Minas Gerais. À Comissão de Educação em decisão terminativa.....	13814	<b>1.2.3 – Comunicação da Presidência</b>	
Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2003 (nº 2.285/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Canabarra Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Descalvado, Estado de São Paulo. À Comissão de Educação em decisão terminativa.....	13820	Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 312 a 331, de 2003, lidos anteriormente, e abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Educação, que apreciará as matérias em caráter terminativo.....	13850
Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2003 (nº 2.286/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade		<b>1.2.4 – Leitura de projeto</b>	
		Projeto de Resolução nº 20, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que altera a Resolução nº 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências. Às Comissões de Educação, de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.....	13850
		<b>1.2.5 – Ofício</b>	
		Nº 51/2003, de 29 do corrente, da Liderança do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....	13851
		<b>1.2.6 – Comunicações da Presidência</b>	
		Recebimento do Ofício nº S/16, de 2003 (nº 110/2003, na origem), de 27 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação	

Originária nº 788, que declarou a inconstitucionalidade do vocábulo mensal, constante do art. 1º, e de todo o texto do art. 2º, ambos da Lei nº 8.870, de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul (concede aos Magistrados gratificação de férias). À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa..... 13851

Recebimento do Aviso nº 15, de 2003 (nº 759/2003, na origem), de 21 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 555/2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre representação, formulada pelo Ministério Público do Trabalho, sobre irregularidades na concessão de licença remunerada a servidor do TRT-13ª Região – PB (TC – 017.016/2000-6). À Comissão de Fiscalização e Controle..... 13851

Recebimento do Aviso nº 16, de 2003 (nº 158/2003, na origem), de 26 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, nos meses de janeiro a março de 2003, e quadro demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e esclarecendo, ainda, que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelas unidades da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000. À Comissão de Assuntos Econômicos..... 13851

### 1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR AELTON FREITAS – Apelo ao governo federal para a adoção de medidas em favor dos idosos..... 13851

SENADOR VALDIR RAUPP – Defesa da reativação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) ou da criação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA)..... 13852

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Situação das crianças e dos adolescentes. Lançamento, ontem, do livro “Esmeralda – Por que não dancei”, que retrata a história de Esmeralda Ortiz. Trabalho a ser desenvolvido pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do abuso e da exploração sexual. Limitação do poder das agências reguladoras..... 13854

SENADOR TIÃO VIANA, como Líder – Programa do Governo Lula de primeiro emprego para os jovens. Debate realizado, ontem, na Comissão de Assuntos Sociais sobre primeiro emprego, com a presença do Ministro do Trabalho e do Emprego, Jaques Wagner..... 13861

SENADOR PAULO PAIM – Reajuste concedido aos aposentados e pensionistas. Apresentação por S. Exª dos Estatutos do Idoso, da Igualdade Racial e da Pessoa Portadora de Deficiência. Audiência com o Vice-Presidente da República, José Alencar, para tratar de emprego, taxas de juros e reformas constitucionais. Análise do desemprego no Brasil..... 13863

SENADOR MARCO MACIEL – Homenagem aos 30 anos da Embrapa..... 13867

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Associação à homenagem prestada à Embrapa... 13872

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Comentários à decisão de lideranças do Senado Federal de adiar a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a remessa ilegal de recursos para o exterior..... 13873

SENADOR EDISON LOBÃO – Preocupação com a escassez de recursos para a preservação do patrimônio histórico brasileiro, em particular, as edificações coloniais maranhenses..... 13876

SENADOR ROMERO JUCÁ – Considerações sobre notícias divulgadas pela imprensa acerca do decréscimo da economia brasileira e do aumento do desemprego. Necessidade urgente da retomada dos investimentos públicos no país..... 13878

SENADOR MÃO SANTA – Elogios aos trabalhos da subcomissão de saúde do Senado, que está promovendo estudos no sentido de viabilizar a volta de central de medicamentos do governo..... 13887

### 1.2.8 – Ofício

Nº 95/2003, de 28 do corrente, da Liderança do PDT no Senado Federal, de indicação de membros para a Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Designação dos Senadores Osmar Dias e Jefferson Péres para integrar, como titular e suplente, respectivamente, a referida Comissão..... 13888

### 1.2.9 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera o § 1º do art. 1.331 e revoga o § 3º do mesmo artigo da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, no que tange ao critério de fixação da fração ideal e às disposições sobre a alienação e locação de abrigos para veículos em condomínio edilícios. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa..... 13888

Projeto de Resolução nº 21, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera a redação da alínea c do inciso I do art. 1º da Resolução nº 39, de 1992, que dispõe sobre as formalidades e critérios para a apreciação dos atos

de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. À Comissão de Educação. .... 13891

#### **1.2.10 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados**

Nº 455/2003, de 27 do corrente, comunicando a aprovação das Emendas nºs 1 e 2 oferecidas pelo Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2003 (Medida Provisória nº 103, de 2003), que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências, e o encaminhamento da matéria à sanção, naquela data. .... 13892

Nº 456/2003, de 29 do corrente, comunicando a aprovação das Emendas nºs 1 a 5, 7, 9, 11, 12 e 15, e a rejeição das Emendas nºs 6, 8, 10, 13 e 14 oferecidas pelo Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2003 (Medida Provisória nº 107, de 2003), que altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências, e o encaminhamento da matéria à sanção, naquela data. .... 13893

Nº 460/2003, de 29 do corrente, comunicando a aprovação das Emendas nºs 1 e 2 oferecidas pelo Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2003 (Medida Provisória nº 94, de 2002), que reabre o prazo para que os Municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos, dá nova redação à Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e dá outras providências, e o encaminhamento da matéria à sanção, naquela data. .... 13893

#### **1.2.11 – Leitura de projeto recebido da Câmara dos Deputados**

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2003 (nº 354/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para restabelecer o pagamento, pela empresa, do salário maternidade devido às seguradas empregada e trabalhadora avulsa gestantes. À Comissão de Assuntos Sociais. .... 13893

#### **1.2.12 – Comunicação da Presidência**

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação e de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Assuntos Sociais, ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2003, lido anteriormente. .... 13896

#### **1.2.13 – Leitura de requerimentos**

Nº 401, de 2003, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, solicitando a retirada, em

caráter definitivo, do Requerimento nº 335, de 2003, de sua autoria. **Deferido.** ..... 13896

Nº 402, de 2003, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 216, de 1999, 271, de 2000 e 47, de 2003, por tratarem de matérias que versam sobre o mesmo assunto. O requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente. .... 13897

#### **1.2.14 – Discursos encaminhados à publicação**

SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários a respeito de estudo intitulado “O Brasil nas negociações internacionais de serviços de investimentos”, de autoria do professor Reinaldo Gonçalves e dos economistas Cristina França e Idalvo Toscano, publicado na revista **Argumento.** ..... 13897

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Relato da visita ao Estado de Rondônia do Embaixador Antonino Mena, futuro representante brasileiro na Bolívia, para conhecer de perto a realidade da região fronteira com aquele país. .... 13898

#### **1.3 – ENCERRAMENTO**

#### **2 – SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal e Congresso Nacional no período de 1º a 31 de maio de 2003 e correspondência expedida. . 13901

#### **3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Ata circunstanciada da 2ª Reunião, realizada em 20 de maio de 2003. .... 13978

#### **4 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**

Nº 63, de 2003. .... 13989

#### **5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nºs 3.810 a 3.822, de 2003. .... 13989

#### **6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA**

#### **7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

#### **8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

#### **9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

#### **10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR**

#### **11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

#### **12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

#### **13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)**

#### **14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

# Ata da 67ª Sessão Não-Deliberativa, em 30 de maio de 2003

## 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Paim, Aelton Freitas,  
Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Otávio*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, o Expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

### EXPEDIENTE

#### PROJETOS RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 312, DE 2003

(Nº 1.946/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga concessão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 15 de janeiro de 2002, que outorga concessão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### MENSAGEM Nº 30, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 15 de janeiro de 2002, que "Outorga concessão às entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências". As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – Radiodifusão Rainha do Céu Ltda., na cidade de Bezerros – PE (onda média);

2 – Rádio Felicidade FM Ltda., na cidade de Petrolândia – PE (onda média);

3 – EBC – Empresa Bauruense de Comunicação Ltda., na cidade de Ribeirão Preto – SP (onda média);

4 – Líder Comunicações Ltda., na cidade de Feijó – AC (onda média);

5 – Líder Comunicações Ltda., na cidade de Rio Branco – AC (onda média);

6 – Rádio Portal de Caxias Ltda., na cidade de João Lisboa – MA (onda média);

7 – Rádio e Televisão Libertas Ltda., na cidade de Uberlândia – MG (onda média);

8 – Rádio Felicidade FM Ltda., na cidade de Cabrobó – PE (onda média);

9 – Rádio AM Banda 1 Ltda., na cidade de Sarandi – PR (onda média);

10 – Sesal – Comunicação e Informática Ltda., na cidade de Telêmaco Borba – PR (onda média);

11 – Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., na cidade de Igarapé-Miri – PA (onda média);

12 – Rádio Cajazeiras FM Ltda., na cidade de Campina Grande – PB (onda média);

13 – Rádio Cidade Luís Eduardo Magalhães S/C, na cidade de Barreiras – BA (onda média); e

14 – TV Vale do Aço Ltda., na cidade de Coronel Fabriciano – MG (sons e imagens).

Brasília, 21 de janeiro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 00779 EM

Brasília, 10 de dezembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Em conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a instauração de procedimento licitatório, na modalidade Concorrência, com vistas a outorga de concessão para explorar serviço de radiodifusão, nas localidades e Unidades da Federação abaixo indicadas.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de

1997, após analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que obtiveram a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelos respectivos Editais, tornando-se assim vencedoras das Concorrências, conforme atos da mesma Comissão, que homologuei, as seguintes entidades:

Radiodifusão Rainha do Céu Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bezerros, Estado de Pernambuco (Processo nº 53103.000338/97 e Concorrência nº 097/97-SFO/MC);

Rádio Felicidade FM Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Petrolândia, Estado de Pernambuco (Processo nº 53103.000340/97 e Concorrência nº 097/97-SFO/MC);

EBC – Empresa Bauruense de Comunicação Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.001345/97 e Concorrência nº 103/97-SFO/MC);

Líder Comunicações Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Feijó, Estado do Acre (Processo nº 53600.000011/98 e Concorrência nº 117/97-SSR/MC);

Líder Comunicações Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Branco, Estado do Acre (Processo nº 53600.000011/98 e Concorrência nº 117/97-SSR/MC);

Rádio Portal de Caxias Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Lisboa, Estado do Maranhão (Processo nº 53680.000099/98 e Concorrência nº 134/97-SSR/MC);

Rádio e Televisão Libertas Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000251/98 e Concorrência nº 136/97-SSR/MC);

Rádio Felicidade FM Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cabrobó, Estado de Pernambuco (Processo nº 53103.000142/98 e Concorrência nº 146/97-SSR/MC);

Rádio AM Banda 1 Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sarandi, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000230/98 e Concorrência nº 150/97-SSR/MC);

Sesal – Comunicação e Informática Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000233/98 e Concorrência nº 150/97-SSR/MC);

Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará (Processo nº 53720.000163/98 e Concorrência nº 018/98-SSR/MC);

Rádio Cajazeiras FM Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba (Processo nº 53730.000206/98 e Concorrência nº 021/98-SSR/MC);

Rádio Cidade Luís Eduardo Magalhães S/C, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barreiras, Estado da Bahia (Processo nº 53640.000280/2000 e Concorrência nº 004/2000-SSR/MC);

TV Vale do Aço Ltda., serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000254/98 e Concorrência nº 136/97-SSR/MC);

Nessa conformidade, e em observância ao que dispõe o art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto que trata da outorga de concessão às referidas entidades para explorar os serviços de radiodifusão mencionados.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, os atos de outorga somente produzem efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito sejam encaminhados os referidos atos.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

#### DECRETO DE 15 DE JANEIRO DE 2002

##### **Outorga concessão às entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.**

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

Decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I – Radiodifusão Rainha do Céu Ltda., na cidade de Bezerros, Estado de Pernambuco (Processo nº 53103.000338/97 e Concorrência nº 097/97-SFO/MC);

II – Rádio Felicidade FM Ltda., na cidade de Petrolândia, Estado de Pernambuco (Processo nº 53103.000340/97 e Concorrência nº 097/97-SFO/MC);

III – EBC – Empresa Bauruense de Comunicação Ltda., na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.001345/97 e Concorrência nº 103/97-SFO/MC);

IV – Líder Comunicações Ltda., na cidade de Feijó, Estado do Acre (Processo nº 53600.000011/98 e Concorrência nº 117/97-SSR/MC);

V – Líder Comunicações Ltda., na cidade de Rio Branco, Estado do Acre (Processo nº 53600.000011/98 e Concorrência nº 117/97-SSR/MC);

VI – Rádio Portal de Caxias Ltda., na cidade de João Lisboa, Estado do Maranhão (Processo nº 53680.000099/98 e Concorrência nº 134/97-SSR/MC);

VII – Rádio e Televisão Libertas Ltda., na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000251/98 e Concorrência nº 136/97-SSR/MC);

VIII – Rádio Felicidade FM Ltda., na cidade de Cabrobó, Estado de Pernambuco (Processo nº 53103.000142/98 e Concorrência nº 146/97-SSR/MC);

IX – Rádio AM Banda 1 Ltda., na cidade de Sarandi, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000230/98 e Concorrência nº 150/97-SSR/MC);

X – Sesal – Comunicação e Informática Ltda., na cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000233/98 e Concorrência nº 150/97-SSR/MC);

XI – Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., na cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará (Processo nº 53720.000163/98 e Concorrência nº 018/98-SSR/MC);

XII – Rádio Cajazeiras FM Ltda., na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba (Processo nº 53730.000206/98 e Concorrência nº 021/98-SSR/MC);

XIII – Rádio Cidade Luís Eduardo Magalhães S/C, na cidade de Barreiras, Estado da Bahia (Processo nº 53640.000280/2000 e Concorrência nº 004/2000-SSR/MC).

Art. 2º Fica outorgada concessão à TV Vale do Aço Ltda., na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais, para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (Processo nº 53710.000254/98 e Concorrência nº 136/97-SSR/MC).

Art. 3º As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 4º, sob pena de tornar-se nula, de pleno direito, a outorga concedida.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de janeiro de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **Marco Maciel**.

## ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA

### REDE BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA

Pelo presente instrumento particular, **LEONARDO DE ASSIS GOMES**, brasileiro, solteiro, emancipado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.055-4.912.713 - SSP-GO, inscrito no C.P.F.-M.F. sob o nº 775.013.141-87, residente e domiciliado à Rua 9 nº 286, Apt.º 1.200, Ed. Patrícia, Setor Oeste, Goiânia, Capital do Estado de Goiás;

**ROSIMARY LEMES DOS SANTOS NASCIMENTO**, brasileira, separada consensualmente, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 3.371.618-266.477 - SSP-GO, 2ª Via, e inscrita no C.P.F.-M.F. nº 464.074.561-34, residente e domiciliada à Rua P-30 nº 266, Qd. P-99, Lt. 06, Setor dos Funcionários, Goiânia, Capital do Estado de Goiás;

Únicos sócios-quotistas desta sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede a Rua 109 nº 122, Sala 01, Setor Sul, Goiânia, Capital do Estado de Goiás, com seu contrato social primitivo arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG sob o nº 52.2.0145978.0, por despacho em 15 de janeiro de 1.998, com a primeira alteração contratual devidamente arquivada nesta Junta sob o nº 52.9.8018064.3, por despacho em 20 de fevereiro de 1.998, e segunda alteração contratual devidamente arquivada nesta Junta sob o nº 52.9.8021331.2, por despacho em 16 de março de 1.998, e inscrita no C.G.C.-M.F. nº 02.342.967/0001-87, *resolvem*, de comum acordo, alterar o contrato social, conforme condições e cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - Reingressa na Sociedade o sócio **FRANCISCO DE ASSIS GOMES**, brasileiro, separado consensualmente, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 173.713 - SSP-GO, e inscrito no C.P.F.-M.F. nº 026.665.371-53, residente e domiciliado a Rua 3 nº 861, Apt.º 601, Ed. Montese, Setor Oeste, Goiânia, Capital do Estado de Goiás.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A sócia **ROSIMARY LEMES DOS SANTOS NASCIMENTO** cede e transfere parte de suas quotas de capital da Empresa, num total de 80.000 (oitenta mil) quotas de capital, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada quota para o sócio **FRANCISCO DE ASSIS GOMES**, pelo preço certo e ajustado de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). A cedente **ROSIMARY LEMES DOS SANTOS NASCIMENTO** declara ter recebido, neste ato, em moeda corrente do País, a quantia de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) pela venda das quotas, assim como declara ter recebido todos os seus direitos e haveres perante a Empresa, das quotas ora transferidas, nada mais tendo sobre elas a reclamar, seja a que título for, nem dos cessionários e nem da Empresa, dando-lhes plena, geral, e irrevogável quitação.

**Parágrafo Único** - Em função das alterações havidas, a distribuição do capital social entre os sócios ficará da seguinte maneira:

SÓCIOS	QUOTAS SUBSCRITAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Francisco de Assis Gomes	80.000	1,00	80.000,00
Leonardo de Assis Gomes	16.000	1,00	16.000,00
Rosimary Lemes dos Santos Nascimento	4.000	1,00	4.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>100.000</b>	<b>1,00</b>	<b>100.000,00</b>

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Fica mantido no cargo de Gerente Geral da Sociedade o quotista LEONARDO DE ASSIS GOMES, conforme determina a Cláusula 4ª da Alteração Contratual devidamente arquivada nesta Junta Comercial sob o nº 52.980.18054.3, por despacho em 20 de fevereiro de 1.998.

**CLÁUSULA QUARTA** - As demais cláusulas do contrato social primitivo não atingidas por esta alteração contratual permanecem em vigor.

Os sócios quotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em lei que impeçam de exercer a atividade mercantil.

E, assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas que também o assinam, para que possa produzir os efeitos legais necessários.

Goiania-GO., 18 de março de 1.998.

LEONARDO DE ASSIS GOMES

ROSIMARY LEMES DOS SANTOS NASCIMENTO

FRANCISCO DE ASSIS GOMES  
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 21.05.2001

TESTEMUNHAS:

1) Jesuina Aparecida D. Borges de Souza  
R.G. 670.558 - SSP-GO  
C.P.F.-M.F. 455.909.071-87

2) Antônio Clóvis de Souza  
R.G. 435.442 - SSP-GO  
C.P.F.-M.F. 081.258.131-87

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 313, DE 2003

(Nº 1.963/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato, que renova a concessão outorgada à Radio e Televisão Espírito Santo (RTV/ES) para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 1º de outubro de 2001, que renova, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão outorgada à Rádio e Televisão Espírito Santo (RTV/ES) para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

## MENSAGEM Nº 1.067, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 1º de outubro de 2001, que "Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências". As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – Rádio e Televisão Espírito Santo (RTV/ES), autarquia estadual, vinculada à casa civil do Governo do Estado do Espírito Santo, originariamente Fundação Cultural do Espírito Santo, na cidade de Vitória – ES (onda média);

2 – Rádio Cultura de Monlevade Ltda., originariamente Rádio Tiradentes Ltda., na cidade de João Monlevade – MG (onda média);

3 – Rádio Difusora de Piranga Ltda., na cidade de Piranga – MG (onda média);

4 – Rádio Cultura de Lavras Ltda., originariamente Rádio Cultura D'Oeste S.A, na cidade de Lavras – MG (onda média);

5 – Sistema Ipanema de Comunicação Ltda., na cidade de Ipanema – MG (onda média);

6 – Rádio Cultura dos Palmares S/A, na cidade de Palmares – PE (onda média);

7 – Rádio Agulhas Negras de Resende Ltda., na cidade de Resende – RJ (onda média);

8 – Rádio Difusora Vale do Paraíba Ltda., na cidade de Barra do Piraí – RJ (onda média);

9 – Rádio Cultura De Valença Ltda., originariamente Rádio Clube de Valença Ltda., na cidade de Valença – RJ (onda média);

10 – Rádio Itaperuna Ltda., na cidade de Itaperuna – RJ (onda média);

11 – Rádio Princesinha do Norte Ltda., na cidade de Miracema – RJ (onda média);

12 – Televisão Verdes Mares Ltda., na cidade do Rio de Janeiro – RJ (onda média);

13 – Rádio Emissoras do Centro-Oeste Paulista Ltda., originariamente Rádio Clube de Garça Ltda., na cidade de Garça – SP (onda média);

14 – Rádio Universal Ltda., na cidade de Teodoro Sampaio – SP (onda média); e

15 – Televisão Cachoeira do Sul Ltda., na cidade de Cachoeira do Sul – RS (sons e imagens).

Brasília, 4 de outubro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 00562 EM

Brasília, 13 de setembro de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da renovação de concessões, outorgadas às entidades abaixo relacionadas, para explorar serviço de radiodifusão nas localidades e Unidades da Federação indicadas:

Rádio e Televisão Espírito Santo (RTV/ES), concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo (Processo nº 53660.000119/95);

Rádio Cultura de Monlevade Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000066/94);

Rádio Difusora de Piranga Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Piranga, Estado de Minas Gerais (Processo nº 50710.000765/94);

Rádio Cultura de Lavras Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais (Processo nº 50710.000147/94);

Sistema Ipanema de Comunicação Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em

onda média, na cidade de Ipanema, Estado de Minas Gerais (Processo nº 50710.000639/94);

Rádio Cultura dos Palmares S/A, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Palmares, Estado de Pernambuco (Processo nº 53103.000259/98);

Rádio Agulhas Negras de Resende Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.000119/94);

Rádio Difusora Vale do Paraíba Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.000166/94);

Rádio Cultura de Valença Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Valença, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.000125/94);

Rádio Itaperuna Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.000169/94);

Rádio Princesinha do Norte Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Miracema, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.002983/98);

Televisão Verdes Mares Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 52770.000062/93);

Rádio Emissoras do Centro-Oeste Paulista Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Garça, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.000339/94);

Rádio Universal Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Teodoro Sampaio, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.001873/94);

Televisão Cachoeira do Sul Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.001702/95);

2. Observo que a renovação do prazo de vigência das outorgas para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.735, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos foram analisados pelos órgãos técnicos deste Ministério e consi-

derados de acordo com os dispositivos legais aplicáveis, demonstrando possuir as entidades as qualificações necessárias à renovação da concessão.

4. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do art. 223 da Constituição.

Respeitosamente, — **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

## DECRETO DE 1º DE OUTUBRO DE 2001

### **Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.**

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983.

Decreta:

Art. 1º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I — Rádio e Televisão Espírito Santo (RTV/ES), autarquia estadual, vinculada à Casa Civil do Governo do Estado do Espírito Santo, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, outorgada originariamente à Fundação Cultural do Espírito Santo, conforme Decreto nº 26.998, de 2 de agosto de 1949, renovada pelo Decreto nº 78.726, de 12 de novembro de 1976, e transferida pelo Decreto de nº 88.092, de 10 de fevereiro de 1983, na concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53660.000119/95);

II — Rádio Cultura de Monlevade Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais, outorgada originariamente à Rádio Tiradentes Ltda., conforme Portaria MVOP nº 617, de 29 de dezembro de 1959, renovada pelo Decreto nº 90.276, de 3 de outubro de 1984, transferida nela Exposição de Motivos nº 80/MC, de 9 de maio de 1995, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53710.000066/94);

III — Rádio Difusora de Piranga Ltda., a partir de 17 de dezembro de 1994, na cidade de Piranga, Estado de Minas Gerais, outorgada pela Portaria nº 288 de 13 de dezembro de 1984, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Exposição de Motivos nº 112, de 12 de setembro de 1994, do Ministério das Comunicações (Processo nº 50710.000765/94);

IV — Rádio Cultura de Lavras Ltda., a partir de 12 de maio de 1994, na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais, outorgada originariamente à Rádio Cultura D'Oeste S.A., conforme Portaria MVOP nº 615, de 24 de junho de 1946, renovada pelo Decreto nº 89.407, de 29 de fevereiro de 1984, autorizada a mudar sua denominação social para a atual, conforme Portaria nº 57, de 18 de março de 1988, do delegado do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais (Processo nº 50710.000147/94);

V — Sistema de Ipanema de Comunicação Ltda., a partir de 18 de dezembro de 1994, na cidade de Ipanema, Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Decreto nº 90.343, de 22 de outubro de 1984 (Processo nº 50710.00063994);

VI — Rádio Cultura dos Palmares SA, a partir de 13 de setembro de 1998, na cidade de Palmares, Estado de Pernambuco, outorgada pelo Decreto nº 81.907, de 10 de julho de 1978 (Processo 53103.000259/98);

VII — Rádio Agulhas Negras de Resende Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pela Portaria MVOP nº 504, de 2 de junho de 1950, renovada pela Portaria nº 208, de 1º de outubro de 1984, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude do aumento de potência (Processo nº 52770.000119/94);

VIII — Rádio Difusora Vale do Paraíba Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pela Portaria MVOP nº 73, de 22 de janeiro de 1946, renovada pelo Decreto nº 89.631, de 8 de maio de 1984 (Processo nº 52770.000165/94);

IX — Rádio Cultura de Valença Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Valença, Estado do Rio de Janeiro, outorgada originariamente à Rádio Clube de Valença Ltda., pela portaria MVOP nº 454, de 20 de junho de 1947, renovada pelo Decreto nº 89.629, de 8 de maio de 1984, e transferida pelo Decreto nº 93.431, de 16 de outubro de 1986, para a

concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53770.000125/94);

X – Rádio Itaperuna Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pela Portaria MVOP nº 498, de 17 de maio de 1946, e renovada pelo Decreto nº 91.393, de 2 de julho de 1985 (Processo nº 53770.000169/94);

XI – Rádio Princesinha do Norte Ltda., a partir de 22 de fevereiro de 1999, na cidade de Miracema, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pela Portaria nº 210, de 15 de fevereiro de 1979, e renovada pelo Decreto de 4 de agosto de 1992 (Processo nº 53770.002983/98);

XII – Televisão Verdes Mares Ltda., a partir de 12 de novembro de 1993, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pelo Decreto nº 51.155, de 7 de agosto de 1961, e renovada pelo Decreto nº 90.074, de 15 de agosto de 1984 (Processo nº 53770.000062/93);

XIII – Rádio Emissoras do Centro-Oeste Paulista Ltda., a partir de 12 de maio de 1994, na cidade de Garça, Estado de São Paulo, outorgada à Rádio Clube de Garça Ltda., pela Portaria MVOP nº 1.004, de 21 de novembro de 1946, autorizada a mudar a sua denominação social para a atual, conforme Portaria nº 1.338, de 13 de outubro de 1981, e renovada pelo Decreto nº 89.382, de 15 de fevereiro de 1984 (Processo nº 50830.000339/94);

XIV – Rádio Universal Ltda., a partir de 19 de março de 1995, na cidade de Teodoro Sampaio, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 91.089, de 12 de março de 1985 (Processo nº 53830.001873/94);

Art. 2º Fica renovada, pelo prazo de quinze anos, a partir de 26 de janeiro de 1996, a concessão outorgada à Televisão Cachoeira do Sul Ltda., pelo Decreto nº 85.442, de 2 de dezembro de 1980, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV), na cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.001702/95).

Art. 3º À exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 4º A renovação da concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 222 da Constituição.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de outubro de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **Marco Maciel**.

#### MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER SEJUR/DMC/ES Nº 013/95

REFERÊNCIA : Processo nº 53660.000115/95

ORIGEM : DMC/ES

INTERESSADA: RÁDIO E TELEVISÃO DO ESPÍRITO SANTO

ASSUNTO : Renovação de Outorga

EMENTA : Concessão para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média cujo prazo teve seu termo final em 01/11/1993.

Pedido apresentado intempestivamente

CONCLUSÃO : À consideração superior

RÁDIO E TELEVISÃO DO ESPÍRITO SANTO, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, requer renovação do prazo de vigência de sua concessão, cujo termo final ocorreu em 01 de novembro de 1993.

#### I-OS FATOS

1. Mediante Decreto nº 73726 de 01 de novembro de 1976, foi renovada a concessão da RÁDIO E TELEVISÃO DO ESPÍRITO SANTO, sucessora do DECOM-DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO ESTADUAL, Autarquia Estadual, para explorar, por mais 10 (DEZ) anos, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

2. A outorga em questão começou a vigorar em 01 de novembro de 1973.

3. Cumpre ressaltar que, durante o último período de vigência da outorga, foram aplicadas 02 (duas) penas de multa à entidade, ambas por descumprimento ao artigo 47 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão combinado com Portaria MC Nº 134/84 e 01 Advertência por inobservância ao artigo 122, item 21 c/c artigo 28 item 12 letra "h" com redação do Decreto Nº 88067/83.

#### II – DO MÉRITO

6. O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei Nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelece os prazos de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e 15 (quinze) anos para o serviço de televisão, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais (art. 33 parágrafo 3º). Períodos esses mantidos pela atual Constituição (art. 223 parágrafo 5º).

7. Por sua vez, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto Nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, dispõe:

"Art.27-Os prazos de concessão e permissão serão de 10(dez)anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão."

8. De acordo com o artigo 4º da Lei Nº 5.785, de 23 de junho de 1972, as entidades que desejarem a renovação do prazo da sua outorga, deverão dirigir requerimento ao Órgão competente, no período compreendido entre o 6º (sexto) e o 3º (terceiro) mês anterior ao término do respectivo prazo.

9. O prazo de vigência desta concessão teve seu termo final no dia 01 de novembro de 1983.

10. O pedido de renovação da outorga, ora em exame, foi protocolizado na Delegacia Regional do Rio de Janeiro em 09 de maio de 1983.

Entretanto foram, à época, constatadas diversas irregularidades técnicas que a entidade, ao longo desses 12 anos não conseguiu sanar, em razão das dificuldades financeiras do Estado.

11. A requerente tem seu quadro diretivo aprovado pelo Poder Concedente, com a seguinte composição:

CARGO	NOME
DIRETOR PRESIDENTE	EDIVALDO EUZÉBIO DOS ANJOS
DIRETOR	THEREZA CRISTINA ABELHA VIVACQUA
DIRETOR	DILSON RUAS ALVES

12. A emissora se encontra operando regularmente, dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas, conforme indica o setor de engenharia às fls.57.

13. É regular a situação da permissionária perante o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações-FISTEL, consoante registros desta Regional.

14. Consultado o Cadastro Nacional de Radiodifusão verificou-se que a entidade e dirigentes não ultrapassam os limites fixados pelo artigo 12 e seus parágrafos, do Decreto Lei Nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

15. Finalmente, observa-se que o novo prazo de vigência da outorga, se aprovado, deverá ser renovado a partir de 01 de novembro de 1993.

### III- CONCLUSÃO

Do exposto, sugerimos o encaminhamento dos autos ao Departamento de Outorgas, que o enviará à Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

É o parecer, "sub censura"

Valência, 29 de novembro de 1993



MARIA ELISABETE PORTO DE MORONHA

Chefe de Serviço

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 314, DE 2003

(Nº 2.019/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que renova a concessão da JK Santa Catarina Empresa de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 14 de agosto de 2001, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da JK Santa Catarina Empresa de Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

## MENSAGEM Nº 862, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nos termos do art. 49. inciso XII. combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 14 de agosto de 2001. que "Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências". As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – Fundação Evangelli Nuntiandi, originariamente Rádio Alvorada de Parintins Ltda., a partir de 16 de julho de 1995, na cidade de Parintins-AM (onda média);

2 – Rádio Barra do Mendes Ltda., a partir de 30 de abril de 1996, na cidade de Barra do Mendes-BA (onda média);

3 – Radiosul Emissoras Integradas Ltda., a partir de 27 de fevereiro de 1996, na cidade de Campo Grande-MS (onda média);

4 – Empresa de Radiodifusão Sete Cidades de Piracuruca Ltda., a partir de 17 de dezembro de 1995, na cidade de Piracuruca-PI (onda média);

5 – Alagamar Rádio Sociedade Ltda., a partir de 10 de abril de 1996, na cidade de Macau-RN (onda média);

6 – Sociedade Rádio Difusora de Rancharia Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Rancharia-SP (onda média);

7 – Rádio Araranguá Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Araranguá-SC (onda média);

8 – Rádio Globo Catarinense Ltda., originariamente Sociedade Rádio Difusora Vale do Itajaí Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Blumenau-SC (onda média);

9 – Rádio Nereu Ramos Ltda., originariamente Rádio Estadual Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Blumenau-SC (onda média);

10 – Sociedade Rádio Araguaia de Brusque Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Brusque-SC (onda média);

11 – Diário da Manhã Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Florianópolis-SC (onda média);

12 – Rádio Canoinhas Ltda., a partir de 18 de fevereiro de 1985, na cidade de Florianópolis-SC (onda média);

13 – Rádio Difusora Itajaí Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Itajaí-SC (onda média);

14 – Rádio Sociedade Catarinense Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Joaçaba-SC (onda média);

15 – Rádio Princesa Ltda., a partir de 20 de agosto de 1994, na cidade de Lages-SC (onda média);

16 – Rádio Clube De São João Batista Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São João Batista-SC (onda média);

17 – Rádio Jornal a Verdade Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São José-SC (onda média);

18 – JK Santa Catarina Empresa de Comunicações Ltda., originariamente Rádio Canoinhas Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Tubarão-SC (onda média);

19 – Rádio Princesa Do Oeste Ltda., a partir de 19 de fevereiro de 1995, na cidade de Xanxerê-SC (onda média);

20 – Televisão Cidade Modelo Ltda., a partir de 30 de setembro de 1995, na cidade de Dourados-MS (sons e imagens); e

21 – Firenze Comunicação e Produção Ltda., originariamente TV Barriga Verde Ltda., a partir de 6 de junho de 1994, na cidade de Florianópolis-SC (sons e imagens).

Brasília, 21 de agosto de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 00325 EM

Brasília, 25 de junho de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da renovação de concessões, outorgadas às entidades abaixo relacionadas, para explorar serviço de radiodifusão, nas localidades e Unidades da Federação indicadas:

- Fundação Evangelli Nuntiandi, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Parintins, Estado do Amazonas (Processo nº 53630.000063/95);

- Rádio Barra do Mendes Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Barra do Mendes, Estado da Bahia (Processo nº 53640.000882/95);

- Radiosul Emissoras Integradas Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul (Processo nº 53700.001495195);

- Empresa de Radiodifusão Sete Cidades de Piracuruca Ltda, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Piracuruca, Estado do Piauí (Processo nº 53760.000239/95);

- Alagamar Rádio- Sociedade Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Macau, Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 53780.000210/95);

- Sociedade Rádio Difusora de Rancharia Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rancharia, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.000312/94);

- Rádio Araranguá Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000208/94);

- Rádio Globo Catarinense Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina (Processo nº 50820.000057/94);

- Rádio Nereu Ramos Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000241/94);

- Sociedade Rádio Araguaia de Brusque Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em

onda média, na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000212/94);

- Diário da Manhã Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000191/94);

- Rádio Canoinhas Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000951/94);

- Rádio Difusora Itajaí Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000235/94);

- Rádio Sociedade Catarinense Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina (Processo nº 50820.000060/94);

Rádio Princesa Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000454/94);

- Rádio Clube de São João Batista Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São João Batista, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000358/94);

- Rádio Jornal a Verdade Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000233/94);

- JK Santa Catarina Empresa de Comunicações Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000219/94);

- Rádio Princesa do Oeste Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000919/94);

- Televisão Cidade Modelo Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul (Processo nº 53700.000336/95);

- Firenze Comunicação e Produção Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000230/94).

2. Observo que a renovação do prazo de vigência das outorgas para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos foram analisados pelos órgãos técnicos deste Ministério e considerados de acordo com os dispositivos legais aplicáveis, demonstrando possuir as entidades as qualificações necessárias à renovação da concessão.

4. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento. Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do art. 223 da Constituição.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

#### DECRETO DE 14 DE AGOSTO DE 2001

##### **Renova concessão das entidades que menciona, para, explorar serviços de radiodifusão e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983.

Decreta:

Art. 1º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas, para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I – Fundação Evangelli Nuntiandi, a partir de 16 de julho de 1995, na cidade de Parintins, Estado do Amazonas, outorgada originariamente à Rádio Alvorada de Parintins Ltda., conforme Decreto nº 55.931, de 19 de abril de 1965, renovada pelo Decreto nº 91.437, de 15 de julho de 1985, e transferida pelo Decreto de 15 de julho de 1996, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53630.000063/95);

II – Rádio Barra do Mendes Ltda., a partir de 30 de abril de 1996, na cidade de Barra do Mendes, Estado da Bahia, outorgada pelo Decreto nº 92.485, de 21 de março de 1986 (Processo nº 53640.000882/95);

III – Radiosul Emissoras Integradas Ltda., a partir de 27 de fevereiro de 1996, na cidade de Campo

Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, outorgada pelo Decreto nº 92.335, de 27 de janeiro de 1986 (Processo nº 53700.001495/95);

IV – Empresa de Radiodifusão Sete Cidades de Piracuruca Ltda., a partir de 17 de dezembro de 1995, na cidade de Piracuruca, Estado do Piauí, outorgada pelo Decreto nº 91.865, de 1º de novembro de 1985 (Processo nº 53760.000239/95);

V – Alagamar Rádio Sociedade Ltda., a partir de 10 de abril de 1996, na cidade de Macau, Estado do Rio Grande do Norte, outorgada pelo Decreto nº 92.412, de 20 de fevereiro de 1986 (Processo nº 53780.000210/95);

VI – Sociedade Rádio Difusora de Rancharia Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Rancharia, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria MVOP nº 1.064, de 9 de dezembro de 1948, renovada pela Portaria nº 252, de 9 de outubro de 1985, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Exposição de Motivos nº 112, de 15 de setembro de 1994, do Ministério das Comunicações (Processo nº 50830.000312/94);

VII – Rádio Araranguá Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria nº 142, de 11 de fevereiro de 1948, e renovada pelo Decreto nº 89.591, de 27 de abril de 1984 (Processo nº 53820.000208/94);

VIII – Rádio Globo Catarinense Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, outorgada originariamente à Sociedade Rádio Difusora Vale do Itajaí Ltda., pela Portaria MVOP nº 393, de 8 de maio de 1957, transferida para a Empresa Rádio Difusora Cidade Jardim Ltda., pela Portaria MC nº 62, de 23 de abril de 1981, renovada pelo Decreto nº 89.591, de 27 de abril de 1984, e transferida para a entidade de que trata este inciso, pelo Decreto de 6 de outubro de 1997 (Processo nº 50820.000057/94);

IX – Rádio Nereu Ramos Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, outorgada originariamente à Rádio Estadual Ltda., conforme Portaria MVOP nº 236, de 25 de março de 1958, transferida pela Portaria nº 1282, de 5 de dezembro de 1978, para a concessionária de que trata este inciso, e renovada pelo Decreto nº 91.012, de 27 de fevereiro de 1985 (Processo nº 53820.000241/94);

X – Sociedade Rádio Araguaia de Brusque Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 177, de 19 de fevereiro de 1948, e

renovada pelo Decreto nº 89.591, de 27 de abril de 1984 (Processo nº 53820.000212/94);

XI – Diário da Manhã Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 663, de 21 de julho de 1954, e renovada pelo Decreto nº 89.409, de 29 de fevereiro de 1984 (Processo nº 53820.000191/94);

XII – Rádio Canoinhas Ltda., a partir de 18 de fevereiro de 1985, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, outorgada pelo Decreto nº 55.094, de 1º de dezembro de 1964, e renovada pelo Decreto nº 90.770, de 28 de dezembro de 1984 (Processo nº 53820.000951/94);

XIII – Rádio, Difusora Itajaí Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 770, de 21 de setembro de 1945, e renovada pelo Decreto nº 89.426, de 8 de março de 1984 (Processo nº 53820.000235/94);

XIV – Rádio Sociedade Catarinense Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 945, de 13 de novembro de 1945, e renovada pelo Decreto nº 89.409, de 29 de fevereiro de 1984 (Processo nº 50820.000060/94);

XV – Rádio Princesa Ltda., a partir de 20 de agosto de 1994, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, outorgada pelo Decreto nº 54.063, de 30 de julho de 1964, e renovada pelo Decreto nº 91.561, de 23 de agosto de 1985 (Processo nº 53820.000454/94);

XVI – Rádio Clube de São João Batista Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São João Batista, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MJNI nº 341-B, de 28 de novembro de 1961, renovada pelo Decreto nº 89.627, de 8 de maio de 1984 (Processo nº 53820.000358/94);

XVII – Rádio Jornal a Verdade Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 887, de 28 de novembro de 1957, e renovada pelo Decreto nº 90.099, de 23 de agosto de 1984 (Processo nº 53820.000233/94);

XVIII – JK Santa Catarina Empresa de Comunicações Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, outorgada originariamente à Rádio Canoinhas Ltda., conforme Portaria MVOP nº 452-C, de 23 de junho de 1961, transferida pela Portaria MC nº 235, de 31 de outubro de 1984, para a concessionária de que trata este inciso, e renovada pelo Decreto nº 91.571, de 23 de agosto de 1985 (Processo nº 53820.000219/94);

XIX – Rádio Princesa do Oeste Ltda., a partir de 19 de fevereiro de 1995, na cidade de Xanxerê, Esta-

do de Santa Catarina, outorgada pelo Decreto nº 55.093, de 1º de dezembro de 1964, e renovada pelo Decreto nº 90.768, de 28 de dezembro de 1984 (Processo nº 53820.000919/94).

Art. 2º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas, para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de quinze anos, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão):

I – Televisão Cidade Modelo Ltda., a partir de 30 de setembro de 1995, na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, outorgada pelo Decreto nº 85.063, de 25 de agosto de 1980 (Processo nº 53700.000336/95);

II – Firenze Comunicação e Produção Ltda., a partir de 6 de junho de 1994, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, outorgada originalmente à TV Barriga Verde Ltda., pelo Decreto nº 83.310, de 4 de abril de 1979, autorizada a mudar sua denominação social para a atual, conforme Portaria nº 37, de 8 de julho de 1994 (Processo nº 53820.000230/94).

Art. 3º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º A renovação da concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de agosto de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

#### PARECER CONJUR/MC Nº 635/2001

**Referência:** Processo nº 53820.000219194.

**Origem:** Delegacia do MC no Estado de Santa Catarina.

**Interessada:** JK Santa Catarina Empresa de Comunicações Ltda.

**Assunto:** Renovação de Outorga.

**Ementa:** Concessão para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, cujo prazo teve seu termo final em 11-5-94. Pedido apresentado tempestivamente. Regulares a situação técnica e a vida societária.

**Conclusão:** Pela ratificação do Parecer Jurídico nº 011/97 – DRMC/SC, que concluiu favoravelmente ao requerido.

### I – Do Relatório

Trata o presente processo de pedido de renovação de concessão, formulado por JK Santa Catarina Empresa de Comunicações Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

2. A outorga em questão foi deferida à Rádio Canoinhas Ltda., conforme o Portaria MVOP nº 452-C, de 23 de junho de 1961, publicada no **DOU** em 29 subsequente, sendo que, posteriormente, a referida outorga foi transferida para a atual concessionária (JK Santa Catarina Empresa de Comunicações Ltda.), mediante a Portaria MC nº 235, de 31 de outubro de 1984, publicada no **DOU** de 5 de novembro de 1984.

3. O pedido foi objeto de análise pela Delegacia do MC no Estado de Santa Catarina, tendo aquela Delegacia concluído favoravelmente ao pleito, consoante Parecer Jurídico nº 011/97, fls. 55/56, dos autos.

### II – Da Fundamentação

4. Reexaminadas as peças que constituem os autos do presente processo, o pedido, sua documentação e os fundamentos jurídicos que determinaram a postura de deferimento adotada pela DRMC/SC, concluiu, igualmente, pelo deferimento do postulado, acrescentando o seguinte:

- A entidade obteve autorização para alterar seu quadro societário e diretivo, conforme a Exposição de Motivo nº 143, de 10 de julho de 1997, publicada no **DOU** de 16 subsequente, ficando seu quadro societário e diretivo, respectivamente, assim constituídos:

<u>COTISTAS</u>	<u>COTAS</u>	<u>VALOR – R\$</u>
CLOVIS DO CARMO SILVA E ROGÉRIO	2.700.000	2.700.000,00
ESTENER SORATTO DA SILVA	300.000	300.000,00
<u>TOTAL</u>	3.000.000	3.000.000,00
<u>CARGO</u>	<u>NOME</u>	
GERENTE	CLOVIS DO CARMO SILVA E ROGÉRIO	

5. Ressalte-se que a outorga original está amparada juridicamente nos termos de que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e o Decreto nº 88.066, de 1983, eis que o pedido de sua renovação foi apresentado na forma devida e com a documentação hábil.

6. Nos termos da lei, o pedido ter-se-á como deferido, porquanto não decidido ao termo da respectiva concessão ou permissão, sendo permitido o funcionamento em caráter precário, dos serviços outorgados e não renovados em tempo hábil, concluindo, desta forma, que a terminação do prazo da concessão ou a pendência da sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado.

7. Diante do concurso das circunstâncias que envolvem a presente renovação, deve o processo seguir em seu trâmite autorizando-se a postulada renovação, por 10 anos, a partir de 10 de maio de 1994.

### III – Da Conclusão

8. Isto posto, pronuncio-me pelo encaminhamento dos presentes autos ao Exmo. Sr. Ministro das Comunicações, acompanhados de minuta dos atos de renovação correspondentes – Exposição de Motivos e Decreto, com vistas ao encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

9. Posteriormente, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante dispõe o § 3º, do art. 223 da Constituição, para que o ato de renovação possa produzir seus efeitos legais.

É o Parecer **sub censura**.

Brasília, 14 de maio de 2001. – **Marcus Vinicius Lima Franco**, Assistente Jurídico da União.

De acordo. Encaminhe-se à Srª Consultora Jurídica.

Em 16 de maio de 2001. – **Maria da Glória Tuxi F. dos Santos**, Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicações.

Aprovo. Encaminhe-se ao Gabinete do Sr. Ministro.

Em 16 de maio de 2001. – **Raimunda Nonata Pires**, Consultora Jurídica.

*(À Comissão de Educação decisão terminativa.)*

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 315, DE 2003

(Nº 2.020/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Econômica de Comunicação LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 428, de 7 de agosto de 2001, que outorga permissão à Sociedade Econômica de Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### MENSAGEM Nº 993, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 360, de 5 de julho de 2001 – Studio G Comunicação e Marketing Ltda., na cidade de Jataí-GO.

2 – Portaria nº 361, de 5 de julho de 2001 – Studio G Comunicação e Marketing Ltda., na cidade de Jaraguá-GO.

3 – Portaria nº 362, de 5 de julho de 2001 – Rádio Pontal do Sudoeste Goiano FM Ltda, na cidade de Acreúna-GO;

4 – Portaria nº 364, de 5 de julho de 2001 – Rádio JK FM Ltda., na cidade de Taguatinga – DF;

5 – Portaria nº 365, de 5 de julho de 2001 – Sistema Lageado de Comunicação Ltda., na cidade de Goiânia – GO;

6 – Portaria nº 370, de 5 de julho de 2001 – Rádio Serraria FM Ltda., na cidade de Dias D'Ávila – BA;

7 – Portaria nº 422, de 7 de agosto de 2001 – Sistema Interativa de Comunicação Ltda., na cidade de Araranguá – SC;

8 – Portaria nº 428, de 7 de agosto de 2001 – Sociedade Econômica de Comunicação Ltda., na cidade de Blumenau – SC;

9 – Portaria nº 430, de 7 de agosto de 2001 – SM Comunicações Ltda., na cidade de Pedro Canário – ES;

10 – Portaria nº 431, de 7 de agosto de 2001 – SM Comunicações Ltda., na cidade de Pinheiros – ES;

11 – Portaria nº 432, de 7 de agosto de 2001 – Empresa de Comunicação internacional Ltda., na cidade de Itajaí – SC;

Fl. 2 da Mensagem nº 993, de 17-9-2001.

12 – Portaria nº 437, de 7 de agosto de 2001 – RB – Rádio e Televisão Ltda., na cidade de Ecoporanga – ES;

13 – Portaria nº 438, de 7 de agosto de 2001 – Rede Vitória Régia de Rádio Ltda., na cidade de Porto Velho – RO;

14 – Portaria nº 448, de 7 de agosto de 2001 – SM Comunicações Ltda., na cidade de Anchieta – ES; e

15 – Portaria nº 450, de 7 de agosto de 2001 – CV – Rádio e Televisão Ltda., na cidade de Joinville – SC.

Brasília, 17 de setembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC Nº 00514 EM

Brasília, 22 de agosto de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 159/97-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de

1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Sociedade Econômica de Comunicação Ltda. obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

#### PORTARIA Nº 428, DE 7 DE AGOSTO DE 2001

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53820.000132/98, Concorrência nº 159/97-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Sociedade Econômica de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**.

**SOCIEDADE ECONÔMICA DE COMUNICAÇÃO LTDA.****CONTRATO SOCIAL**

**VERGENOR MATTHIES**, brasileiro, maior, solteiro, economista, residente e domiciliado em Joinville - SC., à Rua Jacob Richlin, nº 13, apartamento 602, portador da Carteira de identidade RG nº 2/R - 689.224-SSI/SC., e CPF nº 293.789.239-68, e **CYNTHIA REGINA SCHMIDT MELO**, brasileira, maior, casada, corretora de seguros, residente e domiciliada em Florianópolis - SC., à Rua Esteves Júnior, nº 545, bloco "B", apartamento 502, portadora da Carteira de Identidade RG nº 2/R - 3.001.069 SSP SC e CPF nº 305.904.509-72, resolvem por esse instrumento particular de contrato, constituir uma Sociedade Mercantil por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pela seguinte legislação: Decreto-Lei nr. 3.708 de 10 de janeiro de 1919., Lei nr. 2.597 de 12 de setembro de 1955 e Decreto nr. 39.605-B de 16 de julho de 1956, e pelas demais disposições legais aplicáveis a espécie e pelas cláusulas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - A Sociedade girará sob o nome comercial de "SOCIEDADE ECONÔMICA DE COMUNICAÇÃO LTDA.", tendo sua sede e foro na cidade de Joinville - SC., à Rua Nove de Março, nº 737, 2º andar, sala 202, Edifício Turim, Centro, CEP. 89201-400.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A Sociedade terá como principal objetivo a exploração de estações de radiodifusão com finalidades educacionais, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de propaganda comercial e atividades correlatas, mediante obtenção do Governo Federal de concessões, permissões e licenças, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - A Sociedade será constituída por prazo indeterminado, observando-se, quando da sua dissolução, os preceitos da lei em vigência, iniciando suas atividades 30 (trinta) dias após a publicação do Ato de Deliberação sobre a outorga pelo Congresso Nacional.

**CLÁUSULA QUARTA** - O capital social, inteiramente subscrito e realizado na forma prevista, neste ato, na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), dividido em 150 (cento e cinquenta) quotas no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios:

<u>Sócio</u>	<u>Valor (R\$)</u>	<u>Quotas</u>	<u>%</u>
Vergenor Matthies	75.000,00	75	50
Cynthia Regina Schmidt Melo	75.000,00	75	50
	150.000,00	150	100

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.

Dou fé,  
CTBA, UBERABA,

13 MAR 1998

Cartório Distrital de  
**UBERABA**  
Patricia Lazzarotto - Escrivã  
Fernanda Verginia Bee - Escrevente  
Av. Sen. Salgado Filho, 2368-Guabirotuba  
F. (041) 276-2090 - Curitiba - P.R.

**Parágrafo Primeiro** - Cada sócio integraliza, neste ato, 60% (sessenta por cento) de suas quotas em boa moeda corrente do país, e o saldo será integralizado, também em boa moeda corrente do país, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da publicação do Ato de Deliberação sobre a Outorga pelo Congresso Nacional.

**Parágrafo Segundo** - No caso de obtenção de mais de uma Outorga, o capital social será aumentado de modo a atender as exigências financeiras, econômicas, patrimoniais e legais do Poder Concedente.

**CLÁUSULA QUINTA** - As quotas ou ações representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto a participação de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social.

**CLÁUSULA SEXTA** - A Sociedade será administrada por um ou mais sócios gerentes, a quem compete, privativa e individualmente o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extra-judicial da sociedade, sendo-lhes entretanto, vedado o seu emprego, sob qualquer pretexto ou modalidade em operações ou negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - A investidura no cargo dos administradores, somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Poder Concedente.

**CLÁUSULA OITAVA** - Os sócios que desejarem transferir suas quotas deverão notificar, por escrito, à sociedade, discriminando-lhe o preço, a forma e o prazo de pagamento, para que esta, através dos demais sócios, exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da notificação ou em maior prazo, a critério do sócio alienante. Decorrido esse prazo sem que haja exercido o direito da preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas, desde que sejam observadas as normas da Cláusula Quinta.

**CLÁUSULA NONA** - O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em, 22.1.06.1.01

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.  
Dou fé.

2

CTBA, UBERABA,

13 MAR 1998

Cartório Distrital de  
Uberaba

Patricia Lazzarotto - Escrivã  
Fernanda Vergínia Bee - Escrevente  
Av. Sen. Salgado Filho, 2368-Guabirotuba  
F. (041) 276-2090 - Curitiba - P R

**CLÁUSULA DÉCIMA** - A responsabilidade dos sócios será limitada a importância total do valor do capital social.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA** - As deliberações sociais ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por sócios que representem a maioria absoluta do capital da sociedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA** - A sociedade, por todos os sócios, se obriga a cumprir rigorosamente todas as leis, regulamentos e as instruções vigentes ou que vierem a vigorar, referentes à Radiodifusão e à Segurança Nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA** - As quotas da sociedade são individuais e não poderão ser transferidas ou alienadas a qualquer título a terceiros sem o consentimento unânime dos demais sócios cabendo a estes o direito de preferência na sua aquisição, na proporção das quotas que possuírem, e ainda com a aquiescência do Poder Concedente.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA** - Pelos serviços que prestarem à sociedade, perceberão os sócios, a título de pró-labore, quantia mensal fixada em comum até o limite da dedução fiscal, prevista na legislação do imposto de renda, a qual será levada à Conta de Despesas Gerais.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA** - Fica investido na função de sócio-gerente da sociedade, o sócio **VERGENOR MATTHIES**, para a qual fica dispensado da prestação de caução, conforme preceitua o Artigo 12 do Decreto-Lei nr. 3.708 de 10 de janeiro de 1919.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA** - O sócio-gerente poderá fazer-se representar por procurador ou procuradores, que o representará em todos os atos de interesse da sociedade, gerindo e administrando, desde que com a aprovação prévia do Poder Concedente.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA** - O ano social coincidirá com o ano civil, devendo a 31 de dezembro de cada ano, ser procedido o Balanço Geral da sociedade, obedecidas as prescrições legais e técnicas pertinentes à matéria. Os resultados serão atribuídos aos sócios proporcionalmente às quotas de capital que

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
REPRODUÇÃO FIEL DO DOCUMENTO ORIGINAL  
CONFERE COM O ORIGINAL  
em 21.06.01

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente cópia é reprodução  
fiel do documento original que me foi apresentado.  
Dou fé.  
CTBA - DIBRABA,  
13 MAR 1998  
Patricia Lazzarotto - Escrivã  
Fernanda Verginia Bee - Escrevente  
Av. Sen. Salgado Filho, 2368-Guabirotuba  
F. (041) 276-2090 - Curitiba - P.R.

possuírem, podendo os lucros, à critério dos sócios, serem distribuídos ou ficarem em reserva na sociedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA** - A distribuição dos lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de atender a despesas inadiáveis que impliquem no funcionamento normal da estação de radiodifusão. Suprida a deficiência financeira, os lucros líquidos restantes terão a destinação prevista na Cláusula Décima-Sétima deste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA-NONA** - O falecimento de qualquer dos sócios não dissolve necessariamente a sociedade, ficando os herdeiros e sucessores subrogados nos direitos e obrigações do "de cujus", podendo nela fazerem-se representar, enquanto indiviso o quinhão respectivo, por um dentre eles, devidamente credenciado pelos demais.

**Parágrafo Primeiro** - Apurados por balanço, os haveres do sócio falecido, serão pagos em cinco prestações mensais e iguais, vencendo-se a primeira noventa dias após apresentada à sociedade autorização judicial que permita formalizar-se inteiramente a operação, inclusive perante o Registro do Comércio.

**Parágrafo Segundo** - Fica, entretanto, facultada mediante consenso unânime entre os sócios e herdeiros, outras condições de pagamento, desde que não afete a situação econômico-financeira da sociedade.

**Parágrafo Terceiro** - Mediante acordo com os sócios supérstites, os herdeiros poderão ingressar na sociedade, caso não haja impeditivo legal quanto sua capacidade jurídica.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA** - Os sócios declaram que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA** - O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA** - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em, 21.1.06.101

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.  
Dout. fé.  
CTBA, UBERABA,  
13 MAR 1998  
Patricia Lazzarotto - Escrivã  
Fernanda Vergina Bee - Escrevente  
Av. Sen. Salgado Filho, 2368 - Guabirotuba  
F. (041) 276-2090 - Curitiba - P.R.


**CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA** - A empresa não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA** - Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regem a matéria.

E, por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

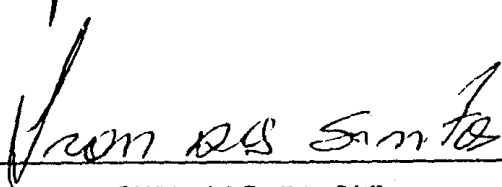
Joinville - SC, 02 de fevereiro de 1998.

  
\_\_\_\_\_  
**Vergenor Matthies**

  
\_\_\_\_\_  
**Cynthia Regina Schmidt Melo**

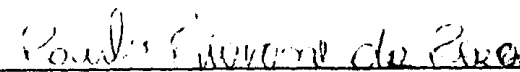
**Testemunhas:**

1.




IVAN DOS SANTOS  
CPF. 650.163.319-42  
C.I. 2/P.2.760.312-55P-50.

2.



PAULO GIOVANNI DA ROSA  
CPF. 025.740.579-17  
C.I. 06.2.040.535-7-55P-50.

**Visto do Advogado:**

  
\_\_\_\_\_  
**Osmar H. Schwartz Jr.**  
**ADVOGADO**  
**OAB/SC 1878**

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 316, DE 2003**

(Nº 2.247, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão  
à Cam-Argo Fundação de Radio e Televi-  
são, para executar serviço de radiodifu-  
são sonora em frequência modulada, na  
cidade de Tatuí, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 561, de 18 de setembro de 2001, que outorga permissão à Cam-Argo Fundação de Rádio e Televisão, para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor, na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 1.174, DE 2001**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 183, de 17 de abril de 2001 – Fundação Educacional Chapada do Araripe, na cidade do Crato-CE;

2 – Portaria nº 560, de 18 de setembro de 2001 – Fundação Educativa e Cultural Padre Alexandrino, na cidade de Capelinha-MG; e

3 – Portaria nº 561, de 18 de setembro de 2001 – Cam-Argo Fundação de Radio e Televisão, na cidade de Tatuí-SP.

Brasília, 30 de outubro de 2001. – **Marco Marciel.**

MC 00618 EM

Brasília, 4 de outubro de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 50830.000352/94, de interesse da Cam-Argo Fundação de Radio e Televisão, objeto de permissão para

executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo.

2 – De acordo com o art. 13, § 1º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3 – Cumpre ressaltar que o pedido se encontra devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, o que me levou a outorgar a permissão, nos termos da inclusa Portaria.

4 – Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

**PORTARIA Nº 561, DE 18 DE SETEMBRO DE 2001**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo nº 50830.000352/94, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Cam-Argo Fundação de Rádio e Televisão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo.

Art. 2º A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga.**

**PARECER Nº 115/2001**

**Referência:** Processo nº 50830.000352/94

**Interessada:** Cam-Argo Fundação de Rádio e Televisão: Outorga de serviço de radiodifusão.

**Ementa:** Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

– Atendimento das exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99.

**Conclusão:** Pelo deferimento

**I – Os Fatos**

A Cam-Argo Fundação de Rádio e Televisão, com sede na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo, requer lhe seja outorgada permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, naquela cidade, mediante a utilização do canal 297 E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2.Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, cujo objetivo principal é promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, culturais e recreativos por rádio e outros meios de comunicação.

3.Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4.A escritura pública com o estatuto da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, microfilmada sob onº 6.415, aos seis (6) dias do mês de janeiro de 1994, na cidade de Tatuí, São Paulo, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

5.O cargo de Diretor Presidente, que terá mandato de três anos, de acordo com o art. 12, do Estatuto da Fundação, está ocupado pelo, Sr. Acassil José de Oliveira Camargo, cabendo a ele a representação ativa e passiva da Fundação, nos atos de sua administração.

6.Estão previstos também os cargos de Diretor Financeiro ocupado pelo Sr. Acassil José de Oliveira Camargo Júnior e de Diretor de Produção e Programação, ocupado pela Srª Eunice Rossi de Oliveira Camargo.

**II – Do Mérito**

7.A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está admitida na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea a).

8.É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9.O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no **DOU**, de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 13 .....  
(....)

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos”.

10.A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no **DOU**, de 19 de abril de 1999.

11.O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-Lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declarações firmadas por eles e juntadas às fls. 12, 19 e 25 dos presentes autos.

**III – Conclusão**

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer “sub-censura”.

Brasília, 18 de maio de 2001. – **Fernando Sampaio Netto**, Assessor Jurídico.

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 18 maio de 2001. – **Napoleão Valadares**, Coordenador-Geral de Outorga.

À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 4 de maio de 2001. – **Antonio Carlos Tardeli**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 23 de maio de 2001. – **Paulo Menicucci** Secretário de Serviços de Radiodifusão.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 317, DE 2003**

(nº 2.391/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Frequência Divinense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divino, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 295, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Rádio Frequência Divinense Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divino, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### **MENSAGEM Nº 283, DE 2002**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 283, de 19 de março de 2002 – Rádio Marco Zero Ltda., na cidade de Macapá – AP;

2 – Portaria nº 287, de 19 de março de 2002 – Rádio e Televisão do Piauí Ltda., na cidade de Campo Maior – PI;

3 – Portaria nº 295, de 19 de março de 2002 – Rádio Frequência Divinense Ltda., na cidade de Divino – MG;

4 – Portaria nº 298, de 19 de março de 2002 – Associação da Comunidade Baependiana de Serviços e Comunicações Ltda., na cidade de Cruzília – MG;

5 – Portaria nº 299, de 19 de março de 2002 – Acrópole Sistema de Radiodifusão Ltda., na cidade de Rio Casca – MG;

6 – Portaria nº 327, de 19 de março de 2002 – Rádio Nova Cidade FM Ltda., na cidade de Cuparaque – MG;

7 – Portaria nº 328, de 19 de março de 2002 – Rádio Fortaleza FM Bauru Ltda., na cidade de Lima Campos – MA;

8 – Portaria nº 330, de 19 de março de 2002 – Rádio e Televisão Libertas Ltda., na cidade de Elói Mendes – MG;

9 – Portaria nº 333, de 19 de março de 2002 – Central de Telecomunicações Ltda., na cidade de Corinto – MG;

10 – Portaria nº 334, de 19 de março de 2002 – Sistema Santamariense de Comunicações Ltda. – ME, na cidade de Santa Maria de Itabira – MG;

11 – Portaria nº 337, de 19 de março de 2002 – Canabarra Comunicações Ltda., na cidade de Descalvado – SP;

12 – Portaria nº 338, de 19 de março de 2002 – Radiodifusão Oeste Paulista Ltda., na cidade de Dracena – SP; e

13 – Portaria nº 379, de 19 de março de 2002 – Rádio e Televisão do Piauí Ltda., na cidade de Oeiras – PI.

Brasília, 17 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC Nº 00378 EM

Brasília, 2 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 66/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Divino, Estado de Minas Gerais.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Frequência Divinense Ltda. obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edi-

tal, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicitado seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

#### PORTARIA Nº 295, DE 19 DE MARÇO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000771/2000, Concorrência nº 066/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Frequência Divinense Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Divino, Estado de Minas Gerais.

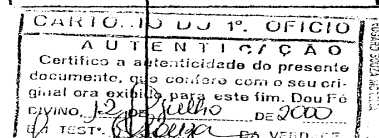
Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**.

#### CONTRATO SOCIAL RADIO FREQUÊNCIA DIVINENSE LTDA.



**ANDREIA CRISTINA REIS FERREIRA DE SOUZA**, brasileira, maior, casada, normalista, Cart. de Identidade nº M-10.160.615 expedida pela Sec. de Segurança Pública de Minas Gerais e CPF nº 025.641.206-52, residente e domiciliada a Rua 13 de Maio nº 125, centro, em Divino-MG., e **IVON GIVISIEZ PORTES**, brasileiro, maior, casado, Comerciante, Cart. de Identidade nº M-4.429.231 expedida pela Sec. de Segurança Pública de Minas Gerais e CPF nº 707.846.986-00, residente e domiciliado a rua Alzira Machado nº 52, bairro Soraya, em Divino, Estado de Minas Gerais., **RESOLVEM CONSTITUIR** uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes.

**PRIMEIRA:** A sociedade que girará sob a denominação social de **RADIO FREQUÊNCIA DIVINENSE LTDA.**, terá sede e foro na cidade de Divino/MG, estabelecida à Rua 13 de Maio 125, centro, podendo, mediante autorização específica, abrir filiais nesta ou em outras localidades do território nacional.

**SEGUNDA:** O capital inicial da sociedade será de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais) dividido em 100 (Cem) Quotas do valor nominal de R\$ 300,00 (Trezentos Reais) e dele pertencendo 85 (Oitenta e Cinco) quotas com o valor global de R\$ 25.500,00 (vinte e Cinco mil e Quinhentos Reais) à quotista **ANDREIA CRISTINA REIS FERREIRA DE SOUZA** e 15 (Quinze) quotas com o valor global de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e Quinhentos Reais) ao quotista **IVON GIVISIEZ PORTES**, ambos já devidamente qualificados e identificados no presente instrumento, perfazendo assim a totalidade do capital social à quantia de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais) totalmente integralizado neste ato, em moeda corrente.

**TERCEIRA:** É indeterminado o prazo de duração da sociedade, sendo que a responsabilidade de cada quotista na forma da Lei Federal nº 3.703 de 1968, no disposto do Artigo 2º fica limitado ao total do capital social.

**QUARTA:** A sociedade terá como objetivo social principal a instalação, execução e exploração comercial dos serviços de radiodifusão em frequência modulada ou em ondas médias e/ou geração ou retransmissão de televisão, bem como os seus serviços afins ou correlatos tais como: serviço especial de música funcional e repetição e/ou retransmissão de sons, e/ou programas especiais pré-gravados ou ao vivo, sempre visando finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, de forma a contribuir para o desenvolvimento da Nação através do aperfeiçoamento integral do homem brasileiro, mediante concessão dada pelo poder concedente de acordo com a legislação específica que rege a matéria.

**QUINTA:** As quotas representativa do capital social são inalienáveis e incaucionáveis, direto ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas, e dependem da alteração contratual, assim como transferência de quotas de prévia autorização do Poder Concedente.

**SEXTA:** A gerência ou administração da sociedade compete unicamente à quotista **ANDREIA CRISTINA REIS FERREIRA DE SOUZA**, que se incumbirá de todas as operações sociais e representará a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, que exercerá, outrossim, o uso de



## CONTRATO SOCIAL RADIO FREQUÊNCIA DIVINENSE LTDA.

...inação social, sendo-lhe vedado, porém, o seu emprego em negócios de m... especialmente o de prestar em nome da sociedade avais, fianças, abonos e/o encusos.

**SÉTIMA:** O sócio acima indicado no exercício de gerência e de cargos na administração da sociedade, fará jus a uma retirada mensal a título de pró-labore fixado e acordado no mês de Janeiro de cada ano, obedecendo os limites regulados pelo imposto de renda.

**OITAVA:** Anualmente a 31 de Dezembro, será procedido levantamento do balanço geral, sendo que os lucros e prejuízos serão distribuídos e/ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas de participação do capital social.

**Parágrafo único:** A critério dos sócios e no atendimento dos interesses sociais, a totalidade ou parte dos lucros poderão ser retidos na sociedade, sob a forma de Reserva de Lucros, de acordo com o estabelecido na Lei nº 6.404/76, ou permanecer em lucros acumulados para futura destinação.

**NONA:** No caso de qualquer dos sócios desejar retirar-se da sociedade deverá notificar, por escrito, os outros sócios com a antecedência de 90 (Noventa) dias e seus haveres lhe serão reembolsados.

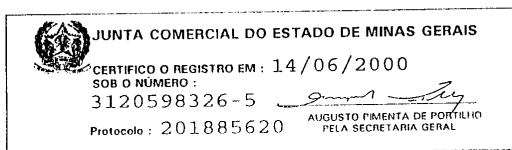
**DÉCIMA:** Os contratantes declaram sob uma responsabilidade individual e às penas da lei, que não incorrem Nas proibições de arquivamento previstas no inciso III, do artigo 38 da Lei Federal nº 4.726, de 13 de Julho de 1965, impeditivas do registro deste instrumento na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

**DÉCIMA PRIMEIRA:** As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente contrato social, serão supridas e/ou resolvidas com base no Decreto nº 3.708 de 10 de Janeiro de 1919 ou outras disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**DÉCIMA SEGUNDA:** Os administradores deverão ser brasileiros natos, ou naturalizados há mais de 10 (Dez) anos e a sua investidura nos cargos somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

**E POR ESTAREM ASSIM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE CONTRATO SOCIAL, DÁTILOGRAFADO EM 3 (TRÊS) VIAS DE IGUAL FORMA E TEOR, INDO A PRIMEIRA VIA PUBLICAÇÃO E REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, OBRIGADO DE CUMPRIDAS AS EXIGÊNCIAS LEGAIS.**

Divino, 12 de Junho de 2000



*Andreia Cristina R. Ferreira de Souza*

*Don Givisiez Portes*

**TESTEMUNHAS:**

*Lauro Rogério Murer*

CPF: 002.983.606-91

C.I.: 2.457.959/SC P/MG

*Elaine Givisiez M. Rodrigues*

CPF: 380.082.466-34

CRC/MG: 31.290

CARTÓRIO DO 1º. OFÍCIO

Assinaturas, Publicações, Reconhecimento

CARLOS JOE ASSIS FERNALDI  
DAF/MG 22004

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 318, DE 2003**

(Nº 2.406/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cruz de Malta Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1084, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à Rádio Cruz de Malta Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 659, DE 2002**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 1.082, de 26 de junho de 2002 – Real – Cafelândia FM Ltda. – ME, na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo – SP;

2 – Portaria nº 1.083, de 26 de junho de 2002 – Sistema Santarosense de Comunicação Ltda., na cidade de Santa Rosa de Viterbo – SP;

3 – Portaria nº 1.084, de 26 de junho de 2002 – Rádio Cruz de Malta Ltda., na cidade de Mogi das Cruzes – SP;

4 – Portaria nº 1.085, de 26 de junho de 2002 – KMR – Telecomunicações Ltda., na cidade de Altinópolis – SP;

5 – Portaria nº 1.087, de 26 de junho de 2002 – Ibiapina Radiodifusão Ltda., na cidade de São Manuel – SP;

6 – Portaria nº 1.095, de 26 de junho de 2002 – Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda., na cidade de Agudos – SP;

7 – Portaria nº 1.098, de 26 de junho de 2002 – Rádio Master FM Ltda., na cidade de Barbosa Ferraz – PR;

8 – Portaria nº 1.100, de 26 de junho de 2002 – San Marino Radiodifusão Ltda., na cidade de Ampére – PR; e

9 – Portaria nº 1.101, de 26 de junho de 2002 – Rádio FM Floresta Ltda., na cidade de Floresta – PE.

Brasília, 24 de julho de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

**MC Nº 00916 EM**

Brasília, 4 de julho de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 161/97-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Cruz de Malta Ltda., obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente. – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

**PORTARIA Nº 1.084, DE 26 DE JUNHO DE 2002**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000444/98, Concorrência nº 161/97-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Cruz de Malta Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

N. I. R. E.	
SINGULAR	
MATRIZ	<input checked="" type="checkbox"/>
FILIAL	<input type="checkbox"/>

Geraldo Urbaneca Ozorio  
advogado



JUCESP PROTOCOLO  
96252/98-4



RÁDIO CRUZ DE MALTA LIMITADA  
Contrato Social

MANOEL PEDRO RODRIGUES FILHO, brasileiro, casado, do comércio, RG 1.932.493 SSP-SP, CPF 068.736.508-20, e MAURICIO MARQUEZINI, brasileiro, casado, do comércio, RG 17.141.685-5 SSP-SP, CPF 251.659.788-69, residentes na Av. Jesuino Marcondes Machado, 505 em Campinas-SP, CEP 13092-320 onde são domiciliados, por este instrumento e na melhor forma de direito, resolvem constituir uma sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, que se regerá segundo as cláusulas abaixo:

#### Da denominação da sede e do objeto

#### CLÁUSULA I

É constituída a sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada que se denomina **RÁDIO CRUZ DE MALTA LIMITADA**, com sede na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Av. Jesuino Marcondes Machado, 505 CEP 13092-320, de acordo com o Decreto N° 3.708 de 10 de janeiro de 1.919 e com a legislação que rege a execução dos serviços de radiodifusão sonora no Brasil.

#### CLÁUSULA II

A sociedade tem por objeto a execução de serviços de radiodifusão sonora de quaisquer modalidades; radiodifusão de sons e imagens (TV), serviços de repetição e retransmissão de TV em caráter educativo, cultural e recreativo e, também serviços de radiodifusão em caráter comercial que necessariamente se revestirão de aspectos educativos, culturais e recreativos sempre nos termos da legislação específica de radiodifusão, em quaisquer localidades do país e desde que, para tanto, o Governo Federal lhe outorgue permissões e, ou, concessões podendo paralelamente explorar a propaganda comercial e a música funcional quando a tanto autorizada por lei ou por ato específico do Poder Concedente.



1ª TABELÃO DE NOTAS - CAMPAGNONE  
BEL. WILLIAM S. CAMPAGNONE  
R. Barão de Jaguaré, 1148 - PABX (019) 231-1955 - CAMPINAS, SP

AUTENTICAÇÃO

CAMPINAS, 19 de Fevereiro de 98  
Autentico a presente copia, reprográfica  
conforme original a mim apresentado, do  
que dou fe. Em Test. da Verdade  
ROBERTO RUSSO-ESCREVENTE-PABX 13\*\*\*\*0,55  
VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE  
378847/0000150556340-32



fls. 1/7

**Parágrafo Único:** Para a consecução dos seus objetivos, a sociedade poderá instalar estações radiodifusoras, serviços especiais de música funcional, estúdios auxiliares e abrir e fechar sucursais, escritórios e filiais em quaisquer partes do país, observados os regulamentos técnicos e as normas jurídicas específicas e aplicáveis.

#### Do capital e da responsabilidade

### CLÁUSULA III

O capital social é de R\$700.000,00 (setecentos mil reais), representado por 700 (setecentas) cotas no valor de R\$1.000,00 (mil reais) cada uma, subscritas neste ato pelos sócios na seguinte proporção:

Cotista	Nº Cotas	Valor
Manoel Pedro Rodrigues Filho.....	693 cotas:	R\$ 693.000,00
Mauricio Marquezini.....	7 cotas:	R\$ 7.000,00
Totais.....	700 cotas:	R\$ 700.000,00

§ 1º O sócio Manoel Pedro Rodrigues Filho integraliza neste ato, em moeda corrente nacional, onze (11) das cotas de capital por ele subscritas e o sócio Mauricio Marquezini integraliza neste ato, em moeda corrente nacional, duas (2) das cotas por ele subscritas.

§ 2º Os Socios integralizarão, também em moeda corrente nacional, as suas cotas restantes, mediante chamadas da Diretoria, ou quando da primeira outorga para execução do serviço de radiodifusão, que vier a ser deferida pelo Governo Federal em favor da Sociedade.

§ 3º A responsabilidade de cada sócio é limitada ao valor total do capital social, nos termos do art. 2º "in fine" do Decreto nº 3.709/19.

§ 4º As quotas representativas do capital social são indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece apenas um único proprietário.



1º TABELIÃO DE NOTAS - CAMPAGNONE  
BEL. WILLIAM S. CAMPAGNONE  
R. Barão de Jaguaria, 1149 - PABX: (019) 231-1056 - CAMPINAS

AUTENTICAÇÃO

CAMPINAS, 19 de Fevereiro de 98  
Autentico a presente cópia reprográfica  
conforme original a mim apresentado, do  
que dou fe. Em Test. da Verdade  
ROBERTO RUSSO-ESCREVENTE-PAGO R\$440,55  
VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE  
378842/0000158-52/268-32



**Da admissão de sócios e da cessão de cotas****CLÁUSULA IV**

As cotas representativas do capital social, por força do que estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil, no Art. 222 e parágrafos, são inalienáveis, incaucionáveis e intransferíveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros e às pessoas jurídicas, exceto aos partidos políticos e às sociedades cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, limitada essa participação a 30% (trinta por cento) do capital social e sem direito a voto.

**CLÁUSULA V**

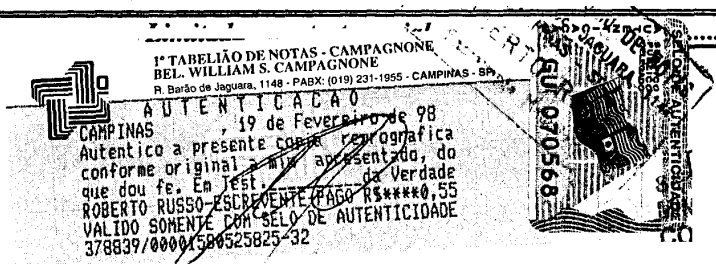
Ocorrendo a hipótese de qualquer sócio desejar transferir as suas cotas, no todo ou em parte, preferência absoluta é assegurada aos demais componentes do quadro societário, devendo o interessado em transferir comunicar essa intenção, por escrito, aos demais cotistas, concedendo-lhes um prazo de 60 (sessenta) dias para a resposta.

§ 1º: O silêncio do sócio notificado será interpretado como concordância e aprovação à transferência pretendida.

§ 2º: Caso mais de um sócio desejar adquirir as cotas do sócio retirante, a aquisição será feita na proporção direta das cotas que cada um dos pretendentes possuir.

**Do prazo e do falecimento****CLÁUSULA VI**

A sociedade inicia as suas atividades na data de hoje e tem duração por prazo indeterminado, observando-se quando da dissolução os preceitos da lei específica e da que for aplicável.



**CLÁUSULA VII**

Ocorrendo o falecimento de qualquer dos sócios a sociedade não se dissolverá, procedendo-se, então, a um balanço geral e pagando-se aos herdeiros ou sucessores do sócio falecido o valor do seu capital, considerando-se os débitos que possua na sociedade e o lucro, ou prejuízo, apurado até o último dia do mês em que tiver ocorrido o falecimento.

§ 1º: O valor total que for devido será pago a quem de direito em 24 (vinte e quatro) prestações mensais de igual valor, sem juros, vencendo-se a primeira 90 (noventa) dias a contar da data do falecimento e as demais no mesmo dia dos meses subseqüentes.

§ 2º: As cotas do sócio falecido serão redistribuídas proporcionalmente entre os sócios remanescentes.

§ 3º: Em caso de impedimento legal de qualquer sócio, aplicar-se-á o disposto nesta cláusula.

**CLÁUSULA VIII**

Poderão os herdeiros necessários e/ou o cônjuge meeiro optar, preferencialmente, pelo seu ingresso na sociedade, desde que obtenham a indispensável autorização do Governo Federal.

**Da administração e do pro-labore**

**CLÁUSULA IX**

Os administradores desta entidade serão sempre brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e a posse nos respectivos cargos somente ocorrerá após aprovação dos seus nomes pelo órgão competente do Governo Federal

**Rádio Cruz de Malta Limitada - contrato social**.....fls. 4/7



1º TABELIÃO DE NOTAS - CAMPAGNONE  
BEL. WILLIAM S. CAMPAGNONE  
R. Barão de Jaguará, 1148 - PABX: (019) 231-1955 - CAMPINAS - SP

**AUTENTICAÇÃO**

CAMPINAS, 19 de Fevereiro de 98  
Autentico a presente copia reprografica  
conforme original a mim apresentado, do  
que dou fe. Em Test. da Verdade  
ROBERTO RUSSO-ESCREVENTE-PAGO R\$\*\*\*\*\*0,55  
VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE  
378836/00001580514381-32



**CLÁUSULA X**

A administração da sociedade será exercida pelo cotista **MANOEL PEDRO RODRIGUES FILHO**, que, na qualidade de "diretor", fará uso da razão social investido de todos os poderes necessários à realização dos fins sociais e dos especiais para representar a sociedade ativa e passivamente, em Juízo e fora dele, podendo transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, fazer acordos, contrair obrigações, adquirir e alienar patrimônio imóvel e confessar dívidas, tudo independentemente de caução ou qualquer garantia de gestão.

§ 1º: É vedado o uso da razão social em negócios estranhos aos objetivos sociais, bem como a concessão de avais, fianças ou quaisquer garantias em favor de terceiros.

§ 2º: A sociedade poderá fazer-se representar em juízo e fora dele por procuradores, brasileiros, os quais terão os poderes que forem fixados nos respectivos mandatos, cuja outorga, quando for o caso, deverá ser precedida de anuência do Governo Federal.

**CLÁUSULA XI**

A partir da data em que a Sociedade obtiver do Governo Federal a primeira outorga para execução do serviço de radiodifusão, o diretor fará jus a uma retirada pro-labore, que será fixada de comum acordo entre os cotistas e registrada em título próprio da contabilidade.

**Do exercício social e do balanço****CLÁUSULA XII**

O ano social tem início em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro, data em que, anualmente, será levantado um balanço geral para apuração dos resultados do exercício. Os lucros ou prejuízos apurados serão suportados entre os sócios na proporção das cotas que possuírem, ou ficarão escriturados em elementos da contabilidade.

**Rádio Cruz de Malta Limitada - contrato social.....fls.5/7**



**Das deliberações sociais****CLÁUSULA XIII**

Qualquer alteração do presente contrato social dependerá de prévia autorização do Governo Federal e somente será válida se assinada por sócios que representem em conjunto, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, mas produzirá efeito em relação a todos, mesmo àqueles que não a tenham assinado.

**Da declaração de responsabilidade****CLÁUSULA XIV**

Declaram os sócios, sob as penas da lei, que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil.

**Dos casos omissos e do foro****CLÁUSULA XV**

Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de comum acordo entre os sócios, buscando-se subsídios em toda a legislação vigente, especialmente no Decreto nº 3.708/19 e no Código Brasileiro de Telecomunicações.

**CLÁUSULA XVI**

Os sócios elegem o foro da Comarca de Campinas, no Estado de São Paulo, para conhecer, em primeira instância, de qualquer pendência oriunda do presente contrato.

Assim, por estarem em tudo justos e contratados, assinam o presente instrumento em três (03) vias, de igual teor e forma e para um único efeito, juntamente com (02) duas testemunhas. Cada via tem 07 páginas impressas apenas no anverso. Este documento será arquivado de imediato na

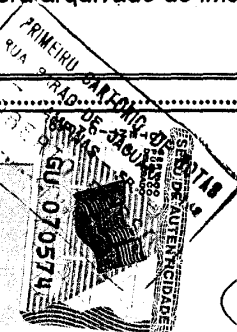
**Rádio Cruz de Malta Limitada - contrato social..... fls. 6/7**



1º TABELIÃO DE NOTAS - CAMPAGNONE  
HEL. WILLIAM S. CAMPAGNONE  
R. Barão de Jaguará, 1148 - PABX: (019) 231-1955 - CAMPINAS - SP

**AUTENTICAÇÃO**

CAMPINAS, 19 de Fevereiro de 98  
Autentico a presente cópia xerográfica  
conforme original a mim apresentado, do  
que dou fe. Em Test. da Verdade  
ROBERTO RUSSO-ESCRIVÃO PAGO R\$\*\*\*\*\*0,55  
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE  
378829/00001560487680-32



**Geraldo Urbaneca Ozorio**  
**advogado**

JUCESP, e não depende de prévia autorização do Ministério das Comunicações, porque a sociedade ainda não é permissionária nem concessionária de serviço de radiodifusão sonora.


Campinas, 03 de fevereiro de 1.998.

  
ass) Manoel Pedro Rodrigues Filho


  
ass) Mauricio Marquezini

Testemunhas:

1-

  
Nome: Edmur Ferreira  
RG: 1.786.018-SSP-SP  
CPF: 024.001.628-91

2-

  
Nome: Edmur Ferreira Junior  
RG: 7.704.482 SSP-SP  
CPF: 025.112.858-00

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 319, DE 2003**

(Nº 869/2001, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Nagib Haickel para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 2 de junho de 2000, que outorga concessão à Fundação Nagib Haickel para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 827, DE 2000**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49 inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 2 de junho de 2000 que "Outorga concessão às entidades que menciona, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências". As entidades mencionadas são as seguintes:

I – Fundação Educativa e Cultural João Soares Leal Sobrinho, na cidade de Teófilo Otoni – MG;

II – Fundação Nacib Haickel, na cidade de São Luís – MA;

III – Fundação Cultural Santa Bárbara, na cidade de Cachoeira do Itapemirim – ES.

Brasília, 26 de junho de 2000. – **Marco Maciel**.

EM nº 164/MC

Brasília, 31 de maio de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da outorga de concessão às entidades abaixo relacionadas, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV), com fins exclusivamente educativos, nas localidades e Unidades da Federação indicadas:

- Fundação Educativa e Cultural João Soares Leal Sobrinho, na cidade de Teófilo Otoni,

Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.001338/99);

- Fundação Nagib Haickel, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão (Processo nº 53000.004247/99);

- Fundação Cultural Santa Bárbara, na cidade de Cachoeira do Itapemirim, Estado do Espírito Santo (Processo nº 53000.006868/98).

De acordo com o § 2º do art. 14 do Decreto-Lei de nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e com o § 1º do art. 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre, ressaltar que os pedidos se encontram devidamente instruídos, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuírem as entidades as qualificações exigidas para a execução do serviço.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referendo ato, acompanhado dos Processos Administrativos Correspondentes.

Respeitosamente, **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

**DECRETO DE 2 DE JUNHO DE 2000**

**Outorga concessão às entidades que menciona, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências.**

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput** da Constituição, e 34 § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996.

Decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas, para executar, pelo prazo de 15 anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

I. Fundação Educativa e Cultural João Soares Leal Sobrinho, na cidade de Teófilo Otoni Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.001338/99);

II. Fundação Nagib Haickel, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão (Processo nº 53000.004247/99);

III. Fundação Cultural Santa Bárbara, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim Estado do Espírito Santo (Processo nº 53000.006868/98);

Parágrafo único. As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tomarem-se nulos, de pleno direito, os atos de outorga.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de junho de 2000; 179º da Independência e 112º da República. – **Marco Maciel**.

#### **PARECER Nº 067/2000-DOUSR**

**Referência:** Processo nº 53000.04247/99

**Interessada:** Fundação Nagib Haickel

**Assunto:** Outorga de serviço de radiodifusão.

**Ementa:** Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa. – Atendimento das exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99

**Conclusão:** Pelo deferimento

#### **I – Os Fatos**

A Fundação Nagib Haickel, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, requer lhe seja outorgada permissão para executar o serviço de radiodifusão em sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa, na localidade de São Luís, Estado do Maranhão, mediante a utilização do canal 15 E.

2. Trata-se de uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, cujo objetivo principal é promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, culturais e recreativos pela rádio e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou a documentação pertinente, a qual mereceu parecer favorável do Setor Jurídico da Delegacia do Ministério das Comunicações da estado do Pará,

4. Os estatutos da entidade, devidamente registrados no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em 20 de novembro de 1997, na Comarca de São Luís, no Estado do Maranhão, sob nº 14.171, livro de notas 598, fls nº 183 a 184 e microfilmado sob o nº 16.058, alterado nos termos das modificações propostas no estatuto apresentado e ata de reunião anexados ao processo, registrados no mesmo Registro Civil em 09 de Setembro de 1999, sob o nº 16.054 e microfilmado sob o nº 16.275, preenchem os requisitos do Código Civil Brasileiro e se encontram de acordo com a legislação específica de radiodifusão.

5. O Conselho Diretor com mandato de quatro anos, de acordo com o art. 17 dos estatutos, está assim constituído:

#### **CONSELHO DIRETOR**

##### **Cargos**

Diretor Presidente

Diretor Técnico

Diretor Administrativo Financeiro Carmem Lúcia Lopes Peres

##### **Nomes**

Francisco Rocha Neto

Lúcia de Fátima Pinto Rocha

6. De acordo com seus estatutos, a representação judicial e extrajudicial da requerente é competência do Diretor Presidente.

#### **II – Do Mérito**

7. A outorga de permissão, concessão e serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens Federal (letra **a** inciso XII, do art. 21).

8. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo, competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9. O regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no **DOU**, de 26 subseqüente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 13. ....

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos.”

10. A documentação instrutória que informa o pedido tanto quanto à entidade, tanto quanto aos seus diretores, está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no **DOU** de 19 de abril de 1999.

11. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-Lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declaração firmada pelos mesmos, juntada aos presentes autos.

### III – Conclusão

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga e Licenciamento para prosseguimento.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer “sub censura”.

Brasília, 10 de março de 2000. – **Maria Antonieta de Alvarenga Grossi**, Advogada-OAB/DF-5419.

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga e Licenciamento.

Brasília, 10 de março de 2000. – **Anacleto Rodrigues Cordeiro**, Coordenador-Geral de Outorga, Subtítulo.

À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 13 de março de 2000. – **Antonio Carlos Tardeli**, Diretor do Departamento de Outorgas de Serviços de Radiodifusão.

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 13 de março de 2000. – **Paulo Menicucci**, Secretário de Serviços de Radiodifusão.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 320, DE 2003

(Nº 1.299/2001, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jóia de Adamantina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Adamantina, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o decreto s/nº, de 11 de outubro de 2000, que renova por dez anos, a partir de 24 de outubro de 1993, a concessão da Rádio Jóia de Adamantina Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Adamantina, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### MENSAGEM Nº 1.679, DE 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 11 de outubro de 2000, que “Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências”. As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – Rádio Difusora Brasileira Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Uberlândia – MG (onda média);

2 – Rádio Liberal Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Belém – PA (onda média);

3 – Ceará Rádio Clube S/A, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Fortaleza – CE (onda média);

4 – Rádio Uirapuru de Fortaleza Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Fortaleza – CE (onda média);

5 – Rádio Verdes Mares Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Fortaleza – CE (onda média);

6 – Fundação Redentorista de Comunicações Sociais, originariamente Rádio Antoninence Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Antonina – PR (onda média);

7 – Rádio Difusora Cruzeiro do Oeste Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Cruzeiro do Oeste – PR (onda média);

8 – Fundação Cultural Celinalta, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Pato Branco – PR (onda média);

9 – Emissora Continental de Campos Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Campos dos Goytacazes – RJ (onda média);

10 – Rádio Sociedade de Friburgo Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Nova Friburgo – RJ (onda média);

11 – Rádio Difusora Boas Novas Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Petrópolis – RJ (onda média);

12 – Fundação Cristã Espírita Cultural Paulo de Tarso, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade do Rio de Janeiro – RJ (onda média);

13 – Rádio Relógio Federal Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade do Rio de Janeiro – RJ (onda média);

14 – Rádio Princesa do Vale Ltda., a partir de 29 de agosto de 1998, na cidade de Açu – RN (onda média);

15 – Radiocultura do Oeste Ltda., a partir de 10 de maio de 1993, na cidade de Pau dos Ferros – RN (onda média);

16 – Rádio Cultura de Gravataí Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Gravataí – RS (onda média);

17 – Rádio Guaíba S/A, a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Porto Alegre – RS (onda média);

18 – Rádio Blau Nunes Ltda., a partir de 28 de outubro de 1993, na cidade de Santa Bárbara do Sul – RS (onda média);

19 – Rádio Jóia de Adamantina Ltda., a partir de 24 de outubro de 1993, na cidade de Adamantina – SP (onda média);

20 – Rádio Difusora de Franca Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Franca – SP (onda média);

21 – Rádio Guarujá Paulista S/A, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Guarujá – SP (onda média);

22 – Rádio Difusora Cacique Ltda., originariamente Rádio Cacique de São Caetano do Sul Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Santos – SP (onda média);

23 – Sociedade Rádio Clube de São José dos Campos Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São José dos Campos – SP (onda média);

24 – Rádio Cultura de Sergipe S/A, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Aracaju – SE (onda média);

25 – Rádio Anhanguera S/A, a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Goiânia – GO (onda tropical); e

26 – Fundação Cultural Celinauta, originariamente Rádio e Televisão Sudoeste do Paraná Ltda., a partir de 21 de fevereiro de 1994, na cidade de Pato Branco – PR (sons e imagens).

Brasília, 13 de novembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM nº 429/MC

Brasília, 23 de setembro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da renovações de concessões, outorgadas às entidades abaixo relacionadas, para explorar serviço de radiodifusão, das localidades e unidades da Federação indicadas:

- Rádio Difusora Brasileira Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais (Processo nº 50710.000486/93);
- Rádio Liberal Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Belém, Estado do Pará (Processo nº 53720.000259/93);
- Ceará Rádio Clube S/A, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará (Processo nº 29650.000723/93);
- Rádio Uirapuru de Fortaleza Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará (Processo nº 29650.000767/93);
- Rádio Verdes Mares Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará (Processo nº 29650.000769/93);
- Fundação Redentorista de Comunicações Sociais, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Antonina, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000336/93);
- Rádio Difusora Cruzeiro do Oeste Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000328/93);
- Fundação Cultural Celinauta, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná (Processo nº 29740.000685/93);
- Emissora Continental de Campos Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Campos nos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.000258/93);

Rádio Sociedade de Friburgo Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.000223/93);

Rádio Difusora Boas Novas Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.000260/93);

Fundação Cristã Espírita Cultural Paulo de Tarso, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.000257/93);

Rádio Relógio Federal Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.000252/93);

Rádio Princesa do Vale Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Açú, Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 53730.000022/98);

Rádio Cultura do Oeste Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 29780.000042/93);

Rádio Cultura de Gravataí Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 50790.000873/93);

Rádio Guaíba S/A, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000617/93);

Rádio Blau Nunes Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 50790.000835/93);

Rádio Jóia de Adamantina Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Adamantina, Estado de São Paulo (Processo nº 50330.000767/93);

Rádio Difusora de Franca Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Franca, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.001519/93);

Rádio Guarujá Paulistana S/A, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.001512/93);

Rádio Difusora Cacique Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santos, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.000286/94);

Sociedade Rádio Clube de São José Dos Campos Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.001551/93);

Rádio Cultura de Sergipe S/A, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe (Processo nº 50840.000161/93);

Rádio Anhanguera S/A, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás (Processo nº 29670.000040/93);

Fundação Cultural Celinauta, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000332/93).

2. Observo que a renovação do prazo de vigência das outorgas para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos foram analisados pelos órgãos técnicos deste Ministério e considerados de acordo com os dispositivos legais aplicáveis, demonstrado possuir as entidades as qualificações necessárias à renovação da concessão.

4. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e Regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do art. 223 da Constituição.

Respeitosamente, **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

#### DECRETO DE 11 DE OUTUBRO DE 2000

#### **Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6º, da Lei nº 5.785, de 23 de ju-

nho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, Decreta:

Art. 1º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas, para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I – Rádio Difusora Brasileira Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Decreto nº 45.369, de 2 de fevereiro de 1959, e renovada pelo Decreto nº 90.578, de 28 de novembro de 1984 (Processo nº 50710.000486/93);

II – Rádio Liberal Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Belém, Estado do Pará, outorgada pelo Decreto nº 48.278, de 9 de junho de 1960, e renovada pelo Decreto nº 88.583, de 2 de agosto de 1983 (Processo nº 53720.000259/93);

III – Ceará Rádio Clube S/A, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, outorgada pelo Decreto nº 1.289, de 23 de dezembro de 1936, e renovada pelo Decreto nº 90.808, de 11 de janeiro de 1985 (Processo nº 29650.000723/93);

IV – Rádio Uirapuru de Fortaleza Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, outorgada pelo Decreto nº 37.904, de 16 de setembro de 1955, e renovada pelo Decreto nº 90.100, de 23 de agosto de 1984 (processo nº 29650.000767/93);

V – Rádio Verdes Mares Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, outorgada pelo Decreto nº 38.067, de 12 de outubro de 1955, renovada pelo Decreto nº 90.771, de 28 de dezembro de 1984, e autorizada a proceder a mudança do seu tipo societário mediante Portaria nº 35, de 14 de setembro de 1992, do Delegado do Ministério das Comunicações no Estado do Ceará (Processo nº 29650.000769/93);

VI – Fundação Redentorista de Comunicações Sociais, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Antonina, Estado do Paraná, outorgada originariamente à Rádio Antoninense Ltda., pela Portaria MVOP nº 730, de 11 de agosto de 1949, renovada pelo Decreto nº 89.626, de 8 de maio de 1984, e transferida para a concessionária de que trata este inciso mediante Decreto nº 94.147, de 26 de março de 1937 (Processo nº 53740.000336/93);

VII – Rádio Difusora Cruzeiro do Oeste Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, outorgada pela Portaria

MVOP nº 628, de 15 de julho de 1955, e renovada pelo Decreto nº 39.409, de 29 de fevereiro de 1984 (Processo nº 53740.000328/93);

VIII – Fundação Cultural Celinauta., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 888, de 11 de abril de 1962, alterado pelo Decreto nº 53.989, de 1º de julho de 1964, e renovada pelo Decreto nº 88.891, de 19 de outubro de 1983 (Processo nº 29740.000685/93);

IX – Emissora Continental de Campos Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pelo Decreto nº 47.780, de 9 de fevereiro de 1960, e renovada pelo Decreto nº 90.100, de 23 de agosto de 1984 (Processo nº 53770.000258/93);

X – Rádio Sociedade de Friburgo Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pelo Decreto nº 26.421, de 5 de março de 1949, e renovada pelo Decreto nº 93.260, de 17 de setembro de 1986 (Processo nº 53770.000223/93);

XI – Rádio Difusora Boas Novas Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pelo Decreto nº 285, de 9 de agosto de 1935, e renovada pelo Decreto nº 90.418, de 8 de novembro de 1984 (Processo nº 53770.000260/93);

XII – Fundação Cristã Espírita Cultural Paulo de Tarso, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pelo Decreto nº 41.952, de 2 de agosto de 1957, e renovada pelo Decreto nº 89.345, de 31 de janeiro de 1984 (Processo nº 53770.000257/93);

XIII – Rádio Relógio Federal Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pelo Decreto nº 27.000, de 2 de agosto de 1949, e renovada pelo Decreto nº 90.255, de 2 de outubro de 1984 (Processo nº 53770.000252/93);

XIV – Rádio Princesa do Vale Ltda., a partir de 29 de agosto de 1998, na cidade de Açu, Estado do Rio Grande do Norte, outorgada pelo Decreto nº 81.990, de 18 de julho de 1978, e renovada pelo Decreto nº 97.935, de 10 de julho de 1989 (Processo nº 53780.000022/98);

XV – Rádio Cultura do Oeste Ltda., a partir de 10 de maio de 1993, na cidade de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte, outorgada pelo Decreto nº 83.173, de 10 de março de 1983 (Processo nº 29780.000042/93);

XVI – Rádio Cultura de Gravataí Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na Cidade de Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pelo Decreto nº 43.030, de 13 de janeiro de 1958, e renovada pelo Decreto nº 88.574, de 2 de agosto de 1983 (Processo nº 50790.000873/93);

XVII – Rádio Guaíba S/A, a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pelo Decreto nº 1.245, de 25 de junho de 1962, e renovada pelo Decreto nº 91.074, de 12 de março de 1985 (Processo nº 53790.000627/93);

XVIII – Rádio Blau Nunes Ltda., a partir de 28 de outubro de 1993, na cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pelo Decreto nº 88.756, de 26 de setembro de 1983 (Processo nº 50790.000835/93);

XIX – Rádio Jóia de Adamantina Ltda., a partir de 24 de outubro de 1993, na cidade de Adamantina, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 85.669, de 1º de setembro de 1983 (Processo nº 50830.000767/93);

XX – Rádio Difusora de Franca Ltda., a partir de 1º maio de 1994, na cidade de Franca, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria MVOP nº B-31, de 21 de janeiro de 1961, e renovada conforme Decreto nº 90.422, de 8 de novembro de 1984 (Processo nº 50830.001519/93);

XXI – Rádio Guarujá Paulista S/A, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria MVOP nº 873, de 2 de outubro de 1946, e renovada pelo Decreto nº 91.088, de 12 de março de 1985 (Processo nº 50830.001512/93);

XXII – Rádio Difusora Cacique Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Santos, Estado de São Paulo, outorgada originariamente à Rádio Cacique de São Caetano do Sul Ltda., conforme Portaria MVOP nº 138, de 30 de janeiro de 1961, e renovada pelo Decreto nº 89.627, de 8 de maio de 1984 (Processo nº 50830.000286/94);

XXIII – Sociedade Rádio Clube de São José dos Campos Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria MVOP nº 947, de 13 de novembro de 1945, e renovada pelo Decreto nº 91.088, de 12 de março de 1985 (Processo nº 50830.001551/93);

XXIV – Rádio Cultura de Sergipe S/A, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Aracaju, Esta-

do de Sergipe, outorgada pelo Decreto nº 46.396, do 9 de julho de 1959, e renovada pelo Decreto nº 92.447, de 7 de março de 1986 (Processo nº 50840.000161/93).

Art. 2º Fica renovada, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1993, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, outorgada à RÁDIO ANHANGUERA S/A, pelo Decreto nº 37.339, de 13 de maio de 1955, e renovada pelo Decreto nº 91.744, de 4 de outubro de 1985 (Processo nº 29670.000040/93).

Art. 3º Fica renovada, por quinze anos, a partir de 21 de fevereiro de 1994, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, originariamente outorgada à Rádio e Televisão Sudoeste do Paraná Ltda, pelo Decreto nº 83.051, de 17 de janeiro de 1979, transferida para a FUNDAÇÃO CULTURAL CELINAUTA, conforme Decreto de 31 de outubro de 1996 (Processo nº 53740.000332/93).

Art. 4º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este Decreto, rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 5º A renovação da concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de outubro de 2000; 179º da Independência e 112º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

#### **PARECER CONJUR/MC Nº 1.298/00**

**Referência:** Processo nº 50.830.000.767/93

**Origem:** Delegacia do MC no Estado de São Paulo.

**Interessada:** Rádio Jóia de Adamantina Ltda.

**Assunto:** Renovação de outorga.

**Ementa:** Concessão para explorar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias, cujo prazo teve seu termo em 24 de outubro de 1993. Pedido apresentado tempestivamente. Regulares a situação técnica e a vida societária.

**Conclusão:** Pelo deferimento do pedido.

Trata o presente processo de pedido de renovação de concessão formulado pela Rádio Jóia de Adamantina Ltda., concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias, na cidade de Adamantina, Estado de São Paulo, conforme o Decreto nº 88.669, de 1º de setembro de 1983, publicado no **Diário Oficial** da União de 2 de setembro de 1983, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991.

2. O pedido foi objeto de análise pela Delegacia do MC no Estado de São Paulo, tendo aquela Delegacia concluído favoravelmente ao pleito, consoante o Parecer Jurídico nº 1104/97, fls. 67/69 dos autos.

3. Reexaminadas as peças que constituem os autos do presente processo, o pedido, sua documentação e os fundamentos jurídicos que determinaram a postura de deferimento adotada pela DMC/SP, concluo, igualmente, pelo deferimento do postulado, acrescentando que a E.M. 186/MC, de 31-7-98, publicada no **Diário Oficial** da União de 18 de agosto de 1998, decidiu pela homologação da Transferência Indireta da Outorga, objeto do Processo Administrativo 29.100.000.103/90, resultando em nova composição dos quadros societário e diretivo da entidade, desta forma:

COTISTAS	COTAS %
JONAS BONASSA	3.479,02
JOSÉ MÁRIO TOFFOLI	2.499,34
TOTAL	6.248,36
SÓCIO GERENTE: JOSÉ MÁRIO TOFFOLI	

4. Ressalte-se que a outorga original está amparada juridicamente nos termos do que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e o Decreto nº 88.066, de 1983, eis que o pedido de sua renovação foi apresentado na forma devida, no prazo legal e com a documentação hábil.

5. Nos termos da lei, o pedido ter-se-á como deferido, porquanto não decidido ao termo da respectiva concessão ou permissão, sendo permitido o funcionamento, em caráter precário, dos serviços outorgados e não renovados em tempo hábil, concluindo-se, desta forma, que a terminação do prazo da concessão ou a pendência da sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado.

6. Isto posto, proponho o encaminhamento dos presentes autos ao Exmº Sr. Ministro de Estado das Comunicações, acompanhados de minuta dos atos

de renovação correspondentes – Exposição de Motivos e Decreto – com vistas ao encaminhamento para o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

7. Posteriormente, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição, para que o ato de renovação possa produzir seus efeitos legais.

Brasília, de de 2000. – **Vânea Rabelo**, Chefe de Serviço

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 321, DE 2003

(Nº 1.908/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Portal de Caxias Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de João Lisboa, Estado do Maranhão.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 15 de janeiro de 2002, que outorga concessão à Rádio Portal de Caxias Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Lisboa, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### MENSAGEM Nº 30, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 15 de janeiro de 2002, que “Outorga concessão às entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências”. As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – Radiodifusão Rainha do Céu Ltda., na cidade de Bezerros – PE (onda média);

2 – Rádio Felicidade FM Ltda., na cidade de Petrolândia – PE (onda média);

3 – EBC – Empresa Bauruense de Comunicação Ltda., na cidade de Ribeirão Preto – SP (onda média);

4 – Líder Comunicações Ltda., na cidade de Feijó – AC (onda média);

5 – Líder Comunicações Ltda., na cidade de Rio Branco – AC (onda média);

6 – Rádio Portal de Caxias Ltda., na cidade de João Lisboa – MA (onda média);

7 – Rádio e Televisão Libertas Ltda., na cidade de Uberlândia – MG (onda média);

8 – Rádio Felicidade FM Ltda., na cidade de Cabrobó – PE (onda média);

9 – Rádio AM Banda 1 Ltda., na cidade de Sarandi – PR (onda média);

10 – Sesal – Comunicação e Informática Ltda., na cidade de Telêmaco Borba – PR (onda média);

11 – Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., na cidade de Igarapé-Miri – PA (onda média);

12 – Rádio Cajazeiras FM Ltda., na cidade de Campina Grande – PB (onda média);

13 – Rádio Cidade Luís Eduardo Magalhães S/C, na cidade de Barreiras – BA (onda média); e

14 – TV Vale do Aço Ltda., na cidade de Coronel Fabriciano – MG (sons e imagens).

Brasília, 21 de janeiro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 00779 EM

Brasília, 10 de dezembro de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Em conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a instauração de procedimento licitatório, na modalidade concorrência, com vistas à outorga de concessão para explorar serviço de radiodifusão, nas localidades e unidades da Federação abaixo indicadas.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, após analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que obtiveram a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelos respectivos editais, tornando-se assim vencedoras das concorrências, conforme atos da mesma comissão, que homologuei, as seguintes entidades:

Radiodifusão Rainha do Céu Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bezerros, Estado de Pernambuco (Processo nº 53103.000338/97 e Concorrência nº 097/97-SFO/MC);

Rádio Felicidade FM Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Petrolândia, Estado de Pernambuco (Processo nº 53103.000340/97 e Concorrência nº 097/97-SFO/MC);

EBC – Empresa Bauruense de Comunicação Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.001345/97 e Concorrência nº 103/97-SFO/MC);

Líder Comunicações Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Feijó, Estado do Acre (Processo nº 53600.000011/98 e Concorrência nº 117/97-SSR/MC);

Líder Comunicações Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Branco, Estado do Acre (Processo nº 53600.000011/98 e Concorrência nº 117/97-SSR/MC);

Rádio Portal de Caxias Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Lisboa, Estado do Maranhão (Processo nº 53680.000099/98 e Concorrência nº 134/97-SSR/MC);

Rádio e Televisão Libertas Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000251/98 e Concorrência nº 136/97-SSR/MC);

Rádio Felicidade FM Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cabrobó, Estado de Pernambuco (Processo nº 53103.000142/98 e Concorrência nº 146/97-SSR/MC);

Rádio AM Banda 1 Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sarandi, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000230/98 e Concorrência nº 150/97-SSR/MC);

Sesal – Comunicação e Informática Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000233/98 e Concorrência nº 150/97-SSR/MC);

Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará (Processo nº 53720.000163/98 e Concorrência nº 018/98-SSR/MC);

Rádio Cajazeiras FM Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba (Processo nº 53730.000206/98 e Concorrência nº 021/98-SSR/MC);

Rádio Cidade Luís Eduardo Magalhães S/C, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barreiras, Estado da Bahia (Processo nº 53640.000280/2000 e Concorrência nº 004/2000-SSR/MC);

TV Vale do Aço Ltda., serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Coronel Fabriciano, Estado

de Minas Gerais (Processo nº 53710.000254/98 e Concorrência nº 136/97-SSR/MC);

2. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõe o art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto que trata da outorga de concessão às referidas entidades para explorar os serviços de radiodifusão mencionados.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, os atos de outorga somente produzem efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito sejam encaminhados os referidos atos.

Respeitosamente, **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

#### DECRETO DE 15 DE JANEIRO DE 2002

##### **Outorga concessão às entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.**

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e 34, § 12, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

Decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I – Radiodifusão Rainha do Céu Ltda., na cidade de Bezerros, Estado de Pernambuco (Processo nº 53103.000338/97 e Concorrência nº 097/97-SFO/MC);

II – Rádio Felicidade FM Ltda., na cidade de Petrolândia, Estado de Pernambuco (Processo nº 53103.000340/97 e Concorrência nº 097/97-SFO/MC);

III – EBC – Empresa Bauruense de Comunicação Ltda., na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.001345/97 e Concorrência nº 103/97-SFO/MC);

IV – Líder Comunicações Ltda., na cidade de Feijó, Estado do Acre (Processo nº 53600.000011/98 e Concorrência nº 117/97-SSR/MC);

V – Líder Comunicações Ltda., na cidade de Rio Branco, Estado do Acre (Processo nº 53600.000011/98 e Concorrência nº 117/97-SSR/MC);

VI – Rádio Portal de Caxias Ltda., na cidade de João Lisboa, Estado do Maranhão (Processo nº 53680.000099/98 e Concorrência nº 134/97-SSR/MC);

VII – Rádio e Televisão Libertas Ltda., na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000251/98 e Concorrência nº 136/97-SSR/MC);

VIII – Rádio Felicidade FM Ltda., na cidade de Cabrobó, Estado de Pernambuco (Processo nº 53103.000142/98 e Concorrência nº 146/97-SSR/MC);

IX – Rádio AM Banda 1 Ltda., na cidade de Sarandi, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000230/98 e Concorrência nº 150/97-SSR/MC);

X – Sesal – Comunicação e Informática Ltda., na cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000233/98 e Concorrência nº 150/97-SSR/MC);

XI – Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., na cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará (Processo nº 53720.000163/98 e Concorrência nº 018/98-SSR/MC);

XII – Rádio Cajazeiras FM Ltda., na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba (Processo nº 53730.000206/98 e Concorrência nº 021/98-SSR/MC);

XIII – Rádio Cidade Luís Eduardo Magalhães S/C, na cidade de Barreiras, Estado da Bahia (Processo nº 53640.000280/2000 e Concorrência nº 004/2000-SSR/MC);

Art. 2º Fica outorgada concessão à TV Vale do Aço Ltda., na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais, para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (Processo nº 53710.000254/98 e Concorrência nº 136/97-SSR/MC).

Art. 3º As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 4º, sob pena de tomar-se nula, de pleno direito, a outorga concedida.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de janeiro de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **Marco Maciel**

**RÁDIO PORTAL DE CAXIAS LTDA.****CONTRATO SOCIAL**

Antônio Roberto Sousa de Moraes, Brasileiro, Solteiro, Estudante, residente e domiciliado à Rua 01 Quadra 03 Casa 12 Cohajap, São Luís - Maranhão, Portador da C.I. N.º 56071396-6 - SSP/MA e Cpf N.º 408.659.243-68; Maria Luíza Fonseca Marinho, Brasileira, Solteira, residente e domiciliada à Rua 01 Quadra 03 Casa 12 Cohajap, São Luís - Maranhão, Portadora da C.I. N.º 1.379.475 - SSP/MA e Cpf N.º 588.230.003-20, constituem uma Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, que se regerá pela legislação vigente e sob as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA I** - A Sociedade girará sob a denominação social de **RÁDIO PORTAL DE CAXIAS LTDA.** e terá como principal objetivo a instalação e execução de Serviços de Radiodifusão Sonora, ou de Sons e Imagens, seus serviços afins e correlatos, bem como os Serviços Especiais de Repetição e Retransmissão de Televisão.

**CLÁUSULA II** - A Sociedade terá sua sede na cidade de Caxias, Estado do Maranhão, situada à Rua Teófilo Dias, 1.207, podendo a critério dos sócios, instalar, manter e extinguir sucursais, filiais e agências em qualquer parte do território nacional.

**CLÁUSULA III** - O Foro da sociedade será o da Comarca de Caxias, Estado do Maranhão, que fica eleito com exclusão de qualquer outro, seja qual for o domicílio das partes, por mais especial ou privilegiado que seja, para conhecer e decidir em primeira instância as questões judiciais que lhe forem propostas com fundamento neste contrato social.

**CLÁUSULA IV** - O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado, podendo esta ser dissolvida a qualquer época pelo consentimento de sócios que representem a maioria do capital social, observando-se quando da sua dissolução, os preceitos da legislação específica.

**CLÁUSULA V** - Na dissolução amigável, os sócios indicarão, entre os cotistas, aquele que irá cuidar da liquidação do capital social.

**CLÁUSULA VI** - A Sociedade não será dissolvida, nem entrará em liquidação em caso de morte, retirada, falência, insolvência, interdição, incapacidade definitiva ou interdição de qualquer dos sócios, devendo os sócios remanescentes proceder a um balanço geral na Sociedade no prazo de 60 (sessenta) dias após o evento, e os haveres apurados serão pagos ao cônjuge supérstite, ou ao herdeiro do sócio falecido, ou ao sócio que se retirar, ou aos representantes legais do sócio que for declarado falido, insolvente, interdito, incapaz ou inabilitado, conforme mais adiante indicado.

**CLÁUSULA VII** - O capital social é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), representado por 50.000 cotas de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, e fica assim distribuído entre os cotistas:

COTISTA	COTAS	VALORES
Antônio Roberto Sousa de Moraes	25.000	R\$ 25.000,00
Maria Luíza Fonseca Marinho	25.000	R\$ 25.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>50.000</b>	<b>R\$ 50.000,00</b>

**TABELIONATO DO**  
 2.º Oficial: **Carteira e cópia que é presente**  
 Tabelião: **recebida e a cópia anexada fiel do**  
 Cópia Certificada: **constante dos autos representada**  
 Continua: **16/03/98**  
 São Luís - MA: **Maria das Graças Ribeiro de Alencar**  
 Escrevente Juramentada



intelectual, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes, ~~os~~ mandatos, com prazo de duração determinada, ~~se poderão ser outorgados exclusivamente a brasileiros.~~

**CLÁUSULA XIX** - É expressamente proibido ao Sócio-Gerente, aos procuradores nomeados para gerir e administrar a Sociedade e aos demais sócios, utilizarem-se da denominação social em negócios ou documentos de qualquer natureza, alheios aos fins sociais, assim como, em nome da sociedade prestar fianças, cauções, avais ou endossos de favor, ainda que deles não resultem obrigações para a Sociedade ou ponham em risco o seu patrimônio.

**CLÁUSULA XX** - A título de *pró labore*, o Sócio-Gerente poderá retirar mensalmente importância fixa, convencionada entre os cotistas, que representem a maioria do capital social, para vigor num determinado período, de preferência coincidente com o encerramento do exercício social, o qual não sendo inferior ao salário mínimo, não ultrapasse os limites da sistemática da legislação em vigor, sendo o produto bruto escritural desde logo considerado, para todos os fins, como encargos operacional da empresa e, como tal, dedutível da receita bruta.

**CLÁUSULA XXI** - As cotas são livremente transferíveis entre os cotistas, desde que haja prévia autorização do Ministério das Comunicações. O preço de cada cota, neste caso, não ultrapassará o resultado do Ativo Líquido, apurado em Balanço, pelo número de cotas.

**CLÁUSULA XXII** - Os sócios poderão ceder ou transferir parte ou totalidade de suas cotas a estranhos mediante o consentimento de sócios que representem mais da metade do capital social. Após o que, deverão notificar por escrito a Sociedade, discriminando o preço, forma e prazo de pagamento, para que seja através dos sócios, exercido ou não, o direito de preferência dentro de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da notificação. Decorrido este prazo, sem que haja manifestação da vontade de aquisição, as cotas poderão ser transferidas sempre após a autorização do Poder Concedente.

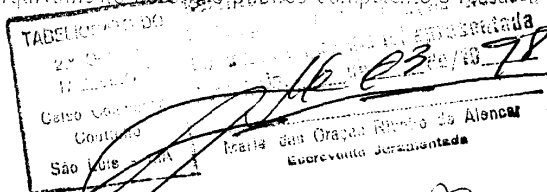
**CLÁUSULA XXIII** - No caso de morte do sócio, terá o cônjuge supérstite ou o herdeiro, a faculdade de optar entre:

- a) A sua participação na Sociedade, o que ocorrerá desde que, para tanto, obtenha a aprovação de sócios que representem a maioria do capital e a prévia autorização do Poder Público Concedente; ou;
- b) O recebimento do capital e demais haveres do sócio falecido, mediante a cessão de cotas, de acordo com os termos da Cláusula XXII, condição aplicável, caso por motivo qualquer, não possa ingressar na Sociedade.

**CLÁUSULA XXIV** - Ocorrendo a hipótese prevista na Cláusula anterior, as cotas e os haveres do sócio falecido serão pagos ao cônjuge supérstite ou herdeiro em 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas acrescidas de juros de 12 (doze) por cento ao ano, sendo a primeira 30 (trinta) dias após a apresentação à Sociedade de autorização judicial que permita formalizar integralmente a operação, inclusive junto à repartição competente.

**CLÁUSULA XXV** - Excetuada a hipótese de sucessão hereditária, não será permitida a transferência, direta ou indireta, da concessão ou permissão, no período de instalação da estação e nem nos 05 (cinco) anos imediatamente subsequentes à data de expedição do certificado de licença para funcionamento.

**CLÁUSULA XXVI** - O instrumento de alteração contratual será assinado por sócios que representem a maioria do capital social, e havendo sócio divergente ou ausente, constará da ata do encontro de alteração essa circunstância para efeito de arquivamento no órgão público competente, e ~~restado~~ <sup>presente</sup> a maioria dos direitos dos interessados.



CLÁUSULA XXVII - O exercício social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da Sociedade, como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos cotistas na proporção de suas cotas. E a distribuição dos lucros será sempre susutada quando verificar-se a necessidade de atender as despesas inadiáveis ou que impliquem o funcionamento das estações.

CLÁUSULA XXVIII - A sociedade, por todos os seus cotistas, se obriga a cumprir rigorosamente as Leis, regulamentos, normas vigentes e recomendações que lhe forem feitas pelo Poder Público Concedente, referentes à Radiodifusão.

CLÁUSULA XXIX - O início das atividades da Sociedade ocorrerá na data do respectivo registro deste instrumento no órgão competente.

CLÁUSULA XXX - Os sócios cotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em Lei que impeçam de exercer a atividade mercantil.

CLÁUSULA XXXI - Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regulam o funcionamento das Sociedades por Cotas de Responsabilidade Limitada, pelos quais a entidade se regerá e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de Radiodifusão.

CLÁUSULA XXXII - Não sendo, ou deixando de ser permissionária ou concessionária do Serviço de Radiodifusão, poderá alterar o contrato social sem a prévia autorização do Órgão Público Competente.

E, assim, por estarem, justos e contratados, de comum acordo firmam este instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, no anverso de 04 (quatro) folhas, o qual lido e achado conforme, assinam juntamente com as testemunhas presenciais abaixo, para que produza os efeitos legais.

São Luís(Ma), 27 de maio de 1.997.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
103 + 01  
FIR. 1603

Antônio Roberto Sousa de 1603

Maria Luiza Fonseca Marinho  
Maria Luiza Fonseca Marinho

TESTEMUNHAS:

CI. N° 4034427267

CI. N° 204.811.335-1417

TABELONATO DO  
2.º OFÍCIO  
TABELADO

1603

Marta de 1603

1603

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****Nº 322, DE 2003**

(Nº 2.271/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Virginópolis, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Virginópolis, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 584, de 10 de outubro de 2001, que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Virginópolis, para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Virginópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 256, DE 2002**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 562, de 18 de setembro de 2001 – Fundação Governador Manoel de Castro, na cidade de Morada Nova-CE;

2 – Portaria nº 563, de 18 de setembro de 2001 – Fundação Rádio FM Educadora Itaguary Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Curralinho-PA;

3 – Portaria nº 584, de 10 de outubro de 2001 – Fundação Educativa e Cultural de Virginópolis, na cidade de Virginópolis-MG;

4 – Portaria nº 586, de 10 de outubro de 2001 – Fundação Universidade de Passo Fundo, na cidade de Carazinho-RS;

5 – Portaria nº 587, de 10 de outubro de 2001 – Fundação Universidade de Passo Fundo, na cidade de Passo Fundo-RS;

6 – Portaria nº 588, de 10 de outubro de 2001 – Fundação Universidade de Passo Fundo, na cidade de Palmeira das Missões-RS;

7 – Portaria nº 742, de 6 de dezembro de 2003 – Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo – FUMCULT, na cidade de Congonhas-MG;

8 – Portaria nº 129, de 5 de fevereiro de 2002 – Fundação Quilombo, na cidade de Penedo-AL

9 – Portaria nº 130, de 5 de fevereiro de 2002 – Fundação Quilombo, na cidade de Palmeira dos Índios-AL

10 – Portaria nº 332, de 5 de fevereiro de 2002 – Fundação Rádio FM Educadora Itaguary Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Muaná-PA;

11 – Portaria nº 386, de 19 de fevereiro de 2002 – Fundação Cidades Históricas, na cidade de Paraíba do Sul-RJ;

12 – Portaria nº 188, de 19 de fevereiro de 2002 – Fundação Quilombo, na cidade de União dos Palmares-AL;

13 – Portaria nº 248, de 5 de março de 2002 – Fundação Claret, na cidade de Batatais-SP;

14 – Portaria nº 249, de 5 de março de 2002 – Fundação Cultural e Educativa Serro Azul, na cidade de Itabira-MG;

35 – Portaria nº 250, de 5 de março de 2002 – Fundação Universo, na cidade de Aparecida de Goiânia-GO;

16 – Portaria nº 414, de 20 de março de 2002 – Fundação Cândido Garcia, na cidade de Umuarama-PR; e

17 – Portaria nº 415, de 20 de março de 2002 – Fundação Educativa e Cultural, Amazônia Viva, na cidade de Belém-PA.

Brasília, 11 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC Nº 00236 EM

Brasília, 8 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53710.001327/97, de interesse da Fundação Educativa e Cultural de Virginópolis, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Virginópolis, Estado de Minas Gerais.

2. De acordo com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido se encontra devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, o que me levou a outorgar a permissão, nos termos da inclusa Portaria.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

#### **PORTARIA Nº 584, DE 10 DE OUTUBRO DE 2001**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.001327/97, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Educativa e Cultural de Virginópolis para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Virginópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**.

#### **PARECER Nº 206/2001**

**Referência:** Processo nº 5371 0.001327/97

**Interessada:** Fundação Educativa e Cultural de Virginópolis Outorga de serviço de radiodifusão.

**Ementa:** Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos. – Atendimento das exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99.

**Conclusão:** Pelo deferimento

#### **I – Os Fatos**

A Fundação Educativa e Cultural de Virginópolis, com sede na cidade de Virginópolis, Estado de Minas Gerais, requer lhe seja outorgada permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, naquela cidade, mediante a utilização do canal 292 E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2 – Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, cujo objetivo principal é promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, culturais e recreativos por rádio e outros meios de comunicação.

3 – Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4 – A escritura pública com o estatuto da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Livro “A”, sob o nº 164, aos 25 dias do mês de abril de 2000, na cidade de Virginópolis, Minas Gerais, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

5 – O cargo de Presidente, que terá mandato de três anos, de acordo com o art. 13 do Estatuto da Fundação, está ocupado pelo Sr. Albert Pinho, cabendo a ele a representação ativa e passiva da Fundação, nos atos de sua administração.

6 – Estão previstos também os cargos de Diretor Vice-Presidente, ocupado pela Sra. Marisse Gonçalves Gomes e de Diretor Administrativo e Financeiro, ocupado pela Sra. Márcia Gonçalves Gomes.

#### **II – Do Mérito**

7 – A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está admitida na Constituição Federal art. 21, inciso XII, alínea a

8 – É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9 – O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no **DOU**, de 26 subseqüente, dispen-

sa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 13 .....

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos”.

10 – A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no **DOU** de 19 de abril de 1999.

11 – O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declaração firmada por eles e juntada à fl. 2 dos presentes autos.

### III – Conclusão

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer “sub-censura”.

Brasília, 19 de setembro de 2001. – **Fernando Sampaio Netto**, Assessor Jurídico.

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 19 de setembro de 2001. – **Napoleão Valadares**, Coordenador-Geral da Outorga

À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 20 de setembro de 2001. – **Antônio Carlos Tardeli**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 20 de setembro de 2001. – **Antonio Carlos Tardeli**, Secretário de Serviço de Radiodifusão Interino.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.).

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

### Nº 323, DE 2003

(Nº 2.272/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade de Passo Fundo, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 587, de 10 de outubro de 2001, que outorga permissão à Fundação Universidade de Passo Fundo, para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### MENSAGEM Nº 256, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 562, de 18 de setembro de 2001 – Fundação Governador Manoel de Castro, na cidade de Morada Nova – CE;

2 – Portaria nº 563, de 18 de setembro de 2001 – Fundação Rádio FM Educadora Itaguay Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Curralinho – PA;

3 – Portaria nº 584, de 10 de outubro de 2001 – Fundação Educativa e Cultural de Virginópolis, na cidade de Virginópolis – MG;

4 – Portaria nº 586, de 10 de outubro de 2001 – Fundação Universidade de Passo Fundo, na cidade de Carazinho – RS;

5 – Portaria nº 587, de 10 de outubro de 2001 – Fundação Universidade de Passo Fundo, na cidade de Passo Fundo – RS;

6 – Portaria nº 588, de 10 de outubro de 2001 – Fundação Universidade de Passo Fundo, na cidade de Palmeira das Missões – RS;

7 – Portaria nº 742, de 6 de dezembro de 2001 – Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo – FUMCULT, na cidade de Congonhas – MG;

8 – Portaria nº 129, de 5 de fevereiro de 2002 – Fundação Quilombo, na cidade de Penedo – AL;

9 – Portaria nº 130, de 5 de fevereiro de 2002 – Fundação Quilombo, na cidade de Palmeira dos Índios – AL;

10 – Portaria nº 132, de 5 de fevereiro de 2002 – Fundação Rádio FM Educadora Itaguary Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Muaná – PA;

11 – Portaria nº 186, de 19 de fevereiro de 2002 – Fundação Cidades Históricas, na cidade de Paraíba do Sul – RJ;

12 – Portaria nº 188, de 19 de fevereiro de 2002 – Fundação Quilombo, na cidade de União dos Palmares – AL;

13 – Portaria nº 248, de 5 de março de 2002 – Fundação Claret, na cidade de Batatais – SP;

14 – Portaria nº 249, de 5 de março de 2002 – Fundação Cultural e Educativa Serro Azul, na cidade de Itabira – MG;

15 – Portaria nº 250, de 5 de março de 2002 – Fundação Universo, na cidade de Aparecida de Goiânia – GO;

16 – Portaria nº 414, de 20 de março de 2002 – Fundação Cândido Garcia, na cidade de Umuarama – PR; e

17 – Portaria nº 415, de 20 de março de 2002 – Fundação Educativa e Cultura Amazônia Viva, na cidade de Belém – PA.

Brasília, 11 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 00269 EM

Brasília, 18 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53790.000708/2000, de interesse da Fundação Universidade de Passo Fundo, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

2. De acordo com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido se encontra devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, o que me levou a outorgar a permissão, nos termos da inclusa portaria.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo que lhe deu origem.

Respeitosamente, **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

#### **PORTARIA Nº 587, DE 10 DE OUTUBRO DE 2001**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.000708/2000, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Universidade de Passo Fundo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.. – **Pimenta da Veiga.**

#### **PARECER Nº 198/2001**

**Referência:** Processo nº 53790.000708/00

**Interessada:** Fundação Universidade de Passo Fundo

**Assunto:** Outorga de serviço de radiodifusão.

**Ementa:** – Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos. – Atendimento das exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99.

**Conclusão:** Pelo deferimento

## I – Os Fatos

A Fundação Universidade de Passo Fundo, com sede na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, requer-lhe seja outorgada permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, naquela cidade, mediante a utilização do canal 260 E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2. Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, cujo objetivo principal é promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, culturais e recreativos por televisão, rádio e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4. A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Livro “A – 3º”, sob o nº 413, em 28 de junho de 1967, na cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

5. O cargo de Diretor Presidente, que terá mandato de dois anos, conforme artigo 6º, § 2º, do Estatuto, está ocupado pelo Sr. Paulo Adil Ferenci, cabendo a ele representação ativa e passiva da Fundação, nos atos de sua administração.

6. Estão previstos também os cargos de Diretor Primeiro Vice-Presidente, ocupado pela Sra. Rosa Maria Locatelli Kalil, de Diretor Segundo Vice-Presidente, ocupado pelo Sr. Luiz Carlos Manzato, de Diretor Tesoureiro, ocupado pelo Sr. Adroaldo Baseggio Mallmann e de Diretor Secretário, ocupado pelo Sr. Jocarly Patrocínio de Souza.

## II – Do Mérito

7. A outorga de permissão, concessão e autorização serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está admitida Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea a).

8. É também a Carta Magna, em seu art. 223, Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para referido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9. Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 2.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no **DOU**, de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 13 .....  
(...)”

§ 1º – É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos”.

10. documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no **DOU** de 19 de abril de 1999.

11. deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declaração firmada por eles e juntada à fl. 428 dos presentes autos.

## III – Conclusão

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado, conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer “sub-censura”.

Brasília, 3 de setembro de 2001. – **Fernando Sampaio Netto**, Assessor Jurídico.

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 3 de setembro de 2001. – **Antonio Carlos Tardeli**, À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 4 de setembro de 2001. – **Paulo Menicucci**, Secretário de Serviços de Radiodifusão.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 324, DE 2003**

(Nº 2.276/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão  
ao Sistema Maia de Comunicação Ltda.,  
para explorar serviço de radiodifusão so-  
nora em frequência modulada, na cidade  
de Itapagipe, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 313, de 19 de março de 2002, que outorga permissão ao Sistema Maia de Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itapagipe, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 272, DE 2002**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de exposições de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 277, de 19 de março de 2002 – Sistema Maia de Comunicação Ltda, na cidade de Itapagipe – MG;

2 – Portaria nº 284, de 19 de março de 2002 – Ibiapina Radiodifusão Ltda., na cidade de Aral Moreira – MS;

3 – Portaria nº 308, de 19 de março de 2002 – Rádio Bom Sucesso Ltda., na cidade de Centralina – MG;

4 – Portaria nº 313, de 19 de março de 2002 – Sistema Maia de Comunicação Ltda., na cidade de Itapagipe – MG;

5 – Portaria nº 314, de 19 de março de 2002 – Sociedade de Comunicação Azaléia Ltda., na cidade de Bocaiúva – MG;

6 – Portaria nº 321, de 19 de março de 2002 – Rádio FM Camocim Ltda., na cidade de Camocim de São Félix – PE;

7 – Portaria nº 322, de 19 de março de 2002 – Magui – Comunicação e Marketing Ltda., na cidade de Belo Oriente – MG;

8 – Portaria nº 323, de 19 de março de 2002 – Rádio São Judas Tadeu FM Ltda., na cidade de Coqueiral – MG;

9 – Portaria nº 324, de 19 de março de 2002 – Rádio Mirai FM Stéreo Ltda., na cidade de Mirai – MG; e

10 – Portaria nº 326, de 19 de março de 2002 – Rádio FM Beira Rio Ltda., na cidade de Morada Nova – CE.

Brasília, 16 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 370 EM

Brasília, 27 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 135/97-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itapagipe, Estado de Minas Gerais.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes com Observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que ao Sistema Maia de Comunicação Ltda. obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

**PORTARIA Nº 313, DE 19 DE MARÇO DE 2002**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, era conformidade cora o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 23 de novembro de 1995, e tendo em vista o que conta do Processo nº 53710.000229/98, Concorrência nº 135/97-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Sistema Maia de Comunicação Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itapagipe, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, aos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

3º O contrato de adesão decorrente data permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de torna-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga.**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 15/02/03

000011

03

## CONTRATO SOCIAL

Por este instrumento particular, **José de Freitas Maia**, brasileiro, casado, contabilista e advogado, residente e domiciliado na Rua 20 nº 1.465, em Itapagipe MG., nascido em Iturama MG., no dia 8.6.63, portador da Cédula de Identidade RG M-2.839.890 - SSP/MG., inscrito no CPF. sob nº 447.263.176-87 e **Benice Nery Maia**, brasileira, casada, contabilista, residente e domiciliada na Rua 20 nº 1.465, em Itapagipe MG., nascida em São Francisco de Sales MG., no dia 14.12.60, portadora da Cédula de Identidade RG M-1.761.433 - SSP/MG., inscrita no CPF. sob nº 406.365.426-53, contraem uma **Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**PRIMEIRA** - A sociedade girará sob a denominação social de **SISTEMA MAIA DE COMUNICAÇÃO LTDA.**, e terá por sede a cidade de Itapagipe, Estado de Minas Gerais, na Rua 10 nº 722, podendo abrir filiais se convier e transferir de endereço se necessário, comunicando aos órgãos competentes. Para consecução de seus objetivos usará o nome fantasia de **RÁDIO SOCIEDADE**;

**SEGUNDA** - O objetivo da sociedade será a execução de Serviços de Radiodifusão;

**TERCEIRA** - A sociedade tem previsto para o dia 15 de fevereiro 1998, o início de suas atividades, e a duração será por tempo indeterminado;

**QUARTA** - O capital social é de 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30 (trinta) quotas unitárias de R\$ 1.000,00 (mil reais), pertencendo 15 quotas a cada sócio, e o mesmo será integralizado pelos sócios em moeda corrente nacional, da seguinte forma: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) dentro dos três meses seguintes ao registro deste contrato e R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), dentro dos doze meses subseqüentes;

**QUINTA** - A gerência e administração da sociedade serão exercidas por ambos os sócios, que poderão assinar conjunta ou separadamente;

**SEXTA** - A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor do capital social, de acordo com a lei;

**SÉTIMA** - O uso da denominação social caberá a ambos os sócios, conjunta ou isoladamente, mas unicamente nos negócios de interesses aos fins sociais, vedado o seu uso em endossos de favor, avais, cartas de fianças, sob a pena de nulidade deles;

**OITAVA** - Ambos os sócios terão direito de fazer retiradas mensais a título de pro-labore, de importância conforme as condições econômico-financeiras da sociedade;

A presente foi lida e aprovada em 15/02/03.

Por meio de...

Cartório de Registro Civil e Arquivo

000012 04

**NONA** - Em 31 de dezembro de cada ano proceder-se-á o Balanço Geral da sociedade e os lucros ou prejuízos verificados serão divididos ou suportados pelos sócios na mesma proporção com que formaram o capital social; caso não necessitam os sócios ou não tenha condições a sociedade, os lucros apurados poderão ser deixados em suspensos, para divisão na época em que julgarem própria;

**DÉCIMA** - A sociedade não entra em dissolução ou liquidação por retirada, falência ou incapacidade de qualquer um dos sócios, desde que o outro queira prosseguir com a sociedade, cabendo aos sucessores nomear seu legítimo representante para gerir a sociedade em seu nome;

**DÉCIMA PRIMEIRA** - Desejando um dos sócios se retirar da sociedade deverá notificá-la de sua decisão, com antecedência mínima de 60 (sessenta dias); uma vez positivada tal retirada será procedido o Balanço Geral, pagando ao sócio retirante o que o mesmo tiver direito na sociedade;

**DÉCIMA SEGUNDA** - Os sócios declaram expressamente sob as penas da lei que não se acham incurso nas proibições previstas no Inciso III, do art. 38 da lei 4.726 de 13/07/65;

**DÉCIMA TERCEIRA** - Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de acordo com a lei que rege a matéria;

Estando ambos de pleno acordo, assinam o presente contrato particular em três vias de igual teor perante testemunhas.

Itapagipe, 12 de fevereiro 1998

José de Freitas Maia

Benice Nery Maia

SERVICO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em: 15/02/98

Testemunhas:

1. Nídea Leite do Amorim  
Nídea Leite do Amorim  
M-6.931.043 - SSP/MG

2. Sandra Maria de Freitas  
Sandra Maria de Freitas  
M-6.596.228 - SSP/MG

#### AUTENTICAÇÃO

original autógrafo confere com o original.

atestado de 13 de março de 1998

16 de março de 1998

Paulo Roberto Teixeira  
OAB-MG 44.883 - CPF 102.510.186-16

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIFICO O REGISTRO EM: 16/02/98

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 325, DE 2003**

(Nº 2.283/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à Associação da Comunidade Baependiana de Serviços e Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Cruzília, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 298, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Associação da Comunidade Baependiana de Serviços e Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Cruzília, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 283, DE 2002**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 283, de 19 de março de 2002 – Rádio Marco Zero Ltda., na cidade de Macapá – AP;

2 – Portaria nº 287, de 19 de março de 2002 – Rádio e Televisão do Piauí Ltda., na cidade de Campo Maior – PI;

3 – Portaria nº 295, de 19 de março de 2002 – Rádio Frequência Divinense Ltda., na cidade de Divinópolis – MG;

4 – Portaria nº 298, de 19 de março de 2002 – Associação da Comunidade Baependiana de Serviços e Comunicações Ltda., na cidade de Cruzília – MG;

5 – Portaria nº 299, de 19 de março de 2002 – Acrópole Sistema de Radiodifusão Ltda., na cidade de Rio Casca – MG;

6 – Portaria nº 327, de 19 de março de 2002 – Rádio Nova Cidade FM Ltda., na cidade de Cuparaque – MG;

7 – Portaria nº 328, de 19 de março de 2002 – Rádio Fortaleza FM Bauru Ltda., na cidade de Lima Campos – MA;

8 – Portaria nº 330, de 19 de março de 2002 – Rádio e Televisão Libertas Ltda., na cidade de Elói Mendes – MG;

9 – Portaria nº 333, de 19 de março de 2002 – Central de Telecomunicações Ltda., na cidade de Corinto – MG;

10 – Portaria nº 334, de 19 de março de 2002 – Sistema Santamariense de Comunicações Ltda., na cidade de Santa Maria de Itabira – MG;

11 – Portaria nº 337, de 19 de março de 2002 – Canabarra Comunicações Ltda., na cidade de Descalvado – SP;

12 – Portaria nº 338, de 19 de março de 2002 – Radiodifusão Oeste Paulista Ltda., na cidade de Dracena – SP; e

13 – Portaria nº 379, de 19 de março de 2002 – Rádio e Televisão do Piauí Ltda., na cidade de Oeiras – PI.

Brasília, 17 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 00376 EM

Brasília, 27 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 066/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Cruzília, Estado de Minas Gerais.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Associação da Comunidade Baependiana de Serviços e Comunicações Ltda., obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

**PORTARIA Nº 298, DE 19 DE MARÇO DE 2002**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000772/2000, Concorrência nº 066/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Associação da Comunidade Baependiana de Serviços e Comunicações Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Cruzília, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga.**

**INSTRUMENTO DE CONTRATO SOCIAL DE UMA SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.**

Por este instrumento particular, **IVA BRANDI DE ALMEIDA LIMA**, brasileira, casada, comerciante, nascida em 12.02.75, Portadora da CTPS Nº 31036 Serie 0091/MG, expedida pelo MT/MG, C.I.C. 037.525.096-43, residente à Rua Prof. Rene Ferreira nº 62 - Centro - Baependi-MG, e **ISAIAS DE LIMA**, brasileiro, casado, comerciante, nascido em 04.02.62, Portador da cedula de identidade n. M-2.840.412, expedida pela SSP/MG, C.I.C. 436.031.306-34, residente à Rua Capitão João Rocha, 171-A, Centro, Baependi - MG, e **DAVID ALVES DE LIMA**, brasileiro, casado, comerciante, nascido em 17.04.41, portador da CTPS.n.45981 Serie 0031/MG, expedida pelo MT/MG, C.I.C. 510.776.476-20, residente à Rua Severino Melreles n. 37-A - Centro - Baependi-MG, e **RUBENS DE CASTRO LIMA**, brasileiro, casado, comerciante, nascido 04.12.64, portador da cedula de identidade n. 115.231.650, expedida pela SSP/MG, C.I.C. 049.035.628-16, residente à Rua Prof. Rene Ferreira, 62 - Centro - Baependi-MG, e **ELOIR CARLOS DE LIMA**, brasileiro, solteiro, comerciante, nascido em 23.03.72, portador da cedula de identidade n. M-7.197.330, expedida pela SSP/MG, C.I.C. 862.705.596-34, residente à Rua Jaziel da Luz, 25 - Centro - Baependi-MG. Constatam por instrumento uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada sob as cláusula em condições seguintes:



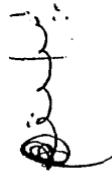

**PRIMEIRA**

**AUTENTICAÇÃO**  
A presente foto cópia está igual ao original que me foi apresentado, e como qual conferi, achando-a em tudo conforme. Dou Fé.  
Em test. ( ) da verdade  
Baependi, 25 de 07 de 2000  
[Assinatura]  
- TABELIÃO

A sociedade girará sob a denominação social de " **ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE BAEPENDIANA DE SERVIÇOS E COMUNICAÇÕES LTDA** ," a mesma terá o início de suas atividades em **15.06.1997**.

**SEGUNDA**

A sociedade terá sua sede própria à Rua Professor Rene Ferreira n. 62- B - 3 Andar - Centro - Baependi -MG, CEP. 37443-000, podendo estabelecer filiais e sucursais em qualquer ponto do território Nacional obedecendo as disposições legais vigentes.

  
TERCEIRA

O objetivo da sociedade será a exploração por conta própria do ramo de " **COMERCIO RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUENCIA MODULADA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: PUBLICITÁRIO, NOTICIÁRIO, JONALISTICO, EDUCACIONAL, CULTURAL E RELIGIOSO** ".

  
QUARTA

O capital da sociedade será de R\$ 40.000,00 ( Quarenta mil reais ), divididos em 40.000 ( Quarenta mil ), cotas de R\$ 1,00 ( Hum Real ), cada uma, sendo integralizado neste ato, em moeda corrente do país e assim distribuído entre os sócios:

**IVA BRANDI DE ALMEIDA LIMA** 25.200 cotas no valor de R\$ 25.200,00

**ISAIAS DE LIMA** 3.600 cotas no valor de R\$ 3.600,00

**DAVID ALVES DE LIMA** 3.600 cotas no valor de R\$ 3.600,00


**RUBENS DE CASTRO LIMA** 4.000 cotas no valor de R\$ 4.000,00

**ELOIR CARLOS DE LIMA** 3.600 cotas no valor de R\$ 3.600,00

AUTENTICAÇÃO


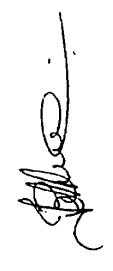
A presente foto cópia está igual ao original que me foi apresentado, e como o qual conferi, achando-a em tudo conforme. Dou Fé

QUINTA

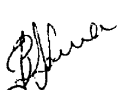


Em test.º (  ) da verdade  
Baependi, 25 de 07 de 2003

— TABELIÃO —

A responsabilidade dos sócios e na forma da legislação em vigor limitada a importância total do capital social.

SEXTA

A gerencia da sociedade será exercida pela a socia **IVA BRANDI DE ALMEIDA LIMA**, e a mesma terá uma retirada mensal a título de Pro-Labore, dentro dos limites permitidos pelo Imposto de Renda, e os sócios **RUBENS DE CASTRO LIMA**, **ISAIAS DE LIMA**, **DAVID ALVES DE LIMA**, **ELOIR CARLOS DE LIMA**, Participará da sociedade como cotista, participando dos lucros e prejuízos.



SÉTIMA

O uso da sociedade que fará a sócia **IVA BRANDI DE ALMEIDA LIMA**, só poderá ser usada em negócios e interesses da sociedade ficando vedado os seus endossos, avais, fianças e ou obrigações.

OITAVA

A sociedade terá seu balanço realizado todos os dias 31 de Dezembro de cada ano e o prazo de duração da sociedade será por tempo **INDETERMINADO**.

**AUTENTICAÇÃO**

**NONA** A presente foto cópia está igual ao original que me foi apresentado, e com o qual conferi, achando-a em tudo conforme. Dou Fé  
Em test.º de 25 de 07 de 2000  
Baependi, 25 de 07 de 2000  
Paulo César Leite  
- TABELIÃO -

" O PRESENTE DOCUMENTO FOI ELABORADO CONFORME A VIGENTE LEI n. 8.934 DE 18/11/94, COM EXIGÊNCIAS E PROCEDIMENTOS INTRODUZIDOS PELO DECRETO n. 1.800 DE 30/01/96, QUE REGULAMENTOU A MENCIONADA LEI, NÃO ESTANDO OS SÓCIOS INCLUSOS EM NENHUM DOS SEUS IMPEDIMENTOS."

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

DÉCIMA

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*

No caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida ou extinta, cabendo aos sócios remanente determinar o levantamento de um balanço especial na data do falecimento ocorrido. Os herdeiros do falecido exercerão em comum o direito sobre suas quotas de capital designando entre si para que os representem na sociedade ou então, receberão todos os haveres, apurando um balanço especial.



*[Handwritten signature]*

AUTENTICAÇÃO

DECIMA PRIMEIRA. A foto cópia está igual ao original que me foi apresentado, e com o qual conferi, achando-a em tudo conforme. Dou Fé. Em test.º ( *[Signature]* ) da verdade. Bapendi, 25 de 07 de 2000.

*[Signature]*  
- TABELIÃO -

*[Handwritten signature]*

Na transferência de quotas, terão preferência os quotistas e, em primeiro lugar, aqueles que detiverem maior número de quotas.

DECIMA SEGUNDA

*[Handwritten signature]*

As quotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual da prévia anuência do órgão competente do Ministério das Comunicações.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

~~of~~

### DECIMA TERCEIRA

Para os cargos de Gerente, Procurador, Administradores, Locutores e Encarregados das Instalações Radioelétricas somente serão admitidos brasileiros natos.


E por acharem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente contrato assinando-o na presença das testemunhas, em três exemplares de igual teor, enviando para registros na JUCEMG.

Baependi, 02 de Junho de 1997.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CERTIFICADO DE REGISTRO  
SOB O NÚMERO  
13806  
DE 31 DE MAIO DE 2003  
Pelo Tabelião  
AUGUSTO PINHEIRO DE PORTUGAL  
PELA SECRETARIA GERAL

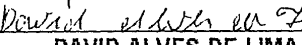
  
IVA BRANDI DE ALMEIDA LIMA



  
ISMAEL DE LIMA

#### AUTENTICAÇÃO


A presente foto cópia está igual ao original que me foi apresentado, e com o qual con-  
ferindo a autenticidade conforme. Dou Fé  
Em test. ( ) da verdade  
Baependi, 02 de 07 de 2.000

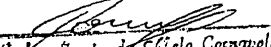
  
DAVID ALVES DE LIMA

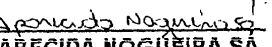
  
RUBENS DE CASTRO LIMA

  
ELOIR CARLOS DE LIMA

TEST:

  
HERCILIO NOGUEIRA DA SILVA FILHO  
RG. M-338.146 SSP-MG.

  
Carlos Sérgio de Oliveira Corrêa  
Inscr. OAB - 64381/MG

  
MARIA APARECIDA NOGUEIRA SÁ  
RG. M-4.404.238 SSP-MG.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****Nº 326, DE 2003**

(Nº 2.277/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mirai FM Stéreo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Mirai, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 324, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Rádio Mirai FM Stéreo Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Mirai, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 272, DE 2002**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 277, de 19 de março de 2002 – Sistema Maia de Comunicação Ltda., na cidade de Itapagipe-MG;

2 – Portaria nº 284, de 29 de março de 2002 – Ibiapina Radiodifusão Ltda., na cidade de Aral Moreira-MS;

3 – Portaria nº 308, de 19 de março de 2002 – Rádio Bom Sucesso Ltda., na cidade de Centralina-MG;

4 – Portaria nº 313, de 19 de março de 2002 – Sistema Maia de Comunicação Ltda., na cidade de Itapagipe-MG;

5 – Portaria nº 314, de 19 de março de 2002 – Sociedade de Comunicação Azaléia Ltda., na cidade de Bocaiuva – MG;

6 – Portaria nº 321, de 19 de março de 2002 – Rádio FM Camocim Ltda., na cidade de Camocim de São Félix-PE;

7 – Portaria nº 322, de 29 de março de 2002 – Magui – Comunicações e Marketing Ltda., na cidade de Belo Oriente-MG;

8 – Portaria nº 323, de 19 de março de 2002 – Rádio São Judas Tadeu FM Ltda., na cidade de Coqueiral-MG;

9 – Portaria nº 324, de 19 de março de 2002 – Rádio Mirai FM Stéreo Ltda., na cidade de Mirai-MG; e

10 – Portaria nº 326, de 19 de março de 2002 – Rádio FM Beira Rio Ltda., na cidade de Morada Nova-CE.

Brasília, 16 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**

MC Nº 00367 EM

Brasília, 27 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 012/98-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Mirai, Estado de Minas Gerais.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.066, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Mirai Stéreo Ltda. obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

**PORTARIA Nº 324, DE 19 DE MARÇO DE 2002**

O Ministro de Estado das Comunicações no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços do Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.195, de 31 de outubro de 1963, com redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000272198, Concorrência nº 01298-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Mirai FM Stéreo Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Mirai, Estado de Minas Gerais.


Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

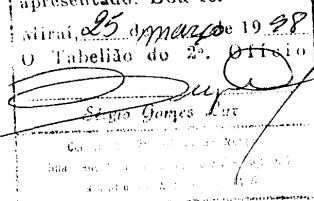
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DA 2ª ALTERAÇÃO DA RADIO  
MIRAI FM STEREO LTDA. COM SEDE EM MIRAI-MG.**


 **JOÃO VARGAS RASE**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Praça Dr. Miguel Pereira, 38 centro Mirai-MG, portador da carteira identidade sob o nº 2.381.925 expedida pelo IFP/RJ e CPF nº 102168637-91, **FRANCISCO MAURO DE LUCAS**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Tenente Leopoldino, 75 centro Mirai-MG, portador da carteira identidade nº M2.192.513 expedida SSPMG e CPF nº 135.427.376-15 e **JOSÉ GERALDO FERREIRA DA COSTA**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Lacerda Werneck, 262 centro Mirai-MG, portador carteira identidade sob o nº M-735.990-SSP/MG e CPF nº 193.645.556-00, únicos sócio componentes da Sociedade por cotas de responsabilidade Limitada, que nesta praça gira sob a denominação social de **RADIO MIRAI FM STEREO LTDA**, com sede na cidade de Mirai-MG, arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o nº 31204189778, em 16.08.93 e com 1ª alteração contratual em 14.06.96 sob o nº 1459217 Resolvem alterar o seu contrato social passando a reger-se por força do instrumento pelas cláusulas e condições seguintes:

**I - O SÓCIO JOÃO VARGAS RASE**, acima qualificado transfere-se suas cotas de capital para a sócia **Sr.ª FABIANA RASE**, brasileira, casada, comerciante nascida em 19.12.76 no Rio de Janeiro-RJ, portadora da carteira de identidade sob o nº 08243652-8 expedida pela IFPRJ, e no CPF sob o nº 052.281.527-84 residente e domiciliada à Praça Dr. Miguel Pereira, 38 centro Mirai-MG, e o sócio **FRANCISCO MAURO DE LUCAS**, acima qualificado transfere-se suas cotas de capital para a sócia **Sr.ª FABIANA RASE**, acima qualificada. Os sócios retirante dão e recebem da sociedade e da sócia remanescentes plena geral, total e irrevogável quitação para nada mais reclamar em tempo algum seja a que título for.

**II. - DENOMINAÇÃO SOCIAL SEDE FORO FILIAIS** - A sociedade continuará girando sob denominação social de **RADIO MIRAI FM STEREO LTDA** fica alterado a sua sede e o seu foro Jurídico para à **Rua Artur Bernardes 94 centro Mirai- MG**, podendo a critério dos sócios que representam a maioria do capital social e mediante prévia autorização do Poder Público concedente, instalar, manter e extinguir sucursais, filiais e agências em quaisquer outras localidades, após prévia autorização dos Poderes Públicos Concedentes.


Confere com o original a mim  
apresentado. Dou fé.  
Mirai, 25 de março de 19 98  
O Tabelião do 2º. Ofício  
  
Sérgio Gomes Lira  
Tabelião de Notas e Procurador Público  
Rua ... nº ...  
Bairro ...  
Cidade ...

CONTINUA ÀS FLS. 02.


 III - OBJETIVO SOCIAL - O objetivo da sociedade continuará sendo a execução de serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens (TV) e Televisão por assinatura (TVA), seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de música funcional, repetição ou retransmissão de sons, ou sinais de sons e imagens de radiodifusão, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de concessão ou permissão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor.

IV - RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS - A responsabilidade dos sócio na forma da lei, é importância total do capital social nos termos do artigo 2º in-fine do decreto Lei nº 3.708 de 10 de Janeiro de 1919.

V - CAPITAL SOCIAL - o capital da sociedade continua sendo R\$ - 60.000,00 (Sessenta mil reais) dividido em 60.000 (mil) cotas do valor de R\$- 1,00 (Um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, neste ato e com a seguintes distribuição.



COTISTA	COTAS	VALOR - R\$
FABIANA RASE.....	57.000 .....	R\$ -57.000,00
JOSÉ GERALDO F. DA COSTA....	3.000 .....	R\$ - 3.000,00
TOTAL.....	60.000 .....	R\$- 60.000,00

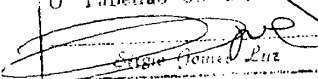



VI - INICIO DA VIGÊNCIA - PRAZO DE DURAÇÃO - A sociedade terá suas atividade alteradas a partir do dia 02/05/97, e o prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

VII - As cotas representativas do capital social são incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienável a estrangeiros, dependendo qualquer alteração contratual, bem como qualquer transferência de cotas, de prévia autorização do Ministério das Comunicações.

VIII - As cotas em que se divide o capital social são nominativas e indivisíveis e para cada uma delas a Sociedade reconhece apenas um único proprietário

Confere com o original a mim apresentado. Dou fé.  
Miraf, 25 de maio de 1998  
O Tabelião do 2º. Ofício

  
Sérgio Gomes Luz  
Tabelião do 2º. Ofício



CONTINUA ÀS FLS. 03.



IX - A propriedade da Empresa é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

Parágrafo Primeiro - É vedada a participação de pessoa jurídica no capital de empresa exceto a de partido político e de Sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiro

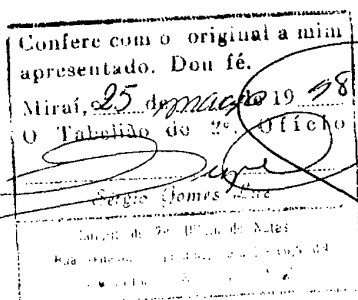
Parágrafo Segundo - A participação referida no parágrafo anterior só se efetuará através de capital sem direito a voto e não exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

X - O quadro de funcionário da entidade será formado preferentemente de brasileiros, ou constituído, ao menos de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

XI - Para os cargos de redatores, locutores e encarregados das instalações elétricas, somente serão admitidos brasileiros.

XII - A sociedade será administrada por um ou mais de seus cotistas, sob a denominação que lhe couber, quando indicados, eleitos e demissíveis por deliberação de sócio que representem a maioria do capital social, observando-se o disposto na cláusula décima deste instrumento, aos quais compete, in solidum ou cada um de per si, o uso da denominação social e a representação ativa ou passiva, judicial ou extrajudicial da sociedade, a eles cabendo, quando na representação legal, as atribuições e os poderes que a lei confere aos dirigentes da Sociedades por Cotas de Responsabilidade Limitada, a fim de garantir o funcionamento da Empresa.

XIII - Fica indicado para gerir a administração a Sociedade no cargo de Sócia Gerente, a Cotista **FABIANA RASE**, eximido de prestar caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão



CONTINUA ÀS FLS. 04

XIV - A Gerente, depois de ouvido o poder Público concedente, poderá, em nome da sociedade, nomear procuradores para a prática de atos de gerência, gestão administrativa e orientação intelectual, mediante instrumento Público ou particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos, com prazo de duração determinado, serão outorgados exclusivamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos, provado essa condição.

XV - É expressamente proibido ao Sócio Gerente, aos procuradores nomeados para gerir e administrar a empresa e aos demais sócios, utilizarem-se da denominação social em negócios ou documentos de qualquer natureza alheios aos fins sociais, assim como em nome da Sociedade, prestar fiança cauções, avais ou endossos de favor, ainda que deles não resultem obrigações para a Sociedade ou ponham em risco o seu patrimônio.

XVI - RETIRADA "PRO-LABORE" - Somente a cotista **FABIANA RASE** terá direito a uma retirada a título de "pro-labore", a qual será ajustada por acordo entre si, guardados os limites estabelecidos pela legislação em vigor.

XVII - As cotas são livremente transferíveis entre os cotistas, desde que haja prévia autorização do Ministério das Comunicações. O preço de cada cota, neste caso, não ultrapassará o relutado do ativo líquido, apurado em balanço, pelo número de cotas.

XVIII - Os sócios poderão ceder ou transferir parte ou totalidade de suas cotas a estranhos, mediante o consentimento de sócios que representem mais da metade do capital social. Após que, deverão notificar por escrito à Sociedade, discriminando preço, forma e prazo de pagamento, para que através dos sócios seja exercido, ou não, o direito de preferência dentro de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da notificação. Decorrido este prazo, sem que haja manifestação da vontade de aquisição, as cotas poderão ser transferidas, sempre após a autorização dos Poderes Públicos.

XIX - No caso de morte de sócio, terá o cônjuge supérstite ou o herdeiro a faculdade de optar entre:

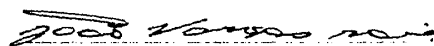
Confere com o original a mim  
apresentado. Dou fé.  
Miraf, 25 de maio de 19 20  
O Tabelião do 2º Ofício  
Sérgio Gomes Luz  
Tabelião de 2º Ofício de Notas  
Rua Brasil, 100 - 100 - 100 - 100

CONTINUA ÀS FLS. 05.




E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma para o mesmo fim e efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Mirai 11 de Abril de 1997

  
João Vargas Rase

  
José Geraldo Ferreira da Costa

  
Francisco Mauro de Lucas

  
Fabiana Rase



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIFICADO O REGISTRO  
SOB O NÚMERO

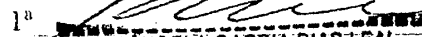
Em : 15/04/97


1533151


Prot.: 970482957


AUGUSTO PIMENTA DE PORTILHO  
PELA SECRETARIA GERAL

TESTEMUNHAS

1ª   
ROSÂNGELA GARCIA DIAS LEAL  
M-371.102 - SSP-MG

2ª   
CYNTHIA CRISTINA P. ANTONA  
M-6.584.564 - SSP-MG

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em, 08/02/02  


Confere com o original a mim  
apresentado. Dou fé.  
Mirai, 25 de maio de 1997  
O Tabelião do 2º. Ofício  
  
Sérgio Gomes Luz  
Tabelião do 2º. Ofício de São Paulo

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 327, DE 2003**

(Nº 2.284/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à  
Acrópole Sistema de Radiodifusão Ltda.  
para explorar serviço de radiodifusão sonora  
em frequência modulada, na cidade de  
Rio Casca, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 299, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Acrópole Sistema de Radiodifusão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Rio Casca, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 283, DE 2002**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto a apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de exposições de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 283, de 19 de março de 2002 – Rádio Marco Zero Ltda., na cidade de Macapá – AP;

2 – Portaria nº 287, de 19 de março de 2002 – Rádio e Televisão do Piauí Ltda., na cidade de Campo Maior – PI;

3 – Portaria nº 295, de 19 de março de 2002 – Rádio Frequência Divinense Ltda., na cidade de Divinópolis – MG;

4 – Portaria nº 298, de 19 de março de 2002 – Associação da Comunidade Baependiana de Serviços e Comunicações Ltda., na cidade de Cruzília – MG;

5 – Portaria nº 299, de 19 de março de 2002 – Acrópole Sistema de Radiodifusão Ltda., na cidade de Rio Casca – MG;

6 – Portaria nº 327, de 19 de março de 2002 – Rádio Nova Cidade FM Ltda., na cidade de Cuparaque – MG;

7 – Portaria nº 328, de 19 de março de 2002 – Rádio Fortaleza FM Bauru Ltda.; na cidade de Lima Campos – MA;

8 – Portaria nº 330, de 19 de março de 2002 – Rádio e Televisão Libertas Ltda., na cidade de Elói Mandes – MG;

9 – Portaria nº 333, de 19 de março de 2002 – Central de Telecomunicações Ltda., na cidade de Corinto – MG;

10 – Portaria nº 334, de 19 de março de 2002 – Sistema Santamariense de Comunicações Ltda., na cidade de Santa Maria de Itabira – MG;

11 – Portaria nº 337, de 19 de março de 2002 – Canabarra Comunicações Ltda., na cidade de Descalvado – SP;

12 – Portaria nº 338, de 19 de março de 2002 – Radiodifusão Oeste Paulista Ltda., na cidade de Dracena – SP; e

13 – Portaria nº 379, de 19 de março de 2002 – Rádio e Televisão do Piauí Ltda., na cidade de Oeiras – PI.

Brasília, 17 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 381 EM

Brasília, 27 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 69/97-SFO/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Rio Casca, Estado de Minas Gerais.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnicas e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Acrópole Sistema de Radiodifusão Ltda., obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

**PORTARIA Nº 299, DE 19 DE MARÇO DE 2002**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000835/97, Concorrência nº 069/97-SFO/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Acrópole Sistema de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Rio Casca, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga.**

**ACRÓPOLE SISTEMA DE RADIODIFUSÃO LTDA  
CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO****SÓCIOS:**

- 1) ZÉLIA MARIA DA ROCHA RIBEIRO, brasileira, casada, educadora, residente e domiciliada à Rua Coronel José Vieira, 495, bairro Centro, Rio Casca, Minas Gerais, portadora da carteira de identidade nº M-2.330.960/SSPMG, inscrita no CPF sob o nº 532.175.866-20, e
- 2) HENEDINA DO PATROCÍNIO ALVARENGA, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada à Rua Geralda Xavier Alvarenga, 106, bairro Centro, Rio Casca, Minas Gerais, portadora da carteira de identidade nº M-4.871.825/SSPMG, inscrita no CPF sob o nº 681.392.686-15.

Os sócios acima qualificados, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito constituir uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, e o fazem mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA NATUREZA JURÍDICA, DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO DA SOCIEDADE**

A sociedade será por quotas de responsabilidade limitada, adotando a denominação social de “ACRÓPOLE SISTEMA DE RADIODIFUSÃO LTDA”, e o nome fantasia de “ACRÓPOLE FM”. A sede social funcionará à Praça Furriel Ângelo, 34, bairro Centro, Rio Casca, Minas Gerais, e o foro escolhido para ajuizamento de quaisquer causas é o da Comarca de Rio Casca, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO SOCIAL**

A sociedade terá por atividade a instalação e execução de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de música funcional, repetição ou retransmissão de sons ou sinais de imagens e som de radiodifusão, sempre com finalidade educativas, culturais, informativas, cívicas e patrióticas, mediante concessão do Governo Federal.

de Concessão ou Permissão na cidade de Rio Casca, ou em outras localidades, tudo de total acordo com a legislação reguladora da matéria.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), dividido em 800 (oitocentas quotas), de valor unitário de R\$100,00 (cem reais), ficando distribuído entre as sócias da seguinte forma:

1. A sócia Zélia Maria da Rocha Ribeiro, já qualificada, subscreve 700 (setecentas) quotas no valor de R\$70.000,00 (setenta e seis mil reais) e integraliza, neste ato 200 (duzentas) quotas no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais) em moeda corrente do País, ficando o restante a ser integralizado em até 31 (trinta e um) de dezembro de 1998 (mil novecentos e noventa e oito).
2. A sócia Henedina do Patrocínio Alvarenga, já qualificada, subscreve 100 (cem) quotas no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) e integraliza, neste ato 100 (cem) quotas no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) em moeda corrente do País.

### CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES

A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor do capital social de acordo com o Decreto 3.708 de 10.01.1919.

PARÁGRAFO ÚNICO. As quotas representativas do capital social são inalienáveis ou incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas.

### CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração, gerência e representação ativa e passiva da sociedade será exercida pela sócia ZÉLIA MARIA DA ROCHA RIBEIRO, valendo para isto sua assinatura para validar qualquer ato que envolva a NOME DA SOCIEDADE. É vedado aos sócios, em conjunto ou isoladamente, conceder avais, fianças, abonos ou correlatos, ou ainda, quaisquer atos de natureza gratuita em operações estranhas aos interesses sociais, subsistindo no caso do indevido emprego da denominação social a responsabilidade pessoal e exclusiva daquele que a praticou, sob pena de NULIDADE do ato praticado.

### CLÁUSULA SEXTA - DAS RETIRADAS PRÓ-LABORE

Ao sócio que exercer a administração e gerência da sociedade poderá ser creditados honorários mensais à título de pró-labore, fixados em comum acor-

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 26 DEZ 2001

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO DE NOTAS - RIO CASCA - MG

do, conforme as disponibilidades financeiras da sociedade e os serviços prestados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL

A contratação de pessoal, bem como a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da sociedade se farão sempre de acordo com o que for determinado pelo Poder Público Concedente.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E DURAÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade iniciará suas atividades em 10 (dez) de junho de 1997 (mil novecentos e noventa e sete), sendo o prazo de duração por tempo indeterminado.

#### CLÁUSULA NONA - DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS SOCIAIS

Se algum sócio desejar ceder ou transferir parte ou o total de suas quotas deverá comunicar por escrito a sua vontade aos outros quotistas, tendo estes o direito de preferência, na proporção da participação do capital social em vigor a época, na aquisição de qualquer quota que vier a ser transacionada e o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da comunicação, para fazer valer o seu direito, sob pena de nulidade deste ato. Findo este prazo, e se os mesmos não se interessarem pelas quotas que lhe foram oferecidas, estas poderão ser transacionadas com terceiros.

PARÁGRAFO ÚNICO. Nenhuma alteração contratual poderá ser realizada sem anuência do Poder Público Concedente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUCESSÃO

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos quotistas, podendo continuar com os herdeiros ou sucessores do falecido ou interdito, mediante concordância expressa e unânime dos quotistas remanescentes, ou então, ter seus haveres apurados em Balanço Patrimonial, levantado em trinta dias após o evento. Os haveres serão liquidados em 24 (vinte e quatro) parcelas iguais, mensais e sucessivas, corrigidas monetariamente pelo índice da FGV, IGP-M, ou outro que o venha a substituir, além de juros de 1% (um por cento) a.m..

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS

O exercício social coincidirá com o ano civil, e, em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, os resultados apurados terão a destinação que os sócios desejarem, na proporção de cada um na sociedade.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS FILIAIS

A sociedade não possui filiais, podendo, no entanto, abri-las quando e onde lhes convier.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LIQUIDAÇÃO

A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei.

§ 1º - Na dissolução amigável da sociedade, os quotistas, em comum acordo, escolherão qual deles será o liquidante dos negócios sociais e a ele competirá responder perante terceiros pelo ativo e passivo, bem como pela guarda e conservação dos livros e documentos da sociedade pelos prazos de decadência e de prescrição previstos em Lei.

§ 2º - A dissensão entre os quotistas não será motivo para que se requeira a liquidação litigiosa da empresa, a menos que nenhum quotista tenha condições de dar continuidade ao negócio, pagando ao dissidente por sua participação, da forma entre eles combinada.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DECLARAÇÃO DE DESEMPENHAMENTO

Os sócios declaram, sob as penas da Lei, que não se acham nas proibições de arquivamento deste instrumento previstos na Lei 8.394, de 18.11.1994.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA NOMEAÇÃO DE PROCURADORES

O sócio-gerente, depois de ouvir os demais sócios e o Poder Público Concedente, poderá, em nome da Sociedade, nomear procurador ou procuradores para a prática de atos de gerência, gestão administrativa ou orientação intelectual, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos, com prazo de duração determinado, serão outorgados exclusivamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

E, por estarem assim justos e contratados, depois de lido e achado certo, em presença de testemunhas abaixo identificadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Rio Casca, 03 de junho de 1997

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 26 DEZ 2001

*Zélia Maria da Rocha Ribeiro*

Zélia Maria da Rocha Ribeiro

*[Assinatura]*  
Cônjuge

*Henedina do Patrocínio Alvarenga*

Henedina do Patrocínio Alvarenga

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO DE NOTAS - RIO CASCA - MG  
ANTONIO CARLOS LOPES RIBEIRO — TABELIÃO  
AUTENTICAÇÃO

O presente documento confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

Rio Casca 26 JUN 1997

Em test.º *[Assinatura]* da verdade

*Eyer Nogueira Neto*  
OAB/MG 69.310

*Silvia de Oliveira Coutinho*

ESCREV. SUBSTIT. DO 2.º OFÍCIO, HORIZONTE - MG  
CALLETO LARANJEIRA - R. DO ROSÁRIO, 145 - RIO DE JANEIRO - RJ  
TABEL. DE NOTAS - R. QUINTINO BOCAIUVA 176 - S. PAULO - SP

1ª Testemunha

Nome: *José Geraldo Santos*

CAC/MG 16.867

2ª Testemunha

Nome: *Agostinho Melo N. No*

*Spina*

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****Nº 328, DE 2003**

(Nº 2.285/2002 na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à Canabarra Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Descalvado, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 337, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Canabarra Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Descalvado, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 283, DE 2002**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 283, de 19 de março de 2002 – Rádio Marco Zero Ltda., na cidade de Macapá-AP;

2 – Portaria nº 287, de 19 de março de 2002 – Rádio e Televisão do Piauí Ltda, na cidade de Campo Maior-PI;

3 – Portaria nº 295, de 19 de março de 2002 – Rádio Frequência Divinense Ltda, na cidade de Divinópolis-MG;

4 – Portaria nº 298, de 19 de março de 2002 – Associação da Comunidade Baependiana de Serviços e Comunicações Ltda, na cidade de Cruzília-MG;

5 – Portaria nº 299, de 19 de março de 2002 – Acrópole Sistema de Radiodifusão Ltda., na cidade de Rio Casca-MG;

6 – Portaria nº 327, de 19 de março de 2002 – Rádio Nova Cidade FM Ltda., na cidade de Cuparaque-MG;

7 – Portaria nº 328, de 19 de março de 2002 – Rádio Fortaleza FM Bauru Ltda., na cidade de Lima Campos-MA;

8 – Portaria nº 330, de 19 de março de 2002 – Rádio e Televisão Libertas Ltda., na cidade de Elói Mendes-MG;

9 – Portaria nº 333, de 19 de março de 2002 – Central de Telecomunicações Ltda., na cidade de Corinto-MG;

10 – Portaria nº 334, de 19 de março de 2002 – Sistema Santamariense de Comunicações Ltda.- ME, na cidade de Santa Maria de Itabira-MG;

11 – Portaria nº 337, de 19 de março de 2002 – Canabarra Comunicações Ltda., na cidade de Descalvado-SP;

12 – Portaria nº 338, de 19 de março de 2002 – Radiodifusão Oeste Paulista Ltda., na cidade de Dracena-SP; e

13 – Portaria nº 379, de 19 de março de 2002 – Rádio e Televisão do Piauí Ltda., na cidade de Oeiras-PI.

Brasília, 17 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 034/98-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Descalvado, Estado de São Paulo.

2.A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de análise a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Canabarra Comunicações Ltda. obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

**PORTARIA Nº 337, DE 19 DE MARÇO DE 2002.**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000748/98, Concorrência nº 034/98-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Canabarra Comunicações Ltda, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Descalvado, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que tais o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

**CANABARRA COMUNICAÇÕES LTDA.****CONTRATO SOCIAL**

**FERNANDO APARECIDO DA SILVA CANABARRA**, brasileiro, divorciado, comerciante, residente e domiciliado na Rua Leonardo da Vinci 1035 em Campinas S. P., filho de Luiz Canabarra e de Lúcia Silva Canabarra, nascido em SÃO PAULO/SP, aos 11 de Dezembro de 1952, portador da cédula de identidade 7.871.321, expedida pela SSP/SP, CPF Nº 720.304.298-72, e

**SILVANA KAMIYAMA**, brasileira, solteira, professora, residente e domiciliada na Rua Leonardo da Vinci 1035 fundos em Campinas S. P. filha de Shobu Kamiyama e de Leandra Bernardo nascida em Nova Esperança Estado do Paraná aos 2 de Junho de 1969, portadora da Cedula de Identidade 18.093.733-9 expedida SSP/SP, CPF 109312648-55,

Resolvem por este instrumento particular de contrato instituir uma Sociedade por cotas de responsabilidade que se regerá pelas demais disposições legais e técnicas aplicáveis e pelas cláusulas seguintes:

**PRIMEIRA:** A Sociedade girará sob a denominação social de **CANABARRA COMUNICAÇÕES LTDA.**, com sede e foro na cidade de **Campinas S. P. na Rua Leonardo da Vinci 1035 SALA 1 Taquaral**. A Sociedade usará o nome fantasia de **“SEXTO SENTIDO FM”**.

**SEGUNDA:** O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, tendo o seu início de atividade a partir de 28 de janeiro de 1998.

**TERCEIRA:** A Sociedade tem por objetivos a execução e a exploração dos Serviços de Radiodifusão, Serviços Especiais de Geração Repetição e Retransmissão de Televisão e representação comercial.

**QUARTA:** O Capital Social é de **R\$150.000,00** (Cento e Cinquenta mil reais), representado por 150.000 (Cento e Cinquenta mil) cotas de valor nominal, cada uma, de R\$1,00 (Hum real), totalmente integralizado neste ato, em moeda corrente nacional, ficando assim distribuídas pelos sócios:

SÓCIO	COTAS	VALOR-RS	%
FERNANDO A.DA SILVA CANABARRA	147.000	147.000,00	98,0
SILVANA KAMIYAMA	3.000	3.000,00	2,0
<hr/>			
TOTAL	150.000	150.000,00	100,0

A integralização do Capital Social far-se-á em moeda corrente nacional e da seguinte forma:

- 10,0% (Dez por cento) do Capital Social, correspondente ao valor de R\$15.000,00 (Quinze mil reais), no ato de assinatura do presente contrato, cada sócio integralizando proporcionalmente às suas cotas;
- Os restantes 90,0% (Noventa por cento) do Capital Social, correspondendo ao valor de R\$135.000,00 (Cento e trinta e cinco mil reais) até o prazo de 60(Sessenta) dias, contados da publicação no Diário Oficial da União, do respectivo ato de outorga do Serviço de Radiodifusão, cada sócio integralizando proporcionalmente suas cotas, sendo que, *se necessário* para despesas de outorga e de montagem efetiva da(s) emissora(s), poderá haver alteração contratual visando acréscimo de sócios e ou aumento do Capital Social, tudo de acordo com a lei vigente.

**QUINTA:** A responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do Capital Social, nos termos do Art.2º da Lei 3.708, de 10 .01. 1919.

**SEXTA:** As deliberações Sociais, ainda ~~que impliquem em alteração~~ <sup>de acordo com o Art. 2º da Lei 3.708, de 10.01.1919</sup> contratual, poderão ser tomadas por sócios que representem a maioria do Capital Social consoante a faculdade deferida pelo Decreto 1.800 de 30/01/96.

**SÉTIMA:** As cotas representativas do capital social são incaucionáveis a estrangeiros ou Pessoas Jurídicas e inalienáveis a estrangeiros.

**OITAVA:** A Sociedade, por seus Diretor e Sócios, compromete-se ao efetuar alteração neste Contrato, a solicitar autorização do Poder Concedente.

**NONA:** Os administradores deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e sua investidura nos cargos somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

**DÉCIMA:** A Sociedade será administrada pelo sócio cotista **FERNANDO APARECIDO DA SILVA CANABARRA**, no exercício das funções de “**DIRETOR-GERENTE**”, cabendo-lhe as gestões de todos os negócios sociais e comerciais, bem como a representação da Sociedade, em juízo ou fora dele, sendo-lhe dispensada a prestação de caução.

**DÉCIMA PRIMEIRA:** A título de **PRO-LABORE** o sócio-gerente poderá retirar mensalmente uma quantia cujo o valor será fixado e levado a débito da conta Despesas-Gerais, até o limite das deduções fiscais previsto na legislação do Imposto de Renda e que será levada à conta de Despesas Gerais.

**DÉCIMA SEGUNDA:** A Sociedade se compromete, desde já, a manter em seu quadro de pessoal um número mínimo de 2/3 (Dois terços) de trabalhadores brasileiros.

**DÉCIMA TERCEIRA:** A Sociedade poderá ter como sócios, pessoas jurídicas com participação de até 30% do Capital Social, sem direito a voto e, pertencente exclusiva e nominalmente a brasileiros.

**DÉCIMA QUARTA:** O uso da denominação social, nos termos da cláusula DÉCIMA deste instrumento, é vedado em fianças, avais, abonos e outros atos de favor, estranhos aos interesses da Sociedade.

**DÉCIMA QUINTA:**

O Sócio que desejar transferir parte ou totalidade de suas cotas deverá notificar, por escrito, a Sociedade, para que através de seus demais sócios, exerça o direito de preferência, o que deverá fazer no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento da notificação. Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias sem que a Sociedade exerça ou renuncie ao direito de preferência, as cotas poderão ser transferidas a terceiros, observando-se, previamente, a anuência expressa do Poder Concedente, para que o ato de transferência possa ter os efeitos legais. Fica ajustado entre as partes que, ao sócio que se retirar, caberá o valor das cotas integralizadas e representativas de seu Capital, mais os lucros apurados em Balanço, previamente aprovados pelos sócios, cujo o pagamento será efetuado em 24 (vinte e quatro) parcelas iguais e sucessivas.

**DÉCIMA SEXTA:**

O falecimento ou interdição de um dos sócios não dissolverá necessariamente a Sociedade, ficando os herdeiros e sucessores ou representante legal nomeado, subrogados nos direitos e obrigações do "DECUJUS" ou interdito, podendo nela se fazerem representar, enquanto indiviso o quinhão respectivo por um dentre eles devidamente credenciado pelos demais.

1o - Mediante consenso unânime entre os sócios supérstites, os herdeiros e sucessores poderão ingressar na Sociedade, caso não haja impeditivo legal quanto a esse ingresso e, se observe a anuência prévia do Poder Concedente para que sua admissão seja revestida de todos os efeitos legais.

2o - Se os herdeiros ou sucessores não desejarem continuar na Sociedade, seus haveres serão apurados em Balanço levantado especialmente para esse fim, e serão pagos em 24 (Vinte e quatro) prestações mensais, sem juros, iguais e sucessivas, a quem estiver judicialmente autorizado.

**DÉCIMA SÉTIMA:**

A 31 de Dezembro de cada ano levantar-se-á um Balanço Geral das atividades da Empresa. O Balanço levará a assinatura de todos os sócios e será acompanhado do Extrato de Contas de Lucros e Perdas. Os resultados serão atribuídos aos sócios proporcionalmente as suas cotas de capital, podendo os lucros, a critério dos sócios, serem distribuídos ou ficarem em reserva na sociedade.

**DÉCIMA OITAVA:**

Fica eleito, desde já, com renúncia a qualquer outro, o foro da sede da sociedade para a solução de qualquer dissídio que eventualmente venha a surgir entre as partes contratantes.

**DÉCIMA NONA:**

Os Sócios declaram sob as penas da lei e sua responsabilidade individual não estarem incursos nos impedimentos do inciso II do Art. 38 da Lei Federal 4.726/65, ou em quaisquer restrições legais.

**VIGÉSIMA:**

Os casos omissos neste instrumento serão regidos pelos dispositivos da Lei No 3.708, de 10 de janeiro de 1919, a cuja fiel observância bem como das demais cláusulas deste compromisso se obrigam os Diretor e Sócio.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 04 (Quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas de lei.

**USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL**

**“CANABARRA COMUNICAÇÕES LTDA”**

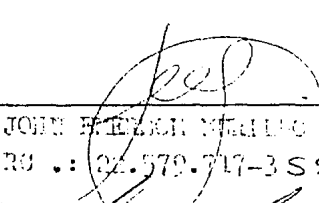
  
FERNANDO APARECIDO DA SILVA CANABARRA  
DIRETOR-GERENTE

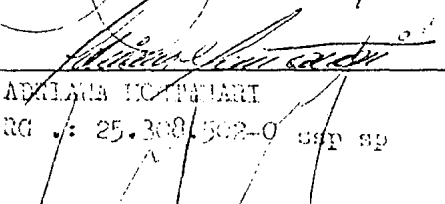
CAMPINAS, 28 DE JANEIRO DE 1998

  
FERNANDO APARECIDO DA SILVA CANABARRA

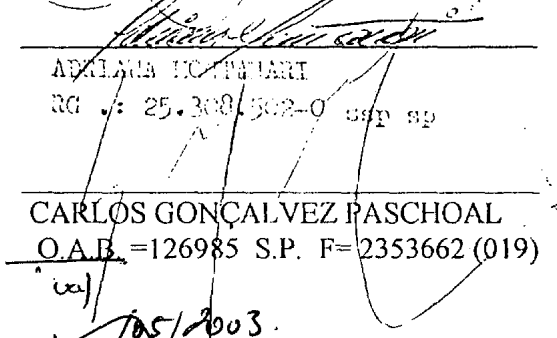
  
SILVANA KAMIYAMA

**TESTEMUNHAS:**

  
JOHN FRELSON MELLO GUEARÊS  
RG .: 22.579.717-3 SSP/SP

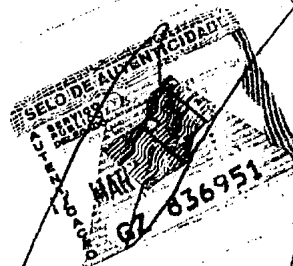
  
ADRIANA HOFFMANN  
RG .: 25.308/302-0 SSP SP

**ADVOGADO:**

  
CARLOS GONÇALVES PASCHOAL  
O.A.B. = 126985 S.P. F= 2353662 (019)

ua/

105/2003.



(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****Nº 329, DE 2003**

(Nº 2.286/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Catende, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 306, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Catende, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 284, DE 2002**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 300, de 19 de março de 2002 – Ibiapina Radiodifusão Ltda., na cidade de Coronel Sapucaia-MS.

2 – Portaria nº 301, de 19 de março de 2002 – Rádio FM.M.M.Ltda., na cidade de Eldorado-MS;

3 – Portaria nº 306, de 19 de março de 2002 – Rádio e TV Sucesso Ltda., na cidade de Catende-PE;

4 – Portaria nº 315, de 19 de março de 2002 – RGJ – Comunicações Ltda., na cidade de Casinhas-PE;

5 – Portaria nº 316, de 19 de março de 2002 – Fundação terceiro Milênio, na cidade de Itaporã-MS;

6 – Portaria nº 325, de 19 de março de 2002 – Rádio Marabá Ltda., na cidade de Maracaju-MS;

7 – Portaria nº 350, de 19 de março de 2002 – Sistema de Radiodifusão Rio Pardo Ltda., na cidade de Rochedo-MS;

8 – Portaria nº 351, de 19 de março de 2002 – Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda., na cidade de Rio Brilhante-MS;

9 – Portaria nº 356, de 19 de março de 2002 – Paraíba TV/FM Ltda., na cidade de Paudalho-PE;

10 – Portaria nº 357, de 19 de março de 2002 – Sistema de Radiodifusão Ribas do Rio Pardo Ltda., na cidade de Selvíria-MS;

11 – Portaria nº 361, de 19 de março de 2002 – Sistema de Radiodifusão Ribas do Rio Pardo Ltda., na cidade de Pedro Gomes-MS;

12 – Portaria nº 371, de 19 de março de 2002 – Ibiapina Radiodifusão Ltda., na cidade de Inocência-MS; e

13 – Portaria nº 375, de 19 de março de 2002 – Fundação Artística e Cultural Imaculada Conceição, na cidade de Iguatemi-MS.

Brasília, 17 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 00443 EM

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 085/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Catende, Estado de Pernambuco.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio e TV Sucesso Ltda. obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

**PORTARIA Nº 306 ,DE 19 DE MARÇO DE 2002.**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53103.000288/2000, Concorrência nº 085/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Catende, Estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

**CONTRATO SOCIAL**  
1º OFÍCIO NOTARIAL  
PARACATU - MINAS GERAIS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
8661 8876 6 8

**JOÃO BATISTA CARVALHO FARIA**, brasileiro, casado, maior, administrador de empresa, com residência à Rua 15 de janeiro n.º 28, na cidade de Unai -MG, portador do CRA-MG 10.158, CREA-MG 45.254/D, RG.M.1.211.246 Expedida SSPMG, e inscrito CIC n.º 291.665.606.59, sendo filho de João Batista de Faria Santos, brasileiro, e Alzira de Carvalho Faria, brasileira, e **ROSSANE CRISTINA DÁLIA DE MELLO FARIA**, brasileira, casada, maior, Medica, residente a Rua Francisco Menhõ n.º 224, na cidade de Paracatu - MG, portadora do CRM-MG 18.056, RG M-1.623.357 Expedida SSPMG, e inscrito CIC n.º 491.423.306-10, sendo filha de Antônio Dália de Mello, brasileiro, e Tereza Forlani de Mello, brasileira, constituem entre si na melhor forma do direito, Sociedade por cota de responsabilidade Limitada com a finalidade de exploração dos serviços de radiodifusão sonora e Televisiva ( sons e imagens). **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONFERE COM O ORIGINAL**  
Em. 12 DEZ 2001

serão regidos pelas cláusulas e condições seguintes.

**Cláusula Primeira** - A sociedade denominase a **"Radio e TV Sucesso Ltda."**, tendo foro e sede na cidade de Unai, Estado de Minas Gerais, na rua 15 de Janeiro n.º 28, conjunto Pink, e poderá ter, também, sucursais, filias, agências e escritórios em todo país, sempre que assim lhe convier e permitirem os poderes públicos.

**Cláusula Segunda** - Os objetivos expressos da sociedade será o de divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo ao mesmo tempo a publicidade comercial para satisfazer os encargos da empresa, sendo que para alcançar o objetivo serão usados os serviços de radiodifusão sonora ( produção, geração e transmissão de sons ) e televisão ( produção, geração e transmissão de sons e imagens ) em conformidade com a legislação em vigor, especialmente o que se trata na Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, do Decreto 52.026, de 20 de maio de 1963, e modificações posteriores, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

**Cláusula Terceira** - A sociedade é constituída para vigência por prazo indeterminado sendo que as atividades de transmissão serão iniciadas após ato de deliberação pelo Órgão competente do serviço a ela outorgado.

**Cláusula Quarta** - Toda e qualquer: alteração contratual, designação de gerentes, constituição de procurador para prática de atos de gerência ou administração, mudança do estatuto, transferência, direta ou indiretamente da concessão a ela outorgada

SF-201-259

como também toda exigência legal imposta pela legislação em vigor, especialmente o que se trata na Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, do Decreto 52.026, de 20 de maio de 1963, e modificações posteriores, deverão ter a prévia aprovação do Ministério das Comunicações.

**Cláusula Quinta** - A sociedade se obriga a observar com o rigor que impõe, leis, decretos, regulamentos, portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Ministério das Comunicações vigentes e a vigor, referentes à legislação da radiodifusão em geral.

**Cláusula Sexta** - A sociedade não poderá executar serviços nem deter concessões ou permissões de radiodifusão sonora ou televisiva (sons e imagens) no país, além dos limites previstos pelo Decreto Lei 236 de 28 de fevereiro de 1967.

**Cláusula Sétima** - A sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de 2/3 (dois terços) de empregados brasileiros natos;

**Cláusula Oitava** - O capital social será de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil Reais), representado por 250.000 (duzentos e cinquenta mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma quota, sendo que 2.000 (duas mil) quotas perfazendo um valor de R\$ 2.000,00 (dois mil Reais) integralizado neste ato em moeda corrente nacional, 100.000 (cem mil) quotas perfazendo um valor de R\$ 100.000,00 (cem mil Reais) integralizado até 20 (vinte) dias após a deliberação pelo órgão competente transmissão dos serviços de radiodifusão Sonora em moeda corrente nacional, e 148.000 (cento e quarenta e oito mil) quotas perfazendo um valor de R\$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil Reais) integralizado até 20 (vinte) dias após a deliberação pelo órgão competente da transmissão dos serviços de televisão (sons e imagens) em moeda corrente nacional

**Cláusula Nona** - De conformidade com a cláusula oitava o capital social ficará assim distribuído entre os sócios: João Batista Carvalho Faria com R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil Reais), representado por 225.000 (duzentos e vinte e cinco mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma quota, sendo que 1.800 (mil oitocentas) quotas perfazendo um valor de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos Reais) integralizado neste ato em moeda corrente nacional, 90.000 (noventa mil) quotas perfazendo um valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil Reais) integralizado até 20 (vinte) dias após a deliberação pelo órgão competente transmissão dos serviços de radiodifusão sonora em moeda corrente nacional, e 133.200 (cento e

trinta e três mil e duzentos ) quotas perfazendo um valor de R\$ 133.200,00 ( cento e trinta e três mil e duzentos Reais ) integralizado até 20 ( vinte ) dias após a deliberação pelo órgão competente da transmissão dos serviços de televisão (sons e imagens ) em moeda corrente nacional). Rossane Cristina Dália de Mello Faria com R\$ 25.000,00 ( Vinte e cinco mil Reais ) , representado por 25.000 ( vinte e cinco mil ) quotas de R\$ 1,00 ( um real) cada uma quota, sendo que 200 ( Duzentos ) quotas perfazendo um valor de R\$ 200,00 ( duzentos Reais ) integralizado neste ato em moeda corrente nacional, 10.000 ( Dez mil ) quotas perfazendo um valor de R\$ 10.000,00 ( dez mil Reais ) integralizado até 20 ( vinte ) dias após a deliberação pelo órgão competente transmissão dos serviços de radiodifusão sonora em moeda corrente nacional, e 14.800 ( Quatorze mil e oitocentas ) quotas perfazendo um valor de R\$14.800,00 (quatorze mil e oitocentos Reais ) integralizado até 20 ( vinte ) dias após a deliberação pelo órgão competente da transmissão dos serviços de televisão (sons e imagens ) em moeda corrente nacional.

**Cláusula Décima** – A responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do Capital Social.

**Cláusula Décima Primeira** – A Gerência da sociedade será exercida pelo sócio majoritário , que será incumbido de todas as operações e representação da sociedade ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente.

**Cláusula Décima Segunda** – O sócio no exercício da Gerência não terá direito a retirada pro-labore.

**Cláusula Décima Terceira** – A sociedade é constituída exclusivamente de Brasileiros.

**Cláusula Décima Quarta** – As cotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual de prévia autorização do poder concedente.

**Cláusula Decima Quinta** – A responsabilidade e orientação intelectual e administrativa da sociedade caberão somente a brasileiros, natos, ou como dispuser a Constituição Federal .

**Cláusula Decima Sexta** – Para os cargos de locutores, redatores e encarregados das instalações elétricas somente serão admitidos brasileiros.

SERVICO PUBLICO FEDERAL  
MINISTERIO DAS COMUNICACOES  
CONFERE ORIGINAL  
Em 12 DEZ 2001

**Cláusula Décima Sétima** - No caso de transferência ou alienação de quotas de capital, no todo ou em partes, o(s) sócio(s) remanescente(s) terá(ão) preferência para aquisição em igualdade de condições em estranhos.

**Cláusula Décima Oitava** - O exercício social terminará em 31 ( trinta e um ) de dezembro de cada ano , data em que serão levantados o balanço geral das contas de lucros e perdas, do exercício, com observância das prescrições legais;

**Parágrafo Único** - Será levantado um primeiro balanço geral em 31 ( trinta e um ) de março de 1998 ( mil novecentos e noventa e oito ).

**Cláusula Décima Nona** - Fica eleito o foro da sede da comarca do Município de Unai, estado de Minas Gerais, para solucionar qualquer dissídio entre partes contratantes, renunciando-se qualquer outro , por mais privilegiado que seja.

**Cláusula Vigésima** - Os casos não previstos no presente contrato Social , serão resolvidos de acordo com o disposto na Lei n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1919 e a Lei n.º 4.720 de 12 de julho de 1965, que regulam as sociedades por responsabilidades limitadas.

E por estarem assim justos os contratados, obrigam-se fielmente cumprir em seus termos as cláusulas acima, e assinam o presente instrumento em 5(cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas exigidas por lei.

Unai, 11 de Fevereiro de 1998

**JOÃO BATISTA CARVALHO FARIA**

**ROSSANE CRISTINA DÁLIA DE MELLO FARIA**

Alexandre de Carvalho.

**Testemunha 1**

Identidade: CRM-MG: 20136

Edson Mendes Nascimento.

**Testemunha 2**

Identidade: 260.134-SSP=DF.

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS  
AUTENTICAÇÃO

Confere com o original e dou fe.

Unai-MG 11/02/1998

EPAMINONDAS DE ARAÚJO LACERDA - TAREFAS  
SIDNEY MORAIS LACERDA - TAB. SUBSTITUIÇÃO  
ANTÔNIO LUCAS DA SILVA - ESCRIVÃO  
UNAI - MG

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

EMÍLIO MELO FRANCO, 345 SL 06 GALERIA VEREDAS (061)671-4597  
RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S) ABAIXO RELACIONADA(S) DE:  
JOÃO BATISTA CARVALHO FARIA  
ROSSANE CRISTINA DÁLIA DE MELLO FARIA  
ALEXANDRE DE CARVALHO  
Unai, 11/02/1998 - 15:11 - Cod.: 11/2-01/1

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

R. GETÚLIO MELO FRANCO, 345 SL 06 GALERIA VEREDAS (061)671-4597  
RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S) ABAIXO RELACIONADA(S) DE:  
JOÃO BATISTA CARVALHO FARIA  
ROSSANE CRISTINA DÁLIA DE MELLO FARIA  
ALEXANDRE DE CARVALHO  
Unai, 11/02/1998 - 15:44 - Cod.: 11/2-01/1

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 330, DE 2003**

(Nº 2.287/2002, na Câmara dos Deputados)

MC 00309 EM

Brasília, 19 de março de 2002

**Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Difusora Torre Forte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Buritama, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 3 de abril de 2002, que outorga concessão à Rádio Difusora Torre Forte Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Buritama, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 294/2002**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 3 de abril de 2002, que "Outorga concessão às entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências". As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – Rádio Nordeste Ltda., na cidade de Picos – PI (onda média);

2 – Rádio Difusora Torre Forte Ltda., na cidade de Buritama – SP (onda média);

3 – Sistema Athenas Paulista de Radiodifusão Ltda., na cidade de Jaboticabal – SP (onda média);

4 – Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda., na cidade de Araxipe – CE (onda média);

5 – Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda., na cidade de Assaré – CE (onda média);

6 – Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda., na cidade de Bela Cruz – CE (onda média);

7 – Rádio Bom Jesus Ltda., na cidade de Camocim – CE (onda média);

8 – Magui – Comunicação e Marketing Ltda., na cidade de Almenara – MG (onda média);

9 – Paraopeba Comunicações Ltda., na cidade de Mateus Leme – MG (onda média);

10 – Momento de Comunicação Ltda., na cidade de Santa Luzia – MG (onda média);

11 – Elo Comunicação Ltda., na cidade de Caruaru – PE (sons e imagens).

Brasília, 23 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Em conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a instauração de procedimento licitatório, na modalidade concorrência, com vistas à outorga de concessão para explorar serviço de radiodifusão, nas localidades e unidades da Federação abaixo indicadas.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, após analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que obtiveram a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelos respectivos editais, tornando-se assim vencedoras das concorrências, conforme atos da mesma comissão, que homologuei, as seguintes entidades:

Rádio Nordeste Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Picos, Estado do Piauí (Processo nº 53760.000376/98 e Concorrência nº 148/97-SSR/MC);

Rádio Difusora Torre Forte Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Buritama, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000547/98 e Concorrência nº 162/97-SSR/M);

Sistema Athenas Paulista de Radiodifusão Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000549/98 e Concorrência nº 162/97-SSR/MC);

Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araxipe, Estado do Ceará (Processo nº 53650.000803/98 e Concorrência nº 005/98-SSR/MC);

Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Assaré, Estado do Ceará (Processo nº 53650.000803/98 e Concorrência nº 005/98-SSR/MC);

Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bela Cruz, Estado do Ceará (Processo nº 53650.000803/98 e Concorrência nº 005/98-SSR/MC);

Rádio Bom Jesus Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Camocim, Estado do Ceará (Processo nº 53650.000801/98, e Concorrência nº 005/98-SSR/MC);

Magui – Comunicação e Marketing Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Almenara, Estado de Minas Gerais

(Processo nº 53710.000653/2000 e Concorrência nº 017/2000-SSR/MC,

Paraopeba Comunicações Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000879/2000 e Concorrência nº 122/2000-SSR/MC);

Momento de Comunicação Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000883/2000 e Concorrência nº 122/2000-SSP/MC);

Elo Comunicação Ltda., serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade Caruaru, de Estado de Pernambuco (Processo nº 53103.000198/98 e Concorrência nº 023/98-SSR/MC).

3. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõe o art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto que trata da outorga de concessão às referidas entidades para explorar os serviços de radiodifusão mencionados.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, os atos de outorga somente produzem efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito sejam encaminhados os referidos atos.

Respeitosamente, **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

#### DECRETO DE 3 DE ABRIL DE 2002

##### **Outorga concessão às entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

Decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I – Rádio Nordeste Ltda., na cidade de Picos, Estado do Piauí (Processo nº 53760.000376/98 e Concorrência nº 148/97-SSR/MC);

II – Rádio Difusora Torre Forte Ltda., na cidade de Buritama, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000547/98 e Concorrência nº 162/97-SSR/MC);

III – Sistema Athenas Paulista de Radiodifusão Ltda., na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000549/98 Concorrência nº 162/97-SSR/MC);

IV – Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda., na cidade de Araripe, Estado do Ceará (Processo nº 53650.000803/98 e Concorrência nº 005198-SSR/MC);

V – Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda., na cidade de Assaré, Estado do Ceará (Processo nº 53650.000803/98 e Concorrência nº 005/98-SSR/MC);

VI – Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda., na cidade de Bela Cruz, Estado do Ceará (Processo nº 53650.000803/98 e Concorrência nº 005/98-SSR/MC);

VII – Rádio Bom Jesus Ltda., na cidade de Camocim, Estado do Ceará (Processo nº 53650.000801/98 e Concorrência nº 005/98-SSR/MC);

VIII – Magui – Comunicação e Marketing Ltda., na cidade de Almenara, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000653/2000 e Concorrência nº 017/2000-SSR/MC);

IX – Paraopeba Comunicações Ltda., na cidade de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000879/2000 e Concorrência nº 122/2000-SSP/MC);

X – Momento de Comunicação Ltda., na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000883/2000 e Concorrência nº 122/2000-SSR/MC).

Art. 2º Fica outorgada concessão à entidade abaixo mencionada, para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens:

– Elo Comunicação Ltda., na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco (Processo nº 53103.000198/98 e Concorrência nº 023/98-SSP/MC).

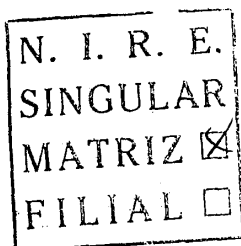
Art. 3º As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 4º, sob pena de tornar-se nula, de pleno direito, a outorga concedida.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **Fernando Henrique Cardoso**.



REG. CIVIL DO RJ QUE - RUGGE RAMOS  
SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP, F. 457-3051  
BEL. LAZARO DA SILVA-OFFICIAL



JUCESP PROTOCOLO  
95258/98-0

CONFERE COM RUA DO CAMPO, 176  
VALIDO SOMENTE COM RUA DO CAMPO, 176  
VALOR DE R\$ 551,128



### CONTRATO SOCIAL

#### **"RÁDIO DIFUSORA TORRE FORTE LTDA"**

Pelo presente instrumento particular, Sra CRISTINA GALLO RODRIGUES DE OLIVEIRA, casada, brasileira, técnica em processamento de dados, residente e domiciliada em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, à Travessa Manoel Cardoso, 26 - Bairro Olímpico, portadora da Rg: 22.912.870-1 SSP/SP e do CPF: 161.379.168-20 e Sra SUELI RAMALDES DE OLIVEIRA, casada, brasileira, missionária, residente e domiciliada em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, à Rua dos Meninos, 176, portadora da Rg: 22.616.267-9 SSP/SP e do CPF: 270.504.858-88, tem entre si e na melhor forma de direito, Sociedade Comercial de Cotas de Responsabilidade Limitada, cujos negócios serão regidos pelas cláusulas e condições seguintes, que mutualmente se outorgam e aceitam, a saber:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO E FORMA SOCIETÁRIA.**

A sociedade, regida pelas normas do Decreto número 3.708 de 10 de Janeiro de 1919 e demais disposições legais a ela aplicáveis, reveste-se da forma jurídica de sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada e gira sob a denominação de "RÁDIO DIFUSORA TORRE FORTE LTDA"

PARÁGRAFO ÚNICO: A Sociedade se identificará junto ao público, com a denominação de fantasia "TORRE FORTE"

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA SEDE.**

A Sociedade terá sua sede na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, à Rua dos Meninos, 176 - Vila Vivaldi - CEP 09741-500, podendo, no entanto, abrir e manter filiais, agências, sucursais, escritórios ou nomear representantes em qualquer parte do território nacional, desde que obedecidas as disposições legais e regulamentares vigentes.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO.**

A Sociedade responderá por suas obrigações e terá seu foro exclusivo na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, como único competente, com renúncia de qualquer outro, para a solução de quaisquer dúvidas, litígios ou pendências, que, eventualmente, venham a surgir entre os sócios e que sejam oriundos do presente contrato.

REG. CIVIL DO 2º SUB. - RUDGE RAMOS  
SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP.-F. 457-3091  
BEL. LAZARO DA SILVA-OFFICIAL

11 MAR 98

CONFERE C/ ORIGINAL APRESENTADO, DOUÇALHIA  
VALIDO SOMENTE C/ SELDO DE AUTENTICIDADE  
VALOR DA AUT. R\$ 0,54



#### CLÁUSULA QUARTA - DO OBJETIVO SOCIAL.

A Sociedade tem por finalidade e objetivos sociais, [a prestação de serviços especiais de telecomunicações em geral e em específico, a execução e exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens] mediante concessão, permissão ou autorização do órgão competente do Governo Federal.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO.

A Sociedade tem prazo indeterminado de duração, facultando-se-lhe, entretanto, a qualquer tempo, a alteração, modificação, retificação, ratificação ou consolidação do seu contrato social. Se necessário for a dissolução, serão observados os dispositivos da Lei.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA OBEDIÊNCIA A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DE RADIOFUSÃO.

A Sociedade se compromete, por seus diretores e sócios, a não efetuar nenhuma alteração neste Contrato Social, sem que tenha prévia autorização do Poder Concedente, isto após haver a entidade recebido a competente outorga para executar o serviço de radiodifusão.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As cotas representativas do capital social, em sua totalidade, pertencerão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, bem como a portugueses que mantenham as condições legalmente previstas no acordo de reciprocidade firmado entre os dois países e são incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas inalienáveis a estrangeiros.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Poderão fazer parte da Sociedade pessoas jurídicas com participação de até 30% (trinta por cento) do capital social, sem direito a voto, e pertencente exclusivamente a brasileiros.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As cotas sociais são individuais e indivisíveis em relação à Sociedade e cada uma delas dará direito a um só e único voto nas deliberações dos cotistas, sendo estas tomadas, sempre, por maioria do capital social.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A Sociedade se obriga a observar, com o rigor que se impõe, as leis, decretos, regulamentos, portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus órgãos subordinados, vigentes ou a vigor, relativamente à legislação de radiodifusão em geral.

#### CLÁUSULA SETIMA - DO CAPITAL.

O Capital Social é de R\$ 6.000,00 (Seis Mil Reais) representado por 6.000 (Seis Mil) cotas, no valor de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelos sócios em moeda corrente nacional na seguinte proporção:

Cristina Gallo Rodrigues de Oliveira	3.000 cotas	3.000,00
Sueli Ramaldes de Oliveira	3.000 cotas	3.000,00
<b>Total</b>	<b>6.000 cotas</b>	<b>6.000,00</b>

REG. CIVIL DO 2º FUS. - RUDGE RAMOS  
SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP.-F. 457-30512  
DEL. LAZARO DA SILVA-OFFICIAL

11 MAR 98

CONFERE C/ ORIGINAL APRESENTADO JULHO  
VÁLIDO SOMENTE C/ SELO DE AUTENTICIDADE  
VALOR DA AUT. 00,54



**PARÁGRAFO ÚNICO:** A responsabilidade de cada sócio é limitada ao montante do capital social, consoante o disposto no artigo segundo, in fine, do decreto número 3.708 de 10 de Janeiro de 1.919.

**CLÁUSULA OITAVA – DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE.**

Os administradores da Sociedade, nos termos da Constituição Federal, serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e sua investidura nos cargos, após haver a entidade recebido a outorga para executar a execução dos serviços de radiodifusão, somente poderão ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A gerência da Sociedade, em tudo aquilo que diga respeito aos negócios, interesses e operações sociais, quer do ponto de vista econômico, quer financeiro, quer simplesmente administrativo, será exercida pela Diretoria Geral; sendo que neste ato, nomea-se a sócia **CRISTINA GALLO RODRIGUES DE OLIVEIRA**, para exercer o cargo de Diretora Geral.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Competirá à Diretoria Geral a representação legal da Sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, bem como a abertura de contas e movimentação em bancos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A Diretoria Geral poderá:

- a) nomear ou constituir procuradores para agirem em nome da Sociedade, quer com poderes "ad judicium" ou "ad negotia";
- b) adquirir, alienar, hipotecar, impor vínculos ou para gravar ou onerar bens imóveis ou direitos a eles relativos; constituir penhores ou garantias de qualquer natureza sobre bens semoventes; dar em caução títulos de crédito ou direitos creditórios; instituir reservas de domínio ou qualquer outra cláusula especial em contratos de compra e venda.

**CLÁUSULA NONA – DA VEDAÇÃO DOS SÓCIOS.**

É expressamente vedado aos sócios, indistintamente, a prestação, em nome da Sociedade e em negócios estranhos aos interesses sociais, de garantias, fianças, avais, ou quaisquer outras obrigações de mero favor, sob pena de sua ineficácia em relação à Sociedade e de responsabilidade pessoal e ilimitada do infrator perante a empresa e os demais sócios.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Por igual, é vedado a todos os sócios o uso da denominação social em negócios estranhos ou alheios aos interesses sociais ou seus objetivos, assim como em operações ilícitas ou contrárias à moral e boa fama da empresa, respondendo o infrator por seus atos, tanto na esfera civil como na esfera criminal.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS.**

A cessão e transferência de cotas sociais a terceiros estranhos, dependerá, obrigatoriamente e sempre do consentimento e vênias dos sócios, manifestado de maneira expressa, escrita e formalizada em regular alteração deste contrato social, os quais terão, sempre, inarredável direito de preferência na aquisição das cotas liberadas, sendo inválida e inoperante, frente à Sociedade ou as sócias, qualquer modalidade de cessão ou transferência de cotas, exceção feita, unicamente, aquela que se operar "causa mortis".

REG. CIVIL DO 2º SUS.-RUISE RAMOS  
SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP.-F. 457-30512  
BELI LÁZARO DA SILVA-OFICIAL

71 MAR 98

CONFERE CI ORIGINAL APRESENTAR  
VÁLIDO SOMENTE CI SELO DE AUTENTICIDADE  
VALOR DA AUT. DE 100.000



**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Por igual, não poderão os sócios, indistintamente, sem o consentimento prévio e escrito dos demais, vender, alienar, prometer à venda, onerar, dar em caução, doar, gravar, oferecer à penhora ou penhorar, vincular, ou por qualquer forma, fazer chegar as mãos de terceiros estranhos, as cotas representativas da sua respectiva participação no capital social da empresa, sob pena de o negócio, ou gravame, não ter eficácia perante a Sociedade e aos demais sócios, respondendo por ele, só o infrator.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os haveres do sócio que porventura desejar se retirar da Sociedade, obedecido o disposto no "caput" desta cláusula, serão apurados em balanço especial a ser levantado na data do efetivo desligamento, e o seu montante será pago em 10 (dez) parcelas mensais iguais e consecutivas, com juros de 12% (doze por cento) ao ano; caso o dito balanço acuse a ocorrência de prejuízos, o sócio retirante os reporá à sociedade, na proporção de sua participação societária.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DO FALECIMENTO DE SÓCIO.**

O falecimento de qualquer dos sócios cotistas não dissolverá a Sociedade, que continuará a existir e a girar com os remanescentes, sendo facultado aos herdeiros ou sucessores do sócio falecido, o ingresso na Sociedade, observado o disposto nas regras e condições deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA RETIRADA "PRO-LABORE".**

A remuneração mensal a ser retirada pelos diretores gerentes, a título de "pró labore", será fixada de comum acordo pelos cotistas e levada à despesas gerais da Sociedade, obedecendo os limites estabelecidos pela legislação em vigor.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO EXERCÍCIO SOCIAL E DO BALANÇO.**

O exercício social encerrar-se-á em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano e os lucros ou prejuízos verificados em balanço anuais que, obrigatoriamente serão levados nessas mesmas datas, serão distribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção da participação de cada um no capital social.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO FUNDO DE RESERVA.**

Dos lucros líquidos apurados nos balanços anuais, antes do rateio entre os sócios, poderá, a critério e mediante deliberação destes, ser deduzida parcela percentual sobre o respectivo montante, destinada à formação de um fundo de reserva, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social para contingências ou para a finalidade de futuro aumento de capital social.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DOS CASOS OMISSOS.**

Os casos omissos neste Contrato Social serão regidos pela Lei Civil e pelos dispositivos do Decreto número 3.708 de 10 de Janeiro de 1.919, a cuja fiel observância, assim como das demais cláusulas deste Compromisso, se obrigam os sócios e dirigentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA RESPONSABILIDADE PENAL.**

Os sócios declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de exercer atividades mercantis.

REG. CIVIL DO 2º SUB.-RUDGE RAMOS  
SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP.-F. 457-30512  
DEL. LAZARO DA SILVA-OFICIAL

12 MAR 98

CONFERE C/ O  
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE  
VALOR DE AUT.



E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato Social em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

São Bernardo do Campo (SP), 12 de Janeiro de 1998

Cristina G. R. de Oliveira  
CRISTINA GALLO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Sueli R. de Oliveira  
SUELI RAMALDES DE OLIVEIRA

TESTEMUNHAS

Daniel Raimundo de Oliveira  
DANIEL RAIMUNDO DE OLIVEIRA  
RG: 22.617.901-1 SSP/SP  
CPF: 161.267.618-96

Wilson Nunes de Oliveira  
WILSON NUNES DE OLIVEIRA  
RG: 22.616.597-8 SSP/SP  
CPF: 140.152.358-05

DJAIR LUIS Advogado  
OAB: 51.180 - São Paulo SP  
RG nº 5.282.867 SSR-SP

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 331, DE 2003**

(Nº 2.288/2002, na Câmara dos Deputados)

MC 00309 EM

Brasília, 19 de março de 2002

**Aprova o ato que outorga concessão à Magui – Comunicação e Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Almenara, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 3 de abril de 2002, que outorga concessão à Magui – Comunicação e Marketing Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Almenara, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 294, DE 2002**

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 3 de abril de 2002, que “Outorga concessão às entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências”. As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – Rádio Nordeste Ltda., na cidade de Picos – PI (onda média);

2 – Rádio Difusora Torre Forte Ltda., na cidade de Buritana – SP (onda média);

3 – Sistema Athenas Paulista de Radiodifusão Ltda., na cidade de Jaboticabal – SP (onda média);

4 – Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda., na cidade de Araxipe – CE (onda média);

5 – Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda., na cidade de Assaré – CE (onda média);

6 – Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda., na cidade de Beta Cruz – CE (onda média);

7 – Rádio Bom Jesus Ltda, na cidade de Camocim – CE (onda média);

8 – Magui – Comunicação e Marketing Ltda., na cidade de Almenara – MG (onda média);

9 – Paraopeba Comunicações Ltda., na cidade de Mateus Leme – MG (onda média);

10 – Momento de Comunicação Ltda., na cidade de Santa Luzia – MG (onda média); e

11 – Elo Comunicação Ltda., na cidade de Caruaru – PE (sons e imagens).

Brasília, 23 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Em conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a instauração de procedimento licitatório, na modalidade concorrência, com vistas a outorga de concessão para explorar serviço de radiodifusão, nas localidades e unidades da Federação abaixo indicadas.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, após analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que obtiveram a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelos respectivos editais, tornando-se assim vencedoras das concorrências, conforme atos da mesma comissão, que homologuei, as seguintes entidades:

Rádio Nordeste Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Picos, Estado do Piauí (Processo nº 53760.000376/9866 e Concorrência nº 148/97-SSR/MC);

Rádio Difusora Torre Forte Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Buritana, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000547/98 e Concorrência nº 162/97-SSR/MC);

Sistema Athenas Paulista de Radiodifusão Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000549/98 e Concorrência nº 162/97-SSR/MC);

Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araxipe, Estado do Ceará (Processo nº 53650.000803/98 e Concorrência nº 005/98-SSR/MC);

Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Assaré, Estado do Ceará (Processo nº 53650.000803/98 e Concorrência nº 005/98-SSR/MC);

Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bela Cruz, Estado do Ceará (Processo nº 53650.000803/98 e Concorrência nº 005/98-SSR/MC);

Rádio Bom Jesus Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Camocim, Estado do Ceará (Processo nº 53650.000801/98 e Concorrência nº 005/98-SSR/MC);

Magui – Comunicação e Marketing Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Almenara, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000653/2000 e Concorrência nº 017/2000-SSR/MC);

Paraopeba Comunicações Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000879/2000 concorrência 122/2000 SSR/MC);

Momento de Comunicação Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000883/2000 e Concorrência nº 122/2000 SSR/MC);

Elo Comunicação Ltda., serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco (Processo nº 53103.000198/98 e Concorrência nº 023/98-SSR/MC).

3. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõe o art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto que trata da outorga de concessão às referidas entidades para explorar os serviços de radiodifusão mencionados.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, os atos de outorga somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito sejam encaminhados os referidos atos.

Respeitosamente, **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

#### **DECRETO DE 3 DE ABRIL DE 2002**

##### **Outorga concessão às entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

Decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I – Rádio Nordeste Ltda., na cidade de Picos, Estado do Piauí (Processo nº 53760.000376/98 e Concorrência nº 148/97-SSR/MC);

II – Rádio Difusora Torre Forte Ltda., na cidade de Buritama, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000547/98 e Concorrência nº 162/97-SSR/MC);

III – Sistema Athenas Paulista de Radiodifusão Ltda., na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo

(Processo nº 53830.000549/98 e Concorrência nº 162/97-SSR/MC);

IV – Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda., na cidade de Araripe, Estado do Ceará (Processo nº 53650.000803/98 e Concorrência nº 005/98-SSR/MC);

V – Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda., na cidade de Assaré, Estado do Ceará (Processo nº 53650.000803/98 e Concorrência nº 005/98-SSR/MC);

VI – Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda., na cidade de Bela Cruz, Estado do Ceará (Processo nº 53650.000803/98 e Concorrência nº 005/98-SSR/MC);

VII – Rádio Bom Jesus Ltda., na cidade de Camocim, Estado do Ceará (Processo nº 53650.000801/98 e Concorrência nº 005/98-SSR/MC);

VIII – Magui – Comunicação e Marketing Ltda., na cidade de Almenara, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000653/2000 e Concorrência nº 017/2000-SSR/MC);

IX – Paraopeba Comunicações Ltda., na cidade de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000879/2000 e Concorrência nº 122/2000-SSR/MC);

X – Momento de Comunicação Ltda., na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000883/2000 e Concorrência nº 122/2000-SSR/MC).

Art. 2º Fica outorgada concessão à entidade abaixo mencionada, para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens:

– Elo Comunicação Ltda., na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco (Processo 53103.000198/98 e Concorrência nº 023/98-SSR/MC).

Art. 3º As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 4º, sob pena de tornar-se nula, de pleno direito, a outorga concedida.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **Fernando Henrique Cardoso**.



**ORIENTA CONTABILIDADE & CONSULTORIA S/C LTDA.**  
Rua da Coleirinha, 75 - Fones: (31) 411-6799/411-7844 - Fax:(31) 411-7003  
Bairro Caiçara - CEP 30750-530 - BH/MG  
CGC: 00.819.278/0001-95 - CRC.MG - 5971  
" COMPETÊNCIA E SÉRIEIDADE "

### 1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

#### MAGUI COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual entre **MARIA CELESTE MELILLO ALMEIDA**, brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada na Travessa Santa Cruz, n.º 85 – Centro, na Cidade de Itabirito, Estado de Minas Gerais, portadora da Cédula de Identidade tipo RG sob o n.º M-934.679 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o n.º 001.252.116-78 e **GUILHERME MELILLO ALMEIDA**, brasileiro, solteiro, representante comercial, residente e domiciliado na cidade de Itabirito na Travessa Santa Cruz n.º 85 – Centro, CEP 35450-000, portador da Cédula de Identidade tipo RG sob o n.º M-6.038.134 SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 940.320.506-78, nascido à 08.01.1973 únicos componentes da sociedade por Quota de Responsabilidade limitada, que nesta praça gira sob a denominação Social de **MAGUI – COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.**, estabelecida na cidade de Itabirito, Estado de Minas Gerais, na Travessa Santa Cruz n.º 85 – Centro, inscrita no CNPJ/NF sob o n.º 24.573.354/0001-93, constituída de Contrato Social. Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas de Itabirito – MG, Livro B4 – Folha 13V, sob o n.º 2658de 03/11/1999, resolvem de comum acordo, alterar a sociedade, e o fazem por este instrumento particular da seguinte forma.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade girará sob a denominação Social de **MAGUI COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.**, com sede na cidade de Itabirito – MG na Travessa Santa Cruz, n.º 85 – Centro.

*fulfilled  
mout*

TABULEIRO - 2º OFÍCIO
ITABIRITO - MINAS GERAIS
AUT. F. 1.000.000
A presente alteração contratual foi inscrita em
Itabirito, 28 de Junho de 2003
( ) 2º Tabelião - Aut. F. 1.000.000 da Silva
( ) 1º Tabelião - Aut. F. 1.000.000 da Silva
Substituta

*SP*  
*MRB*

**CLÁUSULA SEGUNDA**

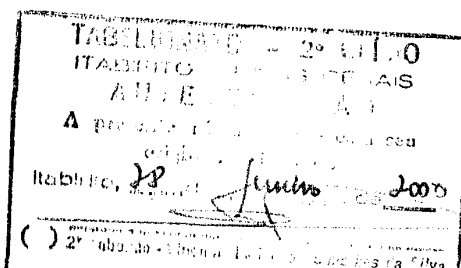
O Objetivo Principal será, prestação de serviços e instalação de Estação de Radiodifusão Sonora ou de Sons e Imagens, sempre com a finalidade informativa, cultural, educacional, cívica, patriótica e difundindo os valores culturais, mostrando o potencial de cada região onde abrangeremos, sempre mediante a obtenção de concessão e permissão do Governo Federal, nesta ou em outras localidades do Território Nacional, estando em conformidade com a legislação específica que regulamenta o serviço de radiodifusão.

**Parágrafo Único** – Para atender a finalidade principal, terá também o objetivo de prestação de serviços de locução, gravações musicais e de programas radiofônicos e televisivos, sonorizações externas, assessoramento a emissoras de rádio e televisão, agenciamentos, intermediações, corretagem, produções e divulgação de anúncio, publicidade e espaço em rádio e televisão. Promoção de eventos, serviços de criação, marketing e publicidade, bem como todos os serviços necessários e afins ao ramo e Objetivo Social da Empresa.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

O Capital Social que era de R\$10.000,00 (Dez Mil Reais) divididas em 10.000 (Dez Mil) quotas de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma passa a ser de R\$100.000,00 (Cem Mil Reais) divididos em 100.000 (Cem Mil) quotas de R\$1,00 (Um Real) cada uma totalmente integralizado em moeda corrente do país e assim distribuídos entre os sócios:

<u>SÓCIOS</u>	<u>QUOTAS</u>	<u>VALORES R\$</u>	<u>%</u>
Guilherme Melillo Almeida	50.000	50.000,00	50
Maria Celeste Melillo Almeida	50.000	50.000,00	50
<b>TOTAL</b>	<b>100.000</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100</b>



**CLÁUSULA QUARTA**

*A sociedade cria neste ato seu escritório administrativo na cidade de Belo Horizonte na Avenida Afonso Pena n.º 726, 10º andar conj. 1.000 – Centro, ficando este apenas para dirimir questões burocráticas, sem função comercial.*

**CLÁUSULA QUINTA**

*Permanecem em vigor todas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no ato constitutivo da sociedade, não modificados pelo presente instrumento.*

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

*Os Sócios deliberam aprovar a Consolidação do Contrato Social, passando a sociedade a ser regida única e exclusivamente sob as cláusulas e condições a seguir:*

**CLÁUSULA PRIMEIRA****NATUREZA – DENOMINAÇÃO – DURAÇÃO**

*A sociedade é por quotas de responsabilidade limitada, e girará sob a denominação Social de “MAGUI COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.” e terá duração por prazo indeterminado.*

TABELEIRO - 2º OFÍCIO
ITABRILTO - 1003 OFÍCIAS
ABRIL - 1003 OFÍCIAS
A p... ..
Itabrilto, 28 de Junho de 2003
( ) 2º ofício - 1003 OFÍCIAS - 1003 OFÍCIAS
( ) Substituta

*juiz/Procurador*  
*menor*

## CLÁUSULA SEGUNDA

### SEDE E FORO

A sociedade tem Sede e Foro na Cidade de Itabirito, Estado de Minas Gerais, na travessa Santa Cruz n.º 85 – Centro, CEP 35450-000, e neste ato cria seu escritório na Cidade de Belo Horizonte na Avenida Afonso Pena, n.º 726, 10º Andar, Conj. 1.000, CEP 30130-003, somente para fins burocráticos, sem conotação comercial, podendo ainda criar e extinguir filiais, sucursais, agências, escritórios e outros departamentos dentro e fora do território nacional, a critério de sua administração, conferindo-lhes destaque do Capital Social.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### OBJETIVO SOCIAL

O objetivo principal será, prestação de serviços e instalação de estação de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, sempre com a finalidade, informativa, cultural, educacional, cívica e patriótica, difundindo valores culturais, mostrando o potencial de cada região abrangermos, sempre mediante a obtenção de concessão e permissão do Governo Federal, nesta ou em outras localidades do Território Nacional, estando em conformidade com a legislação específica que regulamenta o serviço de radiodifusão.

**Parágrafo Único** – Para atender a finalidade principal, terá também o objetivo de prestação de serviços de locução, gravações musicais e de programas radiofônicos e televisivos, sonorizações externas e internas, assessorando a emissoras de rádio e televisão, agenciamentos,

T. D. L. 10.000 - 2º ÚNICO	
ITABIRITO - MINAS GERAIS	
A. P. 1.000	
Itabirito, 31 de Maio de 2003	
( ) 2º. alteração - alteração da denominação da empresa	
( ) - Substituta	

*[Handwritten signatures and initials]*

*justiça*

*ment*

intermediações, corretagem, produções e divulgação de anúncio, publicidade e espaços em rádio e televisão.

Promoção de eventos, de criação, marketing e publicidade, bem como todos os serviços necessários e afins ao ramo e objetivo Social da Empresa.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de R\$100.000,00 (Cem Mil Reais), totalmente integralizado, dividido em 100.000 (Cem Mil) quotas no valor de R\$1,00 (Um Real) e está distribuída entre os sócios na seguinte proporção:

O sócio **GUILHERME MELILLO ALMEIDA** é possuidor de 50.000 (Cinquenta Mil) quotas no valor nominal de R\$1,00 (Um Real) e valor global de R\$50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), representando 50% (Cinquenta Por Cento) do Capital Social;

A sócia **MARIA CELESTE MELILLO ALMEIDA** é possuidora de 50.000 (Cinquenta Mil) quotas no valor nominal de R\$1,00 (Um Real) e valor global de R\$50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), representando 50% (Cinquenta Por Cento) do Capital Social;

#### CLAUSULA QUINTA

##### DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade dos sócios é limitada, na forma da lei, à importância do Capital Social.

TABELA - 2º LIT - O	
ITABRITO - MINAS GERAIS	
ANEXO (TABELA)	
A presente tabela contém o seu	
registro, em 2000	
Itabrito, 2000	
2º abito - Anexo 1 - 1º abito da Silva	
Substituída	

*[Handwritten signatures and initials]*

pública,  
 público, tais

ada pelos  
**LMEIDA,**  
 assinaturas

J. Almeida  
 1980  
 1980

**Parágrafo Segundo** – É facultado única e exclusivamente ao gerente **GERALDO MAGNO DE ALMEIDA**: oneração de bens sociais, vender, prometer vender, alienar bens do patrimônio social, conceder aval em nome da sociedade, outorgar mandatos, inclusive os judiciais com a cláusula “ad juditia”, contrair empréstimos bancários em nome da sociedade sem a prévia aquiescência do outro sócio.

### CLÁUSULA OITAVA

#### REMUNERAÇÃO

Cada sócio poderá mensalmente a título de pro-labore/retirar uma importância compatível com a função que exercerá na administração da sociedade, a qual, de comum acordo entre os sócios, será fixada ou alterada no início de cada exercício social, ou alterada no decorrer do mesmo, caso necessário. As importâncias serão levadas à débitos da conta “Despesas Operacionais da Sociedade”.

### CLÁUSULA NONA

#### EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRÇÃO FINANCEIRA

O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, quando se elaborarão balanço e demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais. Os lucros serão partilhados entre os sócios proporcionalmente ao valor das respectivas quotas ou poderão ser levados para posterior deliberação.

TABELIONATO - 2º OFÍCIO	
ITABRITO - JUIZ DE PAZ GERAL	
EM EXERCÍCIO	
A presente certidão foi dada em seu	
habito, 28 de junho de 2003.	
Assinatura: <i>[assinatura]</i>	
Carimbo: <i>[carimbo]</i>	
( ) 2º substituto: <i>[assinatura]</i>	
( ) <i>[assinatura]</i> - Substituto	

*[assinatura]*  
*[assinatura]*  
*[assinatura]*  
*[assinatura]*

**CLÁUSULA DÉCIMA****RETIRADA DE SÓCIOS**

A sociedade não entrará em dissolução, nem em liquidação no caso de retirada, morte, incapacidade civil ou insolvência de qualquer dos sócios. Ocorrendo um destes eventos, e não havendo interesse do próprio sócio, ou seus herdeiros, em permanecer no convívio social, os haveres do sócio a que se referir o evento serão apurados no balanço especial que se levantará naquela ocasião, sendo pagos ao sócio, herdeiro ou representante legal na forma que for definida em negociações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA****PROIBIÇÃO**

É vedado o emprego da denominação social em avais/ fianças ou quaisquer outros títulos de mero favor.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA****INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS**

Para fins do disposto no art. 37,II da lei 8.934 de 18.11.94, com redação dada pelo art. 4º da MP n.º 1.956.26, de 06.01.2000, os sócios, já qualificados declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio com a administração de sociedade em virtude de condenação criminal.

TRANSLADO - 2º OFÍCIO	
ITABENTO - LÍBRAS GERAIS	
AUTENTICAÇÃO	
A presente cópia foi autenticada em	
original, em 28/05/2003	
Itabento, 28/05/2003	
[Assinatura]	
[Assinatura]	
( ) 2º abando - [Assinatura] - [Assinatura]	
( ) - Substituta	

*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*


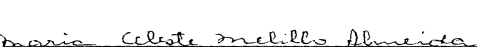
**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA****CASOS OMISSOS**

Os casos omissos deste instrumento serão regulados pelas disposições do Decreto Legislativo Federal n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1919, e pelo demais dispositivos legais supervinientes.

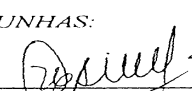
E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de alteração e de consolidação de atos constitutivos em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, levando-se em seguida para arquivamento no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas na presença de 02 (duas) testemunhas, também signatárias.

Itabirito, 11 de abril de 2000.

SÓCIOS:

  
 TABELIONATO TRIGINELLI  
 Serviço Notarial do 1º Ofício  
 GUILHERME MELILLO ALMEIDA  
  
 MARIA CELESTE MELILLO ALMEIDA

TESTEMUNHAS:

  
 REINALDO CRISPIN DA SILVA  
 CPF/MF: 083.590.756-20  
 CI: M-94.763 / SSPMG

  
 ARTUR GRACIANO MONTEIRO  
 CROMG: 29.837  
 CPF: 231.039.226-04

2. (DO ANEXO) MINAS GERAIS  
 648  
 A ( ) 2ª Tabelião - Livro 1 - Folha 1  
 Itabirito, 11 de abril de 2000  
 ( ) 2ª Tabelião - Livro 1 - Folha 1  
 - Substituta

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
 CERTIFICADO O REGISTRO EM: 26/05/2000  
 SOB O NÚMERO: 3120596793-6  
 AUGUSTO MANTO DE CARVALHO  
 PELA SECRETARIA GERAL  
 Protocolo: 201693771

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PARECER****PARECER Nº 593, DE 2003**

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2003, tendo como 1º signatário o Senador Efraim Morais, que dá nova redação ao § 1º do art. 100 da Constituição Federal, criando limite máximo para pagamento de obrigações relativas a precatórios judiciais.

Relator: Senador Demóstenes Torres

**I – Relatório**

A Proposta de Emenda à Constituição sob análise, de autoria do nobre Senador Efraim Morais, tem por escopo alterar o § 1º do art. 100 da Constituição Federal, com vistas a limitar o montante máximo a ser comprometido no orçamento com o pagamento de precatórios, que não de natureza alimentícia, a dois por cento das receitas correntes líquidas, e permitir, superado tal limite máximo, que os débitos sejam parcelados em até sessenta me-

ses, para escalonar o impacto de precatórios de maior valor sobre a Fazenda Pública.

Na sua justificação, o ilustre autor da iniciativa ressalta que seu objetivo principal é viabilizar a possibilidade de os entes federativos saldarem os compromissos assumidos no passado, sem ferir os mandamentos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Salienta, em seguida, que a impossibilidade de pagar os precatórios é o fator responsável pelo descumprimento das obrigações por parte de vários governantes. Além disso, após as últimas eleições, alguns prefeitos e governadores pagaram precatórios fora de ordem, onerando os governantes que os sucederam. Assim, a presente proposta tornará impossível a continuação da ocorrência de tal fato.

A emenda teria, também, o condão de impedir que as obrigações com precatórios eliminem a capacidade de investimento dos entes federativos, porque o não-estabelecimento de um limite máximo, até o presente momento, colidiu com a realidade da administração pública em satisfazer as necessidades de parcela da sociedade que depende do cumprimento das obrigações capitaneadas aos entes federativos.

Finalmente, a fixação da vigência da nova ordem para o primeiro dia do exercício financeiro subsequente objetiva evitar modificações de normas financeiras no decorrer do exercício, o que geraria diversas dificuldades.

## II – Análise

A proposta mostra-se constitucional e jurídica, pois não colide com nenhum dos princípios magnos referentes às cláusulas pétreas e nem apresenta incongruências com outros dispositivos componentes do nosso ordenamento jurídico.

Outrossim, revela-se conveniente e oportuna, porque torna mais realista e viável o regime dos pagamentos dos precatórios, ora por limitar o montante máximo, ora por permitir o parcelamento da dívida. Caso seja aprovada, cremos que diminuirá sobremaneira o descumprimento das obrigações por parte dos entes federativos, e, como bem ressalta sua justificação, tornará impossíveis as manobras utilizadas por muitos governadores e prefeitos com vistas a pro-

telar os pagamentos e dificultar financeiramente a administração dos sucessores.

A questão do pagamento dos precatórios tem sede constitucional no nosso ordenamento jurídico para evitar favorecimentos e perseguições, do que decorre a exigência de que a ordem de apresentação seja cumprida rigorosamente. Se os bens públicos são impenhoráveis, o instituto dos precatórios é algo indispensável para a satisfação dos compromissos assumidos pelo Poder Público. Justamente por isso, porque tal impenhorabilidade não pode levar a Fazenda Pública a ficar isenta do pagamento do débito, é oportuna toda e qualquer medida legal que vise a melhor possibilitar o cumprimento da referida obrigação.

## III – Voto

Por todo o exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2003.

Sala da Comissão, 28 de maio de 2003. – **Edison Lobão**, Presidente – **Demóstenes Torres**, Relator.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 23 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 28/05/2003, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[assinatura]</i>	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO</b>	
SERYS SLHESSARENKO	1-EDUARDO SUPLICY
ALOIZIO MERCADANTE	2-ANA JÚLIA CAREPA
TIÃO VIANA	3-SIBÁ MACHADO <i>[assinatura]</i>
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	4-FERNANDO BEZERRA
MAGNO MALTA	5-GERALDO MESQUITA JÚNIOR
(VAGO)	6-JOÃO CAPIBERIBE
MARCELO CRIVELLA	7-(VAGO)
<b>PMDB</b>	
AMIR LANDO	1-ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-RAMEZ TEBET
JUVÊNCIO DA FONSECA	4-JOÃO ALBERTO SOUZA
PAPALÉO PAES	5-IRIS DE ARAÚJO
PEDRO SIMON	6-SÉRGIO CABRAL
<b>PFL</b>	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	1-PAULO OCTÁVIO <i>[assinatura]</i>
CÉSAR BORGES	2-JOÃO RIBEIRO
DEMÓSTENES TORRES (RELATOR)	3-JORGE BORNHAUSEN
EDISON LOBÃO	4-RENILDO SANTANA
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
<b>PSDB</b>	
ARTHUR VIRGÍLIO	1-ANTERO PAES DE BARROS
TASSO JEREISSATI	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO
(VAGO)	3-LEONEL PAVAN
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES	1-ALMEIDA LIMA <i>[assinatura]</i>
<b>PPS</b>	
JOÃO BATISTA MOTTA	1-MOZARILDO CAVALCANTI

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – O Expediente lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 312 a 331, de 2003**, lidos anteriormente, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março último, os Projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Sobre a mesa, projeto de resolução que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 20, DE 2003**

**Altera a Resolução nº 20, de 2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, e dá outras providências.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A Resolução nº 2, de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4º-A:

“Art. 4º-A. Para viabilização dos trabalhos e divulgação dos objetivos do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, o Conselho poderá promover reuniões, encontros e seminários nas diferentes unidades da Federação.

Parágrafo único. O Conselho deverá submeter, anualmente, à aprovação do Presidente da Casa, plano de trabalho e orçamento de reuniões, encontros e seminários a serem realizados no período.”

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

Apresentado em 1998, o então Projeto de Resolução nº 25 ofereceu a esta Casa do Legislativo a chance de reconhecer o trabalho de inúmeras ‘incansáveis defensoras da cidadania’ – mulheres brasileiras que, de alguma maneira, têm-se destacado na

luta por melhores condições de vida desse grupo social ainda marginalizado.

O projeto foi aprovado e transformado na Resolução nº 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e cria o Conselho com a responsabilidade de escolher e agraciar “cinco mulheres de diferentes áreas de atuação”.

Nos anos que se seguiram à criação do Diploma, 2002 e 2003, os trabalhos do Conselho restringiram-se, como manda o texto da Resolução, à análise e à aprovação dos currículos encaminhados para apreciação. O Conselho reuniu-se e escolheu cinco mulheres, entre aproximadamente 30 candidatas em cada ano.

Ocorre que a criação, no âmbito do Senado Federal, desse Conselho foi um importantíssimo passo para a valorização do trabalho de encaminhamento, sobretudo no campo jurídico, das questões de gênero no País. Contudo, faço minhas as palavras da ilustre autora do projeto que deu origem ao Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, Senadora Emilia Fernandes, quando afirma, na justificação de seu projeto, que os problemas relativos à mulher “só serão sanados com a continuidade da luta pela construção da cidadania e de uma sociedade pluralista, fraterna e democrática – luta que não é só das mulheres, mas de todos”.

Dessa forma, seguindo o pensamento da nobre Senadora, apresento o presente projeto que visa facilitar e ampliar os trabalhos do Conselho e, conseqüentemente, do Senado Federal na defesa dos princípios da cidadania e da extinção de qualquer tipo de discriminação contra a mulher, assegurados com as inovações da chamada Constituição-Cidadão de 1988.

Nesse contexto, espero contar com o apoio dos nobres pares para aprovação do projeto de resolução que apresento.

Sala das Sessões, 30 de maio de 2003. – Senadora **Serys Slhessarenko**.

*(Às Comissões de Educação, de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão Diretora.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – O projeto lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 051/03 – GLDBAG

Brasília, 29 de maio de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Fernando Bezerra como membro titular para integrar, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo, a Comissão de Constituição e Justiça, e o Senador Duciomar Costa, como suplente, na referida Comissão, em vaga atualmente ocupada pelo Senador Fernando Bezerra.

Atenciosamente, – Senador **Tião Viana**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Serão feitas as substituições solicitadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/16, de 2003** (nº 110/2003, na origem), de 27 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Originária nº 788, que declarou a inconstitucionalidade do vocábulo *mensal*, constante do art. 1º, e de todo o texto do art. 2º, ambos da Lei nº 8.870, de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul (concede aos Magistrados gratificação de férias).

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 15, de 2003** (nº 759/2003, na origem), de 21 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 555/2003–TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre representação, formulada pelo Ministério Público do Trabalho, sobre irregularidades na concessão de licença remunerada a servidor do TRT-13ª Região – PB (TC – 017.016/2000-6);

O expediente vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 16, de 2003** (nº 158/2003, na origem), de 26 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, nos meses de

janeiro a março de 2003, e Quadro Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal. Esclarece, ainda, que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelas unidades da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

Por permuta com a Senadora Iris de Araújo, passamos a palavra, por vinte minutos, ao nobre Senador Aelton Freitas.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como membro titular da Subcomissão do Idoso, quero fazer um apelo ao Governo Federal em favor dessas verdadeiras fontes de sabedoria e capacidade ainda hoje discriminadas por boa parte da sociedade. Chamo atenção, Sr. Presidente, especialmente para o quadro brasileiro da terceira idade. Dados da Organização das Nações Unidas indicam que, em 2020, o segmento idoso será de 18,02% do total da população brasileira, o que significa que o Brasil terá a sexta maior população de idosos do mundo.

Pelo que observamos diariamente em nossa sociedade, não há dúvidas de que ainda precisamos avançar muito para oferecer à população idosa as condições que ela merece. E o que ela merece não são grandes aposentadorias, mas sim respeito, carinho e chances para ter seus inigualáveis talentos bem aproveitados. Hoje, ao contrário, parece que ainda desperdiçamos, por visão equivocada, a oportunidade de aplaudir e aprender com os nossos chamados velhinhos.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tenho a convicção de que o primeiro passo para o pleno resgate da dignidade do idoso deve ser a superação de preconceitos e mitos que impedem o ingresso ou a manutenção dos mesmos no mercado de trabalho.

Há dois dias, Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> esteve naquela excelente reunião na Subcomissão do Idoso onde tivemos uma magnífica demonstração da vitalidade de nossos idosos. O trabalho do ator Osvaldo Louzada e da atriz Carmem Silva em uma telenovela em exibição no momento, além de tecnicamente perfeito, está servindo como um impulso para discussão imediata de medidas do interesse da terceira idade.

Eles são, ainda, exemplo claro de que faixa etária não mede competência.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, com todos os méritos, o Governo Luiz Inácio Lula da Silva está disposto a investir na nossa massa de jovens que correm riscos sociais, sofrendo com a pobreza, com a baixa escolaridade e com a violência por meio do programa Primeiro Emprego. Conforme o próprio Ministro do Trabalho, Jaques Wagner, a expectativa é atender 220 mil jovens até dezembro de 2003.

Ao me referir a essa brilhante iniciativa em benefício da nossa juventude, Sr. Presidente, sugiro que se crie, o mais rápido possível, um projeto de caráter semelhante voltado para os mais velhos, cujo contingente é cada vez maior em nosso País. Temos que acabar com a lógica vigente que considera o jovem de 18 anos muito novo para o trabalho e o homem de 35 a 40 anos já ultrapassado. Hoje, quem tem mais de 40 anos de idade e não possui habilidades estratégicas dificilmente tem lugar ao sol nesse mercado tão competitivo que é o mercado de trabalho. O resultado de tudo isto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, é o péssimo aproveitamento dos recursos humanos disponíveis para alavancar o crescimento do nosso País.

É evidente que, em determinadas atividades, a idade é um peso, mas isso não impede uma readaptação e um reaproveitamento profissional.

Assim como faltava para os mais jovens, falta, ainda, uma política de proteção exclusiva para os trabalhadores em idade avançada. O último emprego, Sr. Presidente, é tão importante quanto o primeiro emprego em um país onde anda faltando espaço até nos asilos, onde muitas famílias se sustentam com os rendimentos dos velhinhos, com a aposentadoria que recebem.

Para que se exija um maior tempo de contribuição previdenciária do trabalhador, é preciso garantir também, Sr. Presidente, a sua permanência no mercado de trabalho. Penso que a solução é fazer um trabalho de conscientização sobre o valor profissional de idade e oferecer incentivos, como a diminuição de juros ou mesmo descontos tributários para empresários que mantenham os mais velhos em seus quadros de funcionários.

Graças a Deus, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em nosso âmbito de atuação estamos oferecendo uma significativa contribuição para a melhoria do tratamento destinado aos mais velhos. A criação do Estatuto do Idoso, proposta oportuna do nobre Senador Sérgio Cabral, Presidente da Subcomissão do

Idoso nesta Casa, que recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, certamente será aprovada, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Garantir acesso gratuito ao transporte público, descontos especiais em eventos culturais, fiscalização de entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso são alguns dos benefícios que estenderemos à nossa terceira idade, mas eles não dispensam a necessidade de medidas como o incentivo ao emprego.

Ao fim deste meu breve pronunciamento, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero convidar, ou melhor, intimar todas as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores a empreender esforços, cada um a seu modo, para que no futuro possamos nos orgulhar de viver em um país onde realmente exista respeito, dignidade e reconhecimento ao inestimável potencial dos queridos idosos. Será reconfortante saber que, nesta gestão no Senado Federal, pudemos contribuir um pouco para dar mais qualidade de vida, mais esperança, melhores condições de trabalho e dignidade aos nossos idosos do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Uma boa sexta-feira a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até vinte minutos.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a busca do tão almejado equilíbrio regional depara-se com grandes obstáculos, uma vez que a concentração de poder econômico tende a se perpetuar, acentuando as desigualdades regionais. Para corrigir tal tendência é necessário adotar uma política ativa de compensação, identificando as vocações e os fatores vulneráveis nas economias das regiões menos desenvolvidas, passando a estimular aquelas vocações e a reforçar esses fatores de modo abrangente e articulado.

Um marco dos mais importantes para dinamizar a economia das regiões brasileiras menos desenvolvidas consistiu na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene – em 1958, seguida da criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam – em 1966.

Seria praticamente impossível contabilizar todos os benefícios que produziu para as respectivas regiões, de modo direto ou indireto, a atuação de ambas as superintendências durante mais de três décadas. Em seus últimos anos, entretanto, a revelação de sérios problemas de irregularidades e desmandos na aplicação dos incentivos da Sudene e Sudam conduziu a uma reavaliação da atuação das duas entidades, resultando em sua extinção.

Não há dúvida, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que, ao serem fechadas tanto a Sudene quanto a Sudam, bons funcionários, consistindo na maioria de ambas as instituições, foram equiparados àqueles menos escrupulosos, que concorreram para consumação dos ilícitos; empresas corretas, que aproveitaram os estímulos concedidos para seu legítimo crescimento, retornando benefícios para o conjunto da sociedade, viram-se na mesma vala de empresas fantasmas, constituídas tão-somente para usufruir de recursos públicos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, muitos projetos importantes elaborados em Rondônia e aprovados pela Sudam tiveram um final feliz. Temos, hoje, em Rondônia, pequenas centrais hidrelétricas, um frigorífico de aves, laticínios e indústria de transformação do leite, a Gramazon, que faz o beneficiamento do granito da região para ser exportado para a Itália, Estados Unidos e tantos outros países, enfim, mais de uma dezena de boas empresas, criadas com recursos da Sudam, estão hoje funcionando, gerando riqueza, emprego e ICMS para que o Estado de Rondônia possa investir na educação, saúde, agricultura e tantas outras áreas.

É lamentável, portanto, que isso tenha acontecido com a Sudam, empresa que contribuiu muito para a nossa região. É claro que muitos projetos não deram certo, mas não podemos generalizar. A Sudam é uma empresa que merece, com certeza, ser reativada.

Ambas as entidades, de relevante papel histórico no passado e de grandes perspectivas para o futuro, uma vez empreendida a correção dos rumos, viram-se simplesmente extintas. Para assumir parte de suas atribuições são criadas a Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene – e a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – Ada.

A mudança na Presidência da República veio trazer, entretanto, novo alento para todos os que acreditavam que a Sudam e a Sudene poderiam no-

vamente representar, uma vez ressuscitadas, importantes instrumentos de estímulo ao desenvolvimento do Norte e do Nordeste do País.

Eis que aí mesmo, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicia-se uma nova ordem de problemas. Admite-se, endossa-se, exalta-se, enfim, a proposta de recriação da Sudene. Mas a Sudam permanece no limbo, no esfumaçado do talvez.

Em janeiro do corrente ano, o Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, vem a público declarar, após visita a ambas as regiões, que “percebeu nos nordestinos uma disposição maior de recriar a Sudene”, enquanto “a sociedade amazônica (Ihe) pareceu ter pouco empenho em proteger a Sudam”.

No último dia 11 de fevereiro, foi instituído grupo de trabalho interministerial para examinar o processo de extinção da Sudene e de criação da Adene, responsabilizando-se ainda pela proposição de medidas para que a Sudene venha a ser recriada.

Enquanto isso, o Ministro Ciro, afastada a hipótese da recriação de Sudam, defende a reformulação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – Ada.

E o processo de liquidação da Sudam estende-se indefinidamente, agora sob o comando de um quarto interventor.

Conheço muito bem a palavra interventor, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. Ela deveria ser extinta do nosso vocabulário, porque intervenção é o que há de mais danoso para uma instituição. Isso nunca deveria acontecer, mas já estamos no quarto interventor na Sudam. Isso não vai nos levar a lugar algum.

É necessário, portanto, que a Sudam seja novamente reformulada ou que a Ada seja efetivamente implantada para que os nossos projetos possam ter prosseguimento.

Os servidores da Sudam permanecem à espera de uma solução, sem que tenham aproveitamento laboral, ou qualquer definição que venha minorar a angústia de pais e mães de famílias aflitas.

Grande número de projetos em andamento, de relevante interesse para os Estados nortistas, teve, sistematicamente, a liberação de recursos sustadas, em particular aqueles provenientes do Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam, que sobrevive apenas em estado vegetativo.

Segundo o próprio Ministério da Integração Nacional, “empresários que se sentiram prejudicados com a extinção da Sudam ameaçam processar o Governo Federal por lucros cessantes”.

Não apenas essa, mas diversas manifestações nos mostram seu inconformismo com a menor atenção, para não dizermos simplesmente descaso, com que vêm sendo tratados os referidos problemas de nossa região.

Sr. Presidente, milhares de empregos, recursos em caixa de R\$200 milhões, previsão de entrada de mais de R\$200 milhões em 2003, tudo isso poderia ser investido em novas empresas ou para concluir algumas que estão em andamento, gerando, assim, mais empregos para a nossa região, para o nosso povo.

Se é necessário mostrar empenho pela criação da entidade mais adequada para estimular o dinamismo econômico da Região Norte, com recursos, força política e capacidade de conceber e encaminhar planos articulados de desenvolvimento, não faltará quem clame por esse direito. Reivindicamos, antes de tudo, Sr. Presidente, a isonomia de tratamento com a Região Nordeste.

É louvável a determinação demonstrada pelo Governo Federal para a recriação da Sudene – nós também a aplaudimos –, mas não concebemos e não aceitamos que se dê um tratamento diferenciado e discriminatório à região Norte do nosso País.

O que exigimos, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é a disposição para o diálogo franco por parte do Ministro da Integração Nacional e demais autoridades do Governo Federal, que não parta de posições preconcebidas, mas que avalie os legítimos anseios e as verdadeiras necessidades da nossa região.

Afinal, temos todos os motivos para crer que é de interesse comum fazer desenvolver nossa vasta região, depositária das maiores riquezas naturais do Brasil, de integrá-la ao conjunto do País, de resgatar o seu povo da carência em que se encontra, em prol de uma nação desenvolvida de modo harmonioso em todos os seus quadrantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Paulo Paim, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aelton Freitas.*

**O SR. PRESIDENTE** (Aelton Freitas) – Passo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, por permuta com o Senador Paulo Paim, por vinte minutos.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vamos tratar de dois assuntos. Um é sobre as agências reguladoras, uma questão que nos preocupa muito. O outro é sobre a criança e o adolescente, aproveitando o lançamento do livro **Esmeralda – Por que não Dancei**, de autoria de Esmeralda Ortiz, leitura obrigatória para todos os brasileiros que têm consciência do problema da criança e do adolescente.

Hoje, grande parcela das nossas crianças e dos nossos adolescentes vivem problemas gravíssimos, como abandono, drogas, desajustes.

Esmeralda retrata a realidade desta situação com uma seriedade muito grande. Ontem, no lançamento do livro, vi e ouvi o depoimento de Esmeralda. Em determinado momento, ela disse que a situação da criança e do adolescente que vive nas ruas de nosso País não é difícil de ser resolvida, mas também não pode ser resolvida num passe de mágica. É preciso muitas determinações políticas, ações convergentes para que o problema seja superado, mesmo que seja um processo moroso.

Ontem, pela manhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia, foi realizada uma audiência pública com a presença do Ministro Jaques Wagner e do jornalista Gilberto Dimenstein. O Ministro defendeu, com muita competência e compromisso político, o programa Primeiro Emprego, mas também ficou evidenciado que precisamos de políticas sérias para superarmos o problema. O jornalista Gilberto Dimenstein afirmou que, em muitos casos, crianças e jovens vão morar nas ruas não pela pobreza, mas por desajustes dentro da família, por ataques que sofrem dentro de casa.

Ainda com referência a essa questão, quero lembrar que começou ontem e continua hoje um grande encontro nacional de entidades organizadas da área médica no País, em Brasília, com a presença de cerca de 800 profissionais. Gostaria de registrar que recebi um documento do Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, Dr. Lincoln Freire, que solicita a garantia de um atendimento de qualidade a crianças e adolescentes. Como é um texto razoavelmente

longo e não terei tempo para lê-lo, peço o seu registro nos Anais do Senado Federal.

Há uma série de problemas que temos que resolver com relação a nossas crianças e adolescentes – saúde, falta de condições econômicas, abandono, questões que envolvem a família.

Tenho aqui oito depoimentos, mas lerei apenas quatro, que demonstram que a dignidade das nossas crianças e dos nossos adolescentes é criminosamente atacada dentro de suas próprias casas. “O mais silencioso dos crimes acontece dentro de casa, condena as vítimas a uma dor sem descanso, destrói laços afetivos, desrespeita a dignidade da criança e mantém o criminoso protegido pelos que sempre calam. A mais despudorada das violências costuma ser mantida em segredo e é disso que ela sobrevive por muito tempo, às vezes para sempre”.

Pelos depoimentos que temos ouvido, eu atribuo a maior relevância à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI da exploração sexual, que deverá ser instalada nos próximos dias. Sua criação foi solicitada pela Senadora Patrícia Gomes, por mim, pela Deputada Maria do Socorro, e já temos o número necessário de assinaturas para instalá-la, uma vez que ela já foi aprovada pelo Congresso. Essa CPMI terá condições de analisar o material de inúmeras entidades que, através dos tempos, vêm pesquisando a exploração sexual da criança e adolescente, como também de ouvir depoimentos, como alguns que lerei posteriormente. Assim, uma série de ações deverão ser estudadas e discutidas para que esta situação se modifique, Senador Paulo Paim.

É muito grave, é muito grave mesmo, e eu dizia no começo da minha fala que todo o Brasil que conhece a realidade grave das crianças e dos adolescentes abandonados ou semi-abandonados, por um motivo ou outro, que são inúmeros no Brasil, em especial, nós, políticos, temos a obrigação de ler **Esmeralda – por que não dancei**, que foi o livro lançado ontem.

Tenho em mãos e gostaria de ler pelo menos quatro pequenos depoimentos sobre o mais silencioso dos crimes, que é o que acontece dentro de casa:

Fernanda, aos 12 anos, começou a ser violentada pelo padrasto. A mãe, depois de um tempo, também participava do abuso. A

única coisa que Fernanda tem hoje são os pesadelos do passado e a vontade de dar certo na vida.

Rodrigo foi estuprado pelo tio-bisavô, aos 10 anos. Aos 20 anos, questiona se é homossexual por causa do abuso sofrido.

Estou lendo apenas pequenos trechos desses depoimentos.

Dos 2 aos 9 anos, Andréia foi abusada pelo pai. Aos 15 anos, adora filmes infantis e só brinca de bonecas. Gosta de estudar e sonha ser cientista. Sabe que, para o seu sucesso, terá que guardar a violência sofrida como segredo.

Henrique foi violentado quando tinha 6 anos. Aos 28 anos, abusou sexualmente da enteada de 6 anos. Teve a chance de se tratar.

E, aqui, há outros depoimentos, talvez de maior gravidade ainda.

A situação é grave, é séria, e nós, da Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente, e membros da CPMI do Abuso e da Exploração Sexual, Senadores e Senadoras, precisamos realmente encarar esse problema. Acredito que a instalação desta CPMI irá fazer com que nós, políticos, do Congresso Nacional, e o nosso Governo, do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, tenhamos condições de ter um retrato mais claro da situação e, com certeza, a possibilidade de delinear ações mais concretas e dentro da realidade para a superação desse problema tão grave.

Deixo mais uma vez a recomendação de que leiam o livro **Esmeralda – Por que não dancei**, um retrato dessa realidade brasileira.

Passo agora a outro assunto, que, aliás, já foi abordado por um dos Senadores que nos antecedeu hoje: as agências reguladoras em nosso País. Tenho aqui um discurso entremeado de citações do Dr. Luís Roberto Barroso, Professor Titular de Direito Constitucional da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Mestre pela Universidade Yale, membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, em que faz observações muito claras a respeito dos limites do poder das agências reguladoras.

Infelizmente, o tempo urge, tenho apenas sete minutos. Mas vou tentar fazer alguns comentários a respeito das agências reguladoras.

As agências reguladoras são autarquias especiais, que desempenham funções administrativas, normativas e decisórias, dentro de um espaço de competências que lhes é atribuído por lei. No exercício de suas atribuições, cabem às agências encargos de grande relevância, como zelar pelo cumprimento dos contratos de concessão, fomentar a competitividade no setor, induzir à universalização dos serviços, definir tarifas e arbitrar conflitos entre o poder concedente, os concessionários e os usuários. O desempenho de tarefas dessa natureza e alcance exige que as agências sejam dotadas de autonomia político-administrativa – seus dirigentes são nomeados pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, por um mandato de prazo certo – e de autonomia econômico-financeira, materializada na arrecadação de recursos próprios suficientes, sem dependência do orçamento geral.

Chega-se aqui à questão central que vinha sendo negligenciada: o surgimento de centros de poder como o das agências reguladoras – cujas características são a não-eletividade de seus dirigentes, a natureza técnica das funções desempenhadas e sua autonomia em relação aos Poderes tradicionais – exige uma discussão acerca da legitimidade política com que desempenham aquelas competências. Curiosamente, esse déficit democrático das agências, conquanto lembrado por muitos autores, teve pouco destaque no debate que envolveu a sua introdução no Direito brasileiro, encoberto pelo entusiasmo do pensamento único que se impôs na matéria. A queixa do Presidente da República acerca do que considerou excesso de poder das agências traz de volta a discussão que ficara inconclusa. A questão é séria, porém simples.

As agências não podem e não devem exercer atribuições fora ou acima dos poderes constitucionais da República. De fato, ao Poder Legislativo cabe elaborar a lei que as institui, definir as competências que irão desempenhar e aprovar os servidores que vão exercer os cargos de direção. Ao Poder Exe-

cutivo, através do presidente da República, que está investido de mandato popular e é o chefe da Administração Pública, cabe a formulação, juntamente com seus ministros, das políticas públicas a serem implementadas por intermédio das agências. E, por fim, cabe ao Judiciário submeter as decisões das agências aos testes de constitucionalidade e legalidade, notadamente para verificar a observância de princípios fundamentais, como os da moralidade, razoabilidade, isonomia e dignidade da pessoa humana.

Se alguma lei retirar qualquer das competências constitucionais dos poderes do Estado, será inválida e não deverá ser aplicada. Em suma: as agências podem menos do que supõem elas próprias ou do que se supõe sobre elas. Nessa matéria, como em tantas outras, a solução que liberta é o cumprimento da Constituição.

Em um outro momento, voltaremos, com certeza, a discutir essa questão das agências reguladoras.

Acredito que o nosso Presidente da República, quando considerou o excesso de poder das agências, trouxe de volta realmente essa discussão, que, do meu ponto de vista, está inconclusa. Como eu já disse, trata-se de uma questão séria, porém simples. Não estão essas agências acima dos poderes estabelecidos.

Gostaríamos de retomar, Sr. Presidente, Senador Valdir Raupp, esse assunto em um outro momento, em que realmente pudéssemos entabular a discussão sobre a questão das agências reguladoras com os Srs. Senadores, de um modo geral, em uma audiência pública ou mesmo durante uma sessão ordinária. Mas essa discussão precisa ser aprofundada, pois o limite das agências reguladoras é um problema sério e que deve ser tratado e cuidado pelo Senado da República.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A  
SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

## **A SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA E O PSF PELA GARANTIA DE UM ATENDIMENTO DE QUALIDADE A CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

*Lincoln Marcelo Silveira Freire (\*)*

Preocupada com a implantação acelerada e muitas vezes irrefletida das equipes do Programa de Saúde da Família (PSF) no Brasil, a Sociedade Brasileira de Pediatria criou comissão para estudo do programa levando em consideração, primordialmente, o compromisso da entidade com a qualificação da atenção à saúde da criança e adolescente no país.

A comissão foi constituída por pediatras com experiência no assunto e com posições preliminarmente divergentes. Desse trabalho resultou o posicionamento da Sociedade Brasileira de Pediatria que identifica procedência e validade no Programa de Saúde da Família como estratégia de cobertura das populações até então marginalizadas do processo de assistência à saúde do SUS.

Reconhece, no entanto, que a forma de implantação do Programa e, particularmente, o centralismo das decisões e o controle autoritário de sua execução põem em risco o êxito de uma estratégia que tem efetiva capacidade de transformar favoravelmente a assistência primária à saúde no Brasil.

Criado inicialmente para fazer chegar os recursos assistenciais às populações marginais, o programa passou a assumir a pretensão de transformar todo o modelo de assistência à saúde no Brasil, ganhando rapidamente o âmbito das grandes cidades e das capitais dos estados.

A Sociedade Brasileira de Pediatria entende que, na forma como tem sido implantado e na falta de maior integração com a rede de saúde já instalada no país há longa data, o PSF termina sendo uma estrutura paralela ao SUS, merecendo, pelo fato mesmo, uma análise crítica e uma discussão mais ampla sobre os rumos que deve tomar a fim de que, resguardados seus princípios, possa, de fato, contribuir com a melhora da atenção primária no país.

No que tange à qualidade da atenção primária à criança e ao adolescente, o PSF encerra uma falha conceitual de grandes proporções. Trata-se do fato de insistir na prestação de atenção primária à criança por meio do médico generalista, cujo treinamento é sempre muito aquém do que se exige para o nível atual de conhecimentos relativos ao fenômeno do crescimento e desenvolvimento e demais requisitos da assistência à população pediátrica.

A resistência dos gestores diante da tentativa de definir o papel da pediatria na estrutura do PSF uma prioridade quanto à atenção à criança, representa, em última análise, uma ameaça

ao direito desta população de ter acesso aos cuidados fornecidos pelo profissional mais qualificado, qual seja, o médico de crianças e adolescentes, o pediatra enfim.

Por outro lado, a insistência na manutenção, a qualquer preço, da estrutura e formato rígidos das equipes do PSF em todo o país, traduz uma visão equivocada porquanto deixa de reconhecer a grande diversidade dos recursos disponíveis e da cultura de assistência à saúde da criança e adolescente em todos os recantos do país. Nossa entidade, presente em todo o território nacional e com história de envolvimento com as questões sociais que envolvem a criança, conhece em profundidade a realidade de saúde do país. Sabemos que em inúmeras regiões sequer temos médicos. Em outros locais, só o médico generalista se faz presente. Por outro lado, a Pesquisa Perfil do Pediatra constatou que contingente enorme de profissionais – 60% dos 36 mil pediatras brasileiros – residem nas Capitais.

Assim, acreditamos que o modelo deva ser diferenciado, de acordo com a realidade de cada cidade ou região; e que a implantação do PSF não pode assumir o estilo e o método das franquias hoje praticadas por empresas no comércio mundial. Por isso, o Ministério da Saúde, órgão que centraliza o Programa de Saúde da Família, precisa abrir-se mais à discussão e acatar testemunhos e depoimentos oriundos da realidade assistencial do país que devem, na verdade, nortear o projeto afim de que adquira maior relação com a realidade e assuma a forma mais adequada a cada região do país.

Ao não discutir com o pediatra a reformulação da atenção primária à criança e adolescente, o PSF retrocede no tempo e declina em qualidade ao se identificar com o período da história da medicina em que inexistia o médico da criança e do adolescente e em que os cuidados a essa população eram prestados por profissional médico absolutamente despreparado para fazê-lo e ignorante em relação aos princípios básicos da pediatria e da puericultura. Trata-se de uma perda de qualidade com a qual a SBP não pode concordar.

A alegação de que nos outros países o PSF funciona sem pediatra é generalizadora e imprecisa. De fato, as informações colhidas pelo grupo de trabalho da Sociedade Brasileira de Pediatria apontam exatamente em outra direção. Na Europa, na maioria dos países, a atenção primária à criança continua sendo oferecida pelo pediatra, reservando-se o médico generalista para a atenção a esta população infantil particularmente nas zonas rurais onde não tem sido possível fixar o pediatra.

Na verdade, ainda que existam modelos de equipes sem pediatras em outros países, o Brasil precisa construir o seu próprio modelo incorporando os profissionais que vem sendo formados tradicionalmente no país destinados aos cuidados da saúde de crianças e adolescentes.

**(\*) Dr. Lincoln Freire é presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria**

# O MAIS SILENCIOSO DOS CRIMES ACONTECE DENTRO DE CASA, CONDENA AS VÍTIMAS A UMA DOR SEM DESCANSO, DESTROÍ LAÇOS AFETIVOS, DESRESPEITA A DIGNIDADE DA CRIANÇA E MANTÉM O CRIMINOSO PROTEGIDO PELOS QUE SEMPRE CALAM. A MAIS DESPUDDORADA DAS VIOLÊNCIAS COSTUMA SER MANTIDA EM SEGREDO E É DISSO QUE ELA SOBREVIVE. POR MUITO TEMPO. ÀS VEZES, PARA SEMPRE

TEXTOS: MARIA CLARICE DIAS, JULIANA CÉZAR NUNES E MÁRINA OLIVEIRA // FOTOS: RICARDO BORRBA

**FERNANDA\*, AOS 12 ANOS,**  
começou a ser violentada pelo padrasto. A mãe, depois de um tempo, também participava do abuso. A única coisa que Fernanda tem hoje são os pesadelos do passado e a vontade de dar certo na vida.  
PÁGINA 2

**CARLOS não conseguia** parar de mexer na filha mesmo quando ela, chorando, dizia: "Páa, pai". Aos 42 anos, sabe que é rápido destruir uma família. E que uma vida inteira pode ser pouco para reconstruí-la.  
PÁGINA 3

**MANUELA, AOS 7 ANOS,** teve uma doença venérea na boca. Era abusada seguidamente por namorados da mãe. Hoje, aos 35 anos, alimenta o sonho de proteger uma criança como nunca pôde ser protegida.  
PÁGINA 3

**PAULO se acostumou a** brincar com crianças porque tinha vergonha de mostrar o pênis queimado para mulheres. Ele foi denunciado e diz que, se preso, vai virar assassino.  
PÁGINA 4

**RODRIGO foi estupro** pelo tio-bisavô aos 10 anos. Aos 20, questiona se é homossexual por causa do abuso sofrido. Hoje, ao transar, está certo de que nunca será passivo na relação.  
PÁGINA 5

**DOS 2 AOS 9 ANOS, ANDRÉIA** foi abusada pelo pai. Aos 15 anos, adora filmes infantis e só brinca de bonecas. Costa de estudar e sonha ser cientista. Sabe que, para o seu sucesso, terá que guardar a violência sofrida como um segredo.  
PÁGINA 5

**Os médicos** encontraram vestígios de murchas na vagina das filhas de **MARCELO**, que criava os animais no quintal e mexia nas crianças com as mãos sujas. Marcelo nega o abuso, quer se vingar da mulher e voltar a abraçar os filhos.  
PÁGINA 6

**HENRIQUE** foi violentado quando tinha 6 anos. Aos 28 anos, abusou sexualmente da enteada de 6 anos. Teve a chance de se trair/hoje, aos 37 anos é pai de um menino. E sabe que, se cometer novamente o crime, tem muito a perder: uma família.  
PÁGINA 8

\* Os nomes das personagens são fictícios

<i>Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal – SSDIV</i>	
Fonte: <i>Valor Econômico</i>	Página: E2
Data: 28.04.2003	

"Em suma, as agências podem menos do que supõem elas próprias ou do que se supõe sobre elas"

## Os limites do poder das agências reguladoras

Por Luís Roberto Barroso

Apropriado desde o descobrimento por uma elite de visão estreita e patrimonialista, o Estado brasileiro completou 500 anos marcado pelo desprestígio da ineficiência, do déficit fiscal, com bolsões endêmicos de corrupção e sem conseguir vencer a luta contra a pobreza. Um Estado do atraso social, da concentração de poder, de terras e de renda. Não deixa de ser paradoxal, nesse contexto, que a classe dominante brasileira, após uma história devotada à ocupação privada do espaço público, tivesse modificado o seu discurso e dedicado a última década à desconstrução desse Estado. O mesmo do qual se serviu pela vida afora.

Deixando de lado perplexidades e sutilezas políticas, o fato real é que as reformas econômicas levadas a efeito ao longo da década de 90 tiveram como carro-chefe a desestatização, coadjuvada pela extinção de determinadas restrições ao capital estrangeiro (em áreas como mineração, cabotagem) e pela flexibilização de monopólios públicos (gás canalizado, telecomunicações, petróleo). Transportada para o centro do debate político e popularmente batizada de privatização, consistiu ela, sobretudo, na (a) alienação do controle de empresas estatais, tanto as que prestavam serviços públicos (telecomunicações, eletricidade) como as que exploravam atividades econômicas (siderurgia, mineração) e na (b) concessão de serviços públicos e de certas atividades econômicas a empresas privadas.

Porém, o fato de determinados serviços públicos passarem a ser executados por concessionárias particulares não modifica a sua natureza pública: o Estado conserva responsabilidades e deveres em relação à sua prestação adequada. Daí a privatização haver trazido drástica transformação do papel do Estado: em lugar de protagonista na execução dos serviços, suas funções passam a ser as de planejamento, regulação e fiscalização. É nesse contexto histórico que surgem as agências reguladoras. O papel por elas desempenhado na verdade não é novo e sempre coube ao Poder Público, que o exercia sem transparência e de modo ineficiente. Ninguém fiscaliza bem a si próprio. À vista disso, sendo institucionalmente saudável preservar as agências, o melhor a fazer é compreender a sua exata missão e enquadrá-las na moldura da Constituição e das leis.

As agências reguladoras são autarquias especiais, que desempenham funções administrativas, normativas e decisórias, dentro de um espaço de competências que lhes é atribuído por lei. No exercício de suas atribuições, cabem às agências encargos de grande relevância, como zelar pelo cumprimento dos contratos de concessão, fomentar a competitividade no setor, induzir à universalização dos serviços, definir tarifas e arbitrar conflitos entre o poder concedente, os concessionários e os usuários. O desempenho de tarefas dessa natureza e alcance exige que as agências sejam dotadas de autonomia político-administrativa - seus dirigentes são nomeados pelo presidente da República, com aprovação do Senado Federal, por um mandato de prazo certo - e de autonomia econômico-financeira, materializada na arrecadação de recursos próprios suficientes, sem dependência do orçamento geral.

Chega-se aqui à questão central que vinha sendo negligenciada: o surgimento de centros de poder como o das agências reguladoras - cujas características são a não-eletividade de seus dirigentes, a natureza técnica das funções desempenhadas e sua autonomia em relação aos Poderes tradicionais - exige uma discussão acerca da legitimidade política com que desempenham aquelas competências. Curiosamente, esse déficit democrático das agências, conquanto lembrado por muitos autores, teve pouco destaque no debate que envolveu a sua introdução no direito brasileiro, encoberto pelo

<i>Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal – SSDIV</i>	
Fonte: <i>Valor Econômico</i>	Página: E2
Data: 28.04.2003	

entusiasmo do pensamento único que se impôs na matéria. A queixa do presidente da República acerca do que considerou excesso de poder das agências traz de volta a discussão que ficara inconclusa. A questão é séria, porém simples.

As agências não podem e não devem exercer atribuições fora ou acima dos poderes constitucionais da República. De fato, ao Poder Legislativo cabe elaborar a lei que as institui, definir as competências que irão desempenhar e aprovar os servidores que vão exercer os cargos de direção. Ao Poder Executivo, através do presidente da República, que está investido de mandato popular e é o chefe da Administração Pública, cabe a formulação, juntamente com seus ministros, das políticas públicas a serem implementadas por intermédio das agências. E, por fim, cabe ao Judiciário submeter as decisões das agências aos testes de constitucionalidade e legalidade, notadamente para verificar a observância de princípios fundamentais, como os da moralidade, razoabilidade, isonomia e dignidade da pessoa humana.

Se alguma lei retirar qualquer das competências constitucionais dos poderes do Estado, será inválida e não deverá ser aplicada. Em suma: as agências podem menos do que supõem elas próprias ou do que se supõe sobre elas. Nessa matéria, como em tantas outras, a solução que liberta é o cumprimento da Constituição.

**Luís Roberto Barroso é professor titular de direito constitucional da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), mestre pela Universidade de Yale e membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana**

*Durante o discurso da Sra. Serys Shlessarenko, o Sr. Aelton Freitas, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.*

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp) – Senadora Serys Shlessarenko, V. Ex<sup>a</sup> será atendida, na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ontem, houve um importante encontro na Comissão de Assuntos Sociais, para debater sobre o programa Meu Primeiro Emprego. O encontro contou com a presença do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner; do jornalista Gilberto Dimenstein, que representa o pensamento intelectual do Jornalismo brasileiro; e dos Senadores da República, num debate exaustivo sobre o desafio de se gerar emprego no Brasil de hoje.

Estamos às vésperas de um ajuste de curso da política econômica. Há expectativa por parte de todo o

Parlamento e de toda a sociedade em torno de uma redução, que se avizinha, da taxa de juros, da oportunidade de investimento no setor produtivo, da oportunidade de retomada do crescimento econômico do País. Sem dúvida alguma, esse tema desafia todos nós.

O Governo Federal, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, está ultimando um dos projetos mais importantes da atual Administração: o programa Meu Primeiro Emprego para os jovens.

Para termos a real dimensão dessa questão, vale lembrar que, apenas nesse início de Legislatura, vários Parlamentares já se manifestaram neste plenário sobre o tema: as Senadoras Iris de Araújo e Roseana Sarney e os Senadores Renan Calheiros, Paulo Octávio e Eduardo Suplicy.

A matéria não é desconhecida da Casa, sob o ângulo da ação legiferante propriamente dita. Em 1998, o Senado Federal aprovou o PLS nº 142, de 1995, do ilustre Senador Osmar Dias, que cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego, que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados, juntamente com outro, similar ao seu, de autoria do então Deputado e hoje Ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Naquela ocasião, inclusive, deu-se um debate bastante interessante, vez que o Senador Eduardo Suplicy, sensível à temática, introduziu na discussão a componente da qualificação profissional. Dizia o Senador Suplicy que:

(...) não haverá perspectiva de desenvolvimento socioeconômico para o Brasil, se não a preocupação fundamental com o contínuo aperfeiçoamento e qualificação progressiva das novas gerações, o que requer maior dedicação às atividades escolares (...) O imprescindível avanço científico-tecnológico está a exigir a massificação das competências básicas necessárias e da dedicação à pesquisa de base. Em outras palavras, carecemos do engajamento, em larga escala, de cérebros humanos voltados para a promoção de um ambiente favorável à geração e absorção de inovações, para que possamos desenvolver vantagens comparativas dinâmicas em áreas como biotecnologia, novos materiais, novas formas de energia, entre outras.

Felizmente, o que podemos verificar, nos dias de hoje, é que o programa a ser lançado brevemente pelo Governo do Presidente Lula articula a preocupação do Senador Osmar Dias, de gerar mais e melhores oportunidades de trabalho decente para a juventude brasileira, com aquela apresentada pelo Senador Eduardo Suplicy, de buscar alternativas de qualificação e educação para a população juvenil.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva já teve oportunidade de afirmar que “o jovem desempregado, sem ter o que fazer, sem ter renda, sobretudo o jovem das famílias mais pobres, acaba sendo presa fácil dos traficantes e do crime organizado”. Para que isso não continue a ocorrer – sugere o Presidente da República –, é preciso “dar algum incentivo para motivar as empresas a contratar um jovem sem experiência”.

Essa é uma tarefa urgente, não por imperativo de mero cumprimento das propostas de campanha eleitoral; trata-se de pôr cobro na marginalização de nossa juventude. Nossos jovens não podem continuar sendo vistos, por outros povos, pela ótica da triste realidade que – feliz ou infelizmente, não sei – filmes como “Pixote”, “Notícias de Uma Guerra Particular”, “Cidade de Deus” ou “Carandiru” retratam de forma tão nua, crua, mas sincera. Só poderemos ser dignos da estima de outras gentes como uma Nação forte, altaneira e soberana, se proporcionarmos a inclusão-cidadã de nossos jovens, pelo trabalho decente, como

empregados, empreendedores, profissionais liberais ou produtores de cultura ou de conhecimento.

Com efeito, são mais de quatro milhões de jovens que não trabalham, não procuram trabalho e não estudam. Atualmente, os jovens representam cerca de 47% do total de desempregados no Brasil. Os empregos oferecidos aos jovens são os de pior qualidade; apenas 35% desses têm carteira assinada; tão-somente 9,4% dos jovens com ensino fundamental incompleto e provenientes de famílias pobres conseguem, com dificuldades, inserção no mercado formal de trabalho.

Há alguns dias, esta Casa, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pôde testemunhar a saga de um jovem, negro, filho de um simples pedreiro, e que, agora, versátil em quatro línguas estrangeiras e Doutor em Direito pela Universidade de Paris, está em vias de assumir o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Pois bem: se àquele jovem não tivessem sido oferecidas as oportunidades de escola pública de boa qualidade e, concomitantemente, o emprego de compositor gráfico do Senado Federal, o seu destino poderia ter sido bem diferente daquele com que agora é coroado. Talvez pudesse se repetir com o Procurador da República, Joaquim Benedito Barbosa Gomes, a tragédia de milhões de rapazes e moças em nosso País.

A jornalista Tereza Cruvinel, oriunda de Paracatu, Minas Gerais – tal como o Dr. Joaquim, o então indicado Ministro do Supremo Federal –, em sua coluna recente, no jornal **O Globo**, assinala que o futuro Ministro do STF “trabalhou desde a adolescência e estudou sempre na escola pública. Uma trajetória que os filhos de migrantes, brancos ou negros, não repetem hoje. Sem falar que, nas favelas e nas periferias, as mães já pedem apenas a graça de não verem os filhos atraídos pelo tráfico”.

Na música **Hey Boy**, os Racionais MCs exprimem o caráter dramático e funesto dessa realidade. Dizem o seguinte:

A marginalidade cresce sem precedência  
Conforme o tempo passa  
Aumenta é a tendência  
E muitas vezes não tem jeito  
A solução é roubar  
E seus pais acham que a cadeia é  
nosso lugar  
O sistema é a causa  
E nós somos a consequência... Maior  
Da chamada violência

Por que na real  
Com nossa vida ninguém se importa  
E ainda querem que sejamos patriotas.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, estamos diante de um grande desafio: oferecer oportunidades a jovens de 16 a 24 anos, desempregados ou precariamente ocupados, com prioridade de acesso para os de renda familiar **per capita** de até meio salário mínimo, com educação fundamental e média incompleta.

Várias são as frentes propostas:

- O **Primeiro Emprego e Incentivo à Formalização**, mediante subsídios às médias, pequenas e microempresas, cooperativas e instituições sem fins lucrativos, que se comprometam a manter o quadro de pessoal inalterado pelos 12 meses posteriores à adesão e que, nos três meses anteriores a isso, não tenham reduzido o número de empregados. Nesse caso, o Poder Público lhes transferiria, por um período superior a seis meses e inferior a um ano, a quantia de R\$240 por jovem “fichado”, que deverá se comprometer a frequentar a escola, a fim de completar os seus estudos.
- O **Incentivo ao Empreendedorismo Jovem**, por meio de oferecimento de linhas de crédito do Proger, a partir de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, FAT, com capacitação e acompanhamento do negócio.
- O **Trabalho Comunitário**, visando os jovens socialmente vulneráveis, ofertando-lhes bolsa-auxílio de meio salário mínimo, com contrapartida de estágios em serviços comunitários tais como o Fome Zero e, concomitantemente, sujeição a atividades de qualificação.
- A **Qualificação e Capacitação do Jovem**, com otimização de ações de entidades voltadas para as funções de aprendizagem e estágio profissional, como, por exemplo, as escolas técnicas mantidas pela União e pelos Estados e as unidades do Sistema “S” e algumas experiências bem-sucedidas levadas a efeito por entidades sindicais.

Sr. Presidente, como podemos perceber, temos pela frente um projeto de grande envergadura. A par dessas ações, pretende o Governo dar suporte a iniciativas da sociedade civil que procurem minimizar o problema da exclusão social dos jovens. Além disso, já conta o Executivo com a parceria de

grandes empresas, que, voltadas para a responsabilidade social no campo da ética empresarial, independentemente de contrapartidas governamentais, engajam-se nesse hercúleo empreendimento de integrar nossos jovens à estrutura produtiva e à cidadania.

Essa é seguramente uma das ações governamentais mais importantes não apenas para o período de quatro anos, mas para as futuras gerações.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp) – Senador Tião Viana, seu tempo já se esgotou.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, concluirei em apenas mais trinta segundos.

Afinal, diz a Constituição ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, aos adolescentes, com absoluta prioridade – repito, com absoluta prioridade – o direito à educação, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, dentre outros, “além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Estamos confiantes no sucesso desse programa. Precisamos todos, sem exceção, engajar-nos no processo de transformação desse lamentável destino que vem sendo reservado aos nossos guris, que “chegam lá”, como na canção de Chico Buarque, “com vendas nos olhos, legenda e iniciais” ou que aparecem no “mato, rindo, de papo pro ar”.

Sr. Presidente, esta é uma homenagem à ação correta, inteligente e sensível do Governo do Presidente Lula, que abraça a juventude brasileira e se compromete com um novo Brasil, com o futuro das gerações vindouras.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Antero Paes de Barros.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até vinte minutos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nestes vinte minutos, pretendo analisar a situação do desemprego no País, a reforma da previdência, e também falar de alguns projetos que tenho na Casa, em tramitação.

Gostaria de começar destacando que foi importante a medida anunciada ontem pelo Ministério da Previdência, em decisão tomada junto ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em relação ao reajuste que será concedido aos aposentados e pensionistas que ganham mais de um salário mínimo, na faixa de um a oito salários mínimos. Venho, há muitos anos, trabalhando na linha de que esses aposentados e pensio-

nistas deveriam ter o mesmo percentual de reajuste que fosse concedido ao salário mínimo. No último dia 1º de abril, o salário mínimo teve um reajuste de 20%; de lá para cá, venho insistindo junto ao Governo sobre a importância de se conceder aos 12 milhões de aposentados e pensionistas que percebem algo mais do que o salário mínimo o mesmo reajuste. Ontem, enfim, foi anunciado o reajuste a esses aposentados. Não foi de 20%, como eu gostaria, mas de 19,71%. Eu diria que, arredondando, praticamente foi assegurado o INPC integral dos últimos doze meses, que corresponde, aí sim, a 19,71%.

Para facilitar o cálculo daqueles que estão nos ouvindo e assistindo à **TV Senado**, eu poderia dizer que os aposentados e pensionistas terão, a partir de hoje, um reajuste correspondente a 20% nos seus vencimentos, que eles irão receber entre os dias 1º e 18 de julho. Sei que existe um movimento, do qual também participo, para que os aposentados e pensionistas, a partir do próximo ano, recebam os seus vencimentos no dia 1º de maio, data em que é reajustado o salário mínimo, e para que os que ganham até dez salários mínimos tenham sempre o mesmo percentual que for dado ao mínimo, e o recebam no máximo até o quinto dia e não, como hoje, até o décimo oitavo dia.

Infelizmente, nos governos anteriores se usava o IGPDI para reajustar as contribuições dos trabalhadores que estão na atividade, mas, para os aposentados e pensionistas, usava-se um outro índice, o que resultou naquela ação famosa que propusemos, juntamente com a Cobap, junto ao Supremo Tribunal Federal, que dará a palavra final no sentido de uma recomposição na faixa de 25%. Então, até para evitar isso, a partir deste momento usa-se o mesmo índice de correção do salário mínimo para os aposentados e, também, para a correção das contribuições. Diria que esse é um dado positivo. Com essa posição, o Governo Lula e o Ministro Berzoini marcam um gol tendo em vista a grande expectativa que havia por parte dos aposentados e pensionistas.

Aproveitando a oportunidade, além da dar essa notícia para milhões de aposentados e pensionistas, gostaria de dizer que conversei muito sobre esse debate que está acontecendo na Câmara e no Senado sobre o Estatuto do Idoso. Com muita tranquilidade e humildade, digo que o Estatuto do Idoso é uma peça construída na Câmara dos Deputados, ao longo de seis anos de debate, do qual participaram todos os partidos. Fui autor do projeto original, e o Deputado Silas Brasileiro foi o Relator na Comissão Especial, cujo Presidente foi o Deputado Eduardo Barbosa. Esse estatuto estava pronto para ser votado no plená-

rio da Câmara dos Deputados, mas, infelizmente, houve uma emenda no plenário e o projeto voltou à Comissão original, que teve que ser montada.

Mediante o fato, conversando com o Senador Sérgio Cabral, autor do projeto no Senado, e também com o Relator da matéria, resolvemos que, pela morosidade da Câmara, o nosso projeto que está em debate naquela Casa deveria ser apresentado aqui também e incluído no relatório final do Senador, entre os projetos de autoria dos Senadores Sérgio Cabral e Paulo Paim. Assim, apresentei o projeto ontem – repito, devido à morosidade da Câmara – e espero que esse movimento feito no Senado contribua para que a Câmara acelere o processo. Do contrário, votaremos aqui a redação final. O Senador Relator da matéria comprometeu-se conosco a fazer uma fusão dos dois projetos e criar um substitutivo, já que o nosso projeto contempla uma série de artigos que entendo fundamentais para o idoso, como o capítulo da previdência, que não está contemplado no projeto aprovado na Comissão de CCJ, que também, infelizmente, não se encontra na Casa porque está parado na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, não estou preocupado com o fato de o nosso projeto estar em debate há cinco ou seis anos na Casa, ou de ele ser fruto de uma articulação feita por centenas de entidades que trabalham com a terceira idade, ou de ter sido construído com um setor amplo da sociedade que elaborou a política nacional do idoso, o importante é acelerar o processo.

Dessa forma, estou, com o Senador Sérgio Cabral, articulando essa possibilidade real, junto ao Relator, de construirmos um substitutivo. Se a Câmara aprovar rapidamente o projeto original, também atenderá ao nosso interesse, porque ele virá para esta Casa e fundir-se-á aos projetos que aqui estão.

É importante dizer que o projeto que encaminhamos via Câmara e apresentamos também no Senado agora, mediante esse entendimento, contempla cento e vinte e três artigos, nas áreas da saúde, educação, habitação, transporte, cotas no trabalho, lazer, Ministério Público e Previdência; retira, inclusive, aquilo que considero uma política absurda da legislação anterior, que diz que o cidadão com sessenta e cinco anos, embora não tenha nenhum tipo de rendimento, só poderá receber um salário mínimo se a renda da família não ultrapassar um quarto do salário mínimo **per capita**, o que significa algo em torno de R\$60,00. Ninguém vive, neste País, com esse valor. Assim, asseguro, na nossa redação, que todo cidadão com mais de sessenta e cinco anos que não tiver

nenhum tipo de rendimento passará a ter direito a esse salário mínimo.

Sr. Presidente, no dia de ontem, também apresentei na Casa o Estatuto da Igualdade Racial, devido igualmente à morosidade da Câmara, onde ele se encontra em debate há cinco ou seis anos. Como a Câmara não o vota, resolvi apresentá-lo aqui para que seja debatido e remetido para aquela Casa, por entender que, no Senado, em matéria de projeto de lei, o processo é bem mais acelerado. Espero que, em seguida à deliberação do Senado, a Câmara faça a sua parte.

Na verdade, Sr. Presidente, tenho em tramitação no Senado três estatutos: do idoso, da igualdade racial e da pessoa portadora de deficiência. Espero que consigamos votar rapidamente os três.

**O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – V.** Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador** Antero de Barros, com satisfação.

Eu comentava antes que tive a alegria de ser Deputado Federal Constituinte com V. Ex<sup>a</sup>. Foi um belo tempo. Naquela época, lembro-me, enfrentávamos o bom debate, inclusive o Centrão, e ajudamos a elaborar a Carta Magna, capitaneado por Ulysses Guimarães, Mário Covas e tantos outros, que não se encontram mais conosco.

**O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) –** Senador Paulo Paim, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz e dizer que V. Ex<sup>a</sup> traz à tribuna temas importantes, como o de hoje. Quanto à questão do Estatuto do Idoso, propusemos, na Subcomissão do Idoso nesta Casa, uma proposta que aproveito, agora neste aparte, para apresentá-la publicamente a todas as Lideranças do Senado, no sentido de que assinemos uma tramitação urgente. Até por se tratar do idoso, é necessário que essa tramitação seja urgente, para que muitos idosos possam gozar desses benefícios. Mas o importante seria que esta Casa decidisse formar uma comissão para repensar o processo legislativo. Teríamos que elaborar prioridades. Projetos aprovados no Senado, e que se encontram engavetados na Câmara dos Deputados, teriam que ter prioridade, lá, para serem votados. Projetos aprovados na Câmara teriam que ter prioridade para serem aprovados aqui no Senado da República. Inclusive quero aproveitar a condição de V. Ex<sup>a</sup> como Vice-Presidente da Mesa do Senado da República para que estabeleçamos a melhor maneira de o processo legislativo fluir. Precisamos fugir dessa questão de que só a unanimidade das Lideranças é que per-

mite que o projeto dê alguns passos. O Governo brasileiro, agora, lançará o Projeto Primeiro Emprego. Ocorre que tenho o Projeto do Primeiro Emprego proposto desde 1999, em uma Casa em que V. Ex<sup>a</sup> diz que vota mais facilmente as questões. O projeto do Governo brasileiro é muito semelhante ao que eu apresentei e ao que o Senador Paulo Hartung apresentou alguns meses depois de mim. Trata da renúncia fiscal, da questão do aprendiz com uma diferença – não sei por que o Governo brasileiro não pode adotar essa diferença que está no meu projeto e não está nas intenções do Governo. No meu projeto, Senador Paulo Paim, apresento estímulo ao primeiro e ao terceiro empregos. E quando trato da questão do terceiro emprego, trato da questão das pessoas que, com mais de quarenta anos de idade, têm dificuldades de voltar ao trabalho. No entanto, aproveito o aparte a V. Ex<sup>a</sup> para dizer do entusiasmo com que trato desses temas, mas também para dizer que V. Ex<sup>a</sup> trata **en passant** de um assunto que temos que aprofundar, que é o processo legislativo. Temos que criar um ritmo, um rito no sentido de que não tenhamos o direito, aqui, de engavetar os projetos já aprovados na Câmara. Temos que agir como Casa revisora; e a Câmara também não tem o direito de engavetar os projetos aprovados pelo Senado da República. O meu projeto está há dois anos na Câmara – sei que foi por recomendação, inclusive, do Ministro da Educação, que era do meu Partido, PSDB, Paulo Renato, que não concordava com o meu projeto. Apresentamos, aqui, em 1999, também o projeto da reserva de vagas para alunos das escolas públicas. Está há mais de três anos na Câmara dos Deputados e não foi votado. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, fazendo-lhe uma solicitação: que V. Ex<sup>a</sup> se empenhe para que possamos criar uma subcomissão, indicada pela Mesa Diretora do Poder Legislativo, para melhorar o processo legislativo.

**O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador** Antero Paes de Barros, também eu cumprimento V. Ex<sup>a</sup>. Quero dizer que não é porque sou Governo agora que eu discordaria do procedimento que V. Ex<sup>a</sup> propõe.

Também no Governo anterior acontecia exatamente isso: iniciativas propostas por Parlamentares deixavam de ser votadas em detrimento de projetos oriundos do Poder Executivo, que atropelava a iniciativa Parlamentar e eram votados prioritariamente. Concordo com V. Ex<sup>a</sup>: nesta questão, temos que mudar o processo legislativo. Entendo que o Projeto Primeiro Emprego, de iniciativa do Poder Executivo, deveria ser apensado aos projetos que tramitam na Casa sobre o mesmo assunto.

Senador Antero Paes de Barros, o que diz V. Ex<sup>a</sup> vem ao encontro do pensamento de várias pessoas, inclusive pessoas que já me procuraram exatamente para falar dessa questão do Estatuto do Idoso, oportunidade em que as pessoas me diziam: "Mas, Paim, o seu Projeto, cujo Relator foi o Deputado Silas Brasileiro [que, diga-se de passagem, não é do meu Partido, assim como o Deputado Eduardo Barbosa, que também não o é, e, no entanto, ajudaram-me a formular tal projeto] está em debate há seis anos e, agora aparece um projeto, no Senado, que, em quatro meses, é aprovado, portanto, antes do seu!" Mérito do Senado. Mérito do Senador Bernardo Cabral, que teve a iniciativa e a Casa aprovou.

O projeto da Câmara foi aprovado em todas as Comissões daquela Casa – não foi só na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, foi na de Economia, foi na de Tributação, foi para uma especial, está pronto para ser votado no Plenário – mas a Câmara não votou.

Senador Antero Paes de Barros, quero aqui deixar clara a minha posição de companheirismo ao Senador Sérgio Cabral. Inclusive quando apresentei aqui o projeto, que está lá parado, a última versão foi na expectativa de que exatamente a urgência fosse dada para possamos contribuir com idéias e, rapidamente, aprová-lo.

Comprometo-me a levar proposta de V. Ex<sup>a</sup> à Mesa do Senado para que possamos agilizar o processo legislativo e respeitar a iniciativa do Deputado ou Senador. Quero dizer, mais uma vez, que sou parceiro do Senador Sérgio Cabral, porque aqui, na Casa, S. Ex<sup>a</sup> foi eficaz na votação da matéria na Comissão correspondente.

Sr. Presidente, aproveito o momento para informar à Casa que está agendada, para a próxima segunda-feira, uma audiência deste Parlamentar com o Vice-Presidente da República, ex-Senador José Alencar. Nessa reunião trataremos da questão do emprego e, naturalmente, conversaremos sobre a taxa de juros e também sobre as reformas em tramitação nesta Casa. É uma satisfação ser recebido pelo Presidente da República em exercício, porque entendo, que a posição de S. Ex<sup>a</sup> é bastante clara e vem ao encontro daquilo que a sociedade está a pedir: a diminuição da taxa de juros.

Ontem, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, falando ao País, dizia que essa também é a vontade de Sua Excelência, ou seja, que efetivamente a taxa de juros diminua. Os dados publicados ontem, Sr. Presidente, são assustadores. O desemprego em Brasília, nas cidades satélites, aproxima-se da casa

dos 30,3%. É algo inédito nesta última década! Claro que isso não é de responsabilidade apenas do atual Governo; é também dos governos passados. Fiquei muito preocupado com esse índice de desemprego na casa dos 30,3%, Sr. Presidente, e olha que resido em Brasília há quase 17 anos – em São Paulo chegamos ao índice de mais de 20% de desempregados – e aqui, exatamente na Capital Federal, o desemprego chega na faixa dos 30,3%.

Sr. Presidente, nos últimos doze meses a renda dos trabalhadores e, portanto, o seu poder de compra, caiu cerca de 10%. Fato de responsabilidade dos governos anteriores – repito – e do nosso Governo também. E retorno à questão da taxa de juros. Penso que, efetivamente, o nosso Governo está correto quando o Vice-Presidente da República pede ao País que haja uma caminhada positiva no sentido da redução da taxa de juros. Acredito ser essa a intenção do Presidente Lula e também deste Parlamento. Enfim, que o Ministério do Planejamento, o da Fazenda e o Banco Central sejam sensíveis a esses apelos e, no tempo certo e no momento adequado – só que esse prazo dado ao tempo já foi suficiente – caminhem no sentido da diminuição da taxa de juros.

Senador Eurípedes Camargo, de Brasília, citei a sua cidade e, com muito orgulho, ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> neste momento.

**O Sr. Eurípedes Camargo** (Bloco/PT – DF) – Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> levanta uma questão da maior gravidade neste momento, que é a situação do emprego, uma bandeira pela qual V. Ex<sup>a</sup> luta desde o tempo em que era Deputado Federal. Levanta também a questão da diminuição do salário de quem já está empregado, e isso se reproduz na base, porque quem está empregado e mantém o nível de emprego demanda outros tipos de serviços que são supridos por quem está desempregado. Isso prejudica mais ainda aquelas pessoas que estão desempregadas, pois os que estão empregados, com a diminuição de seus salários, não podem pagar pela prestação de serviços àqueles que disso dependem. A preocupação de V. Ex<sup>a</sup> é real e atinge um número muito grande de pessoas.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Eurípedes Camargo, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>. De fato, a nossa preocupação com o desemprego é muito grande. Aliás, o Ministro da Reforma Agrária, Miguel Rossetto, quando Deputado Federal, apresentou um projeto e me pediu que o reapresentasse aqui no Senado – o que vou fazer –, que trata de políticas de emprego para o País. É um projeto interessantíssimo que abrange não só o primeiro emprego, mas amplia essa

posição, buscando uma política forte para o mercado interno, para o mercado de exportação, e também aponta para o debate sobre o Mercosul, que, no meu entendimento, vai contribuir para gerar mais empregos no sul da América.

Eu gostaria de dizer também, Senador Eurípedes Camargo, que uma das propostas que estou levantando, que inclusive está contemplada no Estatuto do Idoso, é no sentido de que consigamos encontrar uma política de benefício para as empresas que empregarem trabalhadores com mais de 45 anos. Eu dizia outro dia e repito hoje, Senadoras e Senadores, que há dois tipos de discriminação: contra o jovem e contra o cidadão com mais de 45 anos. Temos que trabalhar essa política de emprego para que esse setor importantíssimo que acumula um saber enorme tenha direito ao trabalho. É impossível que um cidadão, por ter 45 anos, seja discriminado.

Tenho um colega que trabalha em uma empresa que faz intermediação de mão-de-obra, e ele me disse que a orientação não é da empresa que faz a intermediação, mas das empresas que solicitam trabalhadores para seus postos de trabalho. No momento adequado, darei o nome das empresas. Digo isso aqui agora como uma denúncia, para alertar quem está adotando esse método. Ou seja, inúmeras empresas dão duas recomendações: não me mandem pessoas com mais de quarenta anos; não me mandem nenhuma pessoa portadora de deficiência. Por incrível que pareça, há até um código que diz o seguinte: não me mandem pessoas negras.

Esta é uma realidade, um debate que teremos que enfrentar. Eu tenho os nomes de umas vinte empresas que, infelizmente, adotam esse método. No momento adequado, citarei os nomes da tribuna do Senado da República.

Sr. Presidente, sei que meu tempo terminou e há um compromisso entre nós de respeitar o tempo de cada orador. Eu voltarei à tribuna na segunda-feira para falar de forma pontuada, mas também muito respeitosa, sobre a reforma da Previdência, sobre a questão do servidor público e do trabalhador da área privada. É preciso destacar que essa reforma trata especificamente do servidor público. Eu darei a minha visão a respeito do assunto. Falarei a respeito das minhas preocupações e propostas para a reforma da Previdência também para o trabalhador da área privada. Falarei, na segunda-feira, da paridade, da aposentadoria integral, dos marajás, da falta de uma regra de transição. Não é justo não haver uma regra de transição. Sei que essa é a visão da maioria dos Senadores e Deputados.

Imaginem um funcionário público – não vou nem falar daquele que ganha mil reais – que ganha quinhentos reais e iria se aposentar no ano que vem. Pela nova fórmula, ele vai se aposentar com o salário mínimo, embora esteja, digamos, há mais de 15 anos no serviço público e mais 15 anos na área privada. Dou o meu exemplo, quando estava no Senai, eu recebia meio salário mínimo. Se se fizer a minha retrospectiva histórica, entre o salário que ganhava como metalúrgico, que era em torno de seis a sete salários mínimos e aquilo que ganhava no Senai, eu iria me aposentar hoje com um ou dois salários mínimos. Ou seja, para esse caso, é mais duro do que o próprio fator previdenciário, que eu tanto critico.

Por isso devemos debater, com muita tranquilidade, o assunto. O Ministro Berzoini, quero daqui cumprimentá-lo, vai me receber na próxima terça-feira às 11h, para que eu faça as minhas ponderações sobre a reforma.

Quando eu disse de forma respeitosa, quis dizer que é porque entendo que há condição, sim, de o Parlamento brasileiro alterar a proposta original do meu Governo e construir uma proposta alternativa que represente a média de pensamento da sociedade.

Acredito na negociação, acredito no entendimento. A proposta está aqui na Casa e temos a obrigação de debatê-la e colocar o nosso ponto de vista item por item, porque é importante dizer que o papel do Parlamento não é só carimbar propostas que venham do Judiciário ou do Executivo. É discutir, aprimorar, negociar, estabelecer o diálogo com os Ministros correspondentes e até mesmo com o Senhor Presidente da República.

Agradeço a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente. Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Valdir Raupp, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romero Jucá.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá) – Com a palavra o Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Marco Maciel.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Senador Romero Jucá, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o teste definitivo da relevância de qualquer organização repousa em um simples exercício contrafactual, bastando que nos perguntemos como estaria o País hoje se aquela instituição não existisse, se não tivesse sido criada.

No caso da Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que acaba de completar 30 anos de vida, simplesmente somos incapazes de imaginar a evolução do agronegócio e da economia brasileira, em seu conjunto, dissociada de seus inúmeras e importantíssimas contribuições à qualidade de vida de nossa população.

Sem a Embrapa, ter-se-ia transformado o cerrado, aquele grande sertão de terras vermelhas e áridas no coração do Brasil, em uma das fronteiras agrícolas de maior produtividade do mundo, onde a soja é produzida a um custo mais baixo do que em qualquer outro recanto do Planeta? Sem a Embrapa, teria o médio e o submédio São Francisco prosperado como pólo dinâmico da fruticultura de exportação, cultivando melões e uvas que minha geração considerava benção exclusiva de climas temperados? Sem a Embrapa como teríamos alcançado o segundo lugar no mundo na exportação de frangos, abaixo apenas dos Estados Unidos, que, no entanto, engordam a sua avicultura com enormes subsídios, totalmente ausentes no caso do Brasil? E as vendas externas deste produto cresceram meros 4,3%, entre 1997 e 2002, ante os nossos 146%, no mesmo intervalo.

Sem Embrapa, volto a perguntar, seria possível espetacular crescimento de 30% esperado para a renda real do setor agrícola com a supersafra deste ano? Aliás, abrindo um parêntese, para seu êxito muito concorreu a política agropecuária que desenvolveu o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E os não menos expressivos avanços verificados nas safras de soja e de milho em relação a colheitas de um ano atrás? O que dizer, então, do recorde na produção de trigo, que saltará de 3 milhões de toneladas para quase 4,5 milhões nesta safra? Ou como explicar o superávit de quase US\$7 bilhões na nossa balança comercial agrícola, somente nos quatro primeiros meses de 2003? E o fato de, nos últimos doze anos, enquanto a área plantada cresceu 17,7%, a produção ter aumentado 99%, um ganho de produtividade de 77% no período, ou de 4,8% ao ano?

Sr. Presidente, vinculada ao Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento e devotada à missão de “viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro, gerando, adaptando e transferindo conhecimentos e tecnologias em benefício da sociedade”, a Embrapa mantém trinta e sete centros de pesquisa, três serviços e quinze unidades centrais. Assim, está presente em quase todos os Estados da Federação, atuando sob as mais diversas condições ecológicas. É uma das maiores instituições de pesquisa do mundo tropical e investe

na qualificação dos seus recursos humanos. Só para exemplificar, dos seus atuais 8.530 empregados, 2.045 são pesquisadores, 47% com mestrado e 49% com doutorado.

A Embrapa coordena o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), integrado por instituições públicas federais, estaduais, universidades, empresas privadas e fundações. Participa também de vasta rede de cooperação internacional, mantendo 275 acordos com 56 países e 155 instituições. Para ficar mais perto dos principais centros de inovação científica e tecnológica, a empresa, com apoio do Banco Mundial, instalou laboratórios em Washington, nas dependências do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, e na Universidade de Montpellier, na França.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ter participado, como Deputado Federal, da discussão e votação da Lei nº 5.881, de 07 de dezembro de 1972, autorizando o Executivo a instituir a Embrapa, é uma das maiores satisfações da minha já longa vida pública. Vi a Embrapa nascer e acompanho os seus passos desde o seu nascimento, nos seus primeiros estudos, e, por isso, o depoimento que presto à Casa, nesta manhã, para mim, além de ser um culto ao que a Embrapa vem fazendo ao longo dos seus anos de vida, dá o testemunho das enormes potencialidades do nosso povo e da nossa gente, que conseguiu, com determinação e perseverança, erigir uma instituição que, hoje, é reconhecida internacionalmente.

O que há em um nome? – indagou, certa feita, Shakespeare. O que há por trás da sigla Embrapa? Pergunto eu. Na feliz e sucinta definição do cientista político Sérgio Abranches, ela é a “inteligência da agricultura brasileira”. Também sou obrigado a apelar para a concisão, nesta singela homenagem à Embrapa e aos seus integrantes, do mais simples ao mais qualificado, sob o ponto de vista intelectual.

Comecemos nossa viagem mostrando o papel da Embrapa nas diferentes regiões do País. Lembro inicialmente a região em que se encontra Brasília, a Região Centro-Oeste. Comecemos, portanto, pelo cerrado, que tem na vitrine uma pioneira conquista embrapiana. Refiro-me, é claro, em primeiro lugar, à soja, leguminosa originária de climas temperados e latitudes mais altas, que, por “engenho e arte” – como diria Camões – dos pesquisadores da Embrapa, cobre hoje os campos do Brasil-Central, cujos solos foram corrigidos em seu excesso de acidez e em sua deficiência de cálcio. Paralelamente, surgiram novas tecnologias de mecanização, de irrigação, de armazenamento, de correção de solo, de rotação de cultu-

ras, de adubação e de plantio direto. Hoje, graças a múltiplas parcerias, a Embrapa é responsável por 60% da oferta das sementes de soja no mercado nacional. Na Região Centro-Oeste, o seu cultivo atingiu quase 6 milhões de hectares em 2001. Do cerrado brasileiro saem 18 milhões das 35 milhões de toneladas produzidas no País.

Graças ao desenvolvimento de cultivares e tecnologias apropriadas, o cerrado abriga 41% dos 163 milhões de bovinos do rebanho nacional e corresponde a 46% da safra de milho, arroz e feijão. Ao todo, são 50 milhões de hectares de pastagens cultivadas, 12 milhões de hectares de culturas anuais e 2 milhões de hectares de culturas perenes e florestais. Mais recentemente, ao tradicional cultivo da soja, do milho, do arroz e do café, vieram juntar-se o algodão, a mandioca, o girassol, a cevada, o trigo, a seringueira e os hortifrutigranjeiros.

Estendendo nosso trajeto mais a oeste, chegamos ao Pantanal mato-grossense, maior planície inundável do planeta, com sua fascinante exuberância de recursos naturais. A despeito da baixa densidade demográfica, esse conjunto de ecossistemas tem sido, há muito tempo, explorado de maneira inadequada pelo garimpo, agricultura e pecuária extensivas. Bem antes de o Pantanal ser classificado como “Reserva da Biosfera”, a Embrapa já se preocupava em deter os processos de degradação ambiental mediante aplicação de tecnologias menos agressivas e compatíveis com a pecuária de corte orgânica, a exemplo do manejo sustentável das pastagens nativas. Assim, é possível garantir o desenvolvimento desse precioso bioma em bases sustentáveis.

A Embrapa tem plena consciência de que o conhecimento das espécies vegetais é fundamental, não apenas para o manejo de pastagens nativas e a singularização de plantas tóxicas e perigosas à pecuária, mas também para o consumo de flores e frutas nativas e o uso medicinal de muitas delas. Por isso, a empresa já identificou 1.863 tipos de plantas pantaneiras, descrevendo e esclarecendo formas de uso de 740, das quais 240 aquáticas e semi-aquáticas, de um total aproximado de 1.900 espécies. Plantas com potencial forrageiro, agrícola e frutífero também foram pesquisadas em benefício da criação do gado, do artesanato, das indústrias de madeiras e, vale salientar, Sr. Presidente, de medicamentos.

O Brasil talvez possua a maior biodiversidade do mundo e talvez não esteja ainda explorando, no sentido positivo do termo, as enormes possibilidades que essa notável biodiversidade pode propiciar para seu desenvolvimento, inclusive agregando valor às nossas exportações.

Não podemos deixar de reconhecer que, no campo dos fármacos – para exemplificar com apenas um item –, o crescimento nosso pode ser excepcional, na medida em que continuemos conhecendo melhor essas diferentes regiões do nosso País, que estão sendo agora melhor identificadas e estudadas pela Embrapa.

No estratégico segmento da pecuária, o controle do chamado câncer dos pântanos ou ferida-da-moda avança com o lançamento de vacina, ora em fase de validação. Soluções para o combate às parasitoses intestinais e à mosca-de-chifres ajudaram no aumento da produtividade do rebanho. O desenvolvimento, pela Embrapa, de uma suplementação mineral para regiões pantaneiras com solos quimicamente pobres e forrageiras de baixo valor nutritivo resultou em ganho de peso de trinta quilos a mais por animal e uma taxa de desmame de 15 a 22% superior à dos animais não-suplementados. Essa fórmula já é comercializada, o que garante à Embrapa **royalties** sobre as suas vendas, o que é muito bom também para o País, não somente em termos financeiros como também pelo reconhecimento internacional no campo da nossa ciência e tecnologia.

Na Amazônia, Sr. Presidente, a floresta tem sido encarada historicamente como um obstáculo ao estabelecimento e desenvolvimento das populações humanas. Em décadas mais recentes, as imagens das matas derrubadas e queimadas impactaram a opinião pública nacional e internacional. Já são mais de sessenta milhões de hectares desmatados, e a estimativa é de que, friso, 35 milhões tenham-se tornado pastagens, metade das quais degradadas. A taxa média de desmatamento gira em torno de 17 mil quilômetros quadrados ao ano.

Preocupada em reduzir as queimadas e buscar alternativas aos mais de vinte milhões de hectares de vegetação de capoeira, a Embrapa desenvolve pesquisas que visam o preparo de áreas sem queima e trituração, via equipamentos desenvolvidos para esse fim. A pesquisa, igualmente, multiplica informações e conhecimentos sobre solos, vegetação, clima e água, graças ao zoneamento agroecológico, que permite a segura utilização de recursos naturais. Estudos da cadeia produtiva das principais essências florestais facilitam o manejo sustentado das espécies. Técnicas de gerenciamento das áreas degradadas, plantio, armazenamento de sementes, preparo de mudas, controle de pragas, processamento e comercialização beneficiam os produtores sob regime de agricultura familiar, isto é, criam condições para os que, não tendo maiores condições financeiras, podem haurir a sua subsis-

tência através de pequenos módulos de exploração agrícola. A pesquisa contribuiu, também, para o crescimento da agroindústria amazônica, tornando disponíveis sistemas para a produção de néctares, compostas e doces de frutas tropicais e ainda de derivados de leite de búfala, tais como queijos, manteiga e iogurte.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, deixei deliberadamente por último uma incursão à minha região, o Nordeste. Ali, o semi-árido, com os seus 912 mil quilômetros quadrados e 22 milhões de habitantes, ou seja, 46% da população nordestina e 13% da brasileira, constitui um dos ecossistemas mais populosos do nosso meio rural e tem sido povoado desde o início da colonização do País, principalmente ao longo do Rio São Francisco, durante muito tempo o único elo entre o sul e o centro do País.

Graças, mais uma vez, à Embrapa, o velho cenário de desolação cede o passo a um novo horizonte de produtividade e esperança no contexto da agricultura irrigada. O carro-chefe desse experimento é o vasto trecho do São Francisco, que tem como pólos as cidades de Petrolina, em Pernambuco, e Juazeiro, na Bahia. Com mais de seiscentos mil hectares já irrigados e um ainda enorme potencial de expansão, o interior do Nordeste agora exporta frutas e abastece o mercado nacional, o que facilitou também a fixação do homem à terra.

Fruta nordestina por excelência, o caju figura com destaque na pauta de pesquisas da Embrapa, que, com o apoio do Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará, vem desenvolvendo técnica para reduzir o teor dos conservantes químicos nos sucos. As experiências já provaram ser possível a manutenção das propriedades do suco de caju engarrafado durante oito meses.

O sistema de consórcio entre a criação de ovinos e a plantação de frutas, no qual os primeiros funcionam como roçadeiras vivas, reduz ou mesmo elimina a necessidade e os custos das roçagens mecânicas, as aplicações de herbicidas e as capinas manuais. A conjugação das duas fontes de receita melhora a situação financeira do produtor e, via redução de custos, fortalece a competitividade internacional de frutas nordestinas, entre as quais gostaria de mencionar a manga, que hoje ocupa, com destaque, a pauta das exportações brasileiras de frutas. Antes éramos importadores, por paradoxal que pareça, de frutas, mas hoje estamos cada vez mais presentes no mercado internacional com exportação de frutas, com altíssima qualidade.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – Permite-me um aparte, Senador Marco Maciel?

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Ouço, com prazer, o nobre Senador Edison Lobão.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – Desejo louvar a iniciativa de V. Ex<sup>a</sup> por trazer ao conhecimento da Nação brasileira, por meio da tribuna do Senado, os êxitos que hoje já são alcançados no semi-árido brasileiro. Conheço Petrolina, uma extraordinária e bela cidade do Estado de V. Ex<sup>a</sup>, e sei o quanto ali se produz hoje. Trata-se de uma área realmente seca, mas que é abençoada pela irrigação. Isso se faz, com grande êxito, nos Estados Unidos, onde, hoje, produz-se vinho da melhor qualidade graças à iniciativa de plantar a uva em regiões semelhantes às de Petrolina, com a utilização da irrigação – aliás, Petrolina também já produz uva da melhor qualidade. O que precisamos é, de fato, estimular a criatividade brasileira nessa região e que o Governo assista os produtores rurais brasileiros da região nordestina, do semi-árido sobretudo, para que possamos ter os triunfos que, hoje, são registrados no seu Estado, no Rio Grande do Norte e em outros Estados da Federação brasileira. Cumprimento, portanto, a iniciativa de V. Ex<sup>a</sup>, chamando a atenção do Brasil para essa necessidade e para os resultados de uma iniciativa dessa natureza.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Nobre Senador Edison Lobão, ao mesmo tempo que agradeço o seu aparte, quero dizer que V. Ex<sup>a</sup> trouxe uma contribuição ao meu discurso, na medida em que destaca o papel que a Embrapa está tendo no desenvolvimento da Região Nordeste, mormente na região do semi-árido.

Durante muito tempo, houve, no Brasil, um grande preconceito com relação ao semi-árido, de modo especial à caatinga. Dizia-se que era uma área inadequada ao desenvolvimento da pecuária e da agricultura e, conseqüentemente, que sua população estaria condenada a migrar, a ter que deixar a região, mesmo porque se trata de uma região que é submetida frequentemente a secas, a estiagens e, de alguma forma, comprometem e muito o desenvolvimento sobretudo das atividades agropecuárias.

Graças ao desenvolvimento científico-tecnológico, que conhece o mundo e, de modo especial, o Brasil, e graças a instituições como a Embrapa, estamos mudando a imagem do Nordeste. Assim como mudamos, também, a imagem do cerrado. Antigamente, dizia-se algo semelhante com relação ao cerrado e, até a época da criação de Brasília, isso era um axioma.

Hoje, assim como aconteceu com o cerrado, acontece com o semi-árido.

O semi-árido nordestino começa-se a converter, como salientou V. Ex<sup>a</sup>, em uma região não somente produtora e produtiva e, o que é mais importante, produzindo produtos altamente sofisticados.

V. Ex<sup>a</sup> lembrou a uva, o que enseja também, quem diria, que pudéssemos começar a ocupar também uma posição de destaque na produção de vinhos, inclusive de vinhos com aceitação no exterior.

Tudo isso mostra, como disse V. Ex<sup>a</sup> em seu aparte, as enormes virtualidades, se assim posso dizer, do povo brasileiro. Quer dizer, as enormes condições que têm o nosso povo não somente na capacidade de enfrentar adversidades, mas, sobretudo, de tirar soluções criativas dessas adversidades. Somos talvez, sob esse aspecto, um povo singular no mundo. E não é por outra razão que o brasileiro está construindo, se assim posso dizer, um novo tipo de civilização.

É o que aconteceu com relação ao cerrado, com relação ao pantanal e agora acontece com relação ao semi-árido.

O Brasil, que se caracteriza por uma enorme diversidade regional, vê que cada uma dessas diferentes regiões tem sua potencialidade, tem suas expectativas com relação ao futuro.

Por isso, agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Edison Lobão (PFL – MA)** – Gostaria somente de acrescentar mais uma coisa. V. Ex<sup>a</sup> mencionou o cerrado. Em verdade, o cerrado era tido como área imprestável há 30 anos. Hoje, no meu Estado, o Maranhão, produz-se a melhor soja do Brasil, com a maior produtividade e o maior teor de óleo. Estamos exportando a soja do cerrado maranhense em grande escala, soja que hoje constitui o item número um da pauta de exportação nacional. E a Embrapa teve um papel fundamental, transcendental, na organização desse plantio de soja no Brasil, sobretudo no Maranhão. Ela desenvolveu mais de 200 espécies de soja até que se chegou a uma especial, que é esta que tem um teor de óleo da ordem de 22%, quando o normal, no Brasil, é 18%. E a nossa produtividade também é extraordinária. A soja exportada pelo porto de São Luis já produz, hoje, um lucro adicional aos exportadores da ordem de US\$45 por tonelada. Isso tudo provém de onde? Do cerrado e da criatividade e da ciência da Embrapa.

**O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE)** – Senador Edison Lobão, mais uma vez, quero agradecer a sua contribuição, chamando a atenção para a enorme perfusão do trabalho da Embrapa, que não fica circunscrito

apenas a algumas regiões, mas que praticamente já cobre todo o mapa brasileiro, ou seja, as diferentes regiões e seus mais diferentes ecossistemas.

**O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Marco Maciel?

**O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE)** – Ouço, com satisfação, o aparte do nobre Senador Antero Paes de Barros.

**O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT)** – Senador Marco Maciel, gostaria de cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz, mostrando a extraordinária empresa que o Brasil possui, a Embrapa. Gostaria de fazer o aparte para dar também um testemunho de Mato Grosso, que é um testemunho de enorme dívida com relação à tecnologia da Embrapa, aos técnicos, à eficiência dessa empresa a ponto de ter transformado o Estado de Mato Grosso no maior produtor de soja do Brasil, no segundo produtor de arroz, além de outras conquistas obtidas pelo Estado na área do agronegócio, e exatamente nessa área dos cerrados. Os cerrados, que eram considerados improdutivos, hoje são muito valorizados no Estado de Mato Grosso graças à Embrapa. Digo isso porque temos que comemorar as conquistas, mas também temos que exigir apoio e incentivo do Governo brasileiro para essa empresa. A Embrapa tem passado por dificuldades que uma empresa com essas características e com a importância que tem para o País não pode enfrentar. Assim, queremos fazer um apelo no sentido de que o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> seja ouvido também no Ministério da Agricultura, e que o Ministro Roberto Rodrigues possa dar uma atenção especial à Embrapa, que, sem dúvida alguma, é uma das maiores alavancas do nosso agronegócio. Foi divulgado, hoje, o PIB em relação ao ano passado. O setor que mais cresceu foi o setor agropecuário, com 3,7%. E esse crescimento está associado exatamente à Embrapa, empresa a que V. Ex<sup>a</sup> presta homenagem nesta manhã, no Senado da República. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE)** – Senador Antero Paes de Barros, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> me obriga a fazer um breve recuo no passado. Durante toda a administração do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, de cuja administração participei como Vice-Presidente da República, houve um cuidado especial com a Embrapa, não somente por meio de um processo de continuidade administrativa, mas também com a preocupação de apoiar seus estudos, dando-lhes, inclusive, o necessário aporte financeiro. Não diria que demos à Embrapa tudo o que ela merecia, mas, certamente, tivemos a preocupação de buscar executar fielmente, tanto quanto possível, o seu orçamento.

Por isso, comungo com a opinião de V. Ex<sup>a</sup>, no sentido de que nós, como membros das Casas do Congresso Nacional, devemos continuar a apoiar a Embrapa, mas também fazer por oportuno, já que a Embrapa comemora os seus 30 anos, um apelo ao Poder Executivo Federal para que continue a ajudá-la e apoiá-la.

E além de referendar o apelo que V. Ex<sup>a</sup> faz ao Ministro Roberto Rodrigues, que é reconhecidamente um técnico competente e a quem tanto admiro, diria que devemos também fazer um apelo ao Poder Executivo Federal como um todo e, de modo especial, ao Presidente da República, porque não podemos deixar que a Embrapa sofra dissolução de continuidade nos seus trabalhos.

Falar na Embrapa, hoje, é falar no desenvolvimento da agricultura e da pecuária, é falar do agronegócio que está sendo responsável pelo crescimento do PIB brasileiro, como salientou V. Ex<sup>a</sup>, mas também está sendo muito responsável pelo crescimento das nossas exportações. Fico imaginando como estaria a nossa balança comercial se não fosse o agronegócio.

De mais a mais, a Embrapa também trabalha em outra área, menos visível, mas não menos importante, que é a do meio ambiente. Graças à Embrapa, está sendo possível conhecer melhor a realidade brasileira, seus ecossistemas, analisar os seus diferentes biomas e, em trabalho de parceria com os Estados, Municípios, instituições governamentais, não-governamentais e instituições da sociedade, está sendo possível, graças à Embrapa, estabelecer um novo padrão para o nosso desenvolvimento. E, por isso, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que concordo com as suas observações com relação a esse assunto.

Sr. Presidente, antes de encerrar, gostaria de fazer uma referência ao trabalho da Embrapa, especificamente no meu Estado, Pernambuco. Graças a esforços que desenvolvi como Deputado Federal, no início da década de 70, a Embrapa se fez presente e ativa com sua Unidade do Trópico Semi-Árido, o Cptsa (Centro de Pesquisa ao Trópico Semi-Árido), localizado em Petrolina, que tanto vem contribuindo para melhor conhecimento da área, especialmente da caatinga.

Aliás, Sr. Presidente, em que pese ser um bioma importantíssimo, a caatinga era ainda escassamente estudada e se constitui numa singularidade mundial, pois algo semelhante só existe na África. Pode parecer estranho, frise-se, mas ainda é uma área, como disse, pouco conhecida e somente agora começa ser melhor estudada, graças a ações que estão sendo desenvolvidas pelo governo do meu Estado, por meio de trabalhos que têm a participação do Governo Federal, e que ajudei a apoiá-los como Vice-Presidente da República. Espero, portanto, que continuemos a

avançar nesse campo para o melhor conhecimento da biodiversidade brasileira.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a resposta à indagação formulada no início de meu pronunciamento é inequívoca. Não dá para falar no Brasil que temos e no Brasil que queremos sem a fecunda e onipresente existência da Embrapa. Graças a ela, em 2001, produzimos 2,2 milhões de toneladas de carne suína, das quais 476 mil foram exportadas para um mercado internacional já afeito ao seu sabor e aos seus baixos níveis de colesterol.

Graças à Embrapa, ainda, a qualidade da carne bovina brasileira, produzida por bezerros rústicos, fáceis de criar e precocemente abatíveis, faz a delícia dos paladares mundiais por sua maciez e cor apetitosa.

Graças à Embrapa, afinal, desenvolvemos sementes híbridas de girassol altamente resistentes a doenças, ou variedades de soja e café adequadas às diferentes condições de clima e solo deste nosso País-continente.

São tantas as conquistas nesses trinta anos, que considero dever de governo – quando digo governo, não me refiro apenas ao Poder Executivo, mas também ao Legislativo e ao Judiciário –, de modo especial do Executivo e do Congresso Nacional, tudo fazer para proteger e robustecer o patrimônio que a Embrapa acumula desde sua criação, apoiando firmemente suas atividades, pelo seu relevante interesse nacional e por ser um modelo para toda a América do Sul.

Quero, portanto, Sr. Presidente, concluir esta homenagem à Embrapa e ao seu quadro de funcionários, personalizando-a nas figuras de seus ex-presidentes, que, de alguma forma, lideraram esse processo, ao longo da rica história dos trinta anos da Embrapa. São eles: José Irineu Cabral, Eliseu Roberto de Andrade Alves, Luiz Carlos Pinheiro Machado, Ormuz de Freitas Rivaldo, já falecido, Carlos Magno Campos da Rocha, Murilo Xavier Flores e Alberto Duque Portugal, seu último presidente e talvez, além de operoso, o que mais tempo esteve à frente da Instituição. Ao mesmo tempo, expresso ao atual presidente da Embrapa, Clayton Campanhola, e demais membros da diretoria, bem assim a seus técnicos, pesquisadores, funcionários em geral, minha esperança de que a Embrapa continue a cumprir a sua missão, honrando o seu passado e construindo o seu futuro, com os dons da competência, seriedade e eficiência, imprescindíveis ao País e ao seu projeto de desenvolvimento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá) – Senador Marco Maciel, esta Presidência se associa às palavras de V. Ex<sup>a</sup> no sentido de ressaltar o papel fundamental da Embrapa no desenvolvimento do nosso País e homenagear seu corpo de servidores que,

com denodo, tem transformado essa empresa em orgulho nacional, tornando-a referência internacional de pesquisa e de avanço na agropecuária. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá) – Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros, por permuta com a Senadora Serys Slhessarenko, por até vinte minutos.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para fazer o tipo do pronunciamento que gostaríamos de não ter necessidade de fazê-lo: lamentar a gravíssima decisão de ontem do Senado da República.

Após perceber que a Senadora Ideli Salvatti, do PT, tinha as assinaturas necessárias, há mais de dois meses, e não apresentava o requerimento para instalação da CPI do Banestado para apurar a lavagem de dinheiro, eu mesmo apresentei o requerimento. Chegamos a ter 36 assinaturas, das quais 12 foram retiradas.

Vou propor que seja possível, no futuro, restabelecer-se o instrumento da CPI no Senado da República. Instalou-se um sofisma nesta Casa, que se transformou em regra, pois aqui a retirada da assinatura tem um nome simpático, com o intuito de enganar os de fora, não os de dentro da Casa, pois quando se escreve “apoio” significa que não é apoio, mas uma assinatura que não vale. O apoio não vale! Então, vou propor uma mudança no Regimento Interno, para que, ao se assinar um requerimento para instalação de uma CPI, coloque-se ao lado a confirmação e não se possa, posteriormente, colocar o apoio. Por quê? Porque de posse desse documento de apoio os Senadores irão dizer aos seus eleitores: não é verdade, está escrito aqui: eu apoiei! Mas o apoio não significa isso; significa que retirou a assinatura.

Bons tempos aqueles da política em que valia a palavra; maus tempos este da política em que a assinatura não vale.

Creio que o Senado da República se posicionou muito mal. Assumiu gravemente uma cumplicidade, ao não pretender colaborar com a investigação de um desvio de US\$30 bilhões, com base em um comunicado, assinado pelos Líderes e distribuído ontem à imprensa brasileira, que vou ler e gostaria que ficasse registrado nos Anais desta Casa, para que os historiadores façam justiça na História do Brasil, percebendo claramente o instante em que o PT começou a sua derrocada ética ou, se quiserem, o instante em que o PSDB se recusou à retomada da bandeira da ética.

### Comunicado à imprensa

Diante do compromisso do Governo de aprofundar e concluir, de forma rigorosa, as investigações que envolvem as Contas CC-5 de Foz de Iguaçu, o que implicará a retomada da apuração em Nova York dos dados bancários que envolvem essas operações, e do pleno apoio do Governo ao trabalho da Polícia Federal, do Ministério Público e da Controladoria-Geral da União frente a esse episódio, os Líderes do Senado Federal decidem postergar, em função dessas investigações, a instalação de uma CPI para tratar desse mesmo assunto.

As Lideranças e o Senado Federal acompanharão as investigações para assegurar total transparência, identificação dos responsáveis e punição de todos os envolvidos nos eventuais ilícitos cambiais decorrentes dessas apurações.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não conheço nenhum governo que não se comprometa em apurar de forma rigorosa um escândalo de US\$30 bilhões. Abdicaria até do mandato se alguém me indicasse um prefeito ou um governador que dissesse que não iria apurar. Todos os governos dizem que vão apurar.

Entretanto, este documento começa com as palavras “diante do compromisso do Governo”, portanto trata-se de uma manifestação de confiança absoluta e total no Governo, que envolvem essas operações, e do pleno apoio do Governo ao trabalho da Polícia Federal, do Ministério Público e da Corregedoria-Geral da União.

A Senadora do PT trouxe à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado o Sr. Luiz Francisco, Procurador do Ministério Público. Diz o Ministério Público, encarregado da apuração, na pessoa do Dr. Luiz Francisco: “Então, para fazer esse trabalho, se houver uma CPI, será muito importante. Isto aqui é só um plano que foi feito, um projeto que, na arrecadação, dá cerca de R\$39 bilhões, como foi dito.” Vejam bem o que diz o Procurador da República Luiz Francisco: “Lembrando que existe a questão do perdimento e a questão das multas previstas na Lei de Improbidade.”

E disse mais, pedindo apoio daquela Comissão para viabilizar 30 fiscais:

(...) Porque, se os autos não forem lavrados neste ano de 2003, relativos à quantia de 1998, essas quantias irão decair e o resultado é que não vai haver mais crime.

Então, se não forem lavrados os autos em 2003, as quantias irão decair e, conseqüentemente, haverá o perdimento, a decadência.

É um dos órgãos aos quais o Senado manifesta total apoio. Então, deveria também manifestar total confiança naquilo que o órgão diz. E o órgão diz que é imprescindível uma CPI.

Comparece o delegado da Polícia Federal à Comissão de Fiscalização e Controle e também diz que é imprescindível a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito. Em seguida, vem o Sr. Renato Barbosa, perito da Polícia Federal e diz:

Só para concluir, poderia apresentar aqui aos senhores 30 milhões de motivos para a instauração de uma CPI para esse caso. Mas, como o tempo não me permite, quero apresentar aqui apenas 35 motivos para a instauração da CPI". Vou ler apenas alguns: "A CPI, na nossa opinião, minha e do delegado Castilho – o delegado Castilho também é favorável –, poderia, de pronto, prestar um enorme serviço à nação brasileira, porque teria a chance real de desarticular diversas facções organizadas neste País, que sugam as divisas brasileiras. A exemplo da CPI do narcotráfico, poderíamos dismantelar essas estruturas" – pelo que estou sabendo, outro Procurador será ouvido aqui –, "que são originárias de 10, 15, 20 anos atrás e continuam operando esse sistema de lavagem de dinheiro. A CPI poderia constatar, de imediato, o desvio de dinheiro público saindo de prefeituras e desembocando nas contas de "laranjas", investigados em Foz do Iguaçu. A CPI poderia continuar o rastreamento feito pela CPI dos Precatórios. A CPI poderia facilitar que nós pudéssemos identificar as ordens de pagamento para jogador de futebol no exterior, sabendo o dia e a hora.

E ele continua relacionando a importância da CPI.

Portanto, há motivos de sobra – ou tinha, porque já está enterrada – para que a CPI fosse instalada. Há ainda a afirmação gravíssima do Ministério Público de que haverá o perdimento, a decadência.

Na audiência do Dr. Luiz Francisco, eu perguntei a ele: "Posso fazer um projeto de lei para que os crimes de lavagem do dinheiro do crime organizado sejam declarados imprescritíveis?" E ele respondeu: "Acho que pode, Senador." Pedi à consultoria do Senado da República o projeto de lei. Não podemos fa-

zer! Por que não podemos? Está aqui a nota técnica do Senado. Porque o art. 5º da Constituição dispõe:

Art. 5º. ....

XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei; (...)

XLIV – constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático; (...)

O art. 5º é clausula pétrea da Constituição. Só uma nova Constituição poderá alterá-lo. Portanto, nós estamos impedidos de fazer o estabelecimento de não-prescrição para o crime de lavagem de dinheiro, porque a imprescritibilidade está prevista no art. 5º da Constituição. Daí ser maior a gravidade da decisão do Senado. Ao decidir pelo sepultamento da CPI, o Senado, na minha opinião, assume, lamentavelmente – evidentemente que não é a instituição –, uma cumplicidade indesejável.

Os Líderes decidiram postergar. Fomos buscar no "Aurélio" o que significa postergar: "deixar atrás ou em atraso, preterir." São US\$30 bilhões. Na imagem descrita na Comissão de Fiscalização e Controle, seriam 90 carretas, uma atrás da outra, saindo do Brasil cheias de dólares. Não é de reais. É a isso que equivale esse rombo de US\$30 bilhões. E ainda assim é motivo para "preterir, deixar para lá, não fazer caso, desprezar, desdenhar, pospor, deixar de cumprir, violar, transgredir, adiar".

Pois bem, Sr. Presidente, reconheço que democracia é assim: quando não se tem votos pode-se usar exclusivamente o direito de espernear. É o que faço, lamentando que o Senado da República, composto por 81 Senadores, esteja realmente contribuindo para que a História nos julgue nesta decisão de postergar uma apuração gravíssima como esta.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o comunicado à imprensa que li vai ficar registrado nos Anais do Senado.

Não tenho nenhuma dúvida de que esta data ficará marcada na História do Senado e dos Partidos, que se enganam quando pensam que estão sendo espertos. Na verdade, estão maculando definitivamente suas próprias histórias.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ANTERO PAES DE  
BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido na forma do disposto no art. 210 do Regimento Interno.)*

Antônio P. Barros

### COMUNICADO À IMPRENSA

Diante do compromisso do Governo de aprofundar e concluir, de forma rigorosa, as investigações que envolvem as Contas CC-5 de Foz do Iguaçu, o que implicará na retomada da apuração em Nova York dos dados bancários que envolvem essas operações, e do pleno apoio do Governo ao trabalho da Polícia Federal, do Ministério Público e da Controladoria-Geral da União frente a esse episódio, os Líderes do Senado Federal decidem postergar, em função dessas investigações, a instalação de uma CPI para tratar desse mesmo assunto.

As Lideranças e o Senado Federal acompanharão as investigações para assegurar total transparência, identificação dos responsáveis e punição de todos os envolvidos nos eventuais ilícitos cambiais decorrentes dessas operações.

Alcides Mendes  
Antonio P. Barros  
Vicente  
Ferreira

*Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Romero Jucá, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.*

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão, do PFL do Maranhão.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o patrimônio histórico brasileiro vive há anos sob o risco de desaparecer. O Poder Público Federal, pela escassez dos recursos que destina ao setor, parece subestimar sua considerável valia cultural. Os desastres que atingem o patrimônio nacional incluem-se naquelas páginas das chamadas “tragédias anunciadas”. Vimos como Goiás Velho foi vítima de inundação na última noite de 2001; Pirenópolis, cidade próxima a Brasília, teve a sua igreja matriz – construída entre 1728 e 1732 – consumida pelo fogo. Ouro Preto tem testemunhado a degradação do seu patrimônio em grande velocidade. Caminhão desgovernado destruiu peças em pedra-sabão do século XVIII e, ainda em Ouro Preto, foi destruído por um incêndio o segundo maior casarão do centro da cidade mineira, construído também no século XVIII.

Esses são os casos dramáticos mais recentes, geralmente ocasionados pelo descaso crônico com o patrimônio histórico nacional.

Muitas vezes ocupei esta tribuna para lamentar tais episódios. São Luís do Maranhão, a capital do meu Estado – que ostenta o honroso título de Patrimônio Cultural da Humanidade –, abriga o maior conjunto urbano de edificações históricas do nosso País, constituído por formidáveis acervos da arquitetura colonial portuguesa, que vem das primeiras décadas do século XVII. São cerca de 3.500 prédios e casarões com centenários azulejos portugueses. Um acervo sob constante ameaça de destruição. Já houve desmoronamentos de casarões, e outros já foram interditados por ordem judicial.

A administração da Governadora Roseana Sarney, a exemplo de administrações anteriores, dentre as quais a minha, fez o que foi possível fazer para preservar o riquíssimo patrimônio maranhense. Mas faltam aos Estados e Municípios as condições financeiras para suplantarem as deteriorações de que se incumbem a passagem dos tempos.

Como disse em discurso que proferi nesta tribuna em maio de 2000, a preservação do Centro Histó-

co de São Luís iniciou-se graças à sensibilidade do então Governador José Sarney, que levou àquela cidade, em 1996, o primeiro consultor da Unesco a visitar o Maranhão. Seguiram-se várias outras visitas de especialistas internacionais até que organismo da ONU reconheceu São Luís como um Patrimônio Cultural da Humanidade, depois de uma visita que fiz à Unesco, em Paris, ainda como Governador.

Esse reconhecimento deveu-se não somente à beleza única da arquitetura colonial, traço marcante da capital maranhense, mas também aos esforços desenvolvidos pelos governos e pela população para a preservação de tal tesouro, seja na recuperação de estruturas ou ao restauro de igrejas e outras edificações, seja até mesmo na renovação da estrutura subterrânea e aérea de redes de utilidade pública.

Na chamada quarta etapa das preservações, coube-me a oportunidade e a honra, como Governador de Estado, de investir os esforços possíveis para a restauração bem sucedida dos principais monumentos de São Luís, entre os quais, na zona tombada federal, o Teatro Arthur Azevedo – inaugurado em 1816 – e, a oito quilômetros do centro, a transformação da antiga Usina Têxtil do Rio Anil no Centro Integrado de Ensino, com capacidade para acolher 8.300 crianças. No Centro Histórico, diversas outras edificações foram igualmente restauradas no período do meu governo. São obras que correspondem às aspirações da população maranhense, que se orgulha de sediar monumentos que valorizam e embelezam a sua capital.

Em âmbito nacional, é triste constatar que a preocupação com os nossos museus, com os nossos prédios históricos, com a nossa história, com a nossa memória reaparece apenas quando temos tragédias como aquelas que atingiram Pirenópolis e Ouro Preto.

No intervalo entre uma tragédia e outra, o patrimônio histórico vai sendo consumido pouco a pouco, não só pelo fogo ou pela água, mas, principalmente, pelo descaso, pela negligência e pela imprudência.

A revista **Carta Capital**, de 30 de abril deste ano, retratou, na matéria “A memória em cacos”, a precária situação em que nos encontramos. O diagnóstico traçado é sombrio: o patrimônio histórico brasileiro está se desintegrando. Segundo depoimento de Juca Ferreira, Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, “os nossos patrimônios estão todos por um fio”.

Exemplos de problemas não faltam. O Museu das Missões, no Rio Grande do Sul, passou vários

domingos fechado por falta de dinheiro para o pagamento de hora-extra para seus funcionários. Manter um museu fechado aos domingos, todos sabem, é o caminho certo para afastar o público daqueles ambientes tão propícios à cultura.

O Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, está à beira do colapso. A revista **Carta Capital** transcreve o depoimento do diretor desse estabelecimento, o Sr. Paulo Herkenhoff, afirmando que o prédio treme, multiplicam-se as goteiras em todos os andares e, há apenas um mês lá dentro, já presenciou um curto-circuito. Segundo os funcionários mais antigos, há pelo menos quatro desses “curtos” por ano naquele museu.

Os problemas desse museu não são apenas da infra-estrutura do prédio. Há, também, cupins, baratas e o ar-condicionado não funciona corretamente. O resultado inevitável é a degradação das obras ali mantidas.

Em Mariana, Minas Gerais, o sobrado onde funcionou a primeira estalagem de bandeirantes no século XVIII se sustenta por toras de madeira. Em Congonhas, também em Minas Gerais, os *12 Profetas*, obra magistral do escultor Aleijadinho, têm sido consumidos pela ação do tempo.

Os casos ora apresentados são emblemáticos e se repetem por todo o País.

Sr. Presidente, eu poderia continuar por horas a fio e, mesmo assim, não seria capaz de enumerar todos os casos de degradação de prédios, esculturas, pinturas, livros e monumentos encontrados no País.

Poderíamos, é verdade, lamentar a existência de problemas de infra-estrutura. A realidade, porém, é outra. À péssima infra-estrutura, somam-se os problemas com a mão-de-obra.

Os funcionários do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) são verdadeiros heróis. Os salários pagos são baixíssimos para a qualificação exigida para o cargo. Maria Isabel Câmara, responsável pelo acervo das cidades históricas mineiras, como Ouro Preto, Diamantina e Congonhas do Campo, recebe um salário bruto de R\$1.560,00 apenas.

Os salários pagos aos funcionários do Iphan são baixíssimos. Isso contribui para que muitos deles, com alta qualificação técnica, deixem o instituto e busquem alternativas para garantir a própria sobrevivência. De acordo com Maria Elisa Costa, Presidente

do Iphan, mais de 1.200 funcionários deixaram o instituto nos últimos dez anos.

Além disso, a instituição não tem recursos sequer para pagar gasolina para seus carros ou para reparar equipamentos, como máquinas fotográficas, que se encontrem quebrados.

Assim, é inevitável que, de acordo com o próprio Iphan, metade dos imóveis históricos tombados no Brasil se encontrem degradados, e que um quarto necessite de algum tipo de obra de recuperação.

Segundo a revista **Carta Capital**, para a recuperação do patrimônio histórico são necessários, aproximadamente, R\$3 bilhões e, para a sua conservação, R\$150 milhões a cada ano.

Os R\$37 milhões ora liberados pelo Monumenta, programa mantido pelo Ministério da Cultura e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), são valores bastante modestos, que representam uma gota d'água para apagar as chamas da vergonha que consomem o patrimônio histórico brasileiro.

Preservar não é apenas conservar um objeto, um livro, um prédio ou o centro de uma cidade. Preservar significa manter uma memória que possa nos dizer quem somos, quais as nossas origens, quais os nossos projetos e, por que não, quais os nossos sonhos.

Um país que assiste, sem fazer nada, à destruição de sua própria memória é um país que não acredita e não vê valor algum em si mesmo e naquilo que realizou ao longo de sua história.

Sr. Presidente, eu acredito no Brasil e na grandeza desta Nação. Acredito que nós e nossos antepassados fizemos coisas que merecem ser lembradas e preservadas.

Tive a notícia, por exemplo, de que o Arquivo Histórico do Senado Federal não possui um serviço de restauração de documentos. Nesse sentido, creio que esta Casa pode ser o exemplo e criar uma estrutura, mesmo pequena, para preservar aqueles documentos históricos, patrimônio de nosso País, que necessitem de restauração.

Além de assegurar a continuidade de nossa memória, como observa o historiador Kenneth Maxwell, preservar não serve apenas à História, mas é um bom negócio. O turismo, se bem organizado, pode gerar emprego e renda para milhares de brasileiros. Um patrimônio histórico bem conservado é poderoso chamariz para atrair milhões de turistas ao nosso País.

Neste momento em que o desemprego e a má distribuição de renda são temas que nos atormentam, o turismo se mostra como ótimo negócio: não poluente, gerador de milhares de empregos e capaz de atrair dólares sempre tão necessários para nós.

Precisamos, assim, de políticas claras de preservação do patrimônio histórico, e entre elas está o reequipamento material do Iphan, além da realização de concurso público para a contratação de funcionários.

Além disso, é preciso uma ação corajosa do Governo Federal. Estados e Municípios, em sua grande maioria, não têm meios para fazer os investimentos necessários à preservação do patrimônio histórico. O 0,2% do Orçamento da União destinado à cultura e à preservação é claramente insuficiente. O Brasil precisa de mais verbas para a área.

O quadro apresentado demanda soluções urgentes, urgentíssimas. Sei que muitos poderiam argumentar que existiriam necessidades mais prementes. No entanto, conservar o patrimônio é, de um lado, preservar o nosso passado e, de outro, por meio do turismo, garantir renda, emprego, vida digna e futuro para milhares de brasileiros.

É hora de agir. Não é possível adiar a preservação de nosso patrimônio histórico sob pena de, em breve, não haver mais o que conservar.

Cuidar de um Patrimônio da Humanidade é dever que envolve toda a sociedade e, por consequência, o próprio Poder Central ao qual cabe ajudar as administrações estaduais e municipais – como, aliás, tem feito modestamente em muitas oportunidades – nos investimentos para a preservação e restauração de obras de valor cultural e histórico inestimável.

Sr. Presidente, era essa a observação que desejava fazer, chamando a atenção dos brasileiros para o patrimônio que é uma riqueza nacional e que não deve ser negligenciado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio) – Registro que o Senador Edison Lobão permutou o seu tempo com o Senador Romeu Tuma.

O Senador Pedro Simon está inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, do PMDB de Roraima.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, serei breve e farei dois registros.

Primeiramente, quero comentar as notícias desalentadoras acerca da economia e do desemprego que foram divulgadas nesta semana.

A imprensa foi pródiga em registrar: “Desemprego em SP bateu recorde em abril. Taxa é a maior desde 1985, quando pesquisa do Dieese começou a ser feita”. Além do desemprego – na grande São Paulo, em mais de 20% e, na grande Brasília, de mais de 30% –, esse levantamento registra também que o rendimento médio do brasileiro caiu nos últimos meses.

Durante a semana, relatório da Anistia Internacional comparou a violência, no Brasil, à de zonas de guerra das piores localidades de conflito do mundo. Dados estarrecedores foram apresentados. No Rio de Janeiro, por exemplo, entre janeiro e setembro de 2002, o número de mortes feitas por policiais chegou a 656 pessoas; em São Paulo, a 703 pessoas, numa escalada extremamente violenta.

Paralelamente a isso, durante toda a semana, registrou-se também a avaliação do aumento de decréscimo do PIB brasileiro, e alguns sinais de alerta foram acesos, Sr. Presidente.

A agricultura ainda é o indutor do processo de exportação e de crescimento – mais de 3,7%, em crescimento comparado, nos últimos meses –, mas o restante da economia decresceu. Análises técnicas mostram que, se o restante da economia não retomar a sua marcha, a própria agricultura vai parar de crescer, por falta de mercado. Hoje, nos supermercados, compra-se menos do que há alguns meses, o que é fruto, claro, da condição econômica da sociedade.

Assim, em primeiro lugar, há a necessidade urgente de retomada dos investimentos públicos no País. O Senador Mão Santa sabe que um fator determinante nos Estados mais pobres é o investimento no setor público – na construção civil, em programa habitacional –, o que tem um efeito multiplicador, além de um componente social muito forte.

Além disso, é importante concluir obras que, na verdade, estão impedindo a estruturação de uma matriz de desenvolvimento que poderá, sem dúvida alguma, ajudar na geração de empregos, como rodovias, eclusas, portos, enfim, segmentos de infraestrutura relacionados diretamente ao fortalecimento da atividade econômica.

Outro fator importante a ser encarado pelo atual Governo – o Presidente Lula já tem feito isso, e é ne-

cessário que haja uma voz uníssona, no Congresso, que dê suporte a essa posição brasileira e latino-americana – é a luta contra o protecionismo dos países ricos. Atualmente, a nossa agricultura é uma das mais competitivas do mundo. Se não houvesse as barreiras existentes hoje em determinados países importadores de produtos alimentícios, o Brasil teria uma condição de alavancagem de produção agrícola ainda maior.

Portanto, na negociação da Alca, nos entendimentos do G-8, enfim, em todos os fóruns que o Presidente Lula, o Governo e o Congresso brasileiro possam estar representados, é fundamental registrar e cobrar esse posicionamento de igualdade na prática do discurso liberalizante que os países desenvolvidos têm quando querem vender produtos para os países em desenvolvimento. Temos que reverter esse fluxo, e, sem dúvida, esse é um fator determinante do sucesso das exportações brasileiras.

Ainda analisando os dados desta semana, vemos que o investimento, neste trimestre, teve o pior desempenho desde 1996. É, portanto, mais um dado que nos preocupa. Paralelamente a isso, setores políticos têm buscado a diminuição da taxa de juros, a retomada da economia e do crescimento, questões que estão no discurso diário de todos os segmentos políticos.

Quero registrar aqui, Sr. Presidente, a minha esperança de que o Governo do Presidente Lula possa cumprir a sua parte, possa retomar os investimentos públicos, as obras que estão paralisadas, possa, enfim, propiciar a alavancagem desse processo de crescimento e de retomada do emprego.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Romero Jucá, é muito oportuno o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, principalmente agora em que V. Ex<sup>a</sup> participa deste grandioso Partido, que é o nosso PMDB, Partido Maior Do Brasil! Essas preocupações de V. Ex<sup>a</sup>, que agora chega ao Partido, são as mesmas minhas de primeira hora. Somos do PMDB que votou, na Convenção, em Roberto Requião. Ensinamos, lá, no nosso Piauí, o povo a cantar “Lula lá, Mão Santa cá”. Mas as preocupações são enormes. Penso que o PMDB deve estar no Governo para ser a luz, tendo em vista a experiência desse Partido, que é o maior aqui no Senado – não em quantidade, mas em qualidade, pois é composto de homens experimentados e vitoriosos. Essas são também as minhas preocupações, que se

juntam às de V. Ex<sup>a</sup>, que chega agora. E não estamos aqui para amaldiçoar a desgraça, as trevas; estamos para ser a luz. Em primeiro lugar, não acredito – é uma crença minha – em desenvolvimento com juros altos. Da mesma maneira que creio em Deus e tenho as minhas crenças, afirmo não existir isso. O Dr. Antônio Palocci não modificou essa realidade. O povo do Brasil votou contra o desemprego. “O homem é o homem e suas circunstâncias”, Ortega y Gasset. Em épocas passadas, o povo do Brasil não votou em Fernando Henrique, votou contra a inflação. Agora, o flagelo, o grande mal é o desemprego. O povo votou contra o desemprego. Foi essa a situação. Isso é matéria de estudo. Além disso, entendo ser uma obrigação dos governantes, principalmente dos que, como nós, são cristãos, porque o próprio Deus disse: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. Entendo ser essa, Sr. Presidente Luiz Otávio – aliás, é em boa hora que o PMDB também aqui mostra trabalho: assume a Presidência dos trabalhos uma das suas lideranças mais tranqüilas, mais lúcidas e de melhor espírito público –, uma mensagem de Deus aos governantes, que a salvação é o trabalho. E o Apóstolo Paulo foi além, e disse: “Quem não trabalha não merece comer”. E não há trabalho sem investimento. Ruy Barbosa, que está ali homenageado, que foi Senador da República, que foi Ministro da Fazenda, ensina em seus livros que devemos homenagear, respeitar, aplaudir o trabalho e o trabalhador, pois esse vem antes, esse é que faz a riqueza. Está havendo uma inversão: só quem tem valor é quem tem o dinheiro, mas esse regime só está bom para os banqueiros. Quero dar um testemunho que vale por dez mil palavras: semana passada, no meu Piauí, recebi, juntamente com Alberto Silva, outro ex-Governador do PMDB, a comenda maior dos industriais, e ouvi de um homem puro, um empresário, Joaquim da Costa, que foi Vice-Presidente da Federação das indústrias do Piauí, Secretário de Indústria e Comércio – atentai, Romero, para este ensinamento –, o seguinte: “Mão Santa, a vida lá fora está difícil. “Fora” significa fora do Governo. Imagine, Senador Romero Jucá, que V. Ex<sup>a</sup> tenha uma fábrica de gravatas – como esta bonita que está usando – lá no nosso Estado de Roraima. V. Ex<sup>a</sup> vai confeccionar gravatas para vender, é óbvio. Mas, como disse o nosso Presidente José Sarney, com a globalização aberta de uma só vez, é uma luta de Mike Tyson com Jeca Tatu, onde nós somos o Jeca Tatu. Por quê? V. Ex<sup>a</sup> faz a sua gravata e as indústrias concorrentes, dependendo do capital que utilizam,

conseguem vender bem mais barato: se for europeu, dez vezes mais barato; se for americano, quinze vezes; se for japonês, vinte vezes. Assim não há competitividade. Além disso, como um mal nunca vem sozinho, nós temos a maior carga tributária. Então, não posso conceber como esses empresários ainda sobrevivem. Creio que sobrevivem apenas os que têm capital próprio, como Antonio Ermírio de Morais e João Claudino, em meu Estado. Se um técnico, um homem capaz, um idealista quiser fazer um empreendimento, com essas taxas de juros que aí estão, não terá salvação. Alberto Pasqualini, orientador filosófico do maior homem político do Piauí em virtudes, que é Pedro Simon, já dizia isso em 1942, neste Senado. Ele, que foi um profeta, previu que se o País não baixasse as taxas de juros entraria num clima de violência. É a isso o que estamos assistindo hoje. Nossos aplausos a V. Ex<sup>a</sup>. Espero que a inteligência de V. Ex<sup>a</sup> chegue ao nosso Partido e possa iluminar o PT, que não está sabendo resolver o mais grave problema deste País: o desemprego.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, o aparte. Realmente, concordo com V. Ex<sup>a</sup> quando registra a posição e a importância do PMDB nesse novo processo de construção do Brasil. O PMDB – entendo – tem um papel fundamental, como uma das maiores Bancadas da Câmara e do Senado, como um Partido estruturado em todo o Brasil, em ser, na verdade, um dos pilares dessa reconstrução.

Por isso, quero propor aqui um grande esforço no sentido de se fazer o que se fez, por exemplo, no Plano Marshall, quando se criou um processo de mutirão de construção econômica. Temos que fazer um mutirão pelo emprego. Temos que ter um projeto no País de substituição de importações. Temos que ter um projeto no País que, efetivamente, direcione a criação de empregos.

Sr. Presidente, são graves esses fatos relacionados pela imprensa. Apreendi a ler qualquer informação sempre com os olhos de quem pode avaliar vários caminhos. A situação econômica está difícil, mas pode ser um ponto de inflexão para efetivamente mudar o direcionamento econômico e gerar um processo de produção e de emprego que possa retomar as esperanças do povo brasileiro.

Portanto, fica aqui o meu apelo para que o Governo estruture um plano, um mutirão em busca da geração de empregos, da retomada de obras, enfim,

do investimento, inclusive direcionando esse investimento pelas regiões do Brasil. É importante voltar a discutir a questão do desenvolvimento regional de forma harmônica, resgatando os Estados que têm mais dificuldades, e é por meio do investimento que isso se dará.

Quero, por fim, fazer um registro lamentável. Disse anteriormente que costumo ler as notícias com a ótica de quem procura vários caminhos. A matéria de capa, hoje, do **Jornal do Brasil**, diz: “Bandido deixa quartel da PM pela porta da frente”.

Sr. Presidente, se eu fosse membro do Governo do Rio de Janeiro, talvez pudesse ler tal matéria e ficar satisfeito. Diria: “Ora, melhoramos a violência no Rio! Antes, os bandidos fugiam depois de trocar tiros com a Polícia, inclusive matando, com balas perdidas, pessoas que porventura por ali passassem. Agora não! Agora os criminosos estão fugindo educadamente, pela porta da frente, sem nenhum tipo de conflito, num processo de entendimento harmônico com a Polícia”.

Portanto, essa poderia ser a leitura dessa matéria. Mas não é a minha leitura, Sr. Presidente. Penso que fatos como esse terminam por desmoralizar as instituições de segurança pública no Brasil. É importante que se tomem medidas sérias quanto a isso. Não é possível um traficante de drogas fugir do Batalhão Especial da Polícia Militar do Rio de Janeiro, um batalhão de elite da Polícia Militar, pela porta da frente! Há muita coisa errada com a segurança pública do Brasil, e isso precisa ser – como diria o Boris Casoy – passado a limpo!

Lamento tal matéria, e espero que a ação de segurança pública que está sendo estruturada pelo Governo Federal venha rapidamente, porque a sociedade do Rio de Janeiro e a sociedade do Brasil não podem ficar à mercê de fatos lamentáveis como esse.

Sr. Presidente, peço a transcrição das matérias que registrei sobre a economia em meu pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

Sen. Romero Jucá



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.  
Presidência da República  
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica

## MÍDIA IMPRESSA

JORNAL

FOLHA DE S. PAULO

DIA

30

MÊS/ANO

Maio/03

CADERNO

B

PÁGINA

44

## Investimento tem pior desempenho desde 96

## Para Langoni, inflação e incertezas são vilões

DA SUCURSAL DORIO

O consumo caiu, o crédito continuou restrito e a reação dos empresários brasileiros foi retrainar os investimentos. O resultado: o nível dos investimentos na economia brasileira atingiu no primeiro trimestre deste ano o seu pior resultado trimestral desde os três primeiros meses de 1996.

O nível estava 12,93% acima da média de 1990 no final de março deste ano, contra 6,74% no primeiro trimestre de 1996 —entre julho e agosto de 1997 o indicador havia atingido o pico dos anos 90, quando ficou 34,35% acima da média de 1990.

Os dados divulgados ontem pelo IBGE revelam que os investimentos estão em queda em todas as formas de apresentação dos números. O indicador acumulado em quatro trimestres, em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores, apresentou resultado negativo de 2,03%, o quinto consecutivo nesta forma de comparação.

Na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, a queda foi de 1,55%. Em relação ao último trimestre do ano passado, a queda foi de 4,6%.

Os investimentos em máquinas, equipamentos e na construção civil representam a parte preponderante do que nas contas nacionais recebe o nome de formação bruta

de capital fixo.

Além dos investimentos, ela é integrada pela variação dos estoques, medida apenas no final de cada ano e que representa um peso muito pequeno no conjunto.

Segundo o IBGE, a construção civil representa aproximadamente 60% dos investimentos. No PIB do primeiro trimestre deste ano a construção apresentou queda de 1,7% em relação ao mesmo período do ano passado e de 0,57% no acumulado em quatro trimestres.

No final do ano passado, a formação bruta de capital fixo representava 18,7% do PIB, nível que é considerado insuficiente para impulsionar o crescimento da economia do país de forma sustentável. Os investimentos em máquinas e equipamentos aumentam a produtividade da economia —ou seja, o mesmo número de trabalhadores produz de forma mais eficiente ou é necessário um número menor de pessoas para produzir o mesmo que antes.

Especialistas consideram que uma taxa de investimento de 25% do PIB é o mínimo necessário para que a economia consiga crescer por um período prolongado. Sem uma taxa de investimento adequada, dizem, um país pode passar por surtos de crescimento que são sempre abortados por crises.

O aumento do investimento, e portanto da produtividade, é apontado também um dos pré-requisitos para que os trabalhadores consigam aumentos salariais sem que haja o temor de que as altas causem inflação. Se aumenta a produtividade, é possível produzir mais em menos tempo e parte dos ganhos podem ser repassados para consumidores e salários.

(CHICO SANTOS E MARCELO BILLI)

ÉRICA FRAGA

DA REPORTAGEM LOCAL

A política monetária mais restritiva nos últimos meses não foi a principal vilã da economia no primeiro trimestre deste ano, na opinião de Carlos Geraldo Langoni, diretor do Centro de Economia Mundial da FGV (Fundação Getúlio Vargas) e ex-presidente do Banco Central.

Para o economista, a combinação entre alta da inflação e queda nos investimentos —provocada pelas incertezas do fim do ano passado— foram as principais causas do crescimento lento entre janeiro e março deste ano.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

★

**Folha - O que o senhor acha do desempenho do PIB?**

**Carlos Geraldo Langoni -** O resultado mostrou um ritmo lento de crescimento. Mesmo em relação ao primeiro trimestre de 2002, podemos dizer que a economia tem crescido muito lentamente. Pelo menos não tivemos recessão.

**Folha - O que explica esse ritmo lento de crescimento?**

**Langoni -** Ao contrário do que muitos dizem, acho que a principal causa não é a taxa de juros mais alta. Até porque, em termos reais, a taxa de juros caiu em relação ao primeiro trimestre de 2002. Portanto essa é uma visão distorcida. A taxa de juros não foi a grande vilã desta vez. Para mim, a recente estagnação da economia foi causada principalmente pela alta da inflação e pela queda de investimentos por conta de incertezas internas e externas. As incertezas domésticas, relacionadas à eleição no ano passado, e as exter-

nas, associadas à guerra no Iraque, a alta nos preços do petróleo e a desaceleração econômica levaram a uma forte redução dos investimentos no país. Além disso, a inflação alta tem provocado forte queda do rendimento real. Ou seja, a inflação corroeu a renda. Como a economia não é mais indevidada, e a taxa de desemprego está alta, o poder de barganha dos sindicatos está fraco. Isso limita o espaço para reposição das perdas salariais. Assim, podemos dizer que o resultado do PIB no primeiro trimestre é efeito de uma combinação entre demanda interna fraca e investimentos paralisados.

**Folha - Então a política monetária não teve efeito sobre o PIB?**

**Langoni -** É lógico que a política monetária tem efeito restritivo. Mas não é correto atribuir tudo aos juros. No caso do PIB trimestral, na minha opinião, a inflação alta e o adiamento de decisões sobre investimentos de médio e longo prazos —que não são afetados pelos juros no curto prazo— pesaram mais. Acho que os efeitos da política monetária mais restritiva neste início de ano começaram a ser sentidos agora. Mas, por outro lado, teremos o efeito positivo da recuperação do nível de investimentos. Já há empresas que estão retomando os planos de investimentos. O que falta é uma queda maior da inflação, que deverá ser notada no fim deste e no próximo trimestre. Isso contribuirá para a recuperação do salário real e da demanda e abrirá espaço para a queda dos juros. Devemos ter uma recuperação da economia no segundo semestre. Isso não será suficiente para evitar que tenhamos um crescimento medíocre em 2003, não superior a 1,5% pelos meus cálculos.

FOLHA DE SP/PAULO

MUNDO

quinta-feira, 29 de maio de 2003

DIREITOS HUMANOS A entidade considera que a violência no país equivale à situação de regiões como Israel e os territórios palestinos

# Anistia compara Brasil a zonas de guerra

## Governo diz que está atuando em áreas críticas

DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

Ao comentar o relatório anual da Anistia Internacional, o ministro Nilmário Miranda, titular da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, disse que o documento "repete o que já se sabia em anos anteriores: a única diferença é que também identifica que o Estado demonstra clara disposição de enfrentar tudo isso".

Miranda elencou uma série de medidas que vêm sendo implantadas pelo novo governo em pontos atacados pela Anistia, começando por aquelas de combate à criminalidade e à

### corrupção policial

Para o ministro, a principal iniciativa de enfrentamento do atual quadro é o Sistema Único de Segurança, pelo qual o governo federal atua em parceria com os Estados em ações de qualificação, equipamento e integração das ações policiais.

Também vital, até como resposta à sociedade, seria, segundo ele, "romper com o sentimento de impunidade". Miranda citou o exemplo do Rio de Janeiro, onde há 16 homicídios por dia e uma fila de 120 mil laudos inconclusos no Instituto de Criminalística. Está em curso a montagem de uma força policial para reduzir essa fila.

"Há uma grande letalidade na força policial, que atinge os pobres. Esse é o ponto", disse Miranda. (ANDRÉA MICHAEL)

### FREE-LANCE PARA A FOLHA, DE LONDRES

Os níveis de violência no Brasil são comparáveis aos de zonas de guerra ou à situação em Israel e nos territórios palestinos, segundo a Anistia Internacional, que ontem lançou seu relatório sobre a situação dos direitos humanos no mundo em 2002.

"So nos primeiros três ou quatro meses deste ano, a polícia no Rio de Janeiro matou 350 pessoas. O total de mortes pela polícia e por criminosos é altíssimo. Os níveis de violência no Rio e em São Paulo refletem números comuns nas situações de guerra", disse à Folha Jim Cahill, pesquisador da Anistia para o Brasil.

Para a Anistia, o maior problema no país são as "execuções extrajudiciais", em que "milhares de pessoas" foram mortas em confrontos com a polícia. "Muitas vezes em circunstâncias descritas pelas autoridades como resistên-

### cia seguida de morte"

De acordo com os dados do relatório, entre janeiro e outubro de 2002, 703 pessoas foram mortas pela polícia em São Paulo. Esse número é igual ao que tinha sido registrado em todo o ano anterior, o que indica aumento no número de casos. Desse total, 657 foram registradas como "resistência seguida de morte".

No Rio entre janeiro e setembro de 2002, o número de mortes por criminosos chegou a 656, superando as 597 registradas em todo o ano de 2001.

De acordo com Cahill, há um conceito no mundo inteiro de que a violência é a maneira aceitável de reprimir a violência, seja por causa da guerra ou terrorismo, seja no combate à violência no país.

A Anistia diz que essa tendência não traz resultados. A Anistia também denuncia o fato de que a atuação da polícia no Brasil se concentra naqueles que

vivem em "áreas mais marginalizadas, com menos acesso à proteção do Estado ou da Justiça", segundo ele.

Ele reconhece que o governo Fernando Henrique Cardoso fez mudanças na legislação e criou programas sobre direitos humanos, mas, mesmo assim, muitos brasileiros continuaram "a sofrer abusos e violações sistemáticas de direitos humanos" por parte de representantes do Estado.

"Com o novo governo, reconhecemos que há um discurso novo, positivo, mas assumi há pouco tempo e ainda é cedo para identificar mudanças concretas. Mas temos esperança de que haja mudanças", disse Cahill.

### Viagem ao Brasil

A secretária-geral da Anistia Internacional, Irene Khan, deve vir ao Brasil em breve para discutir alternativas de combate à violência e como reduzir a violação de

direitos humanos no país. Irá a primeira viagem dela a data ainda está sendo agendada. Khan disse à Folha que que um diálogo com o novo governo para a América Latina.

"Temos alta expectativas no governo. Gostaria de preocupações que temos muitos anos com violência além de avaliar novas áreas de trabalho, por exemplo, com a violência da sociedade", disse a secretária-geral.

Na sua avaliação, a violência no Brasil não é um problema, especialmente para os pobres, que vivem nos centros urbanos. "E nós temos esperanças, com o novo governo, de um diálogo realmente aberto sobre direitos humanos e melhor criação", acrescentou.

(MARIA LUIZA ABBOTT)

*Dr. S. S. S.*



RADIOBRÁS Empresa Brasileira de Comunicação S.A.  
Presidência da República  
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica

## MÍDIA IMPRESSA

JORNAL

O ESTADO DE S. PAULO

DIA

24

MÊS/ANO

Maio/03

CADerno

3

PÁGINA

3

## Desemprego e queda na renda são recordes em SP

*Em abril, 20,6% da População Economicamente Ativa estavam desocupados, diz Seade*

MARCELO REHDER

O desemprego e a queda na renda do trabalhador bateram recorde histórico na Região Metropolitana de São Paulo. A Fundação Seade e o Dieese divulgaram pesquisa ontem mostrando que um em cada cinco trabalhadores da região estava sem emprego no mês passado. A taxa de desocupação cresceu de 19,7% da População Economicamente Ativa (PEA), em março, para 20,6%. Isso indica que havia 1,941 milhão de desempregados em abril, 110 mil a mais do que no mês anterior. Foi a maior taxa registrada desde o início da pesquisa, em janeiro de 1985.

A pesquisa revela ainda que a renda do trabalhador atingiu em março (último dado disponível) o valor mais baixo desde 1985. De acordo com o levantamento, o rendimento real médio (descontada a inflação) dos ocupados diminuiu 3,9% em março, passando a corresponder a R\$ 857, valor 6,8% inferior ao registrado em igual período do ano passado. De 1985 para cá, o rendimento dos ocupados perdeu 51% do seu poder aquisitivo.

“A situação do mercado de trabalho é dramática”, diz o diretor-técnico do Dieese, Sérgio Mendonça. Segundo ele, apesar de ser um comporta-

mento usual para o período, o aumento da taxa de desemprego no mês passado reflete a estagnação da economia nos últi-

mos anos e o impacto recessivo das medidas adotadas pelo governo Lula para garantir o cumprimento das metas de superávit fiscal e combater a inflação.

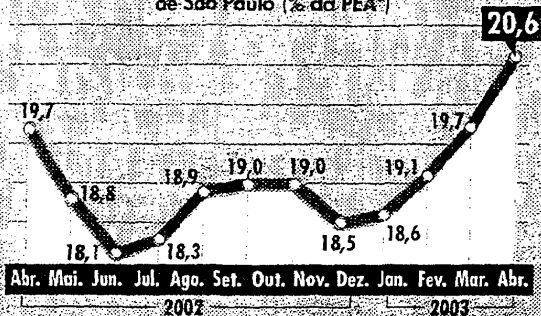
“Tradicionalmente, o desemprego sobe no primeiro semestre e cai no segundo. Com a pressão da alta dos juros, que vem ocorrendo desde outubro do ano passado, a subida está sendo mais acentuada e a descida deverá ser mais

lenta”, explica Mendonça. O economista observa que a situação poderá melhorar um pouco mais no último trimestre se o governo cortar os juros no mês que vem.

Na avaliação de Sérgio Mendonça, a perda do poder aquisitivo do trabalhador é um dos fatores que contribuem para o aumento do desemprego, já que o enfraquecimento do consumo reduz ainda mais o espaço para uma retomada do crescimento econômico. Nos últimos meses, segundo ele, a alta da inflação foi um dos principais responsáveis pelo achatamento dos salários. Mas o aumento das demissões, princi-

### CRESCE A DESOCUPAÇÃO

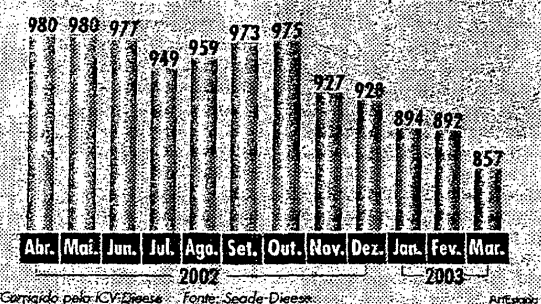
Taxa de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo (% da PEA\*)



\*População Economicamente Ativa. Fonte: Seade-Dieese

### E A RENDA CAI

Rendimento médio real trimestral dos ocupados (em R\$)\*



\*Corrigido pelo ICV-Dieese. Fonte: Seade-Dieese

Articulação

**A situação do mercado de trabalho é dramática**

Sérgio Mendonça, diretor-técnico do Dieese

# Desemprego em SP bateu recorde em abril

Taxa é a maior desde 1985, quando pesquisa do Dieese começou a ser feita. Rendimento caiu 3,9% em ma

Wagner Gomes

Da GloboNews.com

• SÃO PAULO. A taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo subiu em abril pelo quarto mês consecutivo e atingiu um recorde histórico. De acordo com levantamento do Dieese e da Fundação Seade, o desemprego subiu de 19,7% em março para 20,6% da População Economicamente Ativa (PEA) no mês passado, a maior taxa já registrada desde que a pesquisa começou em 1985. A estimativa é que 1,941 milhão de pessoas estavam desempregadas.

Além do desemprego recorde, houve queda nos rendimentos do trabalhador. A queda foi de 3,9% em março de 2003 em comparação com o mês anterior, passando a R\$ 857. O salário médio apresentou redução um pouco menor, de 2,6%, pas-

sando a equivaler a R\$ 924. Em relação a março de 2002, a queda foi de 9,5%.

Tradicionalmente, o desemprego sobe em abril. No ano passado, o índice já havia atingido 20,4% no mês. Além de os empresários demitirem os trabalhadores contratados temporariamente no fim do ano, o número de pessoas que saem à procura de emprego sobe. De acordo com a pesquisa, 129 mil pessoas procuraram emprego em abril deste ano, mas apenas 19 mil vagas foram criadas.

— A taxa de desemprego sempre sobe nos primeiros meses do ano e atinge o pico em abril ou maio. Este ano, ela subiu mais por conta da obsessão do governo no combate à inflação — disse Sérgio Mendonça, diretor técnico do Dieese. Para Mendonça, apesar de sazonal, a taxa de abril reflete a

pois que alguns setores con-

cederam férias coletivas em março, mas as vendas não reagiram. O resultado foi um novo aumento dos estoques. Segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o Indicador de Nivel de Atividade (INA) registrou alta de 2,7% no mês passado, o melhor resultado desde outubro de 2002 (6,6%).

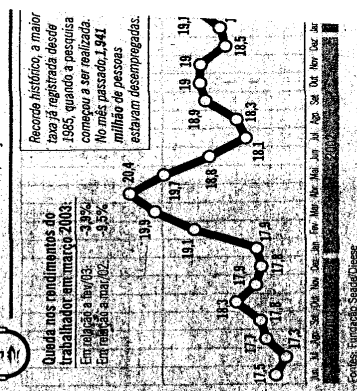
— Isso é uma sinalização ruim para o futuro. Significa que, de alguma maneira, a indústria terá de dar vazão para os estoques, o que funciona como um freio para a produção — disse a diretora de Pesquisas, Clarice Messer.

► **NO GLOBO ON LINE.** Opine qual é a maior problema da economia brasileira?

www.globo.com.br/economia

## Conheça os números

Taxa de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo % da População Economicamente Ativa



Dislex

- Retorno da dívida em 252/4  
- investimentos pouco - obra  
- unjcer \$

FMDR  
Claro Baralho = montões pelo espaço



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.  
Presidência da República  
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica

## MÍDIA IMPRESSA

JORNAL

FOLHA DE S. PAULO

DIA

30

MÊS/ANO

Maio/03

CADERNO

B

PÁGINA

6

## Agricultura pára se economia não crescer

MAURO ZAFALON

DA REDAÇÃO

A agropecuária sustentou a economia brasileira nos últimos anos, mas esse suporte corre perigo se a atividade econômica como um todo se mantiver estagnada. Os números divulgados ontem pelo IBGE sobre o desempenho da agricultura no PIB (Produto Interno Bruto) comprovam isso.

No primeiro trimestre do ano o setor agropecuário cresceu 3,7% em relação ao quarto trimestre de 2002. Em relação ao primeiro trimestre de 2002, o crescimento é de 8,6%. Nos últimos 12 meses (abril de 2002 a março deste ano), houve aumento de 6,57% em relação aos 12 meses anteriores.

A agricultura brasileira tem espaço e competitividade para continuar crescendo, mas as condições favoráveis do mercado externo, encontradas nos últimos dois anos, podem se esgotar.

Quando isso ocorrer, resta o mercado interno para dar sustentação à agropecuária. Se a economia interna não retomar um bom ritmo de crescimento, a agricultura também pára.

Após patinar por muitos anos nos 80 milhões de toneladas de grãos, a produção brasileira deslanchou nos últimos anos e poderá atingir 115 milhões de toneladas neste ano — mais 19% sobre 2002. A pecuária, embora encolhendo em algumas regiões, deu a resposta via produtividade, e mantém expansão de 4% ao ano.

Analistas do setor são unânimes em dizer que este e o próximo ainda serão bons anos para a agropecuária. A partir de 2005, as coisas podem se complicar para o setor, a menos que questões internacionais sejam resolvidas e que haja aumento da demanda interna.

### “Maré muito boa”

O setor agropecuário foi fundamental na melhora das contas externas do país. Sem o bom desempenho do agronegócio, essas contas estariam em situação ainda mais complicada do que a atual. Dados da Conab indicam que nos últimos dez anos o agronegócio trouxe para o país um saldo líquido de US\$ 147 bilhões. Até o final deste ano, esse valor poderá atingir US\$ 170 bilhões.

“A maré está muito boa e o setor agrícola tem uma função extraordinária no momento porque dá ao país os dólares de que precisa”, diz Guilherme Dias, economista da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) e da Universidade de São Paulo.

Dias diz, no entanto, que a agropecuária não pode crescer sozinha, e que é necessário um acompanhamento dos demais setores da economia para dar maior poder aquisitivo à população e incentivo ao consumo.

Pedro de Camargo Neto, ex-secretário de Produção e Comercialização do governo FHC, diz que “o setor agrícola não precisa gerar manchete sempre”, se referindo ao bom desempenho dos últimos

anos. Mas o país precisa consolidar esse avanço, gerar melhor redistribuição de renda e aumentar o consumo de alimentos.

Getúlio Pernambuco, da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), concorda que o país precisa gerar demanda, e o programa Fome Zero do governo Lula traz novas perspectivas. Ele diz que que esses programas deveriam ser constantes, e que são muito usados em países desenvolvidos, inclusive nos EUA.

Pernambuco concorda com os outros analistas e diz que “o país precisa voltar a crescer” e que as taxas anuais de evolução de 1,5% para o PIB e de 8,5% do agronegócio estão muito distantes.

O crescimento do agronegócio é muito importante para o Brasil, que depende das exportações, mas vai na contramão dos países desenvolvidos, diz Joaquim Guilhoto, professor da Esalq/USP e pesquisador do Cepea.

A agropecuária e o agronegócio brasileiros participaram com 11% e 29%, respectivamente, do PIB no ano passado. Nos Estados Unidos, esses percentuais são bem menores, mas há um crescimento cada vez maior dos setores de transformação dos produtos do agronegócio por lá.

### Mercado externo

O mercado interno é importante, mas o Brasil não deve descurar do externo, principalmente neste momento de importantes definições para o futuro do agropecuário.

Cláudia Viegas, pesquisador da Fipe e professora da FEA/USP, diz que “o cenário de sustentabilidade implica manter o mercado externo, que esbarra nos subsídios, cotas e outras tarifas”. Para a economista, o Brasil já mostrou como conquistar o mercado externo, mas precisa ficar atento ao “institucional” — ou seja, às negociações que ocorrem.

Amaryllis Romano, da consultoria Tendências, diz que o Brasil avançou nos últimos anos no mercado externo ocupando espaços deixados por outros países. Quebra de safras e problemas fitossanitários em alguns países abriram espaço aos produtos brasileiros.

Romano diz que a participação brasileira no mercado externo vai continuar boa porque os estoques mundiais estão baixos e precisam ser refeitos. Todos os analistas concordam, no entanto, que, apesar de o cenário externo ser favorável agora, a participação brasileira no exterior vai desacelerar.

O Brasil é competitivo, mas os países desenvolvidos estão criando novas barreiras, e os grandes mercados, como China, Rússia e Índia, também passaram a dar



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.  
Presidência da República  
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica

## MÍDIA IMPRESSA

JORNAL

FOLHA DE S. PAULO

DIA

30

MÊS/ANO

Maio/03

CADERNO

B

PÁGINA

3A

## PIB tem o pior desempenho dos últimos três trimestres

CHICO SANTOS  
DA SUCURSAL DO RIO

A economia brasileira teve um desempenho fraco nos primeiros três meses de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A taxa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), divulgada ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ficou estagnada em relação ao trimestre anterior e desacelerou na comparação com o mesmo período do ano passado:

Os números, arredondados para uma casa decimal, mostraram, respectivamente, queda de 0,1% e crescimento de 2,0%. Acumulada em quatro trimestres, a taxa de crescimento do PIB no final de março deste ano era de 2,2%.

O incremento de 2% em relação ao primeiro trimestre de 2002 ficou 1,4 ponto percentual abaixo do que havia sido registrado no último trimestre do ano passado, em relação ao último de 2001 (3,4%). Foi o pior desempenho dos três últimos trimestres. O PIB é a soma valores dos bens e serviços finais produzidos pelo país em um determinado período.

A agropecuária, quando os dados são examinados pela ótica da produção, e as exportações, quando vistos pela ótica das fontes de demanda, foram os setores com maior destaque na composição do PIB. Na indústria, o destaque positivo foi a extrativa mineral.

### Crescimento

O efeito estatístico provocado por uma base de comparação baixa também ajudou o PIB a crescer em relação ao primeiro trimestre de 2002, último no qual vigorou o racionamento de energia elétrica no país. Naquele período, a economia havia apresentado queda de 0,8%.

"Estou vendo a economia entre a estagnação e um início de retração. A confirmação ou não desta

percepção vai depender do comportamento da política monetária [juros] daqui para a frente", afirmou o economista Flávio Castelo Branco, coordenador da Unidade de Política Econômica da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

O próprio IBGE, mesmo evitando fazer juízo sobre os números divulgados, admite que os resultados não são bons. "A economia está há bastante tempo com taxa de crescimento muito pequenas", disse Roberto Olinto, chefe do Departamento de Contas Nacionais do órgão responsável pelo cálculo do PIB.

### Famílias

Segundo ele, o exame dos indicadores macroeconômicos mostra que o fraco desempenho do PIB é, em grande parte, determinado pela falta de ações que mudem os patamares de consumo das famílias.

O consumo das famílias, que é a principal variável do desempenho

econômico do ponto-de-vista da demanda, vem caindo sucessivamente. As causas, segundo avaliação do próprio IBGE, estão nos juros elevados e no crédito apertado.

A análise divulgada pelo órgão para servir de pano de fundo à divulgação do PIB mostra que, de janeiro a março, a taxa de juros média cobrada nas operações de crédito com recursos livres foi de 87,3% ao ano para a pessoa física e de 37,9% para a pessoa jurídica.

Embora o crescimento de 2% registrado na comparação com o mesmo trimestre de 2002 tenha surpreendido positivamente muitos analistas, o economista Fernando Pinto Ferreira, da consultoria Global Invest, cuja previsão era de 1,1%, não vê motivos para comemorar.

"Não faz o menor sentido comemorar um número melhor na casa decimal de expectativas pessimistas. O número é efetivamen-

te ruim e mostra que a economia está desaquecida", afirmou.

### Agropecuária e exportações

A produção agropastoril, cujo peso na composição geral do PIB é de apenas 8,23% (ponderação atualizada com base nos dados de 2002, válida para 2003), foi mais uma vez o setor produtivo com melhor desempenho. Na comparação com o último trimestre do ano passado, apenas ela apresentou resultado positivo, com crescimento de 3,7%.

Os serviços, que representam o maior peso setorial (60,35%), tiveram crescimento zero e a indústria (peso de 37,82%) registrou queda de 2,2%. A soma dos pesos dos três setores ultrapassa 100% porque há um ganho financeiro de 6,4% cujos beneficiários o IBGE não tem como precisar.

Em relação ao mesmo período do ano passado, a agropecuária cresceu 8,6%, a indústria, 2,9% e os serviços, 0,8%.

entro da indústria, a extrativa mineral cresceu 4,8%, a indústria de transformação, 3,7% e a construção civil caiu 1,7%. No acumulado em quatro trimestres, a indústria extrativa-mineral cresceu 9%, contra 3,2% da indústria como um todo.

### Exportações em queda

Pela ótica da demanda, as exportações cresceram de janeiro a março 20,2%, em comparação com o mesmo período de 2002. Foi o terceiro trimestre seguido com crescimento acima de 20% nesta forma de comparação. Já as importações caíram 4,6%, a sétima queda consecutiva. O consumo do governo caiu 0,2%.

Em relação ao trimestre anterior, retirados os efeitos típico de cada período (sazonais), as exportações, apesar de crescentes, caíram 1,3%, enquanto as importações cresceram 4,5%. O consumo do governo, nos seus três níveis (federal, estadual e municipal), cresceu 0,5%.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio) – A Mesa acata a proposição de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romero Jucá, e também a do Senador Antero Paes de Barros, do PSDB do Mato Grosso, que fez idêntico pedido em relação ao pronunciamento feito nesta manhã.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, do Estado do Pará e do nosso PMDB, aproveito esta oportunidade para trazer à Casa a excelência que, em boa hora, o Senador Papaléo Paes, do Amapá, criou na Comissão de Assuntos Sociais – que foi tão bem presidida pelo Senador Romero Jucá, agora em nosso Partido, e passa a ser presidida pela Senadora Lúcia Vânia – uma Subcomissão de Saúde, a exemplo do que fez a Câmara com sua Frente Parlamentar de Saúde.

Sem dúvida alguma, o maior bem que temos é o presente que Deus nos deu – o nosso corpo – e é a saúde que nos garante conservar esse patrimônio. Segundo a Organização Mundial de Saúde reza, saúde não é apenas ausência de enfermidade ou de doença, mas o mais completo bem-estar físico, mental e social, sendo que este último nos remete a uma obrigação de combater o pauperismo, a miséria, a fome e as conseqüências disso.

Então, em boa hora, estamos realizando audiências públicas para fazer voltar ao povo o medicamento popular, a farmácia popular, aquilo que foi bem instituído, no Governo Revolucionário, pelo Presidente Médici. Dizem que ele teve muitos pecados na Ditadura, mas, com certeza, isso foi atenuado pela criação da Ceme, uma fábrica de medicamentos para os pobres, os sofridos, os necessitados do País.

O Presidente Médici criou também a Rename (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais) com medicamentos básicos, que não chegavam a 100, mas que supriam quase todas as necessidades referentes às enfermidades de nosso País.

Desnecessário será dizer que o Governo passado cometeu um grande equívoco, que muito contribuiu para que o seu candidato perdesse as últimas eleições. As coisas são simples, e o povo as entende, Sr. Presidente Luiz Otávio. Aprendi, quando criança, na rua, com o povo, o ditado que diz: “cada macaco em seu galho”. O Ministro da Saúde do governo passado não estava no “galho” dele e foi buscar erroneamente o modelo médico de Cuba para o Brasil. Erroneamente. Cuba equivale à metade do Piauí, possui 10 milhões de habitantes, enquanto que já estamos nos en-

caminhando para 200 milhões. Cuba só tem um grandioso hospital, que supre as necessidades da população; já a nossa medicina avança com as características próprias de nosso povo.

Aquele Ministro trouxe o médico da família, uma opção mal instalada, cheia de erros. Citarei um exemplo: o que se buscava era uma identificação do médico com a comunidade, que hoje não existe, porque os médicos não têm nenhuma garantia de trabalho, mas simples contratos com as prefeituras, e, no momento em que o médico começa a exercer uma influência na comunidade, o prefeito o dispensa, porque ele é uma concorrência de liderança, podendo conquistar a própria prefeitura.

Outro exemplo é o de que, embora tenham uma remuneração maior, os verdadeiros especialistas, dos grandes hospitais, estão indo exercer a medicina geral, no campo, obsoleta e superada. Essas foram as transformações.

Outro equívoco foi a criação dos medicamentos genéricos. Acredito que sejam até bons e mais baratos, mas o povo brasileiro, Senador Luiz Otávio, está desempregado. Qualquer pesquisa mostra que a maior doença, o maior drama deste País é o desemprego. O diagnóstico está feito. Sendo assim, o que vale ter uma consulta com um médico que prescreve um medicamento que a maioria do povo do Brasil não pode adquirir? Isso humilha e revolta o paciente.

Essa Subcomissão, coordenada e bem liderada pelo nobre Senador Papaléo Paes, está convocando todas as estruturas laboratoriais do Brasil e também as internacionais, aqueles que tiveram a experiência na Ceme, para que o Governo brasileiro volte a garantir o medicamento para a classe pobre, para que esta volte a ter esse direito.

Está também prevista uma outra audiência para o grave problema que este País enfrenta. Refiro-me aos doentes que sofrem de insuficiência renal, aqueles doentes que necessitam de hemodiálise, que é um tratamento continuado. Eles têm de se submeter a duas, três ou quatro sessões de hemodiálise, de acordo com a gravidade de seu caso e não podem parar. Os honorários pagos pelo SUS, hoje, não conseguem fazer com que aquelas máquinas funcionem, e as filas para substituir a hemodiálise pelos transplantes renais não consegue atender as nossas necessidades.

Outra gravidade que também vamos resolver é o problema do ato médico. Este País cresceu, a Medicina avançou. A Medicina deste País, hoje, é uma das mais avançadas. Como um quadro vale por dez mil palavras, basta dizer que lá em Teresina, no Piauí, hoje, são feitos transplantes cardíacos com êxito. Esta é a Medicina do

Piauí e que surgiu, então, da Medicina-mãe, essa ciência médica mais humana das ciências e o médico, o maior benfeitor da humanidade, com dezenas de especialidades. Então, há necessidade de a lei estabelecer o ato médico – o que o fisioterapeuta pode e deve fazer; o que o enfermeiro pode e deve fazer; o que o anestesista pode e deve fazer; o que o acupunturista pode e deve fazer. Isso tudo representa um grande avanço neste Senado. No primeiro Senado da República, havia dois médicos. Hoje, entre os colegas Senadores, há seis médicos na Casa.

Sem dúvida alguma, é a garantia de que vamos avançar na melhoria da saúde de povo do Brasil. Que a saúde em nosso Brasil seja como o sol, igual para todos!

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 095/03 – GLPDT

Brasília, 28 maio de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foram designados para compor a Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul como titular o Senador Osmar Dias e como suplente o Senador Jefferson Péres.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Jefferson Peres**, Líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio) – A Presidência designa os Srs. Senadores Osmar Dias e Jefferson Péres, como titular e suplente, respectivamente, para comporem a representação brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, nos termos do Ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, DE 2003**

**Altera o § 1º do art. 1.331 e revoga o § 3º do mesmo artigo da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que “Institui o Código Civil”, no que tange ao critério de fixação da fração ideal e às disposições sobre a alienação e locação de abrigos para veículos em condomínios edifícios.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao § 1º do art. 1.331 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil:

“Art. 1.331. ....

§ 1º As partes suscetíveis de utilização independente, tais como apartamentos, escritórios, salas, lojas e sobrelojas, com as respectivas frações ideais no solo e nas outras partes comuns, sujeitam-se a propriedade exclusiva, podendo ser alienadas e gravadas livremente por seus proprietários, exceto os abrigos para veículos, que não poderão ser alienados ou alugados a pessoas estranhas ao condomínio, salvo autorização expressa na convenção de condomínio.

.....(NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogue-se o § 3º do art. 1.331 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

#### **Justificação**

O presente projeto aborda duas questões que, a nosso ver, ficaram mal formuladas no novo Código Civil: o cálculo da fração ideal proporcional ao valor da unidade imobiliária e a possibilidade irrestrita de alienação ou aluguel de abrigos para veículos nos condomínios edifícios.

Quanto à fração ideal, o novo Código Civil alterou substancialmente a forma do seu cálculo, que vinha disciplinada no art. 12, § 1º, da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que “Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias”.

Aquele diploma legal dispunha que, “salvo disposição em contrário na convenção [de condomínio], a fixação da cota no rateio corresponderá à fração ideal de terreno de cada unidade”.

Essa fração é calculada pelo próprio incorporador, a teor do disposto no art. 32, alínea i, da mencionada lei sobre condomínio e incorporações, que condiciona a possibilidade de negociação das unidades autônomas mediante o arquivamento prévio, no cartório competente de registro de imóveis, de documento que, dentre outros requisitos, contenha a “discriminação das frações ideais de terreno, com as unidades autônomas que a elas corresponderão”.

O critério para a fixação dessa fração ideal pode ser o do valor ou o da área. O civilista Caio Mário da Silva Pereira (**Condomínio e Incorporações**, 10ª edição, Editora Forense, Rio de Janeiro, 2002) adverte que não é, porém, tão simples fazer-se o cálculo, como seria se se dividisse o prédio pelo número de apartamentos e se atribuisse a cada um, como cifra representativa da fração ideal, o quociente respecti-

vo". Após algumas considerações sobre o direito comparado, esse mesmo autor esclarece que o critério originalmente adotado pelo nosso direito era o do valor, a teor do disposto no Decreto nº 5.481, revogado pela Lei de Condomínios e Incorporações. Verifica ele que se adotava entre nós – até a edição do novo Código Civil – um critério empírico, já que não havia uma fórmula consagrada e uniformemente aceita. No entanto, constata que também se usava "considerar o terreno em si mesmo, e distribuí-lo entre os apartamentos em razão da área destes, sem se levar em consideração o valor do apartamento".

Como se acaba de ver, a matéria é complexa e não pode ser reduzida à adoção exclusiva do critério do valor no cálculo da fração ideal, pois haveria uma desproporção significativa na distribuição dos encargos de condomínio. Por outro lado, em certos casos também não seria conveniente a adoção única do critério da área, uma vez que, em que pese proporcionar uma distribuição mais eqüitativa das despesas de condomínio, há que se levar em conta que a fixação da fração ideal também serve como parâmetro para a partilha do preço da desapropriação ou valor do seguro, em que se sub-rogue o edifício, além de ser um indicador do poder de deliberação do condômino, pois que em grande número de decisões nas assembleias se tomam em função das frações ideais.

Por essas razões, sustentamos que deva ser revogado o § 3º do art. 1.331 do novo Código Civil.

Em outro aspecto, esse mesmo diploma legal, também no que tange aos condomínios, admitiu a alienação e o aluguel irrestrito dos abrigos para veículos a quaisquer interessados, mesmo que não sejam condôminos.

Ora, ante a escalada crescente de violência e a insegurança que grassa na população, não é recomendável criar mais um ponto de vulnerabilidade nos condomínios edilícios, sobretudo para as famílias, nos tipos residenciais.

Por outro lado, entendemos que não seria conveniente que o Estado, por intermédio da lei, tolhesse a liberdade dos proprietários, de modo absoluto, proibindo incondicionalmente a alienação ou locação das vagas de garagem a não condôminos. Nesse sentido é que, aproveitando uma das recomendações dos "Enunciados aprovados na Jornada de Direito Civil, promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, no período de 11 a 13 de setembro de 2002, sob a coordenação científica do Ministro Ruy Rosado, do Superior Tribunal de Justiça", estamos propondo uma nova redação para o §

1º do art. 1.331 que não impeça a alienação ou locação de tais abrigos para não condôminos, desde que autorizados pela convenção do condomínio.

A propósito, faz-se mister ressaltar que a recomendação do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, a que aludimos, é menos rígida do que aquela que estamos apresentando, uma vez que ela partia do pressuposto da autorização da locação da área de garagem como regra e dispunha que a vedação pudesse ocorrer havendo disposição nesse sentido da convenção de condomínio ou da assembléia geral.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA  
PELA SUBSECRETARIA DE ATA**

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

**Institui o Código Civil.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

Art. 1.331. Pode haver, em edificações, partes que são propriedade exclusiva, e partes que são propriedade comum dos condôminos.

§ 1º As partes suscetíveis de utilização independente, tais como apartamentos, escritórios, salas, lojas, sobrelojas ou abrigos para veículos, com as respectivas frações ideais no solo e nas outras partes comuns, sujeitam-se a propriedade exclusiva, podendo ser alienadas e gravadas livremente por seus proprietários.

§ 2º O solo, a estrutura do prédio, o telhado, a rede geral de distribuição de água, esgoto, gás e eletricidade, a calefação e refrigeração centrais, e as demais partes comuns, inclusive o acesso ao logradouro público, são utilizados em comum pelos condôminos, não podendo ser alienados separadamente, ou divididos.

§ 3º A fração ideal no solo e nas outras partes comuns é proporcional ao valor da unidade imobiliária, o qual se calcula em relação ao conjunto da edificação.

§ 4º Nenhuma unidade imobiliária pode ser privada do acesso ao logradouro público.

§ 5º O terraço de cobertura é parte comum, salvo disposição contrária da escritura de constituição do condomínio.

.....

LEI Nº 4.591, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964  
(DOU 21-12-64)

**Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.**

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**Das Despesas do Condomínio**

Art. 12. Cada condômino concorrerá nas despesas do condomínio, recolhendo, nos prazos previstos na convenção, a cota-parte que lhe couber em rateio.

§ 1º Salvo disposição em contrário na convenção, a fixação da cota no rateio corresponderá à fração ideal de terreno de cada unidade.

§ 2º Cabe ao síndico arrecadar as contribuições, competindo-lhe promover, por via executiva, a cobrança judicial das cotas atrasadas.

Nota: Ver CPC, arts. 275, II, **a** e 275, IV. "Art. 275. Observar-se-á o procedimento sumário:

II – nas causas, qualquer que seja o valor.

**c)** de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico;"

"Art. 585. São títulos executivos extrajudiciais:

IV – o crédito decorrente de foro, laudêmio, aluguel ou renda de imóvel, bem como encargo de condomínio desde que comprovado por contrato escrito;"

§ 3º o condômino que não pagar a sua contribuição no prazo fixado na convenção fica sujeito ao juro moratório de 1% ao mês, e multa de até 20% sobre o débito, que será atualizado, se o estipular a convenção, com a aplicação dos índices de correção monetária levantados pelo Conselho Nacional de Economia, no caso de mora por período igual ou superior a seis meses.

**CAPÍTULO II**

**Das Obrigações e Direitos do Incorporador**

Art. 3º O incorporador somente poderá negociar sobre unidades autônomas após ter arquivado, no cartório competente de registro de imóveis, os seguintes documentos:

**a)** título de propriedade de terreno, ou de promessa, irrevogável e irretroatável, de compra e venda ou de cessão de direitos ou de permuta, do qual conste cláusula de imissão na posse do Imóvel, não haja estipulações Impeditivas de sua alienação em frações Ideais e Inclua consentimento para demolição e construção, devidamente registrado;

**b)** certidões negativas de impostos federais, estaduais e municipais, de protesto de títulos, de ações cíveis e criminais e de ônus reais relativamente ao imóvel, aos alienantes do terreno e ao incorporador;

**c)** histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos 20 anos, acompanhado de certidão dos respectivos registros;

**d)** projeto de construção devidamente aprovado pelas autoridades competentes;

**e)** cálculo das áreas das edificações, discriminando, além da global, a das partes comuns, e indicando, para cada tipo de unidade, a respectiva metragem de área construída;

**f)** certidão negativa de débito para com a Previdência Social, quando o titular de direitos sobre o terreno for responsável pela arrecadação das respectivas contribuições; Nota: Ver DL nº 821/59.

**g)** memorial descritivo das especificações da obra projetada, segundo modelo a que se refere o inciso IV, do art. 53, desta lei;

**h)** avaliação do custo global da obra, atualizada à data do arquivamento, atualizada de acordo com a norma do inciso III, do art. 53, com base nos custos unitários referidos no art. 54, discriminando-se, também, o custo de construção de cada unidade, devidamente autenticada pelo profissional responsável pela obra;

Nota: Ver Lei nº 4.884/65, art. 14, § único. "Art. 14. Até 31 de dezembro de 1966, os sindicatos da indústria da construção civil, nas suas respectivas bases territoriais, atenderão ao disposto no art. 54 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, com base em critérios, normas e tipos de prédios padronizados que adotarem, mediante estudos próprios ou contratados.

Parágrafo único. O incorporador, ao elaborar a avaliação do custo global da obra para atendimento do disposto na alínea **h** do art. 32 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, utilizará o custo unitário divulgado pelo sindicato na forma deste artigo, referente ao tipo de prédio padronizado que mais se aproxime do prédio objeto da incorporação".

**i)** discriminação das frações ideais de terreno, com as unidades autônomas que a elas corresponderão;

j) minuta da futura convenção de condomínio que regerá a edificação ou o conjunto de edificações;

l) declaração em que se defina a parcela do preço de que trata o Inciso II, do art. 39;

m) certidão do instrumento público de mandato, referido no §1º do art. 31;

n) declaração expressa em que se fixe, se houver, o prazo de carência (art. 34);

o) atestado de idoneidade financeira, fornecido por estabelecimento de crédito que opere no País há mais de cinco anos;

p) declaração, acompanhada de plantas elucidativas, sobre o número de veículos que a garagem comporta e os locais destinados à guarda dos mesmos. (Alínea acrescentada pela Lei nº 4.864/1965.

§ 1º A documentação referida neste artigo, após o exame do oficial de registro de imóveis, será arquivada em cartório, fazendo-se o competente registro.

§ 2º Os contratos de compra e venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de unidades autônomas, serão também averbáveis à margem do registro de que trata este artigo.

§ 3º o número do registro referido no § 1º, bem como a indicação do cartório competente, constará, obrigatoriamente, dos anúncios, impressos, publicações, propostas, contratos, preliminares ou definitivos, referentes à incorporação, salvo dos anúncios "classificados".

Art. 67. Os contratos poderão consignar exclusivamente as cláusulas, termos ou condições variáveis ou específicas.

§ 1º As cláusulas comuns a todos os adquirentes não precisarão figurar expressamente nos respectivos contratos.

§ 2º Os contratos, no entanto, consignarão obrigatoriamente que as partes contratantes adotam e se comprometem a cumprir as cláusulas, termos e condições contratuais a que se refere o parágrafo anterior, sempre transcritas, **verbo ad verbum**, no respectivo cartório ou ofício, mencionando, inclusive, o número do livro e das folhas do competente registro.

§ 3º Aos adquirentes, ao receberem os respectivos instrumentos, será obrigatoriamente entregue cópia impressa ou mimeografada, autenticada, do contrato-padrão, contendo as cláusulas, termos e condições referidas no § 1º deste artigo.

§ 4º Os cartórios de registro de imóveis, para os devidos efeitos, receberão dos incorporadores, au-

tenticadamente, o instrumento a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 68. Os proprietários ou titulares de direito aquisitivo sobre as terras rurais ou os terrenos onde pretendam construir ou mandar construir habitações isoladas, mediante pagamento do preço a prazo, deverão, previamente, satisfazer às exigências constantes no art. 32, ficando sujeitos ao regime instituído nesta lei para os incorporadores, no que lhes for aplicável.

Art. 69. O Poder Executivo baixará, no prazo de 90 dias, regulamento sobre o registro de imóveis (VETADO).

Art. 70. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogados o Decreto nº 5.481, de 25 de junho de 1928 e quaisquer disposições em contrário.

Brasília, 16 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República. – **H. CASTELLO BRANCO – Milton Soares Campos.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 21, DE 2003

**Altera a redação da alínea c do inciso I do art. 1º da Resolução nº 39, de 1992, que dispõe sobre as formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.**

Art. 1º A alínea c do inciso I do art. 1º da Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 1º .....

I – .....

c) comprovação de que a emissora está em dia com suas obrigações sociais, contribuições sindicais e com os recolhimentos dos valores a que se refere o art. 99 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998;

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

### Justificação

Compositores, músicos, intérpretes, artistas, enfim, toda a classe artística e cultural depende, profissionalmente, do resultado da divulgação, comercia-

lização ou apresentação de seus trabalhos, seja pela mídia, seja ao vivo em teatros, **shows** etc. Na impossibilidade óbvia de receber de cada ouvinte ou espectador a parcela que lhes cabe dos chamados “direitos autorais” permitiu a lei que o recebimento, cobrança e retribuição pela execução pública daqueles trabalhos sejam feitas por um escritório central das associações de classe, conforme estabelece o Título VI da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que consolidou a legislação sobre direitos autorais. A existência da norma legal, no entanto, não tem sido bastante para que os pagamentos feitos pela mídia correspondam ao volume do que é divulgado ou apresentado, principalmente, no rádio e nas televisões, o que causa grande prejuízo patrimonial aos titulares dos direitos autorais.

Daí a motivação deste projeto de alteração da Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, que estabelece as formalidades e critérios para a renovação das autorizações ou concessões, fazendo incluir, entre as obrigações das emissoras, a de estar “em dia” com os pagamentos devidos ao Ecad e, por consequência, com os direitos autorais devidos à classe artística e cultural.

Senado Federal, 30 de maio de 2003. – Senador **Marcello Crivella**.

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA  
PELA SUBSECRETARIA DE ATA*

**RESOLUÇÃO Nº 39, DE 1992**

**Dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.**

Art. 1º O exame e a apreciação pela Comissão de Educação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens obedecerá às seguintes formalidades e critérios:

I – quanto aos de renovação:

**a)** exposição de motivos do Ministro dos Transportes e das Comunicações;

**b)** requerimento da concessionária ou permissionária solicitando a renovação, do qual deverá constar a declaração de que não infringe as vedações do art. 220, § 5º, da Constituição Federal;

**e)** comprovação de que a emissora está em dia com suas obrigações sociais e contribuições sindicais, nos termos da legislação em vigor;

**d)** certidão de quitação de tributos;

**e)** relação de todos os empregados da emissora, com as respectivas funções;

**f)** laudo de vistoria técnica do Dentel;

**g)** informação do Dentel sobre a existência ou não de processo de apuração, em andamento, de qualquer infração cometida pela emissora durante o último período de vigência de sua concessão ou permissão; em caso positivo, a documentação integral do processo relativo à infração, bem como de denúncias apresentadas em relação à emissora;

**h)** parecer da Diretoria Regional do Dentel e da Secretaria Nacional de Comunicações sobre o requerimento;

**i)** documentos atualizados revelando a composição acionária da emissora e eventuais alterações havidas em seu contrato social durante

**LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998**

**Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

*(À Comissão de Educação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofícios do Sr. Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PS-GSE/455/03

Brasília, 27 de maio de 2003

Senhor Secretário,

Comunico a V. Ex<sup>a</sup>, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que foram aprovadas as Emendas de nºs 1 e 2 oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2003 (MPv nº 103/03, do Poder Executivo), o qual “Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências”.

Na oportunidade, informo a V. Ex<sup>a</sup> que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

PS-GSE/456/03

Brasília, 29 de maio de 2003

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que foram aprovadas as Emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 11, 12 e 15; e rejeitadas as Emendas de nºs 6, 8, 10, 13 e 14 oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2003 (MPv nº 107/03, do Poder Executivo), o qual “Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências”.

Na oportunidade, informo a V. Ex<sup>a</sup> que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira de Lima**, Primeiro-Secretário.

PS–GSE/460/03

Brasília, 29 de maio de 2003

Senhor Secretário,

Comunico a V. Ex<sup>a</sup>, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que foram aprovadas as Emendas de nºs 1 e 2 oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2003 (MPv nº 94/02, do Poder Executivo), o qual “Reabre o prazo para que os municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos, dá nova redação à Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e dá outras providências”.

Comunico ainda que não foram aprovados pela Câmara dos Deputados, as seguintes expressões e o dispositivo constantes das Emendas mencionadas:

**a)** a expressão “da fazenda” constante do § 4º do art. 1º da Emenda 1 do Senado Federal, objeto do Destaque de Bancada do PSDB;

**b)** as expressões “física, visual,” constantes do § 4º do art. 1º da Emenda 1 do Senado Federal, objeto do destaque de bancada do PFL;

**c)** a expressão “de quatro portas”, constante do § 6º do art. 1º da Emenda 1 do Senado Federal, objeto do destaque de bancada do PSDB;

**d)** o inciso II da Emenda nº 2 do Senado Federal, objeto do destaque de bancada do PSDB.

Na oportunidade, informo a V. Ex<sup>a</sup> que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio) – Os Offícios lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2003**

(nº 354/2003, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

(tramitando em regime de urgência nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal.)

**Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para restabelecer o pagamento, pela empresa, do salário-maternidade devido às seguradas empregada e trabalhadora avulsa gestantes.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 71. O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante cento e vinte dias, com início no período entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.

Parágrafo único. (revogado pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997)” (NR)

“Art. 71-A.....

Parágrafo único. O salário-maternidade de que trata este artigo será pago diretamente pela Previdência Social.

Art. 72. ....

§ 1º Cabe à empresa pagar o salário-maternidade devido à respectiva empregada gestante, efetivando-se a compensação, observado o disposto no art. 248 da Constituição Federal, quando do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço.

§ 2º A empresa deverá conservar durante dez anos os comprovantes dos pagamentos e os atestados correspondentes para exame pela fiscalização da Previdência Social.

§ 3º O salário-maternidade devido à trabalhadora avulsa será pago diretamente pela Previdência Social.” (NR)

“Art. 73. Assegurado o valor de um salário mínimo, o salário-maternidade para as demais seguradas, pago diretamente pela Previdência Social, consistirá:

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos benefícios requeridos a partir do primeiro dia do mês seguinte ao de sua publicação.

#### PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 354, DE 2003

**Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para restabelecer o pagamento, pela empresa, do salário-maternidade devido às seguradas empregada e trabalhadora avulsa gestantes.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 71. O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante cento e vinte dias, com início no período entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.” (NR)

“Art. 71–A .....

Parágrafo único. O salário-maternidade de que trata este artigo será pago diretamente pela Previdência Social.” (NR)

“Art. 72. ....

§ 1º Cabe a empresa pagar o salário-maternidade devido à respectiva empregada gestante, efetivando-se a compensação, observado o disposto no art. 248 da Constituição Federal, quando do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço.

§ 2º A empresa deverá conservar durante dez anos os comprovantes dos pagamentos e os atestados correspondentes para exame pela fiscalização da Previdência Social.

§ 3º O salário-maternidade devido à trabalhadora avulsa será pago diretamente pela Previdência Social.” (NR)

“Art. 73. Assegurado o valor de um salário mínimo, o salário-maternidade para as demais seguradas, pago diretamente pela Previdência Social, consistirá:

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos benefícios requeridos a partir do primeiro dia do mês seguinte ao de sua publicação.

Brasília,

#### MENSAGEM Nº 84, DE 2003

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para restabelecer o pagamento, pela empresa, do salário maternidade devido às seguradas empregada e trabalhadora avulsa gestantes”.

Brasília, 14 de março de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

MPS 00015 EM

Brasília, 12 de março de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência o presente projeto de lei, objetivando restabelecer o pagamento às empresas do benefício de salário-maternidade devido às respectivas empregadas ou trabalhadoras avulsas gestantes.

2. Até o advento da Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, o salário-maternidade devido às seguradas empregadas era pago diretamente pela empresa, que se ressarcia do respectivo valor quando do recolhimento das contribuições por ela devidas à Previdência Social. Sob a justificativa de que era necessário aumentar o controle dos valores pagos a esse título e coibir fraudes, alterou-se a sistemática de concessão e de pagamento do benefício, que passaram a ser realizados diretamente pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

3. Ocorre que a situação atual difere bastante daquela então vigente. A implantação de novos mecanismos de fiscalização e controle, como a Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP), e a validação do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) deram à Previdência Social mecanismos que garantem o controle e a segurança do sistema,

possibilitando que sejam coibidas fraudes que por ventura possam surgir. Entendemos que não há mais impedimentos para que as empresas voltem a efetuar o pagamento do benefício de salário-maternidade às suas empregadas, efetivando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições devidas à Previdência Social.

4. Por meio da GFIP a Previdência Social obtém, das empresas, mensalmente, e de forma discriminada, informações sobre os fatos geradores de contribuições previdenciárias e outras de interesse do INSS, inclusive relativas às deduções e compensações cabíveis. Estes fatos, aliados à evolução tecnológica introduzida no tratamento das informações obtidas já permite, com bastante segurança, rever a sistemática adotada de forma a facilitar o acesso ao benefício para as seguradas empregadas, que não mais precisarão se dirigir às Agências da Previdência Social (APS) para requererem seus benefícios.

5. A medida, conquanto instituidora de obrigação para as empresas, não constituirá, para elas, nenhuma novidade e nenhum custo adicional, pois até recentemente já realizavam essa tarefa.

6. Além disso, Excelentíssimo Senhor Presidente, a medida proporcionará redução de custos e melhoria de atendimento, também, aos demais beneficiários do regime, em razão da natural redução do número de requerimentos de benefícios junto às Agências da Previdência Social.

7. Ressaltamos, porém, que convém manter, no INSS, a concessão e o pagamento do salário-maternidade devido à segurada adotante, em razão da necessidade de melhor análise e controle da legalidade da pretensão e até porque, diferentemente da mãe biológica, ela não sofre as limitações físicas próprias das últimas semanas da gestação ou dos primeiros dias pós-parto.

8. A proposta, ao dispor sobre o ressarcimento do valor pago a título de salário-maternidade, manda observar a limitação inserta no art. 248 da Constituição Federal, mediante a Emenda Constitucional nº 20, de 1998, de que "os benefícios pagos, a qualquer título, pelo órgão responsável pelo regime geral de previdência social, ainda que à conta do Tesouro Nacional, e os não sujeitos ao limite máximo de valor fixado para os benefícios concedidos por esse regime, observarão os limites fixados no art. 37, XI". Supre-se, assim, mais uma lacuna da legislação e, dessa forma, permite-se avançar mais um passo na construção de um regime de previdência socialmente mais justo e mais solidário, pois o valor assegurado equivale à remuneração das mais altas autoridades do Estado. Ressalte-se, contu-

do, que não haverá nenhum prejuízo às seguradas que porventura recebam remuneração acima do referido limite. A parcela excedente deverá ser paga pela própria empresa, uma vez que existe a garantia constitucional de não poder haver redução salarial da segurada em face da gestação.

9. Por último, cabe-nos alertar que a implementação da medida depende de ajustes nos sistemas operacionais da Previdência Social, razão que nos leva a propor que a nova sistemática seja aplicada, apenas, em relação aos benefícios que vierem a ser requeridos a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação da lei.

Essas são, Excelentíssimo Senhor Presidente da República, as razões que nos levam a apresentar a presente proposta de projeto de lei, que submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente, – **Ricardo José Ribeiro Berzoini**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA  
PELA SECRETARIA GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

.....  
Art. 248. (\*) Os benefícios pagos, a qualquer título, pelo órgão responsável pelo regime geral de previdência social, ainda que à conta do Tesouro Nacional, e os não sujeitos ao limite máximo de valor fixado para os benefícios concedidos por esse regime observarão os limites fixados no art. 37, XI.

(\*) Emenda Constitucional nº 20, de 1998

.....  
**LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991**

**Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e dá outras Providências.**

.....  
**TÍTULO III  
Do Regime Geral de Previdência Social**

.....  
**CAPÍTULO II  
Das Prestações em Geral**

.....  
**SEÇÃO V  
Dos Benefícios**

## SUBSEÇÃO VII

**Do Salário-Maternidade**

Art. 71. O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante cento e vinte dias, com início no período entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade, sendo pago diretamente pela Previdência Social.

*\* Artigo com redação dada pela Lei nº 9.876, de 26-11-1999.*

Parágrafo único. (Revogado pela Lei nº 9.528, de 10-12-1997).

Art. 71-A. À segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até um (1) ano de idade, de 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade, e de 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.

*\* Artigo acrescido pela Lei nº 10.421, de 15-4-2002.*

Art. 72. O salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa consistirá numa renda mensal igual a sua remuneração integral.

*\* Artigo com redação dada pela Lei nº 9.876, de 26-11-1999.*

Parágrafo único. A empresa deverá conservar durante 10 (dez) anos os comprovantes dos pagamentos e os atestados correspondentes para exame pela fiscalização da Previdência Social.

Art. 73. Assegurado o valor de um salário mínimo, o salário-maternidade para as demais seguradas consistirá:

*\* Artigo, caput, com redação dada pela Lei nº 9.876, de 26-11-1999.*

I – em um valor correspondente ao do seu último salário-de-contribuição, para a segurada empregada doméstica;

*\* Inciso I acrescido pela Lei nº 9.876, de 26-11-1999.*

II – em um doze avos do valor sobre o qual incidiu sua última contribuição anual, para a segurada especial;

*\* Inciso II acrescido pela Lei nº 9.876, de 26-11-1999.*

III – em um doze avos da soma dos doze últimos salários-de-contribuição, apurados em um período

não superior a quinze meses, para as demais seguradas.

*\* Inciso III acrescido pela Lei nº 9.876, de 26-11-1999.).*

LEI Nº 9.528, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997

**Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.**

(À Comissão de Assuntos Sociais)

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio) – O Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2003, que acaba de ser lido, terá tramitação com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição, combinado com o art. 375 do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, onde somente poderá receber emendas pelo prazo único de cinco dias úteis, de acordo com os arts. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno, findo o qual, sendo apresentadas emendas, as mesmas deverão ser encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa a fim de serem publicadas no Diário do Senado Federal e em avulsos para serem distribuídos às Senhoras e aos Senhores Senadores, na forma regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 401, DE 2003**

**Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 335, de 2003.**

**Justificação**

Tendo em vista o parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao meu requerimento, e uma vez que já protocolei, junto ao Banco Central do Brasil, em 9 de maio do corrente ano, às 11 horas e 29 minutos, sob o nº 000091/03, requerimento de igual teor, solicitando a documentação bancária e a quebra do meu sigilo, nos termos do inciso VI, § 3º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 1º de janeiro de 2001, solicito a retirada de tramitação do presente requerimento.

Sala das Sessões, 30 de maio de 2003. – **Antero Paes de Barros.**

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
REQUERIMENTO Nº 401, DE 2003.**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco Central do Brasil,

Antero Paes de Barros, Senador da República, CPF nº 103.429.311-72, RG nº 304.539-SSP-MT, vem, nos termos do inciso VI do § 3º da art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, expor e requerer o que segue:

1. Tendo em vista motivos de ordem pessoal no sentido de tomada de providência estritamente necessária, na qualidade de homem público, e visando à defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal (CF, art. 5º, XXXIV, **b**) vem requerer o seguinte:

**a)** seja procedido por esse Banco o levantamento, junto às instituições financeiras, de todas as contas bancárias que o requerente possui atualmente e que possuiu desde 1982;

**b)** na medida do possível, solicita, também, que as referidas instituições financeiras remetam todo o material referente às movimentações bancárias em nome do requerente realizadas nas respectivas contas.

Pelo presente requerimento, fica o Banco Central do Brasil autorizado a ter acesso ao histórico de todas as contas bancárias, ativas e inativas, de titularidade do requerente.

Termos em que Pede e espera deferimento.

Brasília, 8 de maio de 2003. – Senador **Antero Paes de Barros**.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio) – Com base no art. 256, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, defiro a retirada do **Requerimento nº 335, de 2003**, nos termos do expediente que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 402, DE 2003**

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 216, de 1999, 271, de 2000, e 47, de 2003, por tratarem de matérias que versam sobre o mesmo assunto.

Sala das Sessões, 30 de maio de 2003. – Senadora **Fátima Cleide**.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio) – O requerimento lido será publicado e posteriormente incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, alínea “c”, item VIII, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio) – Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Romero Jucá, do PMDB de Roraima, e a Sra. Senadora Fátima Cleide, do PT de Rondônia, enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, recente número da revista **Argumento**, publicada pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), aborda, com a costumeira propriedade, tema de elevado interesse para o País. Trata-se de estudo encimado pelo título “O Brasil nas negociações internacionais de serviços de investimentos”, de autoria conjunta do Professor Reinaldo Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e dos economistas Cristina França e Idalvo Toscano, do Banco Central do Brasil.

Conforme esclarece Iara Pietricovsky, do Colegiado de Gestão do INESC, a publicação intenta provocar a discussão e definir posicionamentos frente às negociações que envolvem a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e os Estados Unidos da América (EUA), de um lado, e a América Latina e o Caribe, de outro, tendo em vista “a dimensão internacional e o seu peso nas decisões políticas e econômicas dentro das fronteiras nacionais”.

Os textos reconhecem que as negociações comerciais obedecem às prescrições de planos estratégicos voltados para a ampliação de mercados e da hegemonia política e evidenciam as desigualdades políticas e econômicas entre os países envolvidos no negócio.

Isso se confirma nos contratos entre países das Américas e entre a União Européia, a América Latina e o Caribe, nos quais aos ricos se concedem todas as vantagens, aos pobres resta a concordância com situações que lhes são adversas, sob pena “de serem fulminados pelas grandes corporações”.

O Professor Reinaldo Gonçalves, ao discorrer sobre as negociações de serviços e investimentos no projeto da Alca, relaciona os indicadores internacionais e o estado das negociações das compras gover-

namentais, temas que considera altamente controversos e conflitivos. Indica a posição peculiar dos Estados Unidos no mercado internacional de serviços, enfatizando a preocupação generalizada quanto a possíveis avanços nas negociações do tema, no âmbito da Alca.

Apona carências domésticas como a escassez de especialistas internacionais, a não ser no âmbito do Ministério das Relações Exteriores (MRE), e de órgão ou instituição de monitoramento e avaliação de desempenho da diplomacia. No entanto, considera a assessoria parlamentar, na área econômica, “de qualidade relativamente boa”, tendo em vista os padrões dos países em desenvolvimento.

Entende que são débeis “a institucionalidade da política externa e a capacitação técnica do Itamaraty”, adicionando, porém, que “no restante dos países latino-americanos e caribenhos a situação varia do amorismo à aderência automática aos interesses de Washington”.

A economista Cristina França, por sua vez, procede a uma avaliação do processo de investimentos diretos, enfatizando o fato de que os acordos originam disciplinas igualitárias, na aparência, mas que, na verdade, são o produto de condições desiguais de concorrência.

Daí suspeitar, como a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), que a expressão “nivelar o campo de jogo”, usada com tanta frequência, de fato corresponda “à perpetuação de desigualdades”.

Quanto aos acordos que disciplinam os investimentos diretos, em âmbito internacional, a autora aponta a pressão, velada ou explícita, dos países industrializados, para submeter ao GATS os Acordos de Promoção e Proteção de Investimentos, que dão segurança ao investidor externo.

O Economista Idalvo Toscano, por derradeiro, reporta-se à discussão do “Consenso de Washington”, no que se refere ao tema dos investimentos, para atribuir à política econômica praticada pelo Brasil após 1964 um enfoque de característica neoliberal, dada a sua forte correlação com as recomendações do decálogo do Consenso.

Tal correlação seria justificada pela “internacionalização do setor produtivo e de serviços”; pelo “ressurgimento da chamada ciranda financeira”; pela “concentração do setor bancário”; pelo “nível das taxas de juros pra-

ticadas”; pelos “efeitos da privatização do setor elétrico”; e “pelas denúncias em relação ao funcionamento do setor de telefonia pós-privatização”.

Daí, a proposta do autor de que sejam adotadas, como alternativas à “negociação pura e simples de acordos de disciplina de investimentos”, a exigência de que “se deve tratar desigualmente os desiguais”, e que os acordos, tanto os de comércio como os de investimentos, “deveriam ser negociados primeiro entre as pequenas e médias economias e, em bloco, entre estas e as demais”.

Em síntese, a publicação do INESC realiza profunda análise da inserção do País, “nos contextos regional e mundial”, e das implicações de se adotarem políticas liberais fundadas no Consenso de Washington, há pouco referido.

Ademais, calcula o custo macroeconômico, social, político e cultural que os brasileiros estão pagando, enquanto “habitantes deste planeta, onde os poderes e a distribuição das riquezas são desiguais e predatórios”.

Concluimos, Sr. Presidente, essas nossas resumidas apreciações, registrando que o estudo do INESC, a partir da ênfase com a qual defende apropriadamente os interesses brasileiros no conjunto das nações em desenvolvimento, presta relevante contribuição ao debate de questões básicas da política econômica internacional.

Era o que tínhamos a dizer.

**A SRA FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna no dia de hoje para registrar, com muita satisfação, a conclusão de uma agenda altamente positiva que aconteceu neste início de semana em meu Estado.

Pela primeira vez na história de Rondônia, um futuro embaixador do Brasil na Bolívia visita nosso Estado para conhecer de perto a realidade da região fronteira com o país no qual, em breve, servirá em missão diplomática.

O embaixador Antonino Mena, já designado para o posto, aguardando apenas as formalidades de praxe, teve iniciativa e determinação dignas de registro.

A Bolívia é um país atípico, pois é o único que faz fronteira com quatro diferentes Estados brasileiros: Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. É uma imensa área de fronteira que permeia diferentes realidades locais, necessitando de ações diferenciadas.

Mostrando uma disposição ímpar, o embaixador Antonino, que esteve acompanhado do Diretor Administrativo da OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônico), nosso antigo companheiro e digno ex-deputado federal pelo Estado do Acre, o professor Marcos Afonso, além do diplomata Paulo Joppert, atual Conselheiro da OTCA e uma agradável companhia, revelou-se prestativo e disposto a colaborar conosco.

Depois de uma extensa agenda no Acre, os três companheiros chegaram, na madrugada de segunda, ao meu Estado, de carro, pois o vôo da noite de domingo havia sido cancelado por mau tempo. Não obstante esse contratempo, o embaixador Antonino e sua equipe pegaram a estrada em Rio Branco e rodaram mais de 500 km até Porto Velho, para cumprir com seus compromissos comigo e com nosso Estado. Quatro horas após a chegada em nossa capital, os compromissos já estavam sendo cumpridos com uma pontualidade e eficiência que nos deixaram muito satisfeitos.

Tivemos uma primeira reunião com a Associação dos Amigos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, onde foi apresentado o projeto arquitetônico de recuperação daquele complexo.

Aqui, Sr. Presidente, quero abrir um parêntese para lembrar, mais uma vez, que, neste ano de 2003, estaremos comemorando o centenário do Tratado de Petrópolis, que culminou com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, um símbolo da história de Rondônia e do Brasil – uma verdadeira epopéia construída com sangue, suor e lágrimas de gente de muitas partes do mundo. Ali está uma prova do respeito do Brasil para com os seus compromissos internacionais e uma parte importante da memória nacional.

A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré possui capítulos notáveis. Lembremos que no seio da floresta selvagem, em pleno início do século XX, construiu-se um dos mais importantes hospitais de doenças tropicais do mundo, esteio fundamental para os milhares de homens que por lá passaram para construir aquilo que ficou conhecido como a Ferrovia do Diabo, onde a história de um homem morto para cada dormente embalou nossa imaginação desde os mais tenros anos de nossas vidas.

O abandono em que se encontra a nossa Madeira-Mamoré pode ser considerado um verdadeiro crime de lesa-pátria cometido pelos sucessivos governos que passaram por Rondônia e por Brasília. O entusiasmo do embaixador que nos visitou e as generosas palavras do Ministro Gilberto Gil sobre nossa fer-

rovia e nosso Forte Príncipe da Beira nos encham de esperança de que nossos principais monumentos históricos tenham o tratamento que de fato merecem.

Mas isto, Sr. Presidente, por ser uma de nossas bandeiras de luta para este mandato, ainda será tema de outros pronunciamentos que farei, pois acredito que o amor à memória nacional, que sempre existiu nesta Casa, transformar-se-á em catapulta deste projeto que diz respeito à nação brasileira.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, voltando ao relato da visita do embaixador Antonino Mena ao Estado de Rondônia, destaco a reunião de trabalho que tivemos com os empresários da indústria, do comércio, com o Senai, o Sesc, o Sebrae e o Senat na sede da Federação das Indústrias. Foi uma oportunidade única.

A convite nosso e do presidente da FIERO, Sr. Antônio Marrocos, aquele importante segmento de nosso Estado pôde expor com clareza o que espera do nosso futuro embaixador nas áreas econômicas e o que espera de nosso mandato, uma vez que o empresariado começa a ver que nós do PT não somos a encarnação do mal, como fomos tachados ao longo dos anos.

Como não poderia deixar de ser, a saída para o Pacífico foi um dos principais temas discutidos. A oportunidade de novos negócios, o barateamento dos fretes, o estabelecimento de rotas aéreas regionais envolvendo os países fronteiriços mereceram destaque.

Para se ter uma idéia das dificuldades enfrentadas pelo setor produtivo, basta imaginar que um empresário qualquer que queira ir para La Paz, saindo de Porto Velho, que fica em torno de 1000 km de distância, precisa ir a São Paulo e pegar uma conexão internacional para a capital da Bolívia, ou seja, viaja-se cerca de 7000 km a um custo altíssimo, o que reduz nossas possibilidades de negócios.

É fundamental que discutamos com muita oportunidade o problema da ligação aérea regional envolvendo países fronteiriços, sob pena de perdermos negócios, turismo e renda.

Outro ponto muito discutido foi o que diz respeito à convalidação de diplomas com origem em outros países, particularmente a Bolívia. A escassez e/ou a falta de vagas em nossas Universidades para alguns cursos, como medicina, tem obrigado nossos jovens a saírem de suas terras e atravessar a fronteira em busca de uma formação mais sólida; porém, após a diplomação, nada garante que os mesmos possam vir a exercer suas profissões em terras brasileiras. Anos de estudo e sacrifício de muitas famílias são jogados

fora por questões burocráticas e corporativas que não podem continuar.

O Brasil precisa defender os seus interesses e suas instituições; precisa garantir que a qualidade técnica dos profissionais que venham a atuar em solo pátrio seja, no mínimo, igual a dos que aqui se formam. Para isso, regras claras precisam ser definidas para todos, afinal, nós não estamos falando de estrangeiros que querem atuar em território nacional. Nós estamos falando de brasileiros que retornam ao seu país com um diploma, experiência profissional e vontade de trabalhar.

O que não dá para aceitar é que nossas leis não garantam o exercício da medicina, por exemplo, a um profissional que estudou por seis anos, em tempo integral, em uma boa universidade estrangeira, nem sequer lhe garanta regras claras para conseguir esse direito, e, por outro lado, aceite cursos de final de semana, particularmente no eixo Rio/São Paulo, onde as fábricas de diplomas se proliferam e comprometem a imagem de nosso ensino superior como um todo.

Essa reclamação também foi destaque na reunião com os Deputados estaduais na Assembléia Legislativa de Rondônia, onde a comitiva do embaixador foi recebida pelo Presidente da Casa. As questões de comércio, tráfico de drogas e roubo de veículos também fizeram parte da agenda com os Deputados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup> Senadoras, devo confessar que tive uma emoção redobrada quando da visita da delegação ao Simpi (Sindicato das micro e pequenas indústrias do Estado de Rondônia), pois, além do reconhecimento do esforço de nossa gente na produção de tantos produtos, o embaixador Antonino já disponibilizou um espaço em La Paz, na embaixada do Brasil, para a exposição de nossos produtos para o empresariado da capital boliviana e isto é prenúncio de comércio, emprego, trabalho e dignidade para muita gente.

Este fato fez-me lembrar de imediato o meu primeiro discurso nesta Casa, onde, em determinado ponto, falando sobre a conquista de novos mercados, destaquei:

Para isso, é fundamental o papel de nossas embaixadas. Precisamos transformá-las em pólos difusores de nossos bens, facilitadores da realização de negócios, elementos propulsores de um novo Brasil.

O nosso povo sempre foi destaque por sua criatividade. É hora de colocarmos esse talento espalhado pelo mundo para ajudarmos a gerar riqueza para nossa gente.

É isto o que eu quero; é disso que o Brasil precisa: arrojo, coragem e vontade de conquistar novos espaços. Essa iniciativa está sendo difundida como política de governo, o que me deixa muito entusiasmada.

Sr. Presidente, isto que aqui falo não é novidade para ninguém, porém os governos passados, na prática, não davam a devida importância. Há algum tempo atrás, a missão diplomática do Brasil na China, por exemplo, tinha apenas duas pessoas para tocar toda a parte relacionada a questões econômicas. Considerando que a China é um mercado, em expansão, de mais de 1 bilhão de pessoas, nossa prioridade de fato estava perto de zero. A França, naquela mesma época, tinha mais de quarenta profissionais só para mexer com esse setor em sua representação diplomática.

Sr. Presidente, o embaixador Antonino Mena está inovando. Sua visita ao Acre e, nesta semana, a Rondônia é apenas o começo, pois sua agenda inclui visitas aos Estados do Mato Grosso do Sul e, finalmente, ao Mato Grosso.

São dezenas de documentos, entrevistas, audiências, contatos, visitas em muitas cidades e regiões de nosso País que possuem direta ou indiretamente relação com a Bolívia. Temos certeza de que o futuro embaixador chegará muito bem embasado sobre as demandas que preocupam e são interesses do Brasil, particularmente na região de fronteira.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero registrar o esforço do Governo do Acre que deu à agenda da comitiva valorização política e colocou a estrutura do Estado trabalhando para o sucesso desta missão. Agradecemos também à Fiero, ao Simp, à Assembléia Legislativa e ao Governo do Estado de Rondônia. Parabéns aos companheiros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônico – OTCA.,

Espero que os futuros embaixadores brasileiros designados para países vizinhos coloquem o pé na estrada e venham conhecer e saber, **in loco**, os problemas e as angústias das regiões de fronteira de nosso País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 06 minutos.)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Resenha das matérias apreciadas durante a  
1ª Sessão Legislativa Ordinária  
52ª Legislatura****(1º a 31 de maio de 2003)****I - MEDIDAS PROVISÓRIAS****1 – APROVADAS, NA FORMA DE PROJETO DE LEI DE  
CONVERSÃO APRESENTADO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS,  
E ENVIADAS À SANÇÃO:**

Total.....4
-------------

**Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2003** (apresentado pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 108, de 2003), que *cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação “Cartão Alimentação”*.

**Sessão:** 22.5.2003

**Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2003** (apresentado pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 109, de 2003), que *autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE*.

**Sessão:** 22.5.2003

**Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2003** (apresentado pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 112, de 2003), que *cria cargos na Carreira Policial Federal e o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal e dá outras providências*.

**Sessão:** 22.5.2003

**Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2003** (apresentado pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 113, de 2003), que *estabelece normas para a comercialização da produção de soja da safra de 2003 e dá outras providências*.

**Sessão:** 22.5.2003

## 2 - APROVADAS NA ÍNTEGRA E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

Total.....3
-------------

**Medida Provisória nº 101, de 2002**, que dispõe sobre a contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para Seguridade Social - COFINS devidas pelas sociedades cooperativas em geral.

**Sessão:** 21.5.2003

**Medida Provisória nº 104, de 2003**, que revoga o artigo 374 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (dispõe sobre a compensação de dívidas fiscais e para fiscais).

**Sessão:** 21.5.2003

**Medida Provisória nº 111, de 2003**, que cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, e dá outras providências.

**Sessão:** 22.5.2003

### 3 – APROVADAS COM ALTERAÇÕES E DEVOLVIDAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Total.....4
-------------

**Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2003,** (apresentado pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 94, de 2002), *que reabre o prazo para que os Municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos, dá nova redação à Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e dá outras providências.*

**Sessão: 21.5.2003**

**Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2003,** (apresentado pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 107, de 2003), *que dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social.*

**Sessão: 21.5.2003**

**Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2003** (apresentado pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 103, de 2003), *que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.*

**Sessão: 22.5.2003**

**Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2003** (apresentado pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 110, de 2003), *que cria a Carreira de Agente Penitenciário Federal no Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal e dá outras providências.*

**Sessão: 22.5.2003**

## II - PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO:

De iniciativa da Câmara dos Deputados ..	2
De iniciativa do Presidente da República	2
<b>Total.....</b>	<b>4</b>

**Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1999** (nº 3.883, de 1997, na Casa de origem), que *dispõe sobre a atuação de advogado durante depoimento perante Comissão Parlamentar de Inquérito*.

**Sessão:** 06.5.2003

**Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2001** (nº 755, de 1995, na Casa de origem), que *inclui ferrovias na relação descritiva do Plano Nacional de Viação*.

**Sessão:** 06.5.2003

**Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2003** (nº 7.241/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a alienação por doação de uma Corveta da Marinha do Brasil*.

**Sessão:** 28.5.2003

**Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2003** (nº 2.681/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera e acresce parágrafos ao art. 184 e dá nova redação ao art. 186 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, alterado pela Lei nº 8.635, de 16 de março de 1993, e acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal*.

**Sessão:** 29.5.2003

### III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

De iniciativa do Senado Federal.....	10
<b>Total.....</b>	<b>10</b>

**Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2002**, de autoria do Senador Carlos Wilson, *que acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848/40 - Código Penal, a fim de aumentar a pena de agente que pratica crime com participação de menor.*

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)  
**Sessão: 05.5.2003**

**Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2002**, de autoria do Senador Gilberto Mestrinho, *que altera os artigos 302 e 303 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a fim de adequar penas aplicáveis a crimes de trânsito às previstas no Código Penal para crimes da mesma natureza daqueles.*

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)  
**Sessão: 05.5.2003**

**Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2002-Complementar**, de autoria do Senador Chico Sartori, *que regulamenta o § 4º do artigo 18 da Constituição Federal, dispondo sobre o período de criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.*

**Sessão: 07.5.2003**

**Projeto de Lei do Senado nº 90, de 1999**, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, *que dispõe sobre a reprodução assistida.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)  
**Sessão: 16.5.2003**

**Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2002**, de autoria do Senador Moreira Mendes, *que altera o Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, que “dispõe sobre a exploração de loterias e dá outras providências”, e outros diplomas legais, para assegurar aos apostadores e participantes de loterias, bingos e sorteios informação prévia sobre as probabilidades de sucesso.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)  
**Sessão: 19.5.2003**

**Projeto de Lei do Senado nº 221, de 1999**, de autoria do Senador Romero Jucá, que *altera a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, que dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

**Sessão:** 23.5.2003

**Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2002**, de autoria do Senador Luiz Otavio, que *acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978, que dispõe sobre as tarifas dos serviços públicos de saneamento básico e dá outras providências.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

**Sessão:** 23.5.2003

**Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2002**, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que *altera o inciso I do art. 159 da Constituição Federal* (destina percentual do IR e IPI para aplicação em Instituições Federais de Ensino Superior localizadas na Amazônia Legal).

**Sessão:** 27.5.2003

**Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2001** (nº 1.676/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências.*

**Sessão:** 27.5.2003

**Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 1999**, tendo com primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *dá nova redação ao inciso LXXVI do art. 5º da Constituição Federal* (gratuidade para o registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito).

**Sessão:** 28.5.2003

#### IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa da Câmara dos Deputados...	78
De iniciativa do Senado Federal.....	01
<b>Total.....</b>	<b>79</b>

**Projeto de Resolução nº 5, de 2001**, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *que institui o Grupo Parlamentar Canadá-Brasil e dá outras providências.*

**Sessão:** 07.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2002** (nº 986/2001, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Fundação de Assistência à Carência Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rosário, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 19.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 589, de 2002** (nº 1.348/2001, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Contorno a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capim Grosso, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 19.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 619, de 2002** (nº 1.721/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Adescs - Associação de Desenvolvimento Econômico e Social de Cândido Sales a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cândido Sales, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 19.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 641, de 2002** (nº 2.061/2001, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Boa Notícia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duque Bacelar, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 19.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 642, de 2002** (nº 2.131/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação*

*Comunitária e Cultural de Iati a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iati, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 19.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 647, de 2002** (nº 1.739/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Feira Nova a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feira Nova, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 19.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 668, de 2002** (nº 1.779/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Xique-Xique a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Xique-Xique, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 19.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 674, de 2002** (nº 1.786/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Casa da Cultura de Bom Jardim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jardim, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 19.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 689, de 2002** (nº 1.813/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Pioneira de Londrina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Londrina, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 19.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 696, de 2002** (nº 1.827/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Sociedade de Amparo e Educação à Infância de Cruz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruz, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 19.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 699, de 2002** (nº 1.830/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural e Artística Folha do Boqueirão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão: 19.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 712, de 2002** (nº 1.870/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Regional Itamaracá FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipaussu, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão: 19.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 713, de 2002** (nº 1.871/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Pró-Desenvolvimento do Cariri – Júlia Leite de Luna a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milagres, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão: 19.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 725, de 2002** (nº 1.901/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema – ACCPI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itarema, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão: 19.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 588, de 2002** (nº 1.297/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Esperança e Paz - Ascepaz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Preto D'Oeste, Estado de Rondônia.*

(Considerado em apreciação decisão terminativa por decisão do Plenário)

**Sessão: 22.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 592, de 2002** (nº 1.576/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Samaúma a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cacoal, Estado de Rondônia.*

(Considerado em apreciação decisão terminativa por decisão do Plenário)

**Sessão: 22.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 660, de 2002** (nº 1.765/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Centro Social José Paulino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Considerado em apreciação decisão terminativa por decisão do Plenário)

**Sessão: 22.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 662, de 2002** (nº 1.768/2002, na

Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Alto Rodrigues e FM Ouro Negro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Considerado em apreciação decisão terminativa por decisão do Plenário)

**Sessão: 22.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 684, de 2002** (nº 1.804/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Esportiva Rodolfense - Acerf a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rodolfo Fernandes, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Considerado em apreciação decisão terminativa por decisão do Plenário)

**Sessão: 22.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 688, de 2002** (nº 1.811/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Centro Social Presidente Tancredo Neves a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Considerado em apreciação decisão terminativa por decisão do Plenário)

**Sessão: 22.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 706, de 2002** (nº 1.861/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Divisanovense para Radiodifusão Comunitária, Cultura e Comunicação - Aderc a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divisa Nova, Estado de Minas Gerais.*

(Considerado em apreciação decisão terminativa por decisão do Plenário)

**Sessão: 22.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 708, de 2002** (nº 1.863/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio e Difusão Comunitária Interativa Jaruense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jarú, Estado de Rondônia.*

(Considerado em apreciação decisão terminativa por decisão do Plenário)

**Sessão: 22.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 720, de 2002** (nº 1.883/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Bonjesuense Comunitária de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais.*

(Considerado em apreciação decisão terminativa por decisão do Plenário)

**Sessão: 22.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 722, de 2002** (nº 1.890/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação*

*Comunitária do Bairro dos Funcionários - Fruta de Leite/MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fruta de Leite, Estado de Minas Gerais.*

(Considerado em apreciação decisória terminativa por decisão do Plenário)

**Sessão: 22.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 723, de 2002** (nº 1.891/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Santana da Vargem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana da Vargem, Estado de Minas Gerais.*

(Considerado em apreciação decisória terminativa por decisão do Plenário)

**Sessão: 22.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 728, de 2002** (nº 1.919/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Vera Cruz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vera Cruz, Estado da Bahia.*

(Considerado em apreciação decisória terminativa por decisão do Plenário)

**Sessão: 22.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 744, de 2002** (nº 2.022/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Tabaporãense de Desenvolvimento Artístico e Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabaporã, Estado de Mato Grosso.*

(Considerado em apreciação decisória terminativa por decisão do Plenário)

**Sessão: 22.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 633, de 2002** (nº 1.716/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à Radiojornal de Amambai Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amambai, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão: 23.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2002** (nº 1.383/2001, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Buriti Bravo (Arca-BB) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buriti Bravo, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão: 27.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 478, de 2002** (nº 1.562/2001, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação*

*Comunitária de Comunicação e Cultura Amigos do Cecap a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 500, de 2002** (nº 1.686/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Cultura, Lazer e Entretenimento de Serrana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrana, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 542, de 2002** (nº 1.588/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão da Emissoras Sul Brasileiras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 545, de 2002** (nº 1.627/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Bandeirantes do Rio de Janeiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 585, de 2002** (nº 1.127/2001, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Base do Município de Cariús - ABC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cariús, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 586, de 2002** (nº 1.195/2001, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pe. Constantino Zajkowski para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 590, de 2002** (nº 1.350/2001, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza o Centro de Incentivo, Divulgação e Apoio Comunitário a executar serviço de radiodifusão*

*comunitária na cidade de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 598, de 2002** (nº 1.099/2001, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão da TV SBT Canal 5 de Porto Alegre S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 604, de 2002** (nº 1.516/2001, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Médio Uruguai Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rodeio Bonito, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 608, de 2002** (nº 1.596/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural Artística Educacional de Frutal para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 612, de 2002** (nº 1.755/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário e Rádio "São Pedro" FM (AMCRSP) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 616, de 2002** (nº 1.834/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Ouro Verde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Verde, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 618, de 2002** (nº 1.700/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Pró-Desenvolvimento de Vera Cruz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vera Cruz, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 621, de 2002** (nº 1.723/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Amigos da Cultura a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parai, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 625, de 2002** (nº 1.831/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rádio Educacional de Votuporanga para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 637, de 2002** (nº 770/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente 7 de Outubro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaiçaba, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 644, de 2002** (nº 1.733/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 649, de 2002** (nº 1.742/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Tapireense de Assistência Social - Atas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapira, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 650, de 2002** (nº 1.743/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Bem Aventurado José de Anchieta a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 676, de 2002** (nº 1.789/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação União dos Amigos de São João dos Patos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João dos Patos, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 677, de 2002** (nº 1.790/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores do Bravo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Preta, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 679, de 2002** (nº 1.795/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Terra de Getulina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Getulina, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 680, de 2002** (nº 1.783/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio, Jornal e Televisão Gramense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião da Gramma, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 681, de 2002** (nº 1.796/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Nossa Terra FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Analândia, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 686, de 2002** (nº 1.807/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Cravinhos FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cravinhos, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 695, de 2002** (nº 1.826/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio*

*Comunitária FM Unidos do Herval a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão: 27.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 698, de 2002** (nº 1.828/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Educativo Cultural Ambiental de São Gabriel do Oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gabriel do Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão: 27.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 700, de 2002** (nº 1.846/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Bom Retiro da Esperança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angatuba, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão: 27.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 702, de 2002** (nº 1.854/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Aral Moreira Associação Comunitária - Amac a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aral Moreira, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão: 27.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 714, de 2002** (nº 1.872/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Cultural Três Mártires a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboticaba, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão: 27.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 715, de 2002** (nº 1.874/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos de Indiaporã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Indiaporã, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão: 27.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 716, de 2002** (nº 1.875/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró-Cidadania do Município de Chorozinho a executar serviço de*

*radiodifusão comunitária na cidade de Chorozinho, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão: 27.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 719, de 2002** (nº 1.881/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Dom Othon Motta a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campanha, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão: 27.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 731, de 2002** (nº 1.948/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural e Comunitária Luminense - Funccol a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paço do Lumiar, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão: 27.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 732, de 2002** (nº 1.949/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Nova FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bacabal, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão: 27.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 735, de 2002** (nº 1.964/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Radiodifusão Pérola do Planalto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão: 27.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 750, de 2002** (nº 2.136/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rainha da Paz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Macedo, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão: 27.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2003** (nº 2.127/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Seara - ACS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão: 27.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2003** (nº 2.066/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo/RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 2003** (nº 1.961/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Lapa, Acla, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amélia Rodrigues, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 27.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 485, de 2002** (nº 1.676/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão ao Governo do Estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour - FEM, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 28.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 632, de 2002** (nº 1.715/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sol Maior Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bayeux, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 28.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 721, de 2002** (nº 1.884/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade do Contestado para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 28.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 748, de 2002** (nº 2.070/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Ômega de Comunicação e Ação Social para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Serra Talhada, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão:** 28.5.2003

**Projeto de Decreto Legislativo nº 757, de 2002** (nº 1.800/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Empresa Caracarái de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão: 28.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 762, de 2002** (nº 2.086/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Marabá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maracaju, Estado do Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão: 28.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2003** (nº 1.717/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Guaíba S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**Sessão: 28.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2003** (nº 4/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova os textos dos Protocolos Facultativos à Convenção sobre os Direitos da Criança, relativos ao envolvimento de crianças em conflitos armados e à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil, assinados em Nova York, em 6 de setembro de 2000.*

**Sessão: 28.5.2003**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2003** (nº 6/2003, na Câmara dos Deputados), que *submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e seus dois Protocolos, relativos ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea e à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, celebrados em Palermo, em 15 de dezembro de 2000.*

**Sessão: 28.5.2003**

## V - MENSAGENS RELATIVAS A ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA:

De iniciativa do Presidente da República.. 4
<b>Total.....4</b>

**Mensagem nº 7, de 2003** (nº 1.211/2002, na origem), pela qual o Presidente da República *submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor José Augusto Lindgren Alves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República da Macedônia.*

**Sessão: 27.5.2003**

**Mensagem nº 8, de 2003** (nº 1.212/2002, na origem), pela qual o Presidente da República *submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor César de Faria Domingues Moreira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República da Islândia.*

**Sessão: 27.5.2003**

**Mensagem nº 62, de 2003** (nº 70/2003, na origem), pela qual o Presidente da República *submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Renan Leite Paes Barreto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guatemala.*

**Sessão: 27.5.2003**

**Mensagem nº 89, de 2003** (nº 155/2003, na origem), pela qual o Presidente da República *submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.*

**Sessão: 27.5.2003**

**VI - MENSAGENS RELATIVAS A ESCOLHA DE AUTORIDADE:**

De iniciativa do Presidente da República.....	6
<b>Total.....</b>	<b>6</b>

**Parecer nº 333, de 2003**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 87, de 2003 (nº 148/2003, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República *submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor José de Castro Meira, Juiz do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com sede em Recife, Estado de Pernambuco, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no Cargo de Ministro.*

**Sessão: 06.5.2003**

**Parecer nº 342, de 2003**, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 88, de 2003 (nº 151/2003, na origem), pela qual o Presidente da República *submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Antonio Gustavo Matos do Vale, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.*

**Sessão: 06.5.2003**

**Parecer nº 493, de 2003**, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Íris de Araújo, sobre a Mensagem nº 84, de 2003 (nº 133/2003, na origem), pela qual o Presidente da República *submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor José Leôncio de Andrade Feitosa, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.*

**Sessão: 27.5.2003**

**Parecer nº 494, de 2003**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, sobre a Mensagem nº 94, de 2003 (nº 164/2003, na origem), pela qual o Presidente da República *submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Antonio Cezar Peluso para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.*

**Sessão: 28.5.2003**

**Parecer nº 495, de 2003**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella, sobre a Mensagem nº 95, de 2003 (nº 165/2003, na origem), pela qual o Presidente da República *submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.*

**Sessão: 28.5.2003**

**Parecer nº 496, de 2003**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, sobre a Mensagem nº 96, de 2003 (nº 166/2003, na origem), pela qual o Presidente da República *submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Joaquim Benedito Barbosa Gomes para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.*

**Sessão: 28.5.2003**

## VII - REQUERIMENTOS DE VOTO DE APLAUSO, CENSURA OU SEMELHANTE:

De iniciativa do Senado Federal.....	5
<b>Total.....</b>	<b>5</b>

**Requerimento nº 122, de 2003, de autoria dos Senadores Tião Viana e Aloizio Mercadante**, solicitando, nos termos regimentais, voto de aplauso junto ao governo da República Francesa, na pessoa de seu Presidente, Jacques Chirac, por liderar o movimento de oposição à decisão dos Estados Unidos de declarar guerra ao Iraque, apontando a crença nas gestões diplomáticas e o apoio incondicional dos brasileiros para que se obtenha uma solução pacífica para o impasse.

**Sessão: 28.5.2003**

**Requerimento nº 123, de 2003, de autoria dos Senadores Tião Viana e Aloizio Mercadante**, solicitando, nos termos regimentais, voto de aplauso junto ao governo da República Popular da China, na pessoa de seu Presidente, Jiang Zemin, por integrar o movimento de oposição à decisão dos Estados Unidos de declarar guerra ao Iraque, apontando a crença nas gestões diplomáticas e o apoio incondicional dos brasileiros para que se obtenha uma solução pacífica para o impasse.

**Sessão: 28.5.2003**

**Requerimento nº 124, de 2003, de autoria dos Senadores Tião Viana e Aloizio Mercadante**, solicitando, nos termos regimentais, voto de aplauso junto ao governo da Federação Russa, na pessoa de seu Presidente, Vladimir Putin, por integrar o movimento de oposição à decisão dos Estados Unidos de declarar guerra ao Iraque, apontando a crença nas gestões diplomáticas e o apoio incondicional dos brasileiros para que se obtenha uma solução pacífica para o impasse.

**Sessão: 28.5.2003**

**Requerimento nº 184, de 2003, dos Senadores Tião Viana e Aloizio Mercadante**, solicitando, nos termos regimentais, voto de aplauso junto ao governo da República Federal da Alemanha, na pessoa de seu Chanceler, Gerhard Schröder, por integrar o movimento de oposição à decisão dos Estados Unidos de declarar guerra ao Iraque, apontando a crença nas gestões diplomáticas e o apoio incondicional dos brasileiros para que se obtenha uma solução pacífica para o impasse.

**Sessão: 28.5.2003**

## VIII - REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES SIGILOSAS APROVADOS PELO PLENÁRIO

De iniciativa do Senado Federal.....	3
<b>Total.....</b>	<b>3</b>

**Requerimento nº 204, de 2003**, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre *o estágio e a relação dos credores nos processos de liquidação extrajudicial das instituições financeiras que relaciona.*

**Sessão:** 06.5.2003

**Requerimento nº 112, de 2003**, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre *indício de vazamento de informação privilegiada de um campo gigante de petróleo na bacia de Sergipe feita pela Agência Nacional do Petróleo - ANP.*

**Sessão:** 07.5.2003

**Requerimento nº 188, de 2003**, do Senador Álvaro Dias e outros Senhores Senadores, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda a remessa do Relatório Final do Banco Central do Brasil sobre *as causas que levaram ao saneamento financeiro, intervenção e conseqüente privatização do Banco do Estado do Paraná.*

**Sessão:** 27.5.2003

## IX - REQUERIMENTO DE VOTO DE REPÚDIO

De iniciativa do Senado Federal.....	1
<b>Total.....</b>	<b>1</b>

**Requerimento nº 223, de 2003**, dos Senadores Arthur Virgílio, José Agripino e Jefferson Peres, solicitando, nos termos regimentais, voto de repúdio e condenação ao ato arbitrário perpetrado contra a liberdade de opinião e as liberdades individuais de militantes de direitos humanos, jornalistas e economistas contrários ao regime Cubano.

**Sessão: 28.5.2003**

## X - PARECER APROVADO PELO PLENÁRIO

De iniciativa do Senado Federal.....	1
<b>Total.....</b>	<b>1</b>

**Parecer nº 175, de 2003**, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Indicação nº 5, de 2002, do Senador Ramez Tebet, que *sugere à Comissão de Assuntos Econômicos que proceda estudo que viabilize possível proposição legislativa que vise à substituição da cesta básica pelo correspondente valor em dinheiro, concluindo favoravelmente à indicação e pela constituição de uma Subcomissão Temporária no âmbito daquela Comissão, a fim de que se cumpram os objetivos almejados pela referida proposição.*

**Sessão: 07.5.2003**

**XI - MATÉRIAS REJEITADAS:**

Do Senado Federal .....	14
<b>Total.....</b>	<b>14</b>

**Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2002**, de autoria do Senador Luiz Otávio, que *acrescenta alínea ao inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo, para incluir canal reservado ao Comando do Exército Brasileiro.*

**Sessão:** 06.5.2003

**Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2002**, de autoria do Senador Gerson Camata, que *inclui alínea ao inciso I do artigo 96 da Constituição Federal, e dá outras providências (dá competência aos Tribunais para alterar e estabelecer jurisdição de suas varas e transferir suas sedes).*

(art. 254 do Regimento Interno)

**Sessão:** 06.5.2003

**Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2002**, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *acrescenta artigo 84 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para prorrogar o mandato dos atuais prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, de modo a possibilitar, a partir de 2006, eleições gerais e coincidência de mandatos em todos os níveis.*

(Rejeitada nos termos do art. 101, § 1º, do Regimento Interno)

**Sessão:** 06.5.2003

**Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2000**, de autoria do Senador Osmar Dias, que altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que *“dispõe sobre o regime de concessão e prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências”, determinando que todas as concessões de serviços públicos sejam precedidas de relatório de impacto econômico-social.*

**Sessão:** 07.5.2003

**Projeto de Lei do Senado nº 455, de 1999**, de autoria do Senador Edison Lobão, que *altera dispositivos da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõem sobre imposto sobre a Renda, e dá outras providências.*

(Rejeitado nos termos do art. 101, § 1º, do Regimento Interno)

**Sessão:** 08.5.2003

**Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2000** (nº 2.623/96, na Casa de origem), que *altera o artigo 31 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais e dá outras providências.*

Sessão: 09.5.2003

(Rejeitado nos termos do art. 101, § 1º, do Regimento Interno)

**Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1996**, de autoria do Senador Pinheiro, que *define a utilização dos Títulos da Dívida Agrária, prevista na Constituição Federal.*

(art. 254 do Regimento Interno)

Sessão: 09.5.2003

**Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999**, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria.*

(art. 254 do Regimento Interno)

Sessão: 09.5.2003

**Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2001** (nº 4.229/98, na Casa de origem), que *dispõe sobre o estabelecimento da hora de verão no País em datas determinadas e nas regiões específicas.*

(art. 254 do Regimento Interno)

Sessão: 15.5.2003

**Projeto de Lei do Senado nº 395, de 1999**, de autoria do Senador Maguito Vilela, que *dispõe sobre a concessão de desconto para os músicos – estudantes ou profissionais – no valor do ingresso em espetáculos musicais e dá outras providências.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 16.5.2003

**Projeto de Lei do Senado nº 167, de 1999**, de autoria do Senador Jefferson Péres, que *dispõe sobre alterações de alíquotas do imposto de importação.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 23.5.2003

**Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2000**, de autoria do Senador Maguito Vilela, que *veda a implantação do horário de verão nos Estados de Goiás, Tocantins e no Distrito Federal.*

(Decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

Sessão: 23.5.2003

**Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2002**, de autoria do Senador Maguito Vilela, que *introduz modificações na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.5.2003

**Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2002**, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, que *dispõe sobre o tratamento tributário aplicável aos bens de viajante procedente do exterior ou a ele destinado.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 23.5.2003

## XII - MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES:

<b>Total.....4</b>
--------------------

**Projeto de Lei do Senado nº 237, de 1999**, de autoria do Senador Fernando Bezerra, *que acrescenta o inciso IV ao parágrafo 1º do artigo II da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.*

(Retirado pelo Requerimento nº 246, de 2003)

**Sessão:** 08.5.2003

**Requerimento nº 294, de 2002**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre *denúncias de irregularidades em projetos financiados pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB, no período de 1995 a 2002, cujos valores ultrapassam a trezentos mil reais.*

(Retirado pelo Requerimento nº 333, de 2002)

**Sessão:** 08.5.2003

**Projeto de Resolução nº 11, de 2003**, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *que institui o Diploma mulher-cidadã Bertha Lutz e dá outras providências.*

(Retirado pelo Requerimento nº 273, de 2003)

**Sessão:** 29.5.2003

**Requerimento nº 335, de 2003** de autoria do Senador Antero Paes de Barros, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda, através do Banco Central do Brasil, *que sejam remetidas a ele todas as movimentações bancárias das contas atuais e as que possui desde 1982.*

(Retirado pelo Requerimento nº 401, de 2003)

**Sessão:** 30.5.2003

**XIII - OUTRAS DELIBERAÇÕES**

De iniciativa do Senado Federal.....	24
<b>Total.....</b>	<b>24</b>

**Requerimento nº 301, de 2003**, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Paulo Octávio, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do professor João Herculino, ex-Deputado Federal, que se destacou pela sua índole democrática e pela luta intransigente contra a ditadura.

**Sessão: 05.5.2003**

**Requerimento nº 302, de 2003**, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Paulo Octávio, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Sérgio Carvalho, ilustre representante do PSDB de Rondônia.

**Sessão: 05.5.2003**

**Requerimento nº 303, de 2003**, de autoria do Senador Valdir Raupp e Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Deputado Sérgio Carvalho, ocorrido em 3 de maio de 2003.

**Sessão: 05.5.2003**

**Requerimento nº 304, de 2003**, de autoria do Senador Eduardo Siqueira Campos, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Waly Dias Salomão, ocorrido em 5 de maio, no Estado do Rio de Janeiro.

**Sessão: 05.5.2003**

**Recurso nº 7, de 2003**, de autoria do Senador Tião Viana e outros Senadores, contrário à decisão da Mesa do Senado Federal, nos autos da Denúncia nº 1, de 2003, em desfavor do Senador Antonio Carlos Magalhães, pelas razões que menciona. Mantida a decisão da Mesa.

**Sessão: 06.5.2003**

**Requerimento nº 305, de 2003**, de autoria do Senador Sergio Zambiasi, solicitando Votos de Congratulações ao Jornal *Zero Hora*, fundado em 04.05.1964, pelo transcurso de seu aniversário de 39 anos.

**Sessão: 06.5.2003**

**Requerimento nº 306, de 2003**, de autoria do Senador César Borges, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do escritor Waly Dias Salomão, falecido em 5 de maio, no Rio de Janeiro.

**Sessão: 06.5.2003**

**Requerimento nº 307, de 2003**, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Poeta, Letrista e Secretário Nacional do Livro e Leitura Senhor Waly Salomão.

**Sessão:** 06.5.2003

**Requerimento nº 309, de 2003**, de autoria do Senador César Borges, solicitando voto de Aplauso ao Cardeal Dom Geraldo Majella Agnelo.

**Sessão:** 06.5.2003

**Requerimento nº 319, de 2003**, de autoria do Senador Renan Calheiros, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador do Estado de Alagoas, Sr. José de Medeiros Tavares.

**Sessão:** 06.5.2003

**Requerimento nº 320, de 2003**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do cientista político René Dreyfuss.

**Sessão:** 06.5.2003

**Requerimento nº 332, de 2003**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo e outros Senhores Senadores, solicitando que seja realizada uma Sessão Especial, em data a ser marcada pela Mesa Diretora, com o objetivo de ser prestada pelo Senado Federal, homenagem "in memoriam" ao Vice-Presidente Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, falecido em 30 de abril de 2003.

**Sessão:** 08.5.2003

**Requerimento nº 337, de 2003**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do advogado Celso Bastos, eminente jurista brasileiro, especializado em Direito Constitucional.

**Sessão:** 13.5.2003

**Requerimento nº 346, de 2003**, de autoria dos Senadores Sibá Machado e Eurípedes Camargo, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento ocorrido em 15 de maio, do jurista e escritor Raymundo Faoro.

**Sessão:** 15.5.2003

**Requerimento nº 347, de 2003**, de autoria do Senador Ramez Tebet, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Sra. Ísis de Castro, ex-diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul.

**Sessão:** 15.5.2003

**Requerimento nº 348, de 2003**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento, ocorrido em 15 de maio, do jurista e escritor Raymundo Faoro.

**Sessão: 15.5.2003**

**Requerimento nº 359, de 2003**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando Voto de aplauso pelo transcurso do 50<sup>a</sup> aniversário de Fundação da Associação Brasileira de Agências de Viagem – ABAV.

**Sessão: 19.5.2003**

**Requerimento nº 374, de 2003**, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Giovanni Bellotti, ocorrido no dia 14 de maio de 2003.

**Sessão: 22.5.2003**

**Requerimento nº 375, de 2003**, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Srs. Senadores, solicitando Voto de Aplauso ao Policial, por intermédio dos Comandantes e Diretores-Gerais de cada unidade da Federação, em virtude do transcurso da data de 21 de abril, Dia das Polícias Cíveis e Militares, e Dia de Tiradentes, seu Patrono.

**Sessão: 22.5.2003**

**Requerimento nº 376, de 2003**, de autoria do Senador Aloizio Mercadante e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998, que estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela convenção internacional sobre a proibição do desenvolvimento, produção, estocagem e uso das armas químicas e sobre a destruição das armas químicas existentes no mundo (CPAQ).

**Sessão: 22.5.2003**

**Requerimento nº 355, de 2003**, de autoria do Senador Sibá Machado e outros Senadores, solicitando que o Tempo Destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão ordinária do dia 4 de junho de 2003, seja destinado a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.

**Sessão: 27.5.2003**

**Requerimento nº 387, de 2003**, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senadores, solicitando Voto de Pesar pelo falecimento do produtor musical Almir Chediak.

**Sessão: 27.5.2003**

**Requerimento nº 388, de 2003**, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senadores, solicitando Voto de Solidariedade ao Ministro Luis Fux, do Superior Tribunal de Justiça-STJ.

**Sessão: 27.5.2003**

**Requerimento nº 397, de 2003**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando inserção em ata de voto de congratulações para o atleta, jogador de basquete, Oscar Schmidt, que anunciou sua retirada das quadras, após 32 anos de carreira.

**Sessão: 28.5.2003**

**ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO  
NACIONAL PRORROGANDO PRAZOS DE VIGÊNCIA DE  
MEDIDAS PROVISÓRIAS**

<b>Total.....6</b>
--------------------

*Ato - Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 29 de abril de 2003, a vigência da Medida Provisória nº 108, de 2003, que cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação “Cartão Alimentação.”*  
(publicado no Diário Oficial da União de 25.04.2003, seção I)

*Ato - Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 11 de maio de 2003, a vigência da Medida Provisória nº 109, que autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE.*

(publicado no Diário Oficial da União de 08.05.2003, seção I)

*Ato - Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 16 de maio de 2003, a vigência da Medida Provisória nº 110, de 2003, que cria a Carreira de Agente Penitenciário Federal no Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal e dá outras providências.*

(publicado no Diário Oficial da União de 13.05.2003, seção I)

*Ato - Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 21 de maio de 2003, a vigência da Medida Provisória nº 111, de 2003, que cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, e dá outras providências.*

(publicado no Diário Oficial da União de 19.05.2003, seção I)

*Ato - Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 24 de maio de 2003, a vigência da Medida Provisória nº 112, de 2003, que cria cargos na Carreira Policial Federal e o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal e dá outras providências.*

(publicado no Diário Oficial da União de 25.05.2003, seção I)

*Ato - Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 27 de maio de 2003, a vigência da Medida Provisória nº 113, de 2003, que estabelece normas para a comercialização da produção de soja da safra de 2003 e dá outras providências.*

(publicado no Diário Oficial da União de 22.05.2003, seção I)

<b>SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS</b> <b>(1º a 31 de maio de 2003)</b>
Deliberativas ordinárias ..... 12
Não deliberativas ..... 8
<b>Total ..... 20</b>

## **SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 31 de maio de 2003)**

### **MATÉRIAS APROVADAS.....124**

I – Medidas Provisórias aprovadas .....	11
1 – aprovadas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado na Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção .....	4
2 – aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação.....	3
3 – aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados.....	4
II - Projetos aprovados e enviados à sanção .....	4
III - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados .....	10
1 - Em decisão terminativa.....	06
1.1 - Projeto de Lei do Senado .....	06
2 - Por decisão de Plenário.....	04
2.1 - Do Senado Federal .....	04
IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação .....	79
1 - Concessões de telecomunicações.....	76
2 – Acordos Internacionais.....	2
3 – Criação de Grupo Parlamentar .....	1
V - Mensagens relativas à escolha de Chefes de Missão Diplomática .....	4
VI – Mensagens relativas à Escolha de Autoridades .....	6
VII - Requerimentos de Voto de aplauso, censura ou semelhante .....	5
VIII - Requerimentos de informações sigilosas.....	3
IX - Requerimento de Voto de Repúdio .....	1
X – Parecer aprovado pelo Plenário.....	1

### **MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO .....17**

XI- Matérias rejeitadas.....	14
XII – Matérias retiradas pelos autores .....	4

### **TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS ..... 142**

<b>ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA.....</b>	<b>6</b>
---	----------

## SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 17 DE FEVEREIRO A 31 DE MAIO DE 2003

### SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA (17 de fevereiro a 31 de maio de 2003)

Deliberativas Ordinárias .....	39
Deliberativas Extraordinárias .....	02
Não Deliberativas .....	24
Reuniões.....	03
Especial .....	02
<b>Total .....</b>	<b>70</b>

### MATÉRIAS APROVADAS.....383

I – Medidas Provisórias aprovadas .....	37
1 – Aprovada, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção .....	8
2 – aprovadas, convertidas em Projeto de Lei de Conversão pelo Senado, e enviadas à sanção .....	1
3 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação .....	21
4 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados.....	7
II - Projetos aprovados e enviados à sanção .....	13
III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados .....	41
1 - Em decisão terminativa.....	20
1.1 - Projeto de Lei do Senado Federal..	21
2 - Por decisão de Plenário.....	21
2.1 - Do Senado Federal .....	21
IV - Projetos aprovados e enviados à promulgação .....	235
1 - Concessões de telecomunicações.....	226
2 - Acordos Internacionais .....	4
3 - Operações de crédito .....	4
4 – Criação de Grupo Parlamentar .....	1

V – Mensagens relativas à escolha de Chefes de Missão Diplomática .....	23
VI – Mensagens relativas à escolha de Autoridades.....	15
VII - Requerimento de informações sigilosas.....	4
VIII - Pareceres aprovados pelo Plenário .....	4
IX - Requerimentos de voto de aplauso, censura ou semelhante.....	10
X - Requerimentos de voto de Repúdio .....	1

**MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO .....57**

X – Matéria impugnada nos termos do art. 48, inciso XI, do Regimento Interno...	1
XI - Matérias prejudicadas .....	12
XII - Matérias rejeitadas .....	27
XIII - Matérias retiradas pelos autores .....	17

<b>TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS .....</b>	<b>440</b>
<b>ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA.....</b>	<b>19</b>

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
Of. Nº 620/2003	Jacques Wagner – Ministro de Estado do Trabalho e Emprego	Em resposta ao Aviso nº 76/2003, de 25/05/2003, comunica a designação dos Senadores João Ribeiro e Gerson Camta para representarem o Senado Federal, na qualidade de observadores, da 91ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho, a realizar-se no período de 3 a 19 de junho de 2003, em Genebra, Suíça.
Of. Nº 647/2003	Luiz Fernando Furlan – Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Em resposta ao Aviso nº 71/2003, de 14/05/2003, comunica a designação dos Senadores Garibaldi Alves Filho e João Batista Motta para representarem o Senado Federal compondo a comitiva em Missão Comercial à Rússia, no período de 17 a 21/05/2003.

**CONGRESSO NACIONAL – 2003**  
**RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS NO PERÍODO DE 1º A 31 DE MAIO**

PLNs – sancionados.....01  
 RQNs - .....02

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Maio	20/2003-CN (nº 80/2003, na origem)	PLN nº 1/2003 Leitura:17-3-2003(SF)	Altera o Quadro VI da Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003.	14-5-2003, às 19 horas	Lei nº 10.681, de 27-5-2003 (DOU 28-5-2003)
Maio	-	RQN nº 1/2003- CPMI	Com a finalidade de investigar, em todo País, os fundos de pensão e fundações.	14-5-2003, às 19 horas	-
Maio	-	RQN nº 2/2003- CPMI	Com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.	14-5-2003, às 19 horas	-

**RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO CONGRESSO NACIONAL NO**  
**PERÍODO DE 15 DE FEVEREIRO A 31 DE MAIO 2003**

PLNs – sancionados..... 01  
 RQN – ..... 02  
 Total de matérias apreciadas..... 01

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL**

<b>Nº do Ofício</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Assunto</b>
Of. nº 216/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 5-5-2003, o Ofício nº P-093/2003-CMO, solicitando a prorrogação, até o dia 12 de maio, do prazo de apresentação de emendas ao PL nº 2, de 2003-CN.
Of. nº 217/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi autuado e lido, na sessão do Senado Federal realizada em 8-5-2003, o Aviso nº 92-58/2002-CN (nº 594-SGS-TCU/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 424/2003, referente ao relatório de levantamento de auditoria nas obras de melhoria da infraestrutura na retroárea do Cais de Capuaba, da Companhia Docas do Espírito Santo (TC-003-736/2002-1) e foi encaminhado à CMO.
Of. nº 218/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi juntado ao processado do Decreto Legislativo do Congresso Nacional nº 61, de 2002 e lido na sessão do Senado Federal, realizada em 8-5-2003, o Aviso nº 577-SGS-TCU/2003, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 428, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria na construção de obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum – Projeto Pão de Açúcar/Olho D'Água das Flores, no Estado de Alagoas (TC nº 004.963/2003-2), e foi encaminhado à CMO.
Of. nº 219/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi juntado ao processado do Decreto Legislativo do Congresso Nacional nº 65, de 2002 e lido na sessão do Senado Federal, realizada em 8-5-2003, o Aviso nº 578-SGS-TCU/2003, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 429, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria na construção e recuperação de obras de infra-estrutura-aproveitamento hidroagrícola do Rio Bálsamo/AL (TC nº 005.190/2003-0), e foi encaminhado à CMO.
Of. nº 220/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 12-5-2003, o Ofício nº P-139/2003-CMO, solicitando a prorrogação, até o dia 13 de maio, do prazo de apresentação de emendas ao PL nº 2, de 2003-CN.
Of. nº 222/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, através do Requerimento nº 1, de 2003-CN, “com a finalidade de investigar, em todo País, os fundos de pensão e fundações”, solicita a indicação dos membros da Câmara dos Deputados, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nºs 223, 224, 225, 226 e 227/2003-CN	Líderes do PPS, PDT, PMDB, Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB) e Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB/PL)	Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, através do Requerimento nº 1, de 2003-CN, “com a finalidade de investigar, em todo País, os fundos de pensão e fundações”, solicita a indicação de membros titulares e suplentes desses Partidos, que deverão integrar a referida Comissão, de acordo com a proporcionalidade em anexo.
Of. nº 228/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, através do Requerimento nº 2, de 2003-CN, “com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil”, solicita a indicação dos membros da Câmara dos Deputados que deverão integrar a referida Comissão.

Of. nºs 229, 230, 231, 232 e 233/2003-CN	Líderes do PMDB, PPS, PDT, Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB) e Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB/PL)	Tendo sido criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, através do Requerimento nº 2, de 2003-CN, "com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil", solicita a indicação de membros titulares e suplentes desses Partidos, que deverão integrar a referida Comissão, de acordo com a proporcionalidade em anexo.
Of. nº 235/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Encaminhando nos termos do § 3º do art. 128 do Regimento Comum, a fim de ser submetido à douda Mesa da Câmara dos Deputados, o Projeto de Resolução nº 1/2003-CN, que "Altera a Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação de Medidas Provisórias pelo Congresso Nacional".
Of. nº 237/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foram lidos, na sessão do Senado Federal realizada em 20-5-2003, os Projetos de Lei nºs 3 e 4, de 2003, do Congresso Nacional.
Of. nº 247/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foram lidos, na sessão do Senado Federal realizada em 22-5-2003, os Projetos de Lei nºs 5 e 6, de 2003, do Congresso Nacional.
Of. nº 258/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 26-5-2003, o Projeto de Lei nº 7, de 2003, do Congresso Nacional.
Of. nº 271/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Tendo em vista a apresentação do requerimento de autoria da Mesa do Senado Federal, solicitando a realização de Sessão Solene do Congresso Nacional no dia 12 de junho de 2003, no Plenário do Senado Federal, destinada a dar início às comemorações pelos 180 anos de criação do Poder Legislativo no Brasil. Consulta sobre a viabilidade da realização da sessão e, em aquiescendo, solicita a indicação do orador da CD na solenidade.
Of. nº 272/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 27-5-2003, o Ofício nº 13, de 2003-CN (Ofício PGR nº 532/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público da União, elaborado em conformidade com os artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, relativo ao primeiro quadrimestre de 2003.
Of. nº 273/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 27-5-2003, a Mensagem nº 50, de 2003-CN (nº 208/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda, o relatório contendo os novos limites que caberão a esta Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.
Of. nº 274/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi juntada ao processado da Mensagem nº 23, de 2003-CN, e lida na sessão do Senado Federal, realizada em 27-5-2003, a Mensagem nº 51, de 2003-CN (nº 212/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 67 da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao segundo bimestre de 2003.
Of. nº 275/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 28-5-2003, o Ofício nº 14, de 2003-CN (Ofício nº 338/GP - 2003, na origem), encaminhando nos termos do artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o "Relatório de Gestão Fiscal - instituído pela Lei Complementar nº 101, art. 54, inciso III - referente, ao primeiro quadrimestre de 2003", e foi despachado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Of. nº 276/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi autuado e lido na sessão do Senado Federal realizada em 28-5-2003, o Aviso nº 8, de 2003-CN (Aviso nº 691-SGS-TCU/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 509, de 2003, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de construção do Hospital Terciário de Natal, da Unidade Mista de Saúde de Capim Macio, e Unidade Mista de Saúde de Igapó, no Estado do Rio Grande do Norte (TC nº 004.904/2003-1), e foi encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Of. nº 277/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 332/2003, de autoria do Senador Eduardo Azeredo e outros Senadores, consulto V. Exª sobre a viabilidade da realização de sessão solene do Congresso Nacional, dia 12-6-2003, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear "in memoriam" o Vice-Presidente Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, falecido em 30-4-2003. Em aquiescendo, solicita a indicação do orador da CD na solenidade.

**Comissão de Assuntos Econômicos**  
**Relatório de Atividades**  
**Março – 2003**

Reuniões Convocadas e Realizadas na 1ª Sessão Legislativa  
Ordinária da 52ª Legislatura

**Reuniões Realizadas**

Ordinárias	3
Extraordinárias	1
Conjuntas	1
Total	5

**Pareceres Apreciados - 2003**  
1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

MSF	MAR
APROVADO NOS TERMOS DO PRS	1
APROVADO NOS TERMOS DO PDS	
INDICANDO AUTORIDADES	3
PELO ARQUIVAMENTO	
TOTAL	4

PRS	MAR
PELA APROVAÇÃO	01
TOTAL	01

PLS TERMINATIVO	MAR
PELA APROVAÇÃO	
PELA REJEIÇÃO	3
REMESSA À CCJ	
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO	
PELA PREJUDICIALIDADE	
APROVADO COM EMENDA	
TOTAL	3

INDICAÇÃO	MAR
PELA APROVAÇÃO	01
TOTAL	01

EMENDAS DE PLENÁRIO	MAR
PELA APROVAÇÃO	
PELA REJEIÇÃO	
PELA PREJUDICIALIDADE	02
TOTAL	02

**SABATINAS, AUDIÊNCIAS, DEPOIMENTOS  
E COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES REALIZADOS NA CAE NA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA**

DATA	ASSUNTO
11-03-03	<b>MSF Nº 55, DE 2003, que “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil”.</b>
11-03-03	<b>MSF Nº 56, DE 2003, que “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA CANDIOTA para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil”.</b>
11-03-03	<b>MSF Nº 57, DE 2003, que “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor PAULO SÉRGIO CAVALHEIRO para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil”.</b>

11-03-03	<b>AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCORRER “SOBRE A POLÍTICA ECONOMICA DO GOVERNO” EM DECORRÊNCIA DA APROVAÇÃO DOS REQUERIMENTOS Nºs 01 E 02-CAE/2003; COM A PRESENÇA DOS SENHORES MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA ANTONIO PALOCCI FILHO E MINISTRO DO PLANEJAMENTO GUIDO MANTEGA.</b>
26-03-03	<b>EXPOSIÇÃO DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE À FOME, SENHOR JOSÉ GRAZIANO, COM A FINALIDADE DE DISCORRER SOBRE AS PROPOSTAS CONCERNENTES À ÁREA DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO, EM ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS Nº 10-CAE/03, DE AUTORIA DO SENADOR EDUARDO SUPPLY; Nº 3-CCJ/03, DE AUTORIA DO SENADOR AMIR LANDO, E Nº 1-CAS/03, DE AUTORIA DO SENADOR ROMERO JUCÁ E DA SENADORA FÁTIMA CLEIDE.</b>

# **RELATÓRIO**

## **MAIO**

### **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

#### **SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA  
DA 52ª LEGISLATURA**

## **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

### **TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS EM 2003**

#### **MAIO**

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....07

Reuniões Extraordinárias Realizadas.....07

Total de Proposições Apreciadas.....108

# PROPOSIÇÕES NÃO TERMINATIVAS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA (PLC)	MAIO
PELA APROVAÇÃO	01
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
TOTAL	01

REQUERIMENTOS	MAIO
PELA APROVAÇÃO	04
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
TOTAL	04

PRS	MAIO
PELA APROVAÇÃO	01
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
<b>TOTAL</b>	<b>01</b>

## PROPOSIÇÕES TERMINATIVAS

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO (PDS)	MAIO
PELA APROVAÇÃO	102
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
<b>TOTAL</b>	<b>102</b>

# **TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS** **MARÇO/MAIO**

**Reuniões Extraordinárias Convocadas.....18**  
**Reuniões Extraordinárias Realizadas.....18**

PARECERES	PDS	PLC	PLS(T)	PLS(NT)	PRS	REQUERIMENTOS	INS(NT)	AVISOS	EMENDAS - PLEN	DIVERSOS	MSF
PELA APROVAÇÃO	191	04	02	-	01	11	01	-	-	-	-
PELA REJEIÇÃO	-		-	-	-	-		-	-	-	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-
PELO ARQUIVAMENTO	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-
TOTAL	191	05	02	-	01	11	01	-	-	-	-

**TOTAL GERAL: 211**

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA,  
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

**TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS EM 2003**

**MAIO**

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....	01
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....	01
Total de Proposições Apreciadas.....	01

# PROPOSIÇÕES NÃO TERMINATIVAS

REQUERIMENTOS	MAIO
PELA APROVAÇÃO	01
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
TOTAL	01

**TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS  
E REALIZADAS EM 2003  
ABRIL/MAIO**

**Reuniões Extraordinárias Convocadas. 04**  
**Reuniões Extraordinárias Realizadas. 04**

PARECERES	REQUERIMENTOS
PELA APROVAÇÃO	04
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
TOTAL	04

**TOTAL GERAL: 04**

**SENADO FEDERAL**  
**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES**  
**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**

**REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA**  
**DA 51ª LEGISLATURA**  
**(MARÇO A MAIO DE 2003)**

REUNIÕES CONVOCADAS.....11  
 REUNIÕES REALIZADAS .....11  
 TOTAL DE REUNIÕES REALIZADAS.....11

**MATÉRIAS APRECIADAS EM CARÁTER TERMINATIVO - 2002**  
**4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA**

PROJETOS DE LEI DO SENADO	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT
APROVADOS										
REJEITADOS			1							1
TOTAL			1							1

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT
PELA APROVAÇÃO	2									2
PELA REJEIÇÃO			1							1
TOTAL	2		1							3

(REQ.) REQUERIMENTO	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT
PELA APROVAÇÃO	5	1	1							7
PELA REJEIÇÃO										
TOTAL	5	1	1							7

INDICAÇÕES, DIVERSOS, AVISOS E MENSAGENS	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT
PELA APROVAÇÃO		5	1							6
PELA REJEIÇÃO										
PELO ARQUIVAMENTO	1									1
TOTAL / MÊS	1	5	1							7

**QUADRO CONSOLIDADO DOS PARECERES APRECIADOS PELA CI - 2002**  
**4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA**

PARECERES	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT
PELA APROVAÇÃO	2		1							3
PELA REJEIÇÃO			2							2
POR AUDIÊNCIA À CCJ										
APROVADOS NOS TERMOS DE PRS										
REJEITADOS NOS TERMOS DE PRS										
PELO ARQUIVAMENTO	1									1
TOTAL GERAL	3		3							6

## **3ª - AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**DEP. MIRO TEIXEIRA  
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**

**ASSUNTO: ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES SOBRE AS DIRETRIZES E OS  
PROGRAMAS PRIORITÁRIOS À ÁREA DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS  
COMUNICAÇÕES.**

**RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE  
EDUCAÇÃO.**

**CELSO ANTONY PARENTE  
SECRETARIO DA CI**

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****COMISSÃO DE TV A CABO**

(GRUPO DE TRABALHO CRIADO NOS TERMOS DO PARECER Nº 2/2003-CCS, SOBRE O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175/2001)

**2ª REUNIÃO DE 2003**

**Dia 20 de maio de 2003, Terça-feira, Às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho**

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião de 2003, da Comissão de TV a Cabo, realizada em 20 de maio, terça-feira, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz, destinada a: 1) Instalação do Grupo de Trabalho instituído mediante o Parecer nº 2/2003-CCS, do Conselho, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001, e do Grupo de Apoio ao Grupo de Trabalho; 2) Contextualização da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, pelo Conselheiro Daniel Herz; 3) Comentários dos integrantes do Grupo de Trabalho – Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra e Conselheiros Carlos Chagas, Paulo Machado de Carvalho Neto e Roberto Monteiro Wagner; 4) Situação atual do serviço e do mercado de TV a cabo no Brasil e proposta de um novo modelo de negócios formulada pela ABTA, por Alexandre Annenberg, Diretor Executivo; 5) Debate; e 6) Definição de pauta e cronograma de trabalho do Grupo de Trabalho.

Estiveram presentes os Srs. Conselheiros: – **Paulo Machado de Carvalho Neto**, Representante das empresas de rádio, **Roberto Wagner Monteiro**, Representante das empresas de televisão, **Daniel Koslowsky Herz**, Representante da categoria profissional dos jornalistas, **Berenice Isabel Mendes Bezerra**, Representante da categoria profissional dos artistas.

Estiveram presentes, também, os Srs. Convidados: **Eugênio de Oliveira Fraga** (Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações); **Nícia de Faria** (Coordenação-Geral do Departamento de Acompanhamento do Ministério das Comunicações); **João Batista Silva** (Coordenador-Geral de Atividades Audiovisuais do Ministério da Cultura); **Ara Apkár Minassian** (Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL); **Alexandre Annenberg** (Diretor Executivo da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura – ABTA); **José Francisco de Araújo Lima** (Diretor Jurídico da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura – ABTA); **Antônio João Filho** (Diretor de Tec-

nologia da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura – ABTA); **Roger Karman** (Membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura – ABTA); **André Müller Borges** (Membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura – ABTA); e **Murilo César Ramos** (Diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília).

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Senhoras e senhores, boa-tarde!

Estamos aqui reunidos para proceder à instalação do grupo de trabalho para a análise da situação da TV a cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas no sentido da solução dos problemas enfrentados pelo setor, constituído nos termos do Parecer nº 2, de 2003, do Conselho de Comunicação Social, aprovado na reunião de 7 de abril de 2003, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001.

Esse grupo de trabalho é composto pelos Conselheiros: Paulo Machado de Carvalho Neto, Roberto Wagner Monteiro, Daniel Koslowsky Herz, Carlos Chagas e pela Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra.

Conforme entendimentos anteriores à instalação, o grupo efetuou uma série de convites a entidades governamentais e empresariais do segmento de televisão por assinatura. Em função desses convites, estamos constituindo também um grupo de apoio ao grupo de trabalho, que foi convidado a colaborar com o alcance dos objetivos pelo grupo.

Aqui na mesa estão os Conselheiros que integram o grupo de trabalho, com exceção do Conselheiro Carlos Chagas, impossibilitado de participar hoje.

Recebemos como resposta aos convites efetuados as seguintes indicações: do Ministério da Cultura foi indicado o Sr. João Batista Silva, Coordenador-Geral de Atividades Audiovisuais daquele Ministério; da Agência Nacional de Telecomunicações, o Sr. Ara Apkár Minassian, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa; da ABTA os Srs. Alexandre Annenberg, José Francisco de Araújo Lima, Antônio João, Roger Karman e André Borges.

Fizemos um convite ao Grupo de Pesquisa em Políticas e Tecnologias de Comunicação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília e contamos com a participação do Professor Murilo César Ramos. O Ministério das Comunicações indicou como represen-

tante nesse grupo o Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica, Sr. Eugênio de Oliveira Fraga.

O BNDES informou dificuldades de mobilizar alguém em Brasília para esta reunião, mas esperamos que, na próxima, possamos contar com a presença de um representante do referido órgão.

Com essa composição do Grupo de Trabalho e também do Grupo de Apoio, pretendemos cumprir a seguinte pauta: começaremos com uma rápida apresentação no sentido da contextualização da Lei nº 8.977; no segundo momento, ouviremos os comentários dos integrantes do Grupo de Trabalho; no terceiro momento, exposição pelo Diretor Executivo da ABTA, Alexandre Annenberg, sobre a situação atual do serviço e do mercado de TV a cabo no Brasil e proposta de um novo modelo de negócios formulada pela ABTA; haverá um período destinado ao debate e, finalmente, a definição de pauta e cronograma do Grupo de Trabalho.

Estabeleceríamos como teto da reunião 17h

Pergunto se há alguma observação, algum comentário sobre a pauta que havia sido distribuída anteriormente. (Pausa.)

Não havendo nenhuma observação, passamos imediatamente ao cumprimento da pauta.

Com o grupo já devidamente instalado, iniciamos o ponto um, que é a contextualização da Lei nº 8.977.

A idéia de destacar alguns referenciais históricos do processo de implantação do serviço de TV a cabo no Brasil não tem a finalidade de detalhar ou aprofundar muito os aspectos históricos desse processo, com a caracterização da linha de continuidade que determinou problemas verificados ao longo dessa história, que se traduzem na situação, em muitos aspectos, crítica que temos hoje.

No parecer que o Conselho dirigiu ao Senado Federal, por ocasião da tramitação do projeto de lei do Senador Ney Suassuna, fizemos referência explicitamente a um conjunto de problemas que talvez traduza um certo consenso entre nós a respeito do que condicionou a situação que hoje encontramos no segmento de TV a cabo.

Portanto se, sem dúvida, há relevância em revisar essa história, em entender as conexões entre problemas que temos hoje e determinadas origens, não é objetivo do grupo de trabalho fazer esse inventário e produzir as críticas e as recriminações que, embora justas, não devem obscurecer o seu grande objetivo, que é produzir sugestões, propostas, medidas e iniciativas que possam, daqui para frente, dar

ao serviço de TV a cabo uma orientação mais adequada do que a que teve até agora.

As referências históricas que vou citar aqui têm mais a finalidade de homogeneizar minimamente o reconhecimento de que há um contínuo histórico no desenvolvimento da TV a cabo que tem que ser percebido, e, portanto, de entendermos o significado da própria Lei da TV a Cabo naquilo que ela tem ainda de relevante a ser preservado, tanto nos aspectos que merecem preservação quanto naquilo em que ela, ao contrário, mereceria ser retificada. Portanto, isso, obviamente, será um dos elementos de trabalho do grupo, e ela precisa ser percebida nesse processo histórico de constituição e, agora, de revisão.

A história do serviço de TV a cabo no Brasil começa há muito tempo, mais precisamente em 1974, no Governo do General Geisel. Na época, era Ministro das Comunicações o Comandante Euclides Quandt de Oliveira. Houve uma tentativa de regulamentar, por decreto, o então denominado serviço de cabodifusão.

Na verdade, havia uma movimentação para a elaboração de um projeto de decreto, que estava sendo conduzida de forma sigilosa nos bastidores do Ministério das Comunicações, reunindo alguns elementos do segundo escalão e algumas empresas do setor numa situação que poderíamos chamar de conluio.

Essa situação foi denunciada publicamente por uma entidade da sociedade civil, e, em função das reações provocadas em segmentos empresariais que não eram beneficiados por esse acolhimento, bem como das mais diversas reações na própria esfera governamental, houve a determinação de que não fosse dada continuidade a esse procedimento. Durante o Governo Geisel, o assunto não foi mais retomado.

Bem no início do Governo Figueiredo, já em 1979, na gestão do Ministro Haroldo Corrêa de Mattos no Ministério das Comunicações, o mesmo projeto de decreto do início do Governo Geisel foi reapresentado. Solicitou-se que fosse baixado esse decreto pelo Presidente da República. Uma nova rodada de denúncias e de debates provocou um conjunto de reações que fez com que o próprio Conselho de Segurança Nacional – isso se pode documentar um pouco melhor – considerasse inadequada a aprovação daquela matéria por decreto e partisse para a constatação de que o mais adequado seria regulamentá-la por projeto de lei. Esse compromisso foi mantido durante o Governo Figueiredo e não mais se falou em regulamentar a TV a cabo por lei – pelo menos no plano dos Ministros.

No entanto, nos bastidores do Ministério das Comunicações – e até publicamente –, não era segredo que o então Secretário-Geral Rômulo Villar Furta-

do, que havia começado sua gestão no Governo Geisel, prosseguido no de Figueiredo e no de José Sarney, nunca deixara de defender a solução de regulamentação por ato do Executivo.

S. S<sup>a</sup> acabou sendo bem-sucedido em 1989, quando baixou a Portaria nº 250, de 13 de dezembro de 1989, que criava um misterioso serviço denominado DISTV – Serviço de Distribuição de Sinais de TV por Meios Físicos. Era uma TV a cabo disfarçada, com algumas limitações e uma denominação estranha, que possibilitou – esse ato foi baixado no apagar das luzes do Governo Sarney – que o Governo Collor, nos primeiros dois anos, distribuisse mais de uma centena de autorizações para prestação de serviço DISTV.

No final de 1990, entretanto, o Governo Collor cessou a distribuição e começou a preparar a regulamentação, mais completa, de um serviço que passou a ser denominado TV a cabo.

Em 1991, o Ministério da Infra-Estrutura, que havia incorporado o Ministério das Comunicações, realizou uma audiência pública apresentando um projeto de decreto do serviço de TV a cabo. Nesse debate, ficou claro que havia uma percepção, do lado da sociedade extinta do Ministério das Comunicações, no sentido da defesa de que essa matéria fosse regulamentada por lei. Ainda em 1991, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, por intermédio do Deputado Tilden Santiago, apresentou um projeto de lei para o serviço de TV a cabo.

Entre 1992 e 1993, a Deputada Irma Passoni realizou uma série de reuniões, procurando agilizar a tramitação do projeto de lei que estava na Câmara dos Deputados, que contaram com a participação de entidades empresariais, profissionais e de diversos órgãos governamentais. Esse trabalho infelizmente cessou quando a Deputada Irma Passoni encerrou o seu período de mandato na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática.

Em 1993, foram feitos esforços para prosseguir com esse trabalho junto a representantes do empresariado de comunicação. Sem que tenha havido resposta ou interesse em prosseguir, buscou-se a mobilização do Ministério das Comunicações e da Telebrás. O Ministério não demonstrou interesse, mas a Telebrás se mostrou receptiva e foi produzida uma nova versão desse projeto de lei, desenvolvida em conjunto com a Telebrás.

No final de 1993, tínhamos uma situação bastante complicada para o desenvolvimento do serviço de TV a cabo, que se dava sob a figura jurídica do DISTV. Estavam aportando algumas centenas de milhões de dólares de investimento no serviço, e não havia consis-

tência jurídica para dar garantia a esses empreendimentos. Graças a essa situação, que começou a ficar insuportável, houve a percepção do empresariado de comunicação de que seria necessária uma formulação juridicamente mais consistente para continuar o desenvolvimento do serviço no Brasil.

Com essa perspectiva, no final de 1993 constituiu-se um grupo de trabalho com uma composição bastante próxima da que temos hoje no Conselho de Comunicação Social, com representação bastante ampla de setores empresariais e profissionais. Esse grupo desenvolveu um trabalho até o dia 30 de junho de 1994, quando se entregaram ao Congresso Nacional, mais especificamente ao Deputado Koyu Iha, Relator da matéria, que as aceitou integralmente, as proposições dessa mesa de negociações. E o texto finalmente foi aceito pelo Congresso Nacional, inicialmente pela Câmara e, posteriormente, pelo Senado Federal, o que possibilitou que, no dia 6 de janeiro de 1995, o recém-assumido Presidente Fernando Henrique Cardoso sancionasse a lei, não sem antes ouvir do Ministério das Comunicações insistentes pedidos para que diversos pontos dessa lei fossem vetados.

O Presidente acolheu os apelos de diversos setores do empresariado para que fosse preservado o texto original, que constituía uma base de acordo negociada com muito cuidado.

Esses são alguns referenciais históricos da lei que aqui será examinada por este grupo. Eu destacaria três elementos que são peças-chave dessa lei. De modo geral, nenhum foi preservado no desenvolvimento do serviço. Refiro-me aos conceitos de rede única, rede pública e de participação da sociedade.

Os dois primeiros conceitos, rede única e rede pública, correspondem à definição de bases jurídicas, técnicas e econômicas que deveriam ser fator de fortalecimento e de estímulo ao desenvolvimento do serviço de TV a cabo no Brasil.

Diante da negligência do Poder Executivo em implementar essas definições legais – o que deveria se traduzir em uma política para o serviço de TV a cabo –, houve uma abordagem empírica que produziu os resultados que estão sendo discutidos aqui.

Portanto, a compreensão das limitações do serviço de TV a cabo atuais deve ser perseguida, em primeiro lugar, com o reconhecimento daquilo que está induzido ou proposto pela lei e que não foi implementado até hoje.

Creio que vale a pena revisitar esses conceitos, para avaliarmos em que medida, se a lei tivesse sido adequadamente emendada, haveria essa situação de hoje.

E se esse ainda é um ponto de debate que talvez gere polêmica, passamos a implementar com as condições criadas desde junho do ano passado, com a criação do Conselho de Comunicação Social, o elemento de participação da sociedade.

O envolvimento do Conselho de Comunicação Social com as ações de regulamentação e normatização do Executivo não ocorreu devido à não-instalação do Conselho. Começamos por preencher essa lacuna do envolvimento do Conselho de Comunicação Social com o serviço de TV a cabo, em especial com a participação da representação da sociedade existente no Conselho em relação a essa matéria.

Se começamos aqui recuperando esse desvio histórico que o processo sofreu, creio que o Conselho de Comunicação Social tem a grande satisfação e honra de recuperar prerrogativas que lhe foram estabelecidas por lei há mais de oito anos. Agora essas prerrogativas estão sendo recuperadas. E entendemos que, nessa recuperação de prerrogativas, temos pela frente um desafio extraordinário: o de assumir a busca de soluções para os problemas de um setor de importância muito expressiva no contexto do Sistema de Comunicação Social como um todo, que, se for adequadamente orientado, poderá produzir resultados econômicos e culturais da maior relevância, fazendo com que se cumpram os mais elevados objetivos que a lei da TV a cabo estabelece.

Com essas referências iniciais, convido os demais membros do Grupo de Trabalho para que façam suas manifestações iniciais e suas considerações sobre as nossas atividades nesse processo de abertura das atividades do Grupo de Trabalho.

Informo que o Secretário Eugênio Fraga, representante do Ministério das Comunicações, terá que se ausentar em função de compromissos previamente assumidos, deixando em seu lugar a Dr<sup>a</sup> Nícia de Faria, da Coordenação-Geral do Departamento de Acompanhamento do Ministério das Comunicações.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – Boa-tarde, senhores.

Penso que todos estão imbuídos da grande responsabilidade que temos de analisar a proposta da ABTA hoje e tentar encaminhar um parecer ao Congresso que possa balizar uma nova solução brasileira, para que não desnacionalizemos esse segmento da nossa economia.

Coloco-me à disposição de todos. Vamos começar a trabalhar. Quero ouvi-los todos.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, meu único comentário é relativo a alguma adjetivação que tenha sido utilizada e com a qual, evidentemente, por princípio, eu não concorde.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Inicialmente, queria cumprimentar os integrantes da ABTA.

Estou lendo este modelo, que, de fato, é extremamente interessante, muito bem feito. Fiz uma leitura da página 22 e devo dizer que concordo integralmente com o que está aqui colocado.

Estou anotando os itens que reputo importantes, mas já antecipo que, certamente, os que assistiram àquela reunião do Conselho em que se decidiu indicar a rejeição do PL do Senador Ney Suassuna se lembram de que fui contrário tão-somente ao item da retirada do limite máximo de 49% do capital estrangeiro. Afora isso, eu, que represento, no Conselho, as empresas de televisão, vou me posicionar totalmente a favor daquilo que a ABTA está pleiteando do Conselho e que seja favorável à TV a cabo no nosso País.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Quero ressaltar para todos, especialmente os convidados, integrantes do grupo de apoio, que o grupo hoje instalado não se reuniu previamente e que a discussão sobre o andamento do trabalho será aberta sem que haja definições prévias – vamos produzi-las conjuntamente. A própria estruturação da pauta procurou figurar como um subsídio para essa definição.

Convidamos a ABTA para apresentar uma exposição sobre a situação do mercado e do serviço de TV a cabo no Brasil. A apresentação da proposta de um novo modelo de negócios e a apresentação de uma proposta de solução para muitos problemas do setor partiriam do princípio de que esses referenciais mínimos sobre a situação atual do mercado e dos serviços seriam um ponto de partida relevante para homogeneizarmos determinadas informações básicas. Assim obteremos referenciais, pelo menos até onde temos conhecimento, da única proposta abrangente de solução para os problemas do setor.

O fato de estarmos pautando o início dos trabalhos com essa proposição da ABTA não significa qualquer juízo da parte do grupo de trabalho em relação ao mérito dessa proposição, embora os que tomaram conhecimento da proposta com mais detalhe já tenham feito menção a determinados pontos muito positivos.

Pautamos como referência esse trabalho da ABTA pelo fato de que essa é a única proposta abran-

gente até agora existente, a qual, portanto, merece nosso justo reconhecimento – esse seria um ponto de partida para o nosso debate.

Assim, tomando como referência uma proposta e um reconhecimento da situação atual, posteriormente definiríamos a pauta de trabalho assim como o cronograma de trabalho do grupo – este seria o último momento da reunião.

Então entramos na etapa em que está prevista a exposição, pelo Diretor Executivo da ABTA, sobre a situação atual do serviço e do mercado de TV a cabo no Brasil e a proposta de um novo modelo de negócios.

Concedo a palavra ao Diretor Executivo da ABTA, Alexandre Annenberg.

**O SR. ALEXANDRE ANNENBERG** (Diretor Executivo da ABTA) – Em primeiro lugar, gostaria de manifestar a nossa satisfação por estarmos reunidos aqui, num certo sentido suprimindo até uma lacuna do Conselho de Comunicação Social, que não prevê a contribuição de um membro do segmento de televisão por assinatura, por motivos óbvios.

Como todos os senhores sabem, a televisão por assinatura nem existia quando foram definidos os representantes no Conselho de Comunicação Social. E sentimos grandemente a falta de uma interação nossa com os membros do Conselho, o que reputamos ser da maior importância, especialmente para o nosso setor.

Fica registrada aqui a nossa satisfação. E a satisfação é ainda maior porque alguns dos companheiros que estão aqui representando a ABTA tiveram a oportunidade, inclusive, de participar, nos idos de 1990, da formulação da própria Lei do Cabo. Em particular, gostaria de citar o Araújo Lima, que todos conhecem e que é Diretor Jurídico da ABTA, e o Roger Karman, que também, à época, tinha um papel de liderança dentro da ABTA, como Presidente da ABTA, e que foi um elemento de grande participação nas discussões daquela época.

Portanto, estaríamos aqui revivendo um grupo que já mostrou a que veio quando formulou a Lei do Cabo, que surgiu com tantos méritos e depois sofreu, obviamente, alguns percalços devido à realidade do mercado e a outros fatores.

Mencionei esses dois membros do grupo, mas não gostaria de deixar de citar os outros membros também. O Roger Karman representa os pequenos e médios operadores; o André Borges representa os grandes operadores e é membro do Conselho Deliberativo da ABTA; e o Antônio João é o Diretor de Tecnologia da ABTA e membro da Diretoria da ABTA.

Um dos grandes dramas da televisão a cabo no Brasil, que persiste até hoje, é o correto entendimento do que seja o serviço de TV a cabo.

Vivemos, por muitas vezes, uma situação um tanto quanto esquizofrênica, porque somos considerados, às vezes, como do setor de radiodifusão, somos considerados, às vezes, como do setor de telecomunicações, somos considerados alguma coisa híbrida e acabamos vivendo o pior dos mundos, porque temos todos os ônus das telecomunicações em termos de impostos, temos todas as limitações da radiodifusão em termos de capital estrangeiro. Enfim, temos uma série de limitações que são impostas muito mais por uma falta de definição do real objetivo do serviço de televisão por assinatura e, portanto, de como classificá-lo no nosso ambiente regulatório.

Temos plena consciência de que é um serviço da maior importância, por tudo aquilo que representa em termos de construção de infra-estrutura, por tudo que representa em termos de potencial de acesso à inclusão digital. Temos consciência de que representamos um segmento que tem uma importância extraordinária para a sociedade, para o desenvolvimento futuro da sociedade. No entanto, vemo-nos constantemente às voltas com dificuldades de regulamentação, com dificuldades de entendimento.

O próprio nome de televisão por assinatura leva muitas pessoas a encararem a TV a cabo como televisão e ponto final. Na verdade, a TV a cabo está muito longe de ser televisão. Vamos voltar a isso logo em seguida.

Uma das grandes conquistas que a TV a cabo trouxe para a sociedade, sem dúvida alguma, foi a democratização dos meios de comunicação. Por intermédio da TV a cabo, conseguimos viabilizar a **TV Senado**, a **TV Câmara** canais universitários e canais comunitários. Essas são vitórias extremamente importantes para a sociedade, originárias das disposições da Lei do Cabo, e hoje são conquistas realmente concretas da sociedade. A **TV Senado** e a **TV Câmara**, em particular, não teriam jamais tido a difusão que tiveram nos últimos anos se não fosse a TV a cabo. Esses canais passaram a ser da maior importância. Especialmente quando há temas de alta relevância sendo discutidos nestas duas Casas, há uma grande audiência.

Consideramos que um papel da maior importância já foi e está sendo preenchido pela TV a cabo, mas há muito mais, no futuro, no horizonte, que pode ser feito. Creio que devemos falar sobre isso.

Poderíamos agora fazer aqui um detalhamento muito grande das limitações de mercado. Basta dizermos, porque todos aqui conhecem a situação da TV a cabo, que ela estagnou em determinado nível de penetração e a coisa não progride. Cabe-nos tentar identificar os motivos e propor soluções para que isso seja revertido.

Nesse sentido, a ABTA preparou, ao longo do ano passado, propostas para a discussão de um novo modelo de TV por assinatura. Essas propostas foram explicitadas e divulgadas pela imprensa, distribuídas para vários órgãos da sociedade. Cada membro do Conselho de Comunicação Social recebeu um exemplar, os Conselheiros da Anatel receberam exemplares, altos funcionários do Ministério das Comunicações também receberam, enfim, todos aqueles que tivessem algo a dizer a respeito tomaram conhecimento do estudo feito. No entanto, é importante que se ressalte que são propostas para discussão. Elas ainda não representam – quero que isto fique absolutamente claro – um consenso sobre algumas medidas que estão ali identificadas.

De outubro para cá, alguma discussão já existiu no âmbito do próprio setor. Algumas medidas se mostraram um pouco mais viáveis e factíveis, outras menos, dependendo das várias situações de mercado. Então teremos a oportunidade de aqui discutir em profundidade aquelas que realmente se constituírem numa contribuição para a resolução dos problemas.

Um fato que me parece da maior importância que registremos no histórico da TV a cabo é que ela, hoje, detém uma infra-estrutura de uma capilaridade única em termos de oferecimento de banda larga para uma área geográfica extraordinariamente ampla. Toda essa infra-estrutura foi construída com recursos próprios. Não houve um centavo sequer de aporte de organismos ou de entidades estatais ou de qualquer outro tipo. Foram investimentos feitos pela iniciativa privada que hoje constituem a espinha dorsal daquilo que deve ser um sistema de infovia brasileira.

Gosto muito de usar o termo “infovia”. Meus colegas inclusive me tomam muito na piada, porque é um termo um pouco pernóstico. Mas creio que ele exprime bem o que é essa espinha dorsal. Não nos custa repetir a analogia, tantas vezes feita, com as ferrovias, etc. É verdade que a infovia está aí; ela só precisa funcionar como tal, ampliar-se e se tornar mais capilar ainda.

Para que possamos entender bem o seu uso, antes de mais nada temos que entender a essência do serviço de televisão a cabo. É aí que, no meu entender, “a porca torce o rabo”. Do jeito como as coisas evoluí-

ram, desde a Lei do Cabo, conseguiram-se confundir vários modelos e objetivos de negócio embaixo de um mesmo guarda-chuva de televisão por assinatura.

Na verdade, a televisão por assinatura compreenderia negócios independentes, mas interdependentes, que têm uma imbricação forte, mas negócios que são até independentes em si. Por exemplo: produção de conteúdo. A produção de conteúdo é um negócio em si, e não é necessariamente objeto do operador de televisão por assinatura. Em outros países, como, por exemplo, os Estados Unidos, os grandes produtores de conteúdo são os estúdios cinematográficos, que produzem aquilo que as TVs a cabo distribuem. Depois de 30 anos de existência no país, a TV a cabo passou a ter alguma produção própria nos Estados Unidos mais por força de fusões e aquisições com os sócios de empresas cinematográficas. Na verdade, o negócio de produção de conteúdo continua sendo independente e tem o foco na produção de conteúdo.

Eu diria que, aqui, no Brasil, a produção de conteúdo é eminentemente desenvolvida pelas televisões abertas, que são os nossos grandes produtores de conteúdo. Este é um aspecto do negócio, é um negócio.

Outro aspecto do negócio é a distribuição do próprio conteúdo. A distribuição, na realidade, resume-se em comprar conteúdo no atacado e vender no varejo. Tão simples quanto isso. Não precisamos sofisticar nada para explicar o que é o negócio de operação de TV por assinatura. Por distribuição entende-se a instalação, a manutenção, a cobrança, mas principalmente a formação da grade, o empacotamento desse conteúdo de formas adequadas para a sua comercialização. Esse é o negócio de distribuição de conteúdo.

Um terceiro negócio, que necessariamente faz parte, está embaixo desse grande guarda-chuva, é a construção e gerência da própria infra-estrutura. Não necessariamente o distribuidor de conteúdo tem que ter a sua estrutura própria. Ele pode se servir claramente da estrutura de terceiros. Por motivos históricos, que depois poderemos até detalhar, no início da televisão por assinatura, os grandes *players*, as grandes empresas que começaram o negócio de TV por assinatura foram impelidas a se verticalizar. De fato, o conceito dessa verticalização – portanto, contemplando produção de conteúdo, distribuição e construção de infra-estrutura – vem por várias circunstâncias, que, repito, poderemos detalhar um pouco mais adiante, mas que não necessariamente devam permanecer como definição do negócio. Isto me parece da maior importância para que possamos avançar na discussão do assunto um pouco mais para frente: a correta compreensão do que é o negócio.

Costumo assimilar o negócio de distribuição de TV por assinatura, porque é a esse negócio – vamos lembrar bem – que está ligada a concessão do serviço, como um negócio de banca de jornais. A banca de jornais, por exemplo, é um distribuidor que coloca “n” títulos de “n” editoras à disposição de públicos segmentados que vão lá e compram as revistas e os jornais que lhes interessam. A distribuição de TV por assinatura é conceitualmente um modelo muito semelhante à distribuição de bancas de jornais. Até me pergunto – isto é uma mera provocação, mas penso que neste ambiente em que estamos vale até levantarmos algumas perguntas provocativas – se é necessária uma concessão para distribuir conteúdo televisivo. Fica uma pergunta muito mais pelo prazer do debate do que por ser um tema realmente importante neste momento. Mas tudo isso é só para registrar que a distribuição de conteúdo é o negócio realmente de televisão por assinatura. A produção de conteúdo e a infra-estrutura, construção e gestão de infra-estrutura acabaram vindo junto, pelos motivos que nós mencionamos.

Mas o que nos interessa hoje, além de definir com correção qual é o negócio da televisão por assinatura, é verificar de que maneira se pode vencer a baixa penetração que a TV por assinatura hoje tem no mercado. Este é um dado de fato: hoje são, em termos de televisão a cabo, 2,1 milhões, 2,2 milhões de assinantes, e esse número permanece estagnado nos últimos três anos, na mesma ordem de grandeza. Uma das respostas mais freqüentes é que a situação econômico-social do País impede uma maior penetração. Mas o que há por trás dessa afirmação da situação econômica e social que impede maior penetração é um conceito claríssimo: a grande barreira da televisão por assinatura está no preço. É o preço que faz com que a penetração seja limitada aos níveis em que está.

Hoje – isso já foi dito aqui em outras oportunidades, mas creio que vale a pena repetir para refrescar as idéias –, a TV por assinatura tem cerca de 70% de penetração nas classes de maior poder aquisitivo, aquelas que chamamos de classe A. É uma penetração razoável, não é de se jogar fora. Na classe B, a penetração já cai bastante, para 25%. E, na classe C, que no fundo é a grande consumidora deste País, ou deveria ser, a TV por assinatura tem uma penetração de 5%.

Ora, por que precisamos aumentar a penetração? Por vários motivos. O primeiro deles é social, e esse eu não vou discutir, nem expor, porque é sobejamente conhecido. Além do motivo social, porque precisamos garantir economia de escala para o negócio de televisão por assinatura, para suscitar os vários

pontos sobre os quais vamos falar em seguida, que é a política industrial. Enfim, precisamos ter uma base de assinantes que seja substantiva e que tenha um peso importante.

Claramente não é com 3,5 milhões de assinantes no global, juntando as várias tecnologias – cabo, satélite, MMDS –, que se viabiliza uma política industrial. Necessariamente, temos que pelo menos dobrar esse número. Deveremos estar falando, daqui a três, quatro, cinco anos, em seis milhões, sete milhões de assinantes. Para isso, necessariamente, deve-se contemplar a classe C. Eu não consigo mais 3,5 milhões de assinantes na classe A, porque nem tem isso. Na classe B, se eu dobrar hoje a penetração, conseguirei mais um milhão de assinantes. Para buscar esses três milhões de assinantes que me faltam, eu preciso trazer a classe de menor poder aquisitivo como consumidora da televisão por assinatura.

O que faz com que o preço seja essa barreira? No nosso entender, são vários componentes, mas destacaria dois deles, que são os componentes talvez mais pesados do preço. Vamos dizer, três componentes: o primeiro é a carga tributária, que, no nosso setor, atinge mais de 30% sobre o valor da assinatura. O segundo fator são custos de programação, mas, para efeito da nossa discussão, eu até relevaria, porque são coisas que estão sendo inclusive equacionadas dentro do próprio setor. Houve um momento em que esses custos estavam muito atrelados ao dólar. Já se estão conseguindo desatrelar essas coisas, mas não é isso que vai resolver o problema.

O terceiro problema, talvez o maior, é o custo daquele diabólico aparelhinho que em cima de cada televisor, que é o **set-top box**. Na medida em que seja necessário um **set-top box** mais sofisticado para permitir a flexibilização da programação, a segmentação dos conteúdos da TV por assinatura e a digitalização, inclusive, na casa do usuário, é preciso que o custo dele seja acessível. Esse é um gargalo extraordinariamente importante.

As várias propostas apresentadas nesse estudo da ABTA analisam todo esse problema pelos vários ângulos. Eu diria que uma delas talvez seja a que vai ao cerne da questão e viabiliza a visão de um **set-top box** mais acessível. É a proposta para que possamos disponibilizar a infra-estrutura da televisão a cabo existente para os operadores de televisão aberta, se assim o desejarem. Que eles possam usufruir da infra-estrutura de televisão a cabo existente com o objetivo de terem menores investimentos na fase de lançamento da TV digital.

É claro que não se pretende com essa proposta confinar a TV digital ao cabo – não é disso que se fala –, e sim que, na fase de lançamento da TV digital, ela usufrua da infra-estrutura existente, não sendo necessários investimentos na ponta da transmissão, para que os investimentos necessários sejam carreados para o desenvolvimento de um **set-top box** de concepção tupiniquim, de multiuso, que atenda tanto às necessidades da TV digital aberta como às da TV a cabo, para que se possa ter um único tipo de **set-top box** e, com isso, mais economia de escala.

Parece-me que essa proposição representa um elemento que merece realmente ser discutido em profundidade, porque despertaria o interesse do mercado consumidor, da indústria nacional. Isso – é importante que se diga – é independente de qualquer definição de padrão de digitalização, tanto faz. Estamos preocupados com a viabilização do aparelho que estará na casa do consumidor.

Idealmente, deveríamos imaginar um consumidor entrando num supermercado e comprando um aparelhinho desses que vêm com *smart card* e usando-o para as finalidades que acreditar mais desejáveis, para a televisão digital propriamente dita, para a televisão a cabo e para as várias tecnologias da televisão a cabo, evidentemente.

Esse é um *overview* muito a vôo de pássaro sobre as propostas que estão aí. Não entrei no detalhe mínimo de várias das propostas apresentadas, mesmo porque muitas delas dependem exclusivamente de acertos dos próprios *players*; não dependem de regulamentação externa, nem de muitas questões. Muito da racionalização do serviço de televisão a cabo depende dos próprios *players* desse mercado. É importante sublinhar isso.

Procurei manter-me, nesse primeiríssimo *round*, num nível que abra a discussão sobre uma visão da infra-estrutura da TV a cabo e como utilizá-la de forma mais eficaz, mais eficiente para as finalidades a que se propõe.

Não sei se alguns dos meus companheiros gostariam de acrescentar algo. Pediria que o fizessem.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Com essa exposição inicial do Alexandre Annenberg, abrimos o processo de debate. A palavra está à disposição.

Professor Murilo Ramos da Universidade de Brasília.

**O SR. MURILO CÉSAR RAMOS** (Diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília)

lia) – Aproveitando a indicação do Presidente da Mesa, gostaria, em primeiro lugar, de fazer um agradecimento, em nome da Universidade de Brasília, da Faculdade de Comunicação, pelo convite que nos foi feito para participar deste grupo de apoio ao grupo de trabalho que vai estudar a crise e a situação em que está hoje o setor de TV a cabo no contexto mais amplo do setor de TV por assinatura. É sempre uma oportunidade muito importante para uma instituição acadêmica ter a chance de se envolver com questões concretas – especialmente verdadeiro para mim, que vivi o processo de discussão e elaboração da Lei de TV a cabo, é uma excelente oportunidade de retorno a esse assunto.

Quero também fazer menção ao prazer de estar reencontrando aqui companheiros antigos dessa discussão, como meu querido amigo Roger Karman, que eu não via há algum tempo, Antônio João, Alexandre, Francisco de Araújo Lima e os demais aqui presentes, esperando que, durante esse tempo que teremos para discutir essa questão, possamos encontrar equacionamentos que ajudem o setor de TV por assinatura a sair do impasse em que está hoje.

Dito isso, tentando ajudar no debate, queria estabelecer um primeiro ponto para contribuição dos trabalhos do grupo.

Entendo a origem e acompanhei de longe a discussão do Projeto Suassuna e do que originou o parecer do Conselho a pedido do Senado, mas entendo que deveríamos ampliar, com todos os riscos que isso nos provoca.

Outra questão que esqueci de falar: temos dois meses para resolver um passivo de oito anos pelo menos. É assustador e preocupante imaginar que temos esses sessenta dias para pensar esse passivo de mercado e institucional de oito anos. Então, mesmo levando isso em consideração, entendo que deveríamos pensar em ampliar o escopo da discussão de TV a cabo para TV por assinatura.

Acredito – tenho convicção disso – que não há como, do ponto de vista legal, normativo, de mercado, da relação com o consumidor e com a cidadania – tão importante –, falar em TV a cabo sem falar dos outros. Aliás, para o cidadão ou para o consumidor é transparente: ele pode assinar MMDS pensando que está assinando a cabo. Nós sabemos que é transparente. Então está aí mais uma razão para que possamos pensar na possibilidade de ampliar a discussão.

Para reforçar essa sugestão que estou trazendo para debate, quero referir-me também, como já foi feito, ao estudo da ABTA. Nunca o tinha visto na sua íntegra; acompanhei o debate pelos veículos especializados,

pela imprensa, quando foi lançado, e realmente fiquei, numa primeira leitura muito rápida, bem impressionado. Creio que ele nos dá um excelente ponto de partida para discussão nesse grupo ampliado que vai discutir o setor. Fiz uma leitura rápida, mas, levando em conta o conhecimento anterior e o acompanhamento do setor. Penso que o estudo traça pontos muito interessantes: é um estudo de TV por assinatura, entende que a solução para o setor de cabo, seja qual for, terá que abranger os outros chamados serviços.

E não resisto, Alexandre, a dizer que é TV por assinatura, e não telecomunicações por assinatura. Pela primeira vez, publicamente, tenho oportunidade de dizer isso, que sempre me incomodou, para quem acompanha a discussão sobre essa mudança que a ABTA fez anos atrás para telecomunicações por assinatura. Cheguei a pensar, na época, em escrever que a entidade se estava propondo a representar também a telefonia fixa comutada e a telefonia móvel, porque todos são serviços de telecomunicações por assinatura.

**O SR. ALEXANDRE ANNENBERG** (Diretor Executivo da ABTA) – Já se reverteu, Murilo. Na semana retrasada, mudamos o nome de novo, voltamos à televisão por assinatura oficialmente.

**O SR. MURILO CÉSAR RAMOS** (Diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília) – Alexandre, isso me reconforta a alma então. Só para descontrair um pouco.

Com todo o respeito pela Lei de TV a cabo, que está em discussão, entendo que o grupo não tem como se fixar apenas em cabo; ele terá que analisar o MMDS e DTH, principalmente, depois. Creio que o estudo da ABTA tem interessantes pontos sobre isso. Teremos que pensar em defesa do consumidor, em defesa da concorrência e em uma série de pontos.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Concedo a palavra ao Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel, Sr. Ara Apkár Minassian.

**O SR. ARA APKAR MINASSIAN** (Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Antes de mais nada, agradecemos o convite para estarmos presentes, porque é uma discussão extremamente salutar que está sendo levada a efeito no grupo.

Apenas penso que os membros do Conselho, na realidade, deveriam definir claramente o foco, à luz de tudo o que envolve o processo de TV por assinatura, porque, sabendo das ansiedades do setor e também da preocupação do próprio Conselho, se não de-

finirmos claramente os nossos objetivos, poderemos levar mais de um ano discutindo esse assunto. Daqui um ano estaremos aqui novamente, e a ABTA preocupada por estar perdendo assinantes e questões dessa natureza. Deveríamos ver claramente esse problema, e é claro que o Conselho também tem essa preocupação.

Seria interessante também examinar os aspectos legais, para saber até onde o Conselho poderá abraçar, por exemplo, certos pontos; que outros pontos deveriam envolver o Conselho e outros setores da própria sociedade, tendo em vista a própria abrangência da matéria.

Nesse momento, estamos tomando uma posição, mas é muito importante que saibamos do que estamos tratando, quais são os pontos que cada um vai focar, para que comecemos, efetivamente, os trabalhos, uma vez que entendemos que a preocupação de todos é a mesma.

Obrigado.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Concedo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Dr. Ara, penso que estamos procurando soluções para um negócio, porque não se trata de defender a cultura nacional, empresas nacionais. Creio que a TV por assinatura, a cabo ou não, é negócio, e os empresários estão preocupados porque seu negócio está tendo um resultado negativo. Tirando aquela questão do capital estrangeiro majoritário, o Conselho posicionou-se totalmente favorável a que se discutam soluções negociais. Aqui não se vai tratar de tecnologia.

Eu estava lendo aquelas sugestões da ABTA e penso que ali está o caminho: como capitalizar as empresas; o que fazer, em termos concretos, para que a base de assinantes aumente; que tipo de renúncia fiscal o Estado poderá oferecer em determinado tipo de pacote; que tipo de dívidas vencidas de TV a cabo o BNDES poderá assumir.

Essa é a solução de um negócio. E nós, do Conselho, estaremos ao lado da ABTA – totalmente – para, se for preciso e no momento em que formos convocados, dizermos: “Olhem, estamos aqui e a ABTA tem inteira razão. Os serviços de TV por assinatura no Brasil são um bem nacional”. Eu, inclusive, defendendo e estou lendo aqui na Constituição “...a inclusão digital é obrigação do Estado”, e já é absolutamente certo que ela terá que ocorrer.

O documento da ABTA faz referência à possibilidade de TV por assinatura, a cabo ou por satélite, vir a se tornar o grande coadjuvante da inclusão digital do nosso povo. Se isso for verdade, se, tecnicamente, isso for possível, o que fazer e de que forma, concretamente, isso será realizado? Se o Ministro da Educação quer alfabetizar dez milhões de brasileiros, em quatro anos, o que a TV por assinatura pode fazer? Que tipo de legislação precisa ser criada? Onde estão as dificuldades legais a serem transpostas?

Sou empresário e, como tal, preciso de tudo muito claro. O que o Conselho pode fazer para que o meu negócio passe a dar o lucro justo que todo o negócio legal no Brasil tem que dar? Detalhes sobre se é TV por assinatura e a cabo, isso para mim não é importante. O importante é, por exemplo, se TV a cabo está tendo problemas financeiros. Então de que soluções o setor precisa? Tais e tais e quais. Onde está o gargalo jurídico e legislativo? Como faremos para contornar esse gargalo?

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. ARA APKAR MINASSIAN** (Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – É sobre esse ponto?

**O SR. ARA APKAR MINASSIAN** (Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Conselheiro Wagner, V. S<sup>a</sup> corrobora exatamente a nossa preocupação. Em nenhum momento apresentamos qualquer tipo ou falamos em tecnologia. Estamos falando em problemas do setor. Então o senhor corroborou exatamente com o nosso pensamento. Em nenhum momento fomos na contramão. Era só para deixar claro.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Temos a solicitação de manifestação do nosso convidado Sr. João Batista Silva, do Ministério da Cultura.

**O SR. JOÃO BATISTA SILVA** (Coordenador-Geral de Atividades Audiovisuais do Ministério da Cultura) – Boa-tarde! Como Representante do Ministério da Cultura, não poderíamos estar aqui senão para tentar colaborar na solução dos problemas do negócio de TV a cabo, que é, no entendimento do Ministério da Cultura, um instrumento de vital importância, porque é um meio de divulgação e de fusão da identidade cultural brasileira.

Portanto, esperamos também poder avançar na discussão do papel social desse negócio e, particularmente, no que diz respeito ao conteúdo audiovisual brasileiro, que, no novo Governo, ocupa um papel que podemos dizer até mesmo estratégico, em função não só do volume de recursos que esse segmento movimenta, como também da construção da identidade do povo brasileiro e, acima de tudo, da afirmação da cultura brasileira como ponto de referência para o avanço da sociedade como um todo.

São essas as nossas palavras iniciais, a nossa saudação inicial a todos os membros aqui presentes. Esperamos que, nas próximas reuniões, possamos trazer algumas propostas e sugestões para que avancemos na discussão.

Era só isso. Obrigado.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Não há mais inscritos.

Com a intervenção do Conselheiro Roberto Wagner, gostaria de lembrar que o art. 3º da Lei nº 8.977 determina precisamente o seguinte:

“Art. 3º – O serviço de tevê a cabo é destinado a promover a cultura universal e nacional, a diversidade de fontes de informação, o lazer, o entretenimento, a pluralidade política e o desenvolvimento social e econômico do País.”

Isso é o que diz a lei, é o que estabelece como finalidade do serviço de TV a cabo. E se alguns, talvez muitos, consideram que o art. 3º não passa de um elemento ornamental, decorativo da lei, gostaria de dizer que diversos participantes do processo que resultou nessa formulação levaram muito a sério o significado que se poderia extrair dessa definição de finalidades.

Ao discutirmos aqui a situação do serviço, estamos valorizando a preservação e a afirmação da cultura nacional, geração de emprego e renda, tecnologia. Não há como destacarmos esses aspectos. Vamos trabalhar aqui – no último ponto da reunião vamos discutir cronograma – com horizonte de sessenta dias. Evidentemente há limites para o que se pode fazer nesse prazo. Nosso desafio é fazermos o máximo e o melhor possível em sessenta dias.

Dentro dessas limitações inevitáveis, temos que abranger o conjunto de proposições e iniciativas que podem ser adotadas no sentido de fazer com que se cumpram as finalidades que estão previstas em lei.

Se isso não teve desdobramento do ponto de vista regulamentar, foi por uma opção política do Poder Executivo. Não vamos retomar esse assunto. Se isso, num determinado momento, foi resultado de

uma postura omissa, cabe agora cobrar responsabilidades, que o Poder Executivo retome um papel ativo para que esse preceito legal seja preservado e realmente se realize.

Se fizéssemos uma síntese dos problemas do serviço de TV a cabo até agora, seria de que ele tem os problemas que apresenta atualmente porque foi pensado exclusivamente como negócio, e não se estabeleceu correlação adequada entre a dimensão de negócio que ele tem, irredutível, com a utilidade social que pode ter. A utilidade social que ele tem hoje é pequena em relação à que poderá ter. E é com essa compreensão que temos a expectativa de que o trabalho desse grupo possa restabelecer o equilíbrio entre essa dimensão de negócios e o atendimento de demandas sociais que podem ser compatibilizadas sem muita dificuldade.

Essa situação, aliás, de ser pensado como dimensão de negócio diz respeito sobretudo a essa omissão do Executivo no sentido da formulação de uma política. E o fato de ter sido pensado como dimensão de negócio foi o que restou, ou seja, os operadores do serviço tinham que buscar viabilizá-lo com os meios que encontraram dentro do referencial legal. Buscaram os caminhos que conseguiram encontrar e definir. O que temos que fazer aqui é alargar o horizonte para definição desses caminhos e, de forma conjunta, consensual, identificar pontos que possam traduzir o equilíbrio entre essa dimensão de negócio e a utilidade social que o serviço poderá ter.

Tem a palavra o nosso convidado José Francisco de Araújo Lima, da ABTA.

**O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA** (Diretor Jurídico da ABTA) – Obrigado, Presidente.

Claro que eu queria estabelecer, com os demais companheiros convidados aqui, no agradecimento dessa oportunidade ímpar para nós, um diálogo com um órgão tão importante do Legislativo, e vamos tentar aproveitá-la da melhor maneira possível. No entanto, como o Presidente fez menção ao art. 3º e talvez a um desvio de propósito, gostaria de defender intransigentemente o papel que a TV a cabo tem exercido nesses oito anos.

Não existe qualquer outra mídia ou veículo que tenha tanto espaço reservado para finalidade social, cultural, com canal educativo-cultural aberto 24 horas para qualquer instituição municipal, estadual ou federal – um canal para a Câmara, um canal para o Senado, um para a Justiça, um para ações comunitárias locais, um canal universitário, um para a Assembléia Legislativa. Acredito que ninguém tem isso.

Dizemos que somos um avião que decolou com uma porção de cadeiras ocupadas de graça. Desses canais não temos qualquer contrapartida, vantagem, benefício fiscal ou crédito de Imposto de Renda. Isso é um mérito dos elaboradores da lei, e o Presidente foi um dos mentores, um defensor intransigente desse papel social. Nós, operadores, temos cumprido a nossa parte. Agora, se as instituições não têm sabido utilizar melhor esse canal que abrimos permanentemente e colocamos à disposição 24 horas por dia, não é responsabilidade nossa.

Se bem que, com a ajuda da Deputada Irma Passoni, tomamos a iniciativa, no caso da **NET**, e elaboramos um rico manual para conduzir e harmonizar os interesses das diversas ONGs para acessarem o canal, porque chegamos a ter 119 ONGs inscritas para participar do canal comunitário de São Paulo. Era um problema.

Como se abre esse canal? A Deputada prestou um inestimável serviço, que inclusive levamos para a Anatel há alguns anos, que toda operadora pode ter acesso quando quer disciplinar. Peço ao Presidente para dar um apoio, porque fizemos a nossa parte.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Antes de passar a palavra ao Professor Murilo Ramos, eu gostaria de fazer um reparo na intervenção. Primeiro, quanto ao justo registro de que não existe serviço no Brasil que tenha uma interação tão forte com a população e que, na sua configuração, expresse tão claramente as demandas da sociedade em relação ao serviço, mesmo porque ele foi regulado por um processo de formulação consensual.

Quando falei da utilidade social, que ainda é pequena, isso não significa não reconhecer a utilidade social que já demonstra, mas um potencial que ainda não está explorado e que poderia sê-lo, por exemplo, na medida em que se produzisse uma massificação mais ampla do serviço de TV a cabo, fazendo com que aquilo que está confinado em um pequeno segmento social tivesse uma larga penetração. É nesse sentido que uma medida que pode ter interpretação exclusivamente econômica ou de negócio da maior importância para a sociedade. Encontrando uma equação comercial para produzir essa massificação, talvez até aproveitando bases que a ABTA proponha, teremos multiplicada essa utilidade social, na medida em que se permita integrar aquilo que hoje está na casa dos milhões para dezenas de milhões.

Com a palavra o Professor Murilo Ramos, da UnB.

**O SR. MURILO CÉSAR RAMOS** (Diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília) – É sempre tentador fazer avaliação e discutir todas as questões pertinentes à TV a cabo e ao setor de TV por assinatura, mas estou verificando que são 15h30, o nosso limite é 17h. Este é um grupo grande e eu pensava que encaminhamento poderia ser dado ao trabalho deste grupo, que também é uma reflexão sobre o que podemos fazer no tempo de que dispomos.

Acredito que há três blocos de questões envolvidas neste assunto: há as questões legais, que dizem respeito ao marco regulatório do setor – existe uma lei, uma portaria, um decreto, ou seja, há uma disparidade de modos de regulamentação da TV por assinatura, se é que se vai partir para a discussão da TV por assinatura como um todo, e não apenas da TV a cabo; há um bloco de questões de mercado, que dizem respeito a modelo de negócio – que modelo ou modelos de negócio poderão permitir a saída do impasse em que o setor se encontra hoje, de estagnação de assinaturas –; e questões que realmente são importantes, que vou chamar aqui de questões sócio-culturais, relativas à inserção da TV por assinatura no processo de consolidação democrática, desenvolvimento da cultura e inclusão social. Creio que não há como fugir disso, que está implícito nesse artigo que o Conselheiro Daniel leu.

Penso que, em sessenta dias, o máximo que se pode aspirar, concretamente, tem a ver muito mais com o modelo de negócios, ainda que não se possa discutir o setor, olhando apenas como *business* – perdoem-me; ele já disse isso diversas vezes. Quem quer ser empresário de mídia, de setor de comunicação social sabe que está lidando com negócios diferentes, que trazem responsabilidades não apenas para aqueles que são detentores de concessões públicas, mas também para quem é detentor de meio impresso. São questões muito mais complexas que não podem se esgotar num prazo de sessenta dias.

Então fico imaginando que há dois blocos prioritários aqui. A própria questão normativa, legal, é complicada. Por exemplo: está no documento da ABTA, claramente, que a Anatel já trabalhou no regulamento por setor de comunicação eletrônica de massa, como ela chamou, tentando consolidar toda essa regulamentação num bloco só, para buscar um tratamento mais uniforme que poderá ter repercussão sobre o modelo de negócios.

Não sei se outras sugestões melhores que essa poderão surgir; estou tentando apenas ajudar no

equacionamento, na condução desse trabalho daqui para frente.

Evidentemente, em sessenta dias, há que se dar prioridade, até para ser coerente com o que originou esse debate, ao Projeto Suassuna.

O Projeto Suassuna, salvo melhor juízo – participei até de audiência pública em que ele foi discutido –, continha a idéia de que o capital estrangeiro poderia ser um modo de equacionar o negócio, com aporte financeiro, etc. Estou convencido de que não é por aí, mas a idéia tem que ser discutida.

Então fico imaginando que existem três pontos aqui, sendo que dois são prioritários, quais sejam, as questões de mercado, modelo de negócios, e marco regulatório, porque ele impacta o modelo de negócio de algum modo. Não sei se será possível tratar tudo em sessenta dias.

As questões mais amplas, socioculturais, evidentemente, têm que sempre estar presentes. No entanto, elas são as mais difíceis, porque implicam outro tipo de discussão mais complexa.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Esta reunião está ligada umbilicalmente ao projeto do Senador Ney Suassuna. No projeto, falava-se em negócio. Criava-se ali uma alteração societária de um negócio. E foi em função disso que o Conselho se posicionou.

Quando se tratou aqui de definir se o Conselho era favorável ou não à quebra dos 49%, tratou-se tão-somente do negócio. Que repercussão poderia ter no sistema de comunicação social do País?

Ali, defendi que não era interessante para as TVs abertas do Brasil a possibilidade de existir, nas TVs por assinatura, a cabo ou por satélite, empresas multinacionais com 100% do negócio. De sorte que estou aqui, Sr. Presidente, vinculado àquilo que decidimos.

Quanto à questão regulatória, penso que, com o instituto das medidas provisórias no País, para qualquer dificuldade que eventualmente se tenha, basta mudar a lei.

Se vai se falar em renúncia fiscal do Estado para atender determinado tipo de pacote das TVs abertas, se vai se tratar de verificar qual seria a vinculação das TVs de assinatura com projeto do Governo de inclusão digital, o que as TVs por assinatura poderão fazer? Há um vácuo jurídico, então vamos supri-lo. Se há um dispositivo legal que impede, vamos tentar alterá-lo. É uma questão meramente jurídica e negocial.

Quanto a analisar o modelo de TV por assinatura, se atende aos princípios, se protege, se defende a

cultura nacional, se não defende, esta reunião, no meu entendimento, não foi convocada para decidir isso, mesmo porque esse é um problema que será demandado, no momento certo, no Conselho, e isso vai levar muito tempo, porque há membros do Conselho que defendem a mudança total do modelo de concessão no Brasil. Essa discussão vai levar anos.

De sorte que eu queria colocar um foco nesta nossa reunião. Vim aqui para verificar, tirando a questão do capital estrangeiro, o que o Conselho pode fazer efetivamente para ajudar as TVs por assinatura do Brasil.

Na última reunião do Conselho, estiveram aqui o Presidente e o Diretor da ABI. Houve uma conversa de grego com japonês, porque queriam que nos posicionássemos sobre como efetivamente poderíamos ajudá-los – estão com um problema financeiro gravíssimo –, e as pessoas falaram sobre tudo, menos como resolver. Vi a cabeça baixa do Presidente e do Diretor da ABI, que vieram aqui tentar um socorro lógico, coisas concretas. Vamos mudar a lei; vamos criar a Ordem dos Jornalistas do Brasil; vamos criar o Conselho Federal. Enfim, não se fez nada, e os dois voltaram para o Rio de Janeiro sem ter resolvido, nem de leve, qualquer resquício do seu problema.

Estamos aqui ajudando a TV por assinatura a resolver esse problema. Que condições jurídicas serão necessárias? Quais os impedimentos legislativos a serem transpostos? Existe dificuldade operacional? Existe. O que se poderá fazer?

Foi para isso que vim aqui. Não vim discutir o modelo da TV por assinatura no Brasil no aspecto social, de proteção da juventude e coisas desse tipo. Não foi para isso que esta reunião foi convocada.

**O SR. MURILO CÉSAR RAMOS** (Diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília) – Uma questão de ordem. Não estou entendendo...

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Não vou polemizar com o senhor, estou falando do que o Conselho fez e aprovou. O senhor não está entendendo. O que aprovamos? Aprovamos que não seria possível a desnacionalização das TVs por assinatura. Depois, aprovamos um grupo de trabalho, do qual faço parte, para estudar soluções para o modelo. Não vamos discutir modelo.

**O SR. MURILO CÉSAR RAMOS** (Diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Concedo a palavra ao Sr. Murilo Ramos, da Universidade de Brasília.

**O SR. MURILO CÉSAR RAMOS** (Diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília) – Entendi que é isso que viemos fazer aqui, que a questão de modelo sociocultural não está em pauta. Não estou entendendo por que este assunto está surgindo, uma vez que, na minha intervenção, deixei claro, como prioridade, que, em 60 dias, só haverá tempo para discutir o modelo de negócios.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Mas a nossa reunião é exatamente para discutir o modelo de negócios. Se vamos discutir depois a questão filosófica da TV, não está em jogo aqui. O que está em jogo é discutir soluções. O que a ABTA pretende e o que o Conselho pode ajudar.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Com a palavra o Sr. Alexandre Annenberg, da ABTA.

**O SR. ALEXANDRE ANNENBERG** (Diretor Executivo da ABTA) – Eu ia fazer um comentário exatamente nessa linha. Penso que já se desfez o mal entendido, porque as questões legais, no momento oportuno, serão levantadas, desde que seja necessário levantá-las. As questões socioculturais virão naturalmente, porque fazem parte do conjunto de atividades da televisão por assinatura e, como já dissemos aqui, hoje já se preenche grandemente essa presença sociocultural. Oportunamente, veremos de que maneira incrementar e desenvolver sempre mais.

Na realidade, o nosso foco é, claramente, no momento, a discussão de um modelo de negócio. Eu gostaria, para simplesmente avivar o debate, de lançar uma questão, verificar se faz sentido o que proponho e se vale a pena prosseguir nessa linha.

A pergunta que faço é a seguinte: temos que continuar mantendo a televisão por assinatura atrelada à tecnologia que ela utiliza? Hoje sabemos que os operadores de TV a cabo têm uma concessão; MMDS, satélite têm as suas autorizações. É um serviço de TV a cabo ou é um serviço de TV por assinatura. Em sendo um serviço de TV por assinatura, o operador poderia ou não utilizar a tecnologia que lhe fosse mais eficaz e conveniente para cobrir aquela determinada área geográfica.

Talvez pudéssemos discutir um pouquinho sobre esse conceito, que, depois, poderá servir de base, de premissa para evoluções futuras.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Conselheira Berenice.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – Não vou entrar na questão específica que o Alexandre nos apresenta, mas não poderia deixar de falar.

Também faço como que um apelo, talvez pelo fato de eu ser a única representante do sexo feminino, do sexo frágil aqui, não na sala, mas aqui no grupo de trabalho.

O Conselho de Comunicação Social é o único conselho constitucional que existe, e sabemos, a cada dia, a necessidade e a importância dele, mas que ainda enfrenta muitas fragilidades, inclusive pelo fato de ser muito menor do que a sociedade brasileira. O próprio fato da ABTA não ter assento nele demonstra isso claramente. Por outro lado, faz parte desse reconhecimento da necessidade de fortalecer o Conselho e de torná-lo mais legítimo a cada momento convidarmos todas essas pessoas e esses segmentos, nem que seja só para ouvi-los. Além de mostrarmos à população temas que até agora ninguém podia discutir ou nem pensava em ouvir, além de emitirmos nossos pareceres e enviá-los ao Congresso, não nos resta muito a fazer, a não ser que queira se fazer uma “vaquinha” para auxiliar a ABI ou mandar uma carta ao Palocci, pedindo que descontingencie o Orçamento para as questões sociais.

Eu queria fazer um apelo. A gentileza é a alma das relações humanas. Não podemos pensar que o mercado resolve tudo, que o mercado, os negócios são tudo; e vocês, homens, são acostumados – e foram colocados, na vida, na sociedade, para isso – a fazer isso o tempo todo. Creio, sinceramente, que vocês merecem reconhecimento, pois têm feito coisas muito boas no processo civilizatório, mas isso não é tudo; isso não é a vida.

Como muito gentilmente o Conselheiro Daniel Herz afirmou, se conseguirmos resolver esse negócio, estaremos, sim, fazendo um bem social, estaremos, sim, possibilitando a elevação do repertório social, cultural, humanitário, espiritual do povo brasileiro.

Eu não poderia deixar de falar, porque me sinto pessoalmente constrangida quando vejo uma coisa assim meio babuína que me assusta. Faço um apelo:

que levemos esta discussão no mais elevado nível e da forma mais democrática possível.

Obrigada.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Roger Karman, da ABTA.

**O SR. ROGER KARMAN** (Membro do Conselho Deliberativo da ABTA) – Creio que a fase dos agradecimentos já passou, mas, em todo caso, eu gostaria de agradecer o convite e a oportunidade e de dizer que lamento muito que não tenhamos tido mais contato nos últimos oito anos.

Mesmo sem a existência do Conselho de Comunicação Social, teria sido útil debater uma série de questões que ficaram sem debate realmente. Com isso, houve um certo empobrecimento. Todos estavam envolvido com a ação e não paramos para refletir.

Estou aqui representando as pequenas e médias empresas de TV a cabo. Creio que consigo entender os problemas das grandes empresas, porque já estive numa grande empresa, mas tenho que defender aqui um conjunto de empresas que não têm muito lugar nem na imprensa nem em outros lugares.

Querida dizer que, muitas vezes, os problemas que afligem as grandes empresas são muito diferentes nas pequenas empresas. Quando leio nos jornais que se atribui a causa da crise da TV a cabo no Brasil a gastos faraônicos em infra-estrutura ou a grandes dívidas atreladas ao dólar, digo que não tenho nada a ver com isso, não tenho acesso a essas fontes de financiamento, não tenho acesso ao BNDES. Esse é um problema que carece de solução.

Na verdade, o que o BNDES faz é, mais ou menos, o que fez hoje. Ele diz: não temos tempo para isso, especialmente, para pequenas empresas. Em qualquer empréstimo abaixo de seis milhões de reais eles dizem: falem com seu banco, pois isso é pequeno demais para nós. Ora, para que serve o BNDES mesmo? É algo que me deixa profundamente indignado e já cobre isso, publicamente, diversas vezes. Agora, que mudou a administração do BNDES, vamos abrir um crédito de confiança.

Então diria que posso passar horas aqui, analisando as causas e problemas que nos trouxeram a esse ponto em que nos encontramos. Vivemos uma crise. Faço uma pergunta: quem somos nós? Quem está vivendo uma crise realmente? O setor de TV por assinatura? Não. O setor de TV a cabo? Em grande parte, sim; em pequena parte, não. A minha empresa não está em crise. Existem problemas críticos para resolver? Sim, mas crise é outra coisa. Temos que pa-

rar de chamar de crise o que não é crise. O setor de DTH não vive uma crise. Ele vai muito bem, obrigado. Tem problemas? Claro, sempre terá.

Sendo assim, gostaria de dizer que realmente existem problemas que são nossos e que temos que resolver, como empresários, e problemas para cuja solução precisamos de apoio, ajuda e soluções, finalmente, tanto por parte da Anatel e do BNDES como por parte do Congresso Nacional. Aí sim, acredito que o Conselho tem um papel fundamental a desempenhar.

Entre os problemas que precisamos de ajuda, diria que, certamente, o acesso a fontes de recursos financeiros é da maior importância, porque é preciso fomentar o crescimento de pequenas e médias empresas de TV a cabo no País. Sem isso essa indústria não vai se desenvolver. Um dos pecados originais, digamos, da nossa indústria, no Brasil, é o fato de ter nascido já muito grande, muito sofisticada, muito moderna, muito empresa do Século XXI, sem que houvesse, para servir de base para tudo isso, um histórico de pequenas e médias empresas enraizadas na sua realidade, criando novos assinantes, desempenhando uma função social, porque estão enraizadas, mas conhecendo seu mercado de muito perto. No Brasil, a TV a cabo nasceu com 40 anos de atraso, disputada por dois grandes grupos de comunicação, propondo tecnologias de Século XXI para um mercado que não sabia, nem de longe, o que era TV por assinatura e que gozava dos benefícios de uma TV aberta de boa qualidade.

Então, dever-se-ia tentar abrir o mercado e examiná-lo de forma menos elitista do que é feito hoje. Nosso modelo de televisão por assinatura nasceu mais voltado para a Suécia do que para o Brasil. Sei que essa não é uma opinião compartilhada por meus companheiros aqui. Enfim, temos convergências e divergências, como qualquer grupo, como o próprio Conselho e como esta Comissão. E é normal que assim seja. Eu queria trazer esse depoimento aqui. Sem dúvida alguma, a dificuldade de acesso a fontes de financiamento tem sido um entrave extremamente importante, e que pode ser removido.

Outro entrave é a carga tributária. Se queremos universalizar o serviço de televisão por assinatura, é preciso fazer uma das coisas que estão na lei, que é oferecer um pacote mínimo a preço muito baixo, com isenções e até com incentivos fiscais. Esse pacote mínimo deverá incluir os canais básicos, os canais abertos, os canais obrigatórios, canais educativos. A TV a cabo, entre outras coisas, propiciou o surgimento de alguns canais extremamente importantes, como

o **Canal Futura**, por exemplo. Não quero fazer comercial de ninguém, mas assistam.

Então essas coisas podem, sim, ser feitas, e eu gostaria de continuar a discussão nesse sentido.

Obrigado.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Com a palavra o Sr. André Borges, da ABTA. Depois, ao Sr. Antônio João.

**O SR. ANDRÉ BORGES** (Membro do Conselho Deliberativo da ABTA) – Eu represento as grandes operadoras. Reconheço a necessidade de acesso a recursos pelas pequenas empresas, mas, por outro lado, até as grandes têm dificuldades de recursos. Prova disso é a situação enfrentada pela **NET** para conseguir pagar o seu serviço da dívida. O recurso a que ela teve acesso era muito caro. Então é bastante importante viabilizar a modernização do serviço para as grandes operadoras e disponibilizar um modelo industrial que permita a digitalização do serviço, possibilitando também o seu avanço. A necessidade de fomento e de uma política industrial afeta as grandes empresas, que estão enfrentando dificuldades testemunhadas por todos.

Isso pode e deve ser um instrumento bastante eficaz para a digitalização do cabo, assim como para o oferecimento de novos serviços, remunerando-se essa rede, como no caso da telefonia IP, telefonia Internet e coisas do gênero.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Concedo a palavra ao Sr. Antônio João, da ABTA.

**O SR. ANTÔNIO JOÃO** (Diretor de Tecnologia da ABTA) – Eu queria abordar exatamente esse sistema mencionado pelo André Borges a respeito da rede.

Muito se fala que os operadores tiveram que utilizar seus próprios recursos para construir sua infra-estrutura. Sem querer analisar o passado, vale dizer que, na época, era muito difícil conseguir um acordo com qualquer uma das teles para utilizar a infra-estrutura de fibra ótica, que era a única possível, pois nenhuma tele tinha rede coaxial para oferecer aos operadores.

De qualquer forma, a rede construída foi feita no estado da arte. Ainda é uma rede extremamente avançada, mas infelizmente está subutilizada. Hoje a média é de 25% de clientes nessa rede, ou até pouco menos do que isso, sendo utilizada.

Vimos aqui buscar soluções para que consigamos aumentar a utilização da infra-estrutura, evidentemente com todos aqueles benefícios que pudemos ouvir aqui benefícios socioculturais, que contribuam para uma utilização maior da rede. Mas não podemos deixar de dizer que não é apenas com esse tipo de cliente, cliente de televisão, que essa infra-estrutura pode ser utilizada.

Quando houve a abertura das telecomunicações para que novas empresas de telefonia fixa se instalassem, não houve qualquer manifestação do Executivo para que essas redes, que são o estado da arte, são redes de faixa larga, de alta capacidade, de alta disponibilidade, fossem utilizadas como alternativa na competição da telefonia fixa comutada. Então temos hoje uma competição de telefonia fixa comutada que na realidade é quase inexistente, pois não existe competição, e nós temos uma rede que passa hoje na frente de 10 milhões de domicílios no nosso País, e que não é utilizada para isso. Entretanto, como a Conselheira Berenice disse, não dá para o mercado fazer tudo sozinho.

Gostaríamos de encontrar algum tipo de mecanismo para que essas redes fossem efetivamente utilizadas para outras atividades, como, por exemplo, na competição da telefonia fixa comutada, e ajudassem a viabilizar o negócio, que é também um grande motivador da nossa presença.

Muito obrigado.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Com a palavra o Sr. José de Araújo Lima, da ABTA.

**O SR. JOSÉ DE ARAÚJO LIMA** (Diretor Jurídico da ABTA) – Sr. Presidente, eu queria dar uma sugestão para não perdemos a oportunidade de uma questão que o Annenberg levantou e à qual o Professor Murilo também fez referência, no sentido de que o Presidente pedisse à Anatel que comentasse sobre o serviço desvinculado da tecnologia e no sentido de ter um regulamento do Sema – Serviço de Comunicação Eletrônica de Massa – preparado para consulta pública. De repente, a Anatel parou o processo.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Com a palavra Ara Minassian, da Anatel.

**O SR. ARA APKAR MINASSIAN** (Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Estamos trabalhando nesse processo, mas, conforme é de amplo conhecimento, para juntar todas as infra-estruturas, tem-se que passar por cima da Lei

de TV a cabo, e, na regulamentação de TV a cabo, está bem claro que temos que interagir com o Conselho de Comunicação Social. Então o que ocorre?

Quando começamos a falar no processo – não se vai simplesmente eliminar uma parte da legislação –, ao tratá-lo como um todo, entra-se novamente em um processo em que se precisa alterar pontos da lei. E vem todo o aspecto: qual é a política do negócio? Retrocede-se e acaba virando uma bola de neve.

O importante não é empurrar o problema, mas procurar manter entendimentos com o Ministério para verificar qual será o futuro disso. Mas novamente retrocedemos. Fazer a regulamentação é fácil, pois está praticamente, eu diria, pronta para ser discutida, no entanto, ou se monta uma regulamentação e nela se colocam todas as exceções da própria Lei de TV a cabo... Porque ali existe uma certa dicotomia entre os serviços – aliás, essa é uma pergunta interessante, por isso no início eu falei sobre o foco.

Então o que ocorre? DTH e MMDS – não quero entrar em tecnologia, o objetivo não é tratar tecnologia aqui, mas serviço de TV por assinatura – têm toda uma construção, têm toda uma vertente, ou seja, a Lei Geral, Decreto nº 2.196, e assim por diante.

Quando se consulta a Lei de TV a cabo, a Lei nº 8.977, abaixo temos o regulamento de TV a cabo e a norma de serviço de TV a cabo. O que ocorre? Em relação a essa parte, entendemos e apoiamos integralmente a ABTA. Mas ao simplesmente gerar uma nova regulamentação neste momento, somente para tentar colocar debaixo de um arcabouço, estarei mexendo em algo maior do que simplesmente dizer que a infra-estrutura é única. Principalmente por causa da mudança de Governo, procuramos não dar andamento ao processo, apesar de todas as grandes linhas já estarem praticamente prontas. Mas tem que haver uma discussão.

Primeiramente, qualquer alteração no regulamento da TV a cabo tem que passar pelo Conselho, que se estabeleceu recentemente, e depois temos que verificar que política macro será adotada para o próprio serviço. Essa é a única razão, Dr. Francisco Araújo, já que simplesmente não colocamos o processo na rua e tampouco progredimos, porque estamos esperando para saber qual será a grande política para o serviço de TV por assinatura a fim de, com base nisso, continuarmos trabalhando.

Se o Conselho entender que dá para trabalhar, eu diria que estamos prontos para colocar em consulta pública.

**O SR. ALEXANDRE ANNENBERG** (Diretor Executivo da ABTA) – Eu gostaria de saber se entendi bem a colocação do Dr. Ara. Podemos entender que a Anatel está trabalhando no sentido de desvincular o serviço da tecnologia. Claro que isso exigirá revisão de leis, regulamentos e normas. Tudo bem, isso será uma consequência. Mas, como conceito, estamos percorrendo esse caminho, essa estrada?

**O SR. ARA APKAR MINASSIAN** (Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Ratificando em público. Na última reunião do congresso da ABTA foi dito publicamente, defendemos isso – o Conselheiro Valente reafirmou isso – e deixamos claro na nossa palestra que estamos buscando a convergência. Então para nós é importante – e vamos entrar em uma nova discussão – que, ao se falar em infra-estrutura, levemos em consideração que cada infra-estrutura abraçou um conteúdo diferente. Novamente voltamos à questão do usuário, que é transparente, mas tem que ser preservado o conteúdo a que ele tem acesso ou teremos que negociar com ele a mudança de uma plataforma para outra, desde que não se perca o conteúdo. Esse não é o objetivo desta discussão, mas, em termos de infra-estrutura, é isso que defendemos, a Anatel não mudou de posição.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Com a palavra o Conselheiro Roberto Wagner.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, penso que deveríamos tentar dar um segundo passo. Conselheiro Annenberg, se vocês pudessem mostrar ao grupo de trabalho, com a maior rapidez possível, quais são os gargalos jurídicos que estão atravancando um maior desenvolvimento... Por exemplo: existe alguma norma no BNDES que impeça financiamento para pequenos e grandes? Se positivo, traga para nós sugestões de alterações dessas emendas, desses dispositivos no BNDES.

O documento de vocês prevê TV por assinatura em interação com as TVs abertas. Quem sabe a TV por assinatura seria um suporte da implementação da TV digital nas TVs abertas? Isso é viável? Sim, então vamos detalhar mais.

Revisão dos contratos, eliminação de cláusulas de exclusividade, reajuste em dólar e venda casada. Vamos estudar no Conselho, talvez na próxima reunião, a propriedade cruzada e a concentração da mídia. A venda casada é, em tese, proibida. Existe uma série de decisões do CADE que proíbem a venda ca-

sada quando há prejuízo para um dos concorrentes. Vocês têm que trazer subsídios para nós.

Quanto a essa questão da inclusão digital, penso que a TV por assinatura poderá ser o grande artífice da inclusão digital, mas tem que ser dito que o modelo que vocês imaginam entregar ao Ministro da Educação ou ao Ministro das Comunicações é esse. Se o Conselho entender que vai engajar, estaremos juntos.

Na questão da Anatel, o Dr. Ara foi muito claro: é preciso saber se a Anatel, que é uma agência, está seguindo o caminho que considera melhor. Mas pode ser que os caminhos da Anatel não sejam os melhores para o negócio de TV por assinatura. Pode dar sugestões. No mundo jurídico, as pessoas pensam que a dificuldade legislativa é enorme e, às vezes, é um parágrafo que atropela tudo. A ausência de um parágrafo ou a introdução podem resolver quase metade dos problemas. Então quem tem advogado deveria fazer essa leitura legislativa para verificar que, se mudar ou introduzir um parágrafo, quem sabe já vai dar para fazer isso.

Penso que os senhores terão que ser ativos. Hoje foi o início desse trabalho. Estarei sempre a postos para receber sugestões, vamos correr atrás de nó legislativo. Tem medida provisória? O Conselho é obrigado a ser ouvido? Sim, mas o Governo apresenta medida provisória, manda para cá, tentamos agilizar a prova. Creio que é possível ajudar o setor sim, de forma muito prática e rápida. Vai depender dos senhores. Se sairmos dessa divagação antológica e entrarmos na situação legislativa – é preciso mudar ou introduzir isso, o BNDES precisa receber uma orientação do Ministro da Fazenda para que faça isso ou aquilo –, vamos ajudar e muito.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Com a palavra Alexandre Annenberg, da ABTA.

**O SR. ALEXANDRE ANNENBERG** (Diretor Executivo da ABTA) – Nessa linha, só para ressaltar a colocação do Conselheiro Roberto Wagner, estamos tentando, desde o alvorecer da legislação do Fust, fazer com que a televisão por assinatura, que contribui ativamente com o Fust, possa utilizar esses recursos em projetos de universalização, etc., e até agora a legislação não permite. É claramente um ponto onde temos dado murro em ponta de faca. Não conseguimos ser ouvidos por uma mudança tão simples de uma legislação que nos inclua não como beneficiários, mas que possamos usufruir dos recursos do Fust para projetos de universalização.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Estamos entrando, conforme distribuição do tempo previsto para a nossa reunião, na etapa em que vamos definir as nossas condições de trabalho. Como disse anteriormente, vamos combinar isso em conjunto. O grupo não teve qualquer reunião prévia e vamos definir agora essas condições.

Recuperemos as propostas que foram surgindo para as definições dessas condições de trabalho, quais sejam: ampliação da problemática analisada da TV a cabo para o conjunto do serviço de TV por assinatura; a cobrança da existência de um foco, feita pelo Ara, depois pelo Conselheiro Roberto Wagner e pelo Professor Murilo também, na questão do modelo de negócios e, finalmente, agora, esse aspecto da relação de vinculação entre as outorgas e as tecnologias.

Mais alguma sugestão ou alguma proposição que tenha sido omitida?

**O SR. ALEXANDRE ANNENBERG** (Diretor Executivo da ABTA) – A carga tributária...

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – São pontos específicos. Refiro-me a alguns aspectos que envolveriam definição metodológica e de abrangência temática.

Então essa questão da abrangência temática se enquadra na definição da sistematização do conteúdo que vamos fazer. Eu apontaria três pontos para definirmos essa organização de trabalho: primeiro, uma definição mínima que seja sobre um método de trabalho; o segundo, uma definição sobre a sistematização do conteúdo que iremos desenvolver, inclusive a questão da abrangência; o terceiro ponto seria um cronograma de trabalho, com a definição da periodicidade das reuniões.

Em relação ao método de trabalho, proponho quatro pontos, apresentados aqui mais a título de *brain storm* do que de uma formulação acabada: o primeiro refere-se à atuação do grupo, considerando, inclusive, as limitações de tempo e a abrangência do assunto, para que busque o recolhimento sobretudo de documentos por escrito a serem apresentados por entidades especialistas, de modo que seja feito um melhor reconhecimento de posições, um agregado maior de dados e de informações, enfim. Toda essa documentação, quando for recebida, deve também ser disponibilizada publicamente, para que se produza o maior acesso possível e, conseqüentemente, o maior número de comentários e de sugestões que ve-

nham aportar num grupo de trabalho. Então a primeira definição metodológica seria essa.

O segundo ponto seria o esforço que o grupo faria para identificar, nessa massa de contribuições que forem recolhidas ou que cheguem ao grupo de trabalho, aspectos polêmicos, divergências ou necessidades de esclarecimentos, para colocá-los em debate nas reuniões do grupo. Organizariamos as reuniões do grupo em que essas questões seriam elucidadas e debatidas.

O terceiro ponto refere-se ao fato de que toda essa documentação seria colocada à disposição não somente dos integrantes do grupo, mas também publicada, para que pudesse, na medida do possível e do interesse, provocar reações e comentários, enfim, contribuições que pudessem enriquecer o trabalho do grupo.

Como quarto e último ponto, dando conseqüência ao processo, os comentários, observações e considerações dos integrantes do grupo ou de terceiros a respeito da documentação que for sendo recolhida pelo GT serão bem-vindos e estimulados.

Enfim, seriam essas as quatro definições metodológicas mínimas para orientar o trabalho do grupo.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Concedo a palavra a V. S<sup>a</sup>.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Gostaria de dar uma idéia ao setor. Na próxima terça-feira, daqui a uma semana, seria razoável o grupo receber sugestões de renúncia fiscal, em conseqüência da carga tributária, do BNDES e, eventualmente, de nó jurídico junto à Anatel? Seria razoável uma semana? Eu somente poderei trabalhar quando receber matéria-prima. Qual é a matéria-prima com que eu trabalharei, como advogado e como membro do grupo?

Existe o nó jurídico junto ao BNDES. Há uma resolução em que esse setor não está, digamos, beneficiado. Há a questão da Lei do Fust e da Lei do Funtel. Devemos verificar a Lei do Fust e a Lei do Funtel e averiguar se nelas existe uma brecha jurídica – o José Francisco poderia fazer isso – em que o setor pudesse se encaixar. Bastaria, talvez, uma resolução do Conselho Gestor do Funtel e do Conselho Gestor do Fust. São itens práticos.

**O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA** (Diretor Jurídico da ABTA) – Dr. Roberto Wagner, ao

Funtel temos acesso. Ao Fust não temos acesso, pois quando ele foi constituído, ficou reservado às companhias de telefonia fixa comutada.

Há no Congresso Nacional, em tramitação, um projeto que veio mediante mensagem do Executivo e que ainda não foi votado na Comissão de Ciência e Tecnologia.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Seria interessante se recebêssemos o inteiro teor do projeto para saber se podemos ajudar.

Os senhores já estão recebendo o Funtel? Trata-se de um Fundo interessante. Parece-me que o Conselho Gestor do Funtel não tem muita apetência para trabalhar.

**O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA** (Diretor Jurídico da ABTA) – Estou recebendo uma informação do Dione Cravero, que é nosso Diretor em Brasília, de que o projeto que ampliava o Fust para nós, para telefonia celular, para todas as outras formas de universalização, foi retirado.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – O Conselho poderia, quem sabe, fazer gestões para que ele seja reapresentado.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Para a Taquigrafia: na interlocução com o Conselheiro Roberto Wagner estava o José Araújo Lima, da ABTA.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Quanto à questão tributária, penso que os senhores deveriam, num prazo bem exíguo, trazer-nos os nós, se é que eles existem.

Essa questão da interação com os Ministros da Educação e das Comunicações para saber se a inclusão digital poderá ter como base a TV por assinatura enseja um trabalho de convencimento.

O Ministro Cristovam Buarque poderá nos dizer que levamos para ele a solução. Mas o que é preciso ser feito? Um megaconvênio com as televisões, com os pequenos, com os grandes? Precisamos saber se a inclusão digital tem dinheiro ou não; o que é preciso.

Os Conselheiros não terão condições – eu, por exemplo, não terei – de fazer pesquisa para ajudar o setor. Mas, mediante provocação, penso que o meu trabalho e de todos os Conselheiros será muito mais fácil. Vocês já sabem que terão total ajuda.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Os dois integrantes do grupo, o Conselheiro Roberto Wagner e José Araújo Lima, da ABTA,

acabaram antecipando pontos de conteúdo que vamos arbitrar agora. Ao mesmo tempo, em alguma medida, já apontaram as dificuldades e a necessidade de termos uma abrangência adequada da abordagem do grupo. Ao citarem esses aspectos pertinentes ao modelo de negócios, estão tratando de assuntos que dizem respeito a uma relevante possibilidade sócio-cultural contida nessa formulação. Fica difícil, pois não estamos tratando apenas de um modelo de negócios. Aspectos de um modelo de negócio dizem respeito ao cumprimento das finalidades abrangentes estabelecidas no art. 3º da lei.

Do mesmo modo que temos que ter um foco temático, uma identificação, como disse o Conselheiro Roberto Wagner, precisamos de definições claras quanto a financiamento, ao papel que se pode cumprir com relação à educação, por exemplo, entre outras “n” possibilidades que devem surgir.

Ao mesmo tempo em que não teria sentido reprimirmos a identificação de possibilidades – algumas latentes, outras já amplamente reconhecidas –, não podemos, sob pena de estreitar as próprias possibilidades do trabalho deste grupo, também artificializar demais a limitação, com a justificativa de que se trata de um trabalho que tem limitações de tempo.

Penso que o desafio de produzirmos o máximo e o melhor dentro desse nosso período limitado deverá ser a referência, sobretudo nessa parte inicial. Evidentemente, vem daí a importância do reconhecimento dessa pauta, incluindo esses itens citados agora pelo Conselheiro Roberto Wagner.

Antes de entrarmos especificamente nesse ponto, gostaria de apresentar uma sugestão no sentido da operacionalização dessas referências metodológicas mínimas que definimos: a atribuição ao Representante da Universidade de Brasília, além de buscar contribuição em trabalhos acadêmicos que já estão desenvolvidos ou que estão em desenvolvimento, assim como o concurso de especialistas que possam ajudar nos trabalhos do grupo, de uma relatório técnico-científica na aglutinação dos dados e informações levantadas no grupo de trabalho, inclusive pela possibilidade de mobilização de estudantes de pós-graduação do Programa de... Murilo, ajude-me, é um nome comprido.

**O SR. MURILO CÉSAR RAMOS** (Diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília) – Eu gostaria de ponderar isso mais tarde, porque, dadas as características de tempo, objetivas, pragmáticas, creio que há limitações para fazer um trabalho desse tipo. Este grupo tem todas as condições de trabalhar nesse prazo em cima das sugestões da ABTA, inclusive a partir do relatório que foi feito. Num outro momento, numa questão mais ampla de discussão, que é o que está na convocação que nos foi trazida...

Quer dizer, havia uma perspectiva de decidir uma política mais ampla, que não está em questão neste momento. Acabei de confirmar a convocação que recebi – por isso fiz aquela questão de ordem, porque eu estava em dúvida –, que sinalizava para uma discussão mais ampla do art. 3º, das políticas, etc.

Como vamos para um encaminhamento mais objetivo, entendo que poderemos repensar o papel que a comunidade acadêmica, representada por nós neste momento, poderia dar a esse processo. Acredito que teremos uma limitação clara, Daniel. Gostaria que isso fosse levado em consideração, porque deve ser assim mesmo, vai terminar caminhando para um tipo de solução mais objetiva com base no que a ABTA apresentar ao grupo.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Esse entendimento será traduzido tanto na definição da pauta quanto na definição das recomendações de propostas e iniciativas que o grupo vai fazer.

Sem dúvida alguma, a interpretação do Murilo em relação ao sentido abrangente, à contextualização e ao alcance visado por cada uma das medidas e iniciativas propostas realmente foi esta: a de pensarmos a situação dos serviços de TV a cabo e as medidas a serem propostas com um sentido abrangente de recuperação dos próprios conceitos que orientam os serviços.

Não sei se os integrantes do grupo de trabalho têm esse entendimento. Então essa é uma questão que pode ser definida como preliminar.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, tenho muito presente que o foco dessa questão será esse mesmo. Só quero perguntar se também existe alguém da ABTA fazendo parte do grupo de trabalho.

**O SR. ALEXANDRE ANNENBERG** (Diretor Executivo da ABTA) – Todos quatro fazem parte do grupo.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Então creio que o foco será este: o modelo e como o grupo poderá, mediante a provocação ativa da ABTA, criar condições de atender.

**A SRA BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – Não sei, Sr. Presidente, se entendi bem a questão colocada, mas me parece que talvez seja prematura a eleição e atribuição da relatoria neste momento. Ainda nem se acabou de discutir como será desenvolvido o trabalho, o cronograma. Entendo

que essa questão poderá ser decidida depois, para não pararmos aqui.

**O SR. ROGER KARMAN** (Membro do Conselho Deliberativo da ABTA) – Só quero dar uma contribuição. Parece-me que sempre estamos apressados. Lembro-me que, na discussão da Lei do Cabo, tínhamos freqüentemente esse dilema: será que aprofundamos a discussão e atrasamos as coisas, ou será que aprovamos um documento que, mesmo que seja bom, não é perfeito? Agora também temos esse dilema, e teremos sempre.

Penso que é importante realmente fechar o foco sobre uma questão e tentar encaminhar a solução de alguns problemas. Vamos caminhar assim. Será um progresso para todos, com resultados concretos que vão nos entusiasmar a procurar mais resultados.

Independente disso – e creio que falo em nome dos colegas –, estamos dispostos a discutir a função social e cultural da nossa indústria a qualquer momento e em qualquer foro. É uma discussão que vai nos enriquecer e trazer à tona uma série de coisas que não estamos tendo a oportunidade de dizer. Acredito que estamos fazendo muito mais do que nos cobra a lei, mas se há queixas, críticas, recomendações em relação a esse assunto, precisamos sentar e discuti-las em qualquer momento, independentemente da existência de uma comissão designada especialmente para isso ou não. Talvez eu esteja sendo muito informal, mas por que não?

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Tem a palavra o Sr. João Batista Silva, do Ministério da Cultura.

**O SR. JOÃO BATISTA SILVA** (Coordenador-Geral de Atividades Audiovisuais do Ministério da Cultura) – Sr. Presidente, quero acompanhar as considerações feitas pelo Colega da UnB. Na convocação que recebemos, entendemos que haveria espaço para uma discussão mais ampla acerca não só do negócio em si, mas também do modelo de TV a cabo, que poderia ser repensado.

Em sendo o foco voltado somente para a solução do negócio, para as dificuldades por que o setor passa, não sei até que ponto o Ministério da Cultura teria contribuições a dar. Embora saibamos que, se por acaso as alternativas aqui construídas e as soluções encontradas passarem por uma modificação da legislação atual, e, em sendo ela uma legislação que reza também sobre um instrumento de veiculação de conteúdo cultural, terá de passar, com certeza, como têm passado todas as outras propostas que tramitam tanto no

Senado como na Câmara, pelo crivo do Ministério da Cultura. Então poderemos fazer as nossas observações lá mesmo no Ministério, porque é praxe deste Governo submeter aos Ministérios envolvidos na temática de qualquer projeto de lei, de qualquer proposta de alteração de lei, um parecer sobre as implicações impostas ao assunto, enfim, à temática em questão.

Essa é a minha indagação. Ou seja, em sendo o foco só a viabilidade do negócio, não sei até que ponto se pode chegar. Esta primeira reunião, até pelas informações que nos foram passadas, eu diria, de forma muito didática, para nós é enriquecedora, de grande valia, para termos uma noção mais exata da dimensão do problema.

Estamos dispostos a colaborar, mas, se o foco estiver voltado só para as condições de viabilidade financeira do negócio, não sei se teríamos uma grande contribuição a dar.

Era essa a minha participação.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Proponho entrarmos no debate da pauta, deixando essa questão, de tal forma que, ao identificar os itens de pauta, possamos responder essa questão. Estamos tratando apenas de uma formulação de modelo de negócio para a viabilidade financeira do serviço de TV a cabo ou não? Então, essa é uma definição crítica. Se identificássemos os pontos relevantes da pauta relevantes, já teríamos exemplificado ou sugerido uma resposta para a questão.

Algumas proposições surgiram ao longo das intervenções. Distribuímos uma proposta de sistematização de tópicos, o que corresponderia ao reconhecimento de três grandes linhas de abordagem: a primeira, a caracterização da situação atual do serviço de TV a cabo no Brasil; a segunda, a identificação de propostas de expectativas para a reestruturação, fortalecimento e valorização do serviço, com a ampliação de sua utilidade social, e a terceira, que seria o resultado final desse trabalho, recomendação de iniciativas e medidas do setor privado e do Governo Federal, do Congresso Nacional e da sociedade civil para a reestruturação do serviço de TV a cabo no Brasil.

Adiantam-se alguns elementos de conteúdo que poderiam ser suscitados. Como exemplo, citam os seguintes: dados do serviço apresentados pela Anatel até recolhemos do **site** da Anatel um apanhado de dados atualizados que já distribuimos para os integrantes do grupo; dados e análises de mercado apresentados pela ABTA – eventualmente, mais alguma coisa que possa complementar ou atualizar os dados; balanço de medidas de estímulo à produção au-

diovisual brasileira, que está colocado sem hierarquia, sem ordem de importância; balanço das medidas de estímulo à produção audiovisual brasileira, estabelecidas na regulamentação do serviço de TV a cabo, e canal exclusivo para produção brasileira que, infelizmente, foi o único instrumento de estímulo pelo Ministério da Cultura; avaliação do relacionamento atual entre o serviço de TV a cabo e de TV aberta; avaliação do relacionamento entre o serviço de TV a cabo e os demais serviços de TV por assinatura; avaliação das possibilidades técnicas de mercado para implementação de outros serviços por meio das redes utilizadas para prestação de serviços de TV a cabo; avaliação do atual grau de integração entre as redes de telecomunicações, tal como prevê a Lei nº 9.877; avaliação do risco de competição indevida que poderá ocorrer com o serviço ECM; inventário de estudos realizados pelo BNDES sobre TV a cabo e histórico de seu envolvimento com mercado de demais serviços de TV por assinatura; avaliação das experiências e operação dos canais de atividade pública; avaliação das experiências de utilização dos canais de uso eventual; análise da lei, do regulamento e da norma do serviço de TV a cabo, das suas potencialidades e problemas; aspectos econômicos, macro e micro, sendo considerado planejamento de alternativas para o serviço de TV a cabo; análise da adequação do conteúdo de TV a cabo às demandas sociais; avaliação das oportunidades nacionais e internacionais para a produção audiovisual brasileira.

No segundo ponto, propostas da ABTA: solicitação às entidades do segmento de televisão aberta para que apresentem suas expectativas e propostas, visando a uma maior integração e sinergia do seu serviço com o de TV a cabo; solicitação às entidades operadoras dos canais de utilidade pública para que apresentem expectativas e propostas para a valorização da TV a cabo.

Aqui está sugerida a forma de sistematização: entre outras possíveis, uma forma de sistematização do conteúdo que trabalharemos e já indicados alguns elementos que poderiam suscitar mobilização de entidades; consulta de entidades especialistas ou de fontes que pudessem responder a essas e a outras questões pertinentes.

Não citei aqui, porque não foi possível sistematizar, a questão tributária, o fomento ao segmento de pequenas e médias empresas e o uso do Fust, que são outros elementos que iriam compor a pauta e que permitiriam o descortinar de um conjunto de informações relevantes para essa caracterização da situação atual. Não nos atrevemos nem a definir isso como diagnósti-

co, mas uma caracterização, ainda que fosse abrangente, e o confronto dessa caracterização com expectativas, demandas e propostas existentes para que, como resultante, pudesse ser produzida a recomendação de iniciativas e de medidas do setor privado.

Concedo a palavra ao Conselheiro Paulito.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** (Representante das empresas de rádio) – Conselheiro, mantive-me calado durante toda reunião, até porque fazia e faço questão absoluta de entender e aprender um pouco desse sistema, que, para mim, é um pouco diferente. Porém, na qualidade de administrador, neste momento, tenho uma grande preocupação, Conselheiro. Até por uma questão de vício profissional, sou formado para trabalhar com cronograma, prazos, datas, e parece-me que faremos isso tudo num prazo de 60 dias. É isso? Nós elaboraremos um relatório, analisando todos esses pontos em 60 dias? Há esse objetivo?

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Essa é a pretensão.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** (Representante das empresas de rádio) – Correto.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Concedo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – O item é muito abrangente, mas há alguns aspectos que considero importantes.

O Item 2.2 trata da sinergia TV aberta com TV fechada. Eu, que represento TVs abertas, sei que elas têm interesse no projeto do Deputado José Carlos Martinez, no sentido que as TVs fechadas carregariam as TVs abertas. Isso está em discussão.

A ABTA tem uma posição contrária a isso, e é justo e louvável que tenha essa posição. Por outro lado, o Deputado José Carlos Martinez também fala em nome das TVs fechadas que têm interesse em aumentar o carregamento da programação das TVs abertas nas TVs por assinatura.

Essa sinergia entre TV fechada e TV aberta talvez encontrasse aqui o grande fórum de discussão, porque, nas recomendações da ABTA, fala-se na hipótese, em algum momento, na digitalização da TV aberta, de ser usada a plataforma da TV por assinatura.

Para mim, que falo em nome das televisões, esse assunto é absolutamente relevante. Eu precisa-

ria levar ao conhecimento do pessoal de TV aberta que existe uma proposta de sinergia entre TV fechada e aberta. Quem sabe vamos estudá-la. Os engenheiros das TVs abertas certamente se debruçariam nesse tipo de discussão.

Há outros itens importantes nesta discussão:

- o Item 1.4, que trata da avaliação do relacionamento;
- o Item 1.9 diz respeito ao BNDES;
- o Item 1.13 menciona aspectos econômicos da TV a cabo;
- o Item 2.2.2.

Para mim, esses seriam os itens relevantes nesta discussão. Se não der tempo para esgotar do 1 ao 3, pelo menos esses seriam os pontos relevantes que eu imaginaria.

Para mim, é fundamental que, em algum momento, essa discussão leve à apresentação de propostas da TV por assinatura ao grupo. No caso, farei chegar às TVs abertas a proposta para saber se há interesse em agilizar, no futuro, essa união entre elas em tópicos específicos como esse da digitalização e a questão do carregamento das TVs por assinatura e das TVs abertas.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Mais algum comentário?

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, manteremos essa pauta toda ou seguiremos a sugestão do Conselheiro Roberto Wagner e escolhemos alguns pontos?

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – É o que está em debate. O Conselheiro tem alguma proposta de priorização?

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** (Representante das empresas de rádio) – Na verdade, penso, neste momento, que quem poderia priorizar são os diretamente interessados no fato. No caso, é a ABTA. Creio que ela pode, até como sugestão, indicar-nos os pontos desse rol, e, num prazo de 60 dias, de alguma forma, poderia auxiliar-nos na definição do que procede ou não.

**O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA** (Diretor Jurídico da ABTA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Pois não.

**O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA** (Diretor Jurídico da ABTA) – Eu gostaria de comentar a reflexão do Conselheiro Paulito.

Aparentemente é muito extenso, mas grande parte desse material já está produzida e foi estudada na ABTA. Se tivermos um prazo para verificar, sabemos que já está estudada a maior parte, exatamente os documentos produzidos para se chegar àquele modelo. Talvez a ABTA possa até convocar aqueles que elaboraram o projeto do novo modelo, para fazermos um *tour de force*, a fim de que, num prazo rápido, possamos atender a essa demanda de informações. Com certeza, os Conselheiros precisam ter essas informações.

Parece-me que será mais produtivo se fizermos isso da maneira mais compacta possível. Em vez de mandar um calhamaço do processo de pesquisa, poderemos enviar as conclusões fundamentadas, remetendo até os documentos de base.

Eu gostaria que o meu colega, Alexandre Annenberg, manifestasse sua opinião.

Também não queria perder a oportunidade para pedir desculpas ao Conselheiro Roberto Wagner. A ABTA não é totalmente contra o projeto do Deputado José Carlos Martinez. Para nós, o projeto abrange um pouco mais do que fazemos hoje. Não há nenhuma geradora de televisão que não carreguemos. A questão é que o projeto ampliaria para as retransmissoras, que são 9.200. Entretanto, é algo que está em debate, mas não é frontal a nossa posição, tanto que normalmente todas as cabeças de rede já estão nos *line-up*, nas grades das empresas, mesmo com RTVs.

É só isso.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Relaciono-me bem com o Deputado. Em algum momento, como o assunto está se tornando muito politizado, será possível conversar. Se a ABTA quiser, o Conselho poderá entrar nessa discussão, sugerir um encontro e ver o que é ou não possível, o que é ou não aceitável economicamente. De fato, a ampliação para toda retransmissora poderá carregar de tal forma o sistema que inviabilize o serviço. Ficou muita politizada essa questão. Podemos deixá-la num tratamento mais razoável.

**O SR. ALEXANDRE ANNENBERG** (Diretor Executivo da ABTA) – Penso que há espaço, sim, para racionalidade nesse assunto. Ele se tornou um pouco passional, mas há espaço para racionalizá-lo, sem dúvida alguma. Aqui é o fórum e a sede para ajudar a

definir e a encontrar uma solução para isso. Então vamos aproveitar isso, sem dúvida alguma.

Na linha da proposta feita pelo Conselheiro Roberto Wagner de trazermos algo em uma semana, sugiro quinze dias. Penso que esse será o tempo necessário para articular de forma mais organizada, para endereçar os tópicos que consideramos mais relevantes para discussão. A partir daí, poderíamos estabelecer cronogramas sucessivos, se os senhores estiverem de acordo.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Alguma outra proposição? (Pausa.)

A idéia de cronograma que tínhamos era, havendo alguma dificuldade para consolidar a arrancada do trabalho do grupo nesta reunião, a de que fizéssemos uma reunião na próxima semana, quando nos deteríamos naquilo que tivesse ficado inconcluso aqui. Parece-me que ainda estamos com problema para sistematizar os elementos de conteúdo.

O Conselheiro Paulito levantou a preocupação quanto à abrangência dos tópicos. Na verdade, parte dessas preocupações poderia ser respondida na medida em que se percebe que vários pontos, tanto no que diz respeito a aspectos de negócios, econômicos, quanto a outros que dizem respeito a características de interesse social do serviço, poderiam ser mais bem ponderados se estivessem aglutinados em títulos referentes a temáticas um pouco mais abrangentes, mas que tivessem as mesmas fontes ou as mesmas origens de formulações, contribuições, comentários e avaliações.

Talvez a sistematização melhor desses elementos de conteúdo, desses e de outros que surgiram aqui, ao longo das intervenções, pudesse mostrar com mais clareza a sua viabilidade e, inclusive, a sua pertinência e necessidade.

A idéia, então, seria realizarmos uma reunião na próxima semana e, daí em diante, a cada 15 dias, para que os assuntos pudessem ser amadurecidos e as contribuições pudessem ser “metabolizadas” pelo grupo.

Penso que, sem descartar essa sugestão do Alexandre Annenberg, se deixássemos para daqui a 15 dias a conclusão desse trabalho de deflagração, talvez perdêssemos tempo demais.

Nesse caso, a idéia também seria realizarmos as nossas reuniões às quintas-feiras. Sendo assim, mantida essa proposição do dia 29, a próxima reunião seria no dia 03 de junho; a seguinte, no dia 27 de junho e a última, dado que os sessenta dias do nosso

trabalho se esgotariam no dia 18 de julho, sexta-feira, no dia 15. Assim, já com o relatório e o produto final da atividade do grupo, faríamos a revisão final de tudo e teríamos mais dois dias para o trabalho de acabamento, para, no dia 18, formalmente o entregarmos.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** (Representante das empresas de rádio) – Conselheiro, por que não mantemos a reunião às segundas-feiras, a exemplo do que já ocorre com as reuniões do Conselho? No meu caso, particularmente, em função de agenda, é muito mais fácil conciliar as segundas-feiras do que as quintas-feiras.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Isso está em aberto.

**O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA** (Diretor Jurídico da ABTA) – Eu também sugiro que seja na manhã do dia da reunião do Conselho, na segunda-feira, porque até daria um pouco mais de prazo. A primeira reunião não seria no dia 29, e sim no dia 02. Teríamos um pouco mais de prazo. Isso é possível?

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Então podemos pensar na segunda-feira correspondente a essa... Vejamos. (Pausa)

Dia 2 de junho será a reunião do Conselho. Para manter a nossa prioridade, seria no dia 09. Então no dia 02 de junho.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** (Representante das empresas de rádio) – Às 11 horas, Conselheiro?

**A SRA BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – Seria muito próximo

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** (Representante das empresas de rádio) – Às 10 horas.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Daí em diante, no dia 16 de junho...

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** (Representante das empresas de rádio) – Então seria nos dias 2, 16, 30...

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – E 14 de julho. E com relação à reunião da próxima semana, será mantida?

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** (Representante das empresas de rádio) – Cre-

io que até o dia 2 de junho está bom. Na próxima semana, será dia 29 de maio. Dia 29 de maio ou dia 2 de junho será igual. Dará mais um prazo para o Dr. Francisco coletar os dados de que precisa.

**A SRA BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – Até porque estaremos coletando o material. Creio que será bom o dia 02 de junho.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Definido o cronograma de trabalho, pergunto se ainda é pertinente a questão da abrangência do trabalho do grupo.

**A SRA BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – Eu gostaria de me manifestar.

Dava a questão como superada. Já que o senhor a recoloca, penso que não. Parece-me que, com exceção dos pontos 1.3, 1.10 e 1.15, que ampliam a discussão para a questão cultural e para uma avaliação dos canais básicos de utilização gratuita, os demais são específicos, relativos à atividade, seja quanto à questão econômica ou à questão jurídica.

Com relação aos pontos 1.3 e 1.15, há sugestão de que o Ministério da Cultura propicie e apresente seus estudos – inclusive, tenho conhecimento de que já existem. Como existe, também, proveniente do Fórum do Audiovisual realizado em dezembro no Rio de Janeiro, o trabalho da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de TV. Creio que é apenas uma questão de conseguirmos acionar as entidades e de reunir o material.

Parece-me que a questão da avaliação dos canais de utilização básica gratuita será um pouco mais trabalhosa. No entanto, creio que encontraremos material elaborado sobre isso. Não é, Professor Murilo? Não vejo problemas. Muito obrigada.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** (Representante das empresas de rádio) – O problema, Conselheira Berenice, é que eventualmente percamos o foco da reunião. Se aumentarmos demais a abrangência dos assuntos, vamos perder o foco. Vejo, por exemplo, um deles: aspectos econômicos, macro e micro, a serem considerados no planejamento de alternativas para o serviço de TV a cabo. Não sei se é uma análise tão simples.

**A SRA BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – Acredito que esses pontos serão relacionados pelas entidades, por algum dos Conselheiros ou por algum dos nossos convidados e vão transformar-se em um ponto sintético de análise, em um parágrafo do que venha a ser esse documento final. Não

acredito que demandará mais tempo de discussão; apenas dará uma abrangência realmente mais completa ao estudo.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** (Representante das empresas de rádio) – Sim, Conselheira, mas o nosso objetivo, até por decisão do próprio Conselho, é a apresentação de medidas e iniciativas no sentido da solução dos problemas do setor.

**A SRA BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – Conselheiro, um dos problemas do setor pode ser comentado também do ponto de vista dos produtores, independentemente do conteúdo do audiovisual. Estou aqui para fazer essa defesa, se for necessário. Abstive-me até agora, mas posso colocar em termos estritamente econômicos, em termos de geração de trabalho. Aliás, vou contar com o Congresso Brasileiro de Cinema e com o Ministério para trazer esses dados aqui, porque acredito que os senhores precisam ver também. Uma atividade está interligada à outra. Se é o seu *business*, é o meu também e daqueles que represento.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** (Representante das empresas de rádio) – Sem dúvida, respeito a sua abordagem, mas devo lhe dizer o seguinte: ao que me parece, essa é uma discussão de um assunto específico, em função de um parecer elaborado sobre um assunto específico. Não sei se o foro adequado para se discutirem esses assuntos é este espaço, da forma como está. Apenas isso.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Bom, com a definição...

**A SRA BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – Não, ainda gostaria de complementar.

Só a questão do **Canal Brasil**, que trouxe aqui e que acaba sendo vinculada a isso tudo, acredito que já justifique, Conselheiro Paulito. Creio que esteja vinculada. As operadoras não estão carregando o **Canal Brasil**, não estão exibindo a produção independente, com exceção da **NET**. Essa é uma questão tangencial que vimos discutindo. Os senhores têm em mão um parecer nosso. Elas são obrigadas, sim, a carregar. A lei é bem clara com relação a isso. Quando insisto e peço a gentileza de abordarmos os assuntos é porque penso que, se quisermos, tudo pode ser certo ou errado; depende da maneira como abordamos. Mas trarei alguns números relativos ao mercado de trabalho dos artistas e técnicos brasileiros para os senhores, sim. Obrigada.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Não esgotarei agora a questão da definição da nossa pauta, porque a mesma será melhor

delineada na próxima reunião. Então, na próxima reunião, a tarefa número um será fazer um afinamento dessa sistematização, o que, aliás, poderá ser desenvolvido não só durante a próxima reunião; antecipadamente, as sugestões já podem circular. Vamos pedir o apoio da nossa Secretaria para o recolhimento dos e-mails de vocês. Creio que já estejam de posse da nossa Secretaria. E as sugestões, as propostas que forem surgindo, no sentido desse afinamento da nossa pauta, poderão gerar manifestações de todos os integrantes do grupo.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente!

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Pois não.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Na semana que vem, poderíamos mandar ao Conselho sugestões de inclusão de um dispositivo na Lei do Fust, sobre a questão tributária, pelo fato de haver imposto demais e estar muito carregado o setor, e sobre o BNDES, para que, na próxima reunião, já tenhamos condições de examinar fatos concretos; senão correremos o risco de ficar numa reunião discutindo princípios, quando, na verdade, por serem poucas as reuniões, precisamos discutir dispositivos. Então vocês devem fazer isto: trazer sugestões de alteração da Lei do Fust, do BNDES, da questão tributária, de questões pendentes junto à Anatel, do problema do José Carlos Martinez, do **Canal Brasil**, a fim de que possamos, diante de um fato concreto, discutir e decidir, senão ficaremos examinando princípios. E, em reunião de princípios, não se consegue resolver.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Com o Conselheiro Roberto Wagner já antecipando algumas proposições, encaminhamento tópico de elementos da nossa pauta, perguntamos se há algum desejo de manifestação ainda dos integrantes do grupo. (Pausa)

Não havendo mais quem queira se manifestar, agradecemos a presença de todos e convocamos a próxima reunião para o dia 02 de junho.

*São os Seguintes os Documentos Pertinentes à 3ª Reunião do Conselho de Comunicação Social, realizada em 7 de abril de 2003:*

- 1 – LISTA DE PRESENÇA (1 FOLHA)
- 2 – DADOS ESTATÍSTICOS DOS SERVIÇOS DE TV POR ASSINATURA (11 FOLHAS)
- 3 – DOCUMENTO APRESENTADO PELO CONSELHEIRO DANIEL HERZ (1 FOLHA)



**CONGRESSO NACIONAL  
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
COMISSÃO DE TV A CABO**

**GRUPO DE TRABALHO PARA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA TV A CABO NO BRASIL E APRESENTAÇÃO DE MEDIDAS E INICIATIVAS NO SENTIDO DA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELO SETOR (CONSTITUÍDA NOS TERMOS DO PARECER Nº 2/2003-CCS, APROVADO NA REUNIÃO DE 07/04/2003, SOBRE O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175/2001)**

**2ª REUNIÃO**

**EM 20 DE MAIO DE 2003, TERÇA-FEIRA, ÀS 14H,  
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

**LISTA DE PRESENÇA**

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>ASSINATURA</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	<b>PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO</b>	
Representante das empresas de televisão (inciso II)	<b>ROBERTO WAGNER MONTEIRO</b>	
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	<b>DANIEL KOSLOWSKY HERZ</b>	
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	<b>BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA</b>	
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>CARLOS CHAGAS</b>	

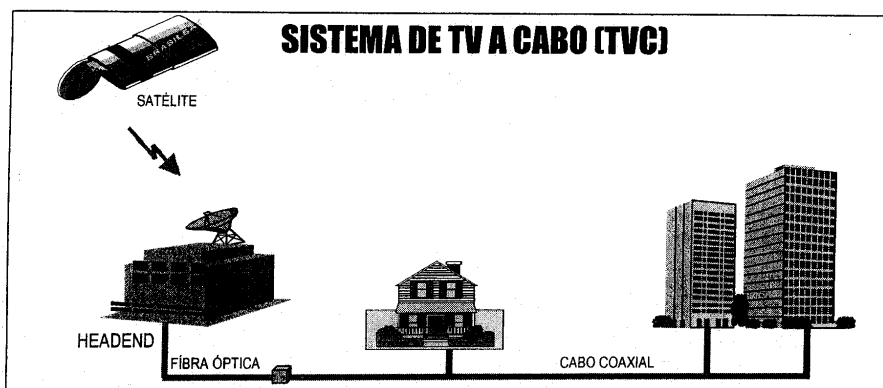
SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: (61) 311-4561 e 311-4552  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**ANATEL - AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES**  
Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa - SCM

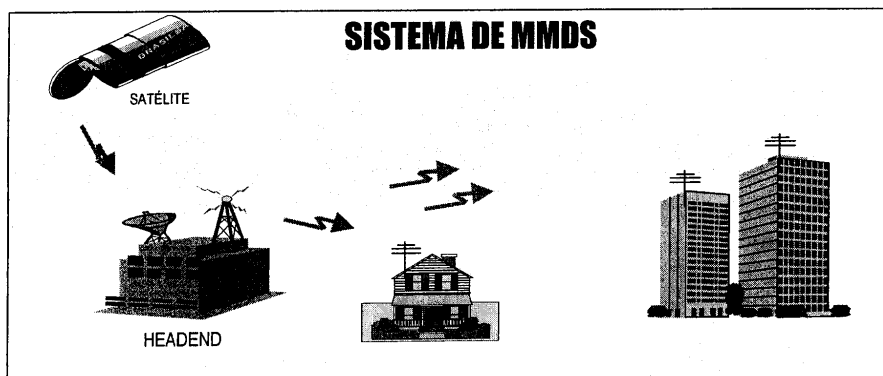
**Capítulo I**

# **Dados Estatísticos dos Serviços de TV por Assinatura**

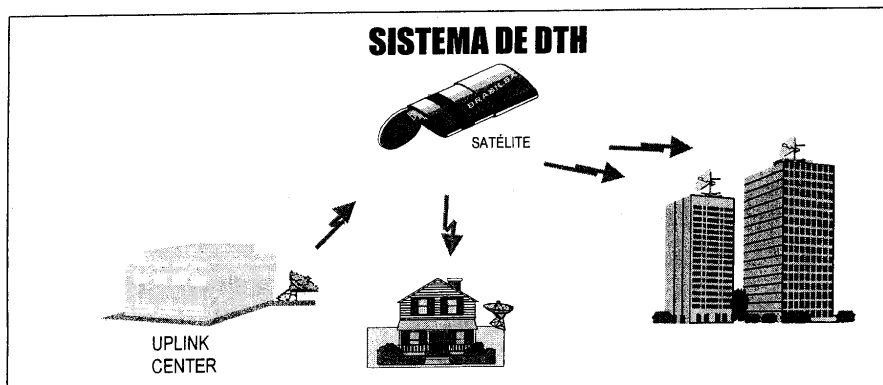
**Março / 2003**



**CABO**- A PROGRAMADORA TRANSMITE O SINAL POR SATÉLITE ATÉ O "HEADEND" DA OPERADORA, QUE ENVIA A PROGRAMAÇÃO AO ASSINANTE POR MEIO DE CABO COAXIAL OU DE FIBRA ÓPTICA.



**MMDS**- A PROGRAMADORA TRANSMITE O SINAL POR SATÉLITE ATÉ O "HEADEND" DA OPERADORA, QUE ENVIA A PROGRAMAÇÃO AO ASSINANTE. ESTE A RECEBE ATRAVÉS DE UMA ANTENA DE MICROONDAS.



**DTH**- A PROGRAMADORA TRANSMITE O SINAL POR SATÉLITE DIRETAMENTE ATÉ A CASA DO ASSINANTE.

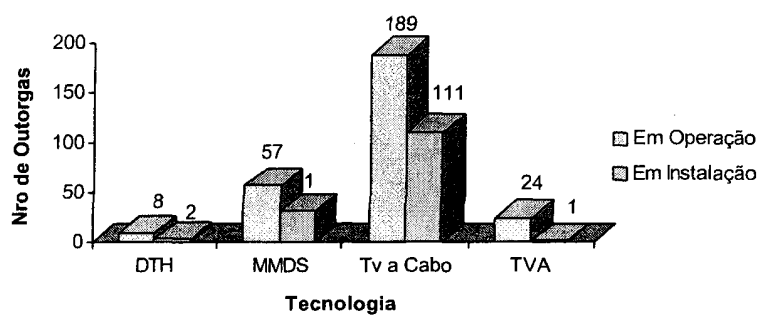
Outorgas dos Serviços de TV por Assinatura por tecnologia, segundo Unidade da Federação e Status

<b>Unidade da Federação</b>	<b>Status</b>	<b>MMDS</b>	<b>TVC</b>	<b>TVA</b>	<b>DTH</b>	<b>Total</b>
(1) Brasil	Em Instalação				2	2
	Em Operação				8	8
Rondonia	Em Instalação	2	2			4
	Em Operação	1	1			2
Acre	Em Instalação		1			1
Amazonas	Em Operação	1	1			2
Roraima	Em Instalação	1				1
Pará	Em Operação	1	2			3
Amapá	Em Instalação		1			1
Tocantins	Em Instalação		2			2
Maranhão	Em Instalação		1	1		2
	Em Operação	1	1			2
Piauí	Em Instalação		1			1
	Em Operação	1				1
Ceará	Em Instalação		2			2
	Em Operação	3	1	1		5
Rio Grande do Norte	Em Operação	1	3			4
Paraíba	Em Operação	2	1			3
Pernambuco	Em Instalação		1			1
	Em Operação	3	4			7
Alagoas	Em Instalação		1			1
	Em Operação	1	1			2
Sergipe	Em Operação	1	1			2
Bahia	Em Instalação		4			4
	Em Operação	4	5	1		10
Minas Gerais	Em Instalação	1	16			17
	Em Operação	4	26	5		35
Espírito Santo	Em Instalação	2	4			6
	Em Operação	3	7	1		11
Rio de Janeiro	Em Instalação		5			5
	Em Operação	3	12	5		20
São Paulo	Em Instalação	7	43			50
	Em Operação	12	60	4		76
Paraná	Em Instalação	4	15			19
	Em Operação	4	16	3		23
Santa Catarina	Em Instalação	2	3			5
	Em Operação	6	17			23
Rio Grande do Sul	Em Instalação	3	7			10
	Em Operação	3	20	2		25
Mato Grosso do Sul	Em Instalação	4	1			5
	Em Operação		2			2
Mato Grosso	Em Instalação	3				3
	Em Operação		4			4
Goiás	Em Instalação	2	1			3
	Em Operação	1	3			4
Distrito Federal	Em Operação	1	1	2		4
	<b>Em Instalação</b>	<b>31</b>	<b>111</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>145</b>
	<b>Em Operação</b>	<b>57</b>	<b>189</b>	<b>24</b>	<b>8</b>	<b>278</b>
	<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>300</b>	<b>25</b>	<b>10</b>	<b>423</b>

Nota: (1) Brasil está relacionado como UF, pois a tecnologia de DTH abrange todo o território nacional.

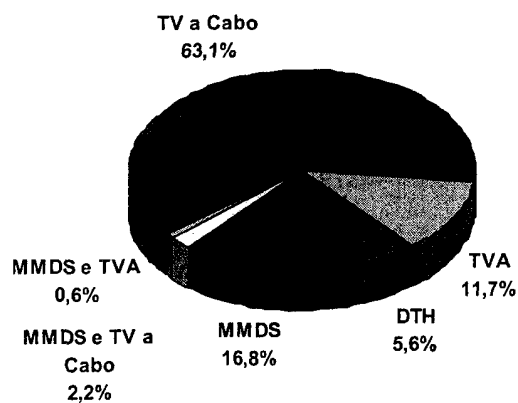
**Outorgas de Serviços de TV por Assinatura por status  
de operação segundo tecnologia**

Tecnologia	Total	Em Operação	Em Instalação
MMDS	88	57	31
Tv a Cabo	300	189	111
DTH	10	8	2
TVA	25	24	1

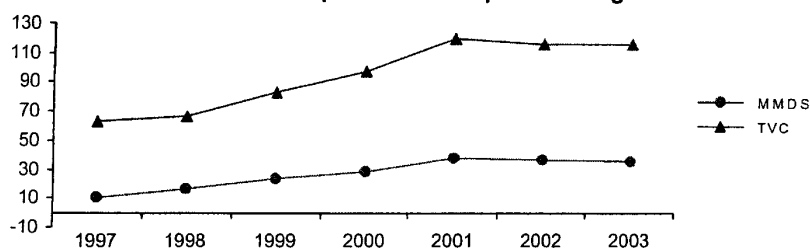


**Prestadoras de Serviços de TV Por  
Assinatura por tecnologia**

Tecnologia	Núm. Prestadoras
MMDS	30
TV a Cabo	113
MMDS e TV a Cabo	4
DTH	10
TVA	21
MMDS e TVA	1



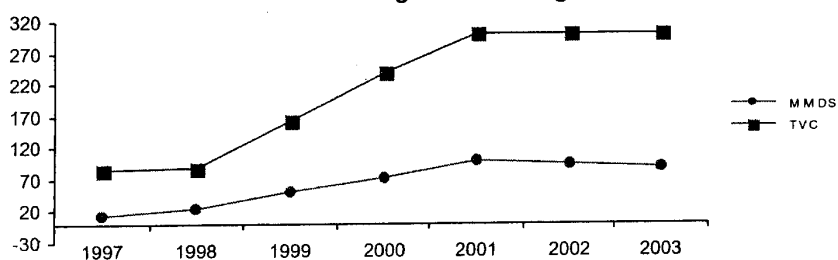
### Evolução do número de prestadoras Serviço de TV por assinatura por tecnologia



Tecnologia	Ano						
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
MMDS	10	16	23	28	38	37	35
TVC	63	66	83	98	121	117	117
TOTAL	73	82	106	126	159	154	152

Fonte: ANATEL - base: contratos assinados

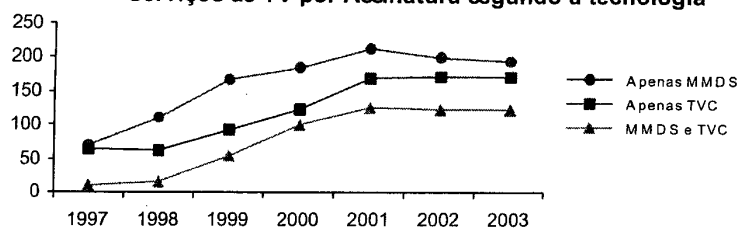
### Evolução do número de contratos assinados segundo tecnologia



Tecnologia	Ano						
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
MMDS	12	25	51	73	100	93	88
TVC	86	89	164	240	300	300	300
DTH	4	9	9	10	10	10	10
TVA	25	25	25	25	25	25	25
TOTAL	127	148	249	348	435	428	423

Fonte: ANATEL-Base: contratos assinados

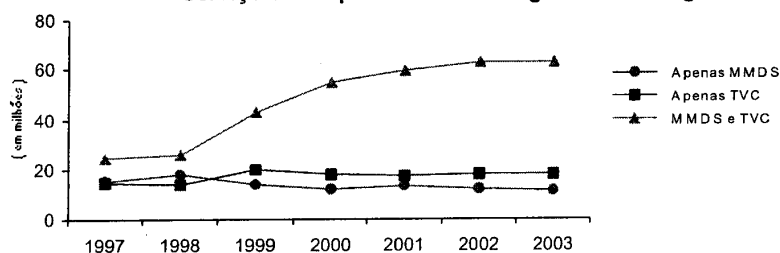
### Evolução do número de municípios atendidos por Serviços de TV por Assinatura segundo a tecnologia



Tecnologia	Ano						
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Apenas MMDS	69	111	167	185	213	202	197
Apenas TVC	65	62	94	124	170	173	173
MMDS e TVC	10	16	55	100	127	125	125
<b>TOTAL</b>	<b>144</b>	<b>189</b>	<b>316</b>	<b>409</b>	<b>510</b>	<b>500</b>	<b>495</b>

Fonte: ANATEL - base: contratos assinad

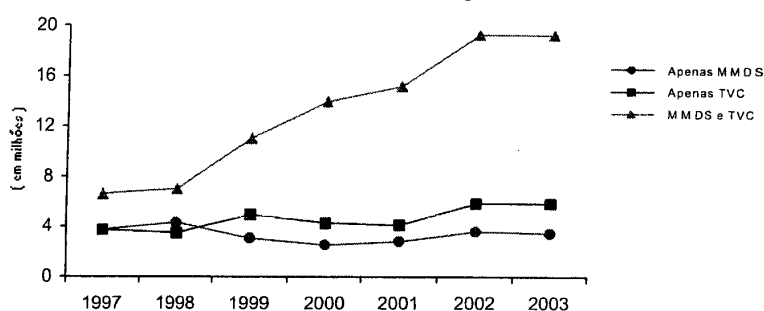
**Evolução da população total nos municípios atendidos por Serviço de TV por Assinatura segundo tecnologia**



Tecnologia	Ano						
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Apenas MMDS	15.306.573	17.772.277	14.167.520	12.061.057	13.143.664	11.581.716	11.352.990
Apenas TVC	14.408.664	13.602.181	19.575.068	17.563.460	17.228.094	17.985.511	17.985.511
MMDS e TVC	24.195.449	25.874.018	42.994.309	54.666.422	59.481.002	62.980.941	62.980.941
<b>TOTAL</b>	<b>53.910.686</b>	<b>57.248.476</b>	<b>76.736.897</b>	<b>84.290.939</b>	<b>89.852.760</b>	<b>92.548.168</b>	<b>92.319.442</b>

Fonte: IBGE 2000 / ANATEL-Base: contratos assinados

**Evolução do total dos domicílios urbanos nos municípios atendidos por Serviço de TV por Assinatura segundo tecnologia**



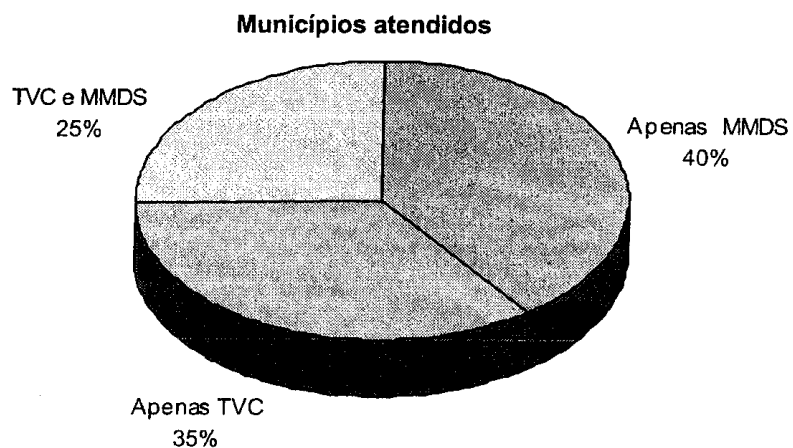
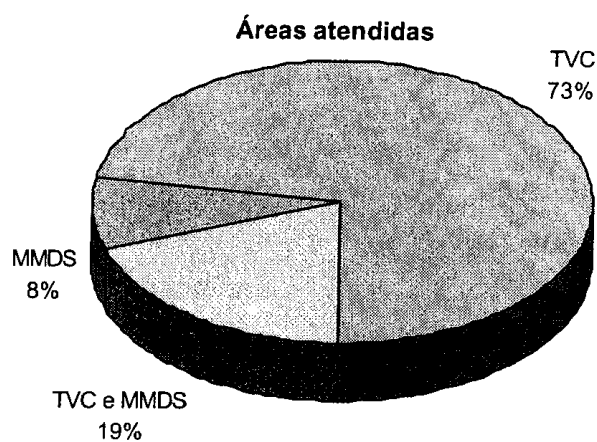
Tecnologia	Ano						
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Apenas MMDS	3.716.778	4.294.579	3.144.964	2.564.781	2.845.849	3.595.042	3.523.933
Apenas TVC	3.780.025	3.544.790	4.964.863	4.391.445	4.192.319	5.961.672	5.961.672
MMDS e TVC	6.628.591	6.995.516	11.130.959	14.039.211	15.252.768	19.461.169	19.461.169
<b>TOTAL</b>	<b>14.125.394</b>	<b>14.834.885</b>	<b>19.240.786</b>	<b>20.995.437</b>	<b>22.290.936</b>	<b>29.017.883</b>	<b>28.946.774</b>

Fonte: IBGE 2000 / ANATEL-Base: contratos assinados

### Áreas e Municípios atendidos por Serviço de TV por Assinatura segundo tecnologia

Serviço	Áreas
Apenas MMDS	38
Apenas TVC	228
MMDS e TVC	62
Total	328

Serviço	Municípios
Apenas MMDS	197
Apenas TVC	173
TVC e MMDS	125
Total	495



### Municípios Atendidos com Serviço de TV por Assinatura

Total de Municípios		População		No. de Domicílios	
495	8,9%	92.319.442	52,8%	28.946.774	54,6%

Número e percentual de municípios, população total e domicílios urbanos nos municípios atendidos por Serviço de TV por Assinatura por tecnologia, segundo as Regiões Geográficas e Unidades da

UF	Apenas MMDS						Apenas TVC						Atendido por MMDS e TVC					
	Mun %Mun	Pop %Pop	Dom %Dom	Mun %Mun	Pop %Pop	Dom %Dom	Mun %Mun	Pop %Pop	Dom %Dom	Mun %Mun	Pop %Pop	Dom %Dom	Mun %Mun	Pop %Pop	Dom %Dom	Mun %Mun	Pop %Pop	Dom %Dom
BR	197	3,6	11.352.990	6,5	3.523.933	6,6	173	3,1	17.985.511	10,3	5.961.672	11,2	125	2,3	62.980.941	36,0	9.461.169	36,7
CO	16	3,4	835.267	5,0	265.121	7,0	6	1,3	785.802	4,7	251.111	6,6	6	1,3	4.452.711	26,9	1.410.284	37,1
DF													1	5,3	1.954.442	95,7	599.162	94,9
GO	11	4,5	678.034	6,8	216.851	12,8	3	1,2	443.421	4,5	143.795	8,5	1	0,4	1.083.396	10,9	359.370	21,2
MS	3	3,9	70.182	3,4	22.392	3,3	1	1,3	149.679	7,2	47.318	7,0	2	2,6	728.392	35,1	237.676	34,9
MT	2	1,6	87.051	3,5	25.878	3,3	2	1,6	192.702	7,7	59.998	7,6	2	1,6	686.481	27,5	214.176	27,0
NE	57	3,7	3.788.443	8,0	1.109.626	8,0	8	0,4	892.968	1,9	271.067	1,9	19	1,1	12.156.183	25,5	3.637.179	26,2
AL	7	6,9	132.893	4,7	38.697	4,9	1	1,0	152.281	5,4	41.959	5,3	1	1,0	794.894	28,2	240.975	30,5
BA	13	3,1	627.577	4,8	194.722	4,9	4	1,0	383.160	2,9	128.885	3,3	5	1,2	3.332.236	25,6	1.033.522	26,2
CE	7	3,8	505.604	6,8	140.281	6,5							3	1,6	2.538.125	34,2	736.489	34,2
MA	3	1,4	34.085	0,6	7.839	0,5							2	0,9	946.935	16,8	261.777	18,1
PB	16	7,2	652.905	19,1	194.269	18,7							1	0,4	594.922	17,4	177.177	17,1
PE	8	4,3	714.941	9,0	212.002	8,9							5	2,7	2.778.751	35,1	833.762	35,0
PI	1	0,5	676.596	23,8	183.528	23,2	1	0,5	124.942	4,4	32.384	4,1						
RN	5	3,0	197.835	7,2	62.043	7,5	2	1,2	232.585	8,5	67.839	8,2	1	0,6	709.422	25,8	209.953	25,5
SE	7	9,3	256.007	14,4	76.245	13,9							1	1,3	460.898	25,9	143.524	26,2
N	8	1,8	349.326	2,6	103.046	3,1	6	1,3	877.645	6,6	256.874	7,7	4	0,9	3.331.829	24,9	918.725	27,4
AC							1	4,5	226.054	40,7	70.763	45,2						
AM	2	3,2	10.679	0,4	2.627	0,4							1	1,6	1.394.724	49,1	383.117	57,4
AP							1	6,3	270.077	28,8	69.925	59,3						
PA	3	2,0	52.508	0,8	13.725	0,9							2	1,4	1.663.609	26,9	453.345	29,1
RO	2	3,8	89.197	6,5	26.767	6,4	2	3,8	142.342	10,3	43.882	10,5	1	1,9	273.496	19,9	82.263	19,6
RR	1	6,7	196.942	60,8	59.927	63,3												
TO							2	1,4	239.172	20,8	72.304	21,2						
SE	71	4,3	5.305.371	7,3	1.693.175	7,2	102	6,1	10.729.298	14,8	3.619.402	15,5	69	4,1	35.644.938	49,3	10.976.879	46,9
ES	4	5,2	87.990	2,8	26.608	2,6	3	3,9	291.414	9,4	114.212	10,9	7	9,1	1.522.064	49,2	502.339	48,2
MG	18	2,1	837.675	4,7	256.559	4,4	30	3,5	3.182.418	17,8	1.016.191	17,5	10	1,2	4.480.222	25,1	1.453.228	25,0
RJ	5	5,5	2.719.342	18,9	892.589	18,8	13	14,3	1.237.253	8,6	475.676	10,0	6	6,6	7.977.422	55,5	2.395.930	50,5
SP	44	6,8	1.660.364	4,5	517.419	4,4	56	8,7	6.018.213	16,3	2.013.323	17,0	46	7,1	21.665.230	58,6	6.625.382	56,1
S	35	3,0	1.064.583	4,2	352.965	4,1	51	4,4	4.699.798	18,8	1.563.218	18,4	27	2,3	7.395.280	29,5	2.518.102	29,6
PR	13	3,3	496.574	5,2	152.409	4,9	24	6,0	1.430.067	15,0	451.435	14,5	11	2,8	3.370.151	35,3	1.109.732	35,5
RS	6	1,3	220.723	2,2	73.544	2,1	18	3,9	2.505.390	24,6	865.462	24,2	7	1,5	2.430.851	23,9	845.644	23,7
SC	16	5,5	347.286	6,5	127.012	7,0	9	3,1	764.341	14,3	246.321	13,5	9	3,1	1.594.278	29,9	562.726	30,9

Fonte: IBGE Censo 2000 / Anatel - Base: Contratos assinados

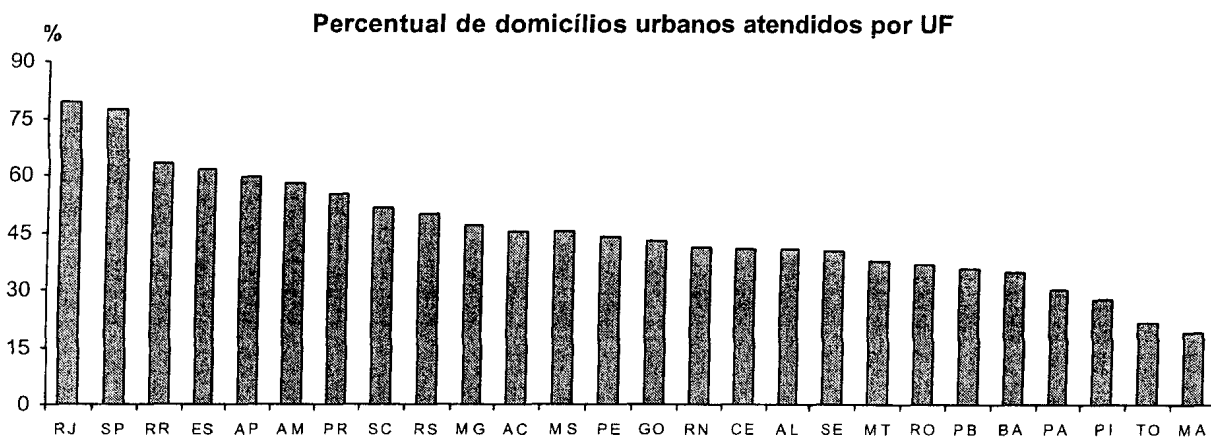
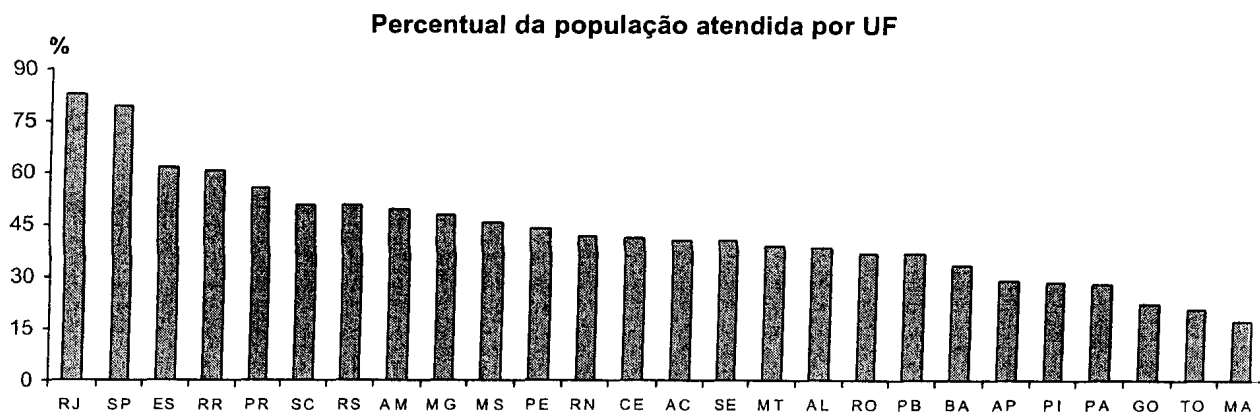
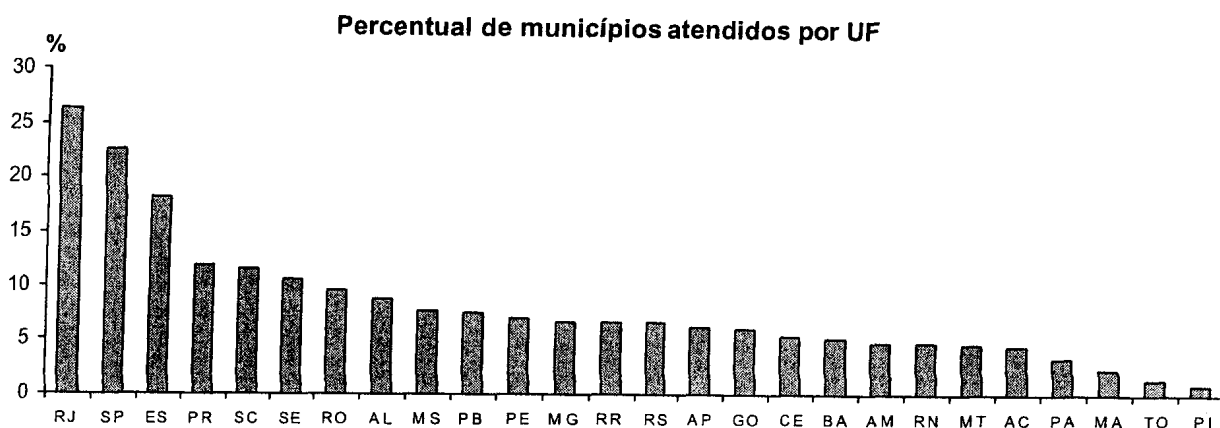
Número e percentual de municípios, população total e domicílios urbanos nos municípios atendidos por Serviço de TV por Assinatura, segundo as Regiões Geográficas e Unidades da Federação

UF	Municípios	%Municípios	População	%População	Domicílios Urbanos	%Domicílios
<b>BR</b>	<b>495</b>	<b>8,9%</b>	<b>92.319.442</b>	<b>52,8%</b>	<b>28.946.774</b>	<b>54,6%</b>
CO	28	6,0%	6.073.780	36,6%	1.926.516	50,7%
DF	1	5,3%	1.954.442	95,7%	599.162	94,9%
GO	15	6,2%	2.204.851	22,1%	720.016	42,5%
MS	6	7,8%	948.253	45,7%	307.336	45,1%
MT	6	4,8%	966.234	38,7%	300.002	37,8%
<b>N</b>	<b>18</b>	<b>4,0%</b>	<b>4.558.800</b>	<b>34,1%</b>	<b>1.278.645</b>	<b>38,1%</b>
AC	1	4,5%	226.054	40,7%	70.763	45,2%
AM	3	4,8%	1.405.403	49,5%	385.744	57,8%
AP	1	6,3%	270.077	28,8%	69.925	59,3%
PA	5	3,4%	1.716.117	27,7%	467.070	30,0%
RO	5	9,6%	505.035	36,7%	152.912	36,5%
RR	1	6,7%	196.942	60,8%	59.927	63,3%
TO	2	1,4%	239.172	20,8%	72.304	21,2%
<b>NE</b>	<b>94</b>	<b>5,3%</b>	<b>16.847.594</b>	<b>35,4%</b>	<b>5.017.872</b>	<b>36,1%</b>
AL	9	8,9%	1.080.068	38,3%	321.631	40,8%
BA	22	5,3%	4.342.973	33,3%	1.357.129	34,5%
CE	10	5,4%	3.043.729	41,0%	876.770	40,8%
MA	5	2,3%	981.020	17,4%	269.616	18,6%
PB	17	7,6%	1.247.827	36,5%	371.446	35,8%
PE	13	7,0%	3.493.692	44,2%	1.045.764	43,9%
PI	2	0,9%	801.538	28,2%	215.912	27,2%
RN	8	4,8%	1.139.842	41,5%	339.835	41,3%
SE	8	10,7%	716.905	40,3%	219.769	40,1%
<b>S</b>	<b>113</b>	<b>9,7%</b>	<b>13.159.661</b>	<b>52,5%</b>	<b>4.434.285</b>	<b>52,1%</b>
PR	48	12,0%	5.296.792	55,5%	1.713.576	54,9%
RS	31	6,6%	5.156.964	50,7%	1.784.650	49,9%
SC	34	11,6%	2.705.905	50,7%	936.059	51,4%
<b>SE</b>	<b>242</b>	<b>14,5%</b>	<b>51.679.607</b>	<b>71,5%</b>	<b>16.289.456</b>	<b>69,6%</b>
ES	14	18,2%	1.901.468	61,5%	643.159	61,6%
MG	58	6,8%	8.500.315	47,7%	2.725.978	46,9%
RJ	24	26,4%	11.934.017	83,0%	3.764.195	79,3%
SP	146	22,6%	29.343.807	79,3%	9.156.124	77,5%

Fonte: IBGE - 2000 / Anatel - Base: Contratos assinados

Observações:

- Municípios atendidos: são os municípios que têm Serviço de TV a Cabo e/ou MMDS disponível (Capacidade de atendimento).
- População: é a população total dos municípios atendidos.
- Domicílios Urbanos: são os domicílios urbanos com possibilidade de usufruir o Serviço de TV a Cabo e/ou MMDS.



Nota: O DF não está incluído nos gráficos, pois totaliza 100% para todas variáveis.

*Documento Apresentado pelo conselheiro Daniel Herz no 2ª Reunião da Comissão de TV a Cabo*

1. Caracterização da situação atual do serviço de TV a cabo no Brasil

1.1. Dados do serviço apresentados pela Anatel.

1.2. Dados e análise do mercado apresentado pela ABTA.

1.3. Balanço das medidas de estímulo à produção audiovisual brasileira independente estabelecidas na regulamentação do serviço de TV a cabo (canal exclusivo para produção brasileira) pelo Ministério da Cultura.

1.4. Avaliação do relacionamento atual entre os serviços de TV a cabo e os de IV aberta.

1.5. Avaliação do relacionamento entre o serviço de TV a cabo e os demais serviços de IV por assinatura.

1.6. Avaliação das possibilidades técnicas e de mercado para a implementação de outros serviços através das redes utilizadas para a prestação do serviço de TV a cabo.

1.7. Avaliação do atual grau de integração entre as redes de telecomunicações, tal como prevê a Lei nº 9.687 (contribuição da Anatel, do Minicom e das operadoras de telecomunicações)

1.8. Avaliação do risco de competição indevida que poderá ocorrer com o serviço SCM.

1.9. Inventário dos estudos realizados pelo BNDES sobre TV a cabo e histórico do seu envolvimento com o mercado deste serviço e dos demais serviços de TV por assinatura.

1.10. Avaliação das experiências de operação dos canais de utilidade pública (entidades dos canais comunitários, dos canais universitários, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Poderes Legislativos

Estaduais e Municipais e Poderes Executivos Federal, Estadual e Municipal).

1.11. Avaliação das experiências de utilização dos canais de uso eventual

1.12. Análise da lei, do regulamento e da norma do serviço de TV a Cabo, das suas potencialidades e problemas.

1.13. Aspectos econômicos (macro e micro) a serem considerados no planejamento de alternativas para o serviço de TV a cabo.

1.14. Análise da adequação do conteúdo da TV a cabo às demandas sociais.

1.15. Avaliação das oportunidades nacionais e internacionais para a produção audiovisual brasileira independente.

2. Identificação de propostas e expectativas para a reestruturação, fortalecimento e valorização do serviço com a ampliação da sua utilidade social

2.1. Propostas da ABTA

2.2. Solicitação às entidades do segmento de televisão aberta para que apresentem suas expectativas e propostas visando uma melhor integração e sinergia dos seus serviços com os de TV a cabo.

2.3. Solicitação às entidades operadoras dos canais de utilidade pública para que apresentem expectativas e propostas para valorização do serviço de TV a cabo.

3. Recomendação de iniciativas e medidas, do setor privado, do Governo Federal, do Congresso Nacional e da sociedade civil para a reestruturação do serviço de TV a cabo no Brasil.

**O SR. COORDENADOR** (Daniel Koslowsky Herz – Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Está encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião às 17h.)*

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 063 , DE 2003**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

**R E S O L V E:**

I – Designar a servidora Maria Virgínia Ladeira Rossetto, matrícula 3164, para integrar como membro, a Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 58, de 2003, do Diretor-Geral, instituída especificamente com a finalidade de promover, no prazo de 30 (trinta) dias, a alienação de veículos oficiais do Senado Federal.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3810 , DE 2003**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010389/03-2,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALESSANDRO SILVA DA COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar - AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 30 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3811 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010.447/03-2,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **THIAGO BASÍLIO DÓRIA DE ALMEIDA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antônio Carlos Valadares.

Senado Federal, em 30 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3812 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010.429/03-4,

**R E S O L V E** exonerar **WELINGTON LUIS DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 33549, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4 do Gabinete do Senador Garibaldi Alves Filho e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 30 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3813 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010.184/03-1,

**R E S O L V E** exonerar **RAIMUNDO NONATO BOTELHO RODRIGUES**, matrícula n.º 34282, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3 do Gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 30 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3814 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010.290/03-6,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RAMON ARAÚJO ITACARAMBY** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jonas Pinheiro.

Senado Federal, em 30 de maio de 2003.



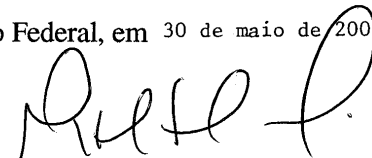
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3815 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010.411/03-8**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **TIAGO LEITZKE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, em 30 de maio de 2003.



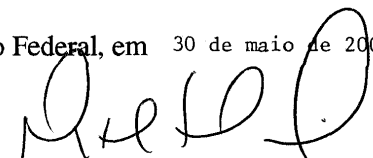
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3816 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010.445/03-0**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PATRÍCIA MARIA SILVA DE ASSIS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 30 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3817 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010.462/03-1**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANA MARIA CASTRO DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPS.

Senado Federal, em 30 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3818 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010.454/03-9**,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **SILVANA MARIA MONTEIRO**, matrícula n.º 33.711, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Almeida Lima, a partir de 31 de maio de 2003.

Senado Federal, em 30 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 3819 , de 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 001025/03-1, resolve APOSENTAR, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, MOACIR PEREIRA CAIXETA, matrícula 0935, Técnico Legislativo, Classe Especial, Padrão 30, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do art. 8º, incisos I e II, e § 1º, inciso I, alíneas "a" e "b", e inciso II, da Emenda Constitucional nº 20/98, combinado com o art. 186, inciso III, alínea "c", da Lei nº 8.112/90, com as vantagens das Resoluções-SF nºs 59/91, 51/93, 74/94 e 07/2002.

Senado Federal, em 30 de maio de 2003



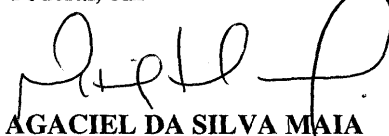
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral do Senado Federal

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3820 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010.488/03-0,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SAULO MONTEIRO SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Delcídio Amaral.

Senado Federal, em 30 de maio de 2003




**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº. 3821, DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 3.554, de 2003, haja vista que o senhor LUIZ PAULO GONÇALVES DE OLIVEIRA já havia sido empossado no cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 30 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 3822, DE 2003**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe competem, de acordo com o artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 009, de 29.01.97, e tendo em vista o que consta do Processo PD-000754/03-0, **RESOLVE** aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor **FRANCISCO JOSÉ BITTENCOURT ARAÚJO**, Analista de Informática Legislativa, Nível III, Padrão 45, do Quadro Efetivo Permanente da Secretaria Especial de Informática - SEI, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, na forma assegurada pelo artigo 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, com as vantagens das Resoluções 59/91, 74/94, 05/95, 55/98 e 07/02 do Senado Federal, observado o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, em 30 de maio de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL  
(52ª LEGISLATURA)**

<b>BAHIA</b>		PFL -	Heráclito Fortes
PFL -	Rodolpho Tourinho	PMDB -	Mão Santa
PFL -	Antonio Carlos Magalhães	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	
PFL -	César Borges	PTB -	Fernando Bezerra
<b>RIO DE JANEIRO</b>		PMDB -	Garibaldi Alves Filho
PT -	Roberto Saturnino	PFL -	José Agripino
PL -	Marcelo Crivella	<b>SANTA CATARINA</b>	
PMDB -	Sérgio Cabral	PFL -	Jorge Bornhausen
<b>MARANHÃO</b>		PT -	Ideli Salvatti
PMDB -	João Alberto Souza	PSDB -	Leonel Pavan
PFL -	Edison Lobão	<b>ALAGOAS</b>	
PFL -	Roseana Sarney	PT -	Heloísa Helena
<b>PARÁ</b>		PMDB -	Renan Calheiros
PMDB -	Luiz Otávio	PSDB -	Teotônio Vilela Filho
PT -	Ana Júlia Carepa	<b>SERGIPE</b>	
PTB -	Duciomar Costa	PFL -	Renildo Santana
<b>PERNAMBUCO</b>		PDT -	Almeida Lima
PFL -	José Jorge	PSB -	Antonio Carlos Valadares
PFL -	Marco Maciel	<b>AMAZONAS</b>	
PSDB -	Sérgio Guerra	PMDB -	Gilberto Mestrinho
<b>SÃO PAULO</b>		PSDB -	Arthur Virgílio
PT -	Eduardo Suplicy	PDT -	Jefferson Peres
PT -	Aloizio Mercadante	<b>PARANÁ</b>	
PFL -	Romeu Tuma	PSDB -	Alvaro Dias
<b>MINAS GERAIS</b>		PT -	Flávio Arns
PL -	Aelton Freitas	PDT -	Osmar Dias
PSDB -	Eduardo Azeredo	<b>ACRE</b>	
PMDB -	Hélio Costa	PT -	Tião Viana
<b>GOIÁS</b>		PSB -	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB -	Íris de Araújo	PT -	Sibá Machado
PFL -	Demóstenes Torres	<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	
PSDB -	Lúcia Vânia	PMDB -	Juvêncio da Fonseca
<b>MATO GROSSO</b>		PT -	Delcídio Amaral
PSDB -	Antero Paes de Barros	PMDB -	Ramez Tebet
PFL -	Jonas Pinheiro	<b>DISTRITO FEDERAL</b>	
PT -	Serys Slhessarenko	PMDB -	Valmir Amaral
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		PT -	Eurípedes Camargo
PMDB -	Pedro Simon	PFL -	Paulo Octávio
PT -	Paulo Paim	<b>TOCANTINS</b>	
PTB -	Sérgio Zambiasi	PSDB -	Eduardo Siqueira Campos
<b>CEARÁ</b>		PFL -	João Ribeiro
PSDB -	Reginaldo Duarte	PFL -	Leomar Quintanilha
PPS -	Patrícia Saboya Gomes	<b>AMAPÁ</b>	
PSDB -	Tasso Jereissati	PMDB -	José Sarney
<b>PARAÍBA</b>		PSB -	João Capiberibe
PMDB -	Ney Suassuna	PMDB -	Papaléo Paes
PFL -	Efraim Morais	<b>RONDÔNIA</b>	
PMDB -	José Maranhão	PMDB -	Amir Lando
<b>ESPÍRITO SANTO</b>		PT -	Fátima Cleide
PPS -	João Batista Motta	PMDB -	Valdir Raupp
PMDB -	Gerson Camata	<b>RORAIMA</b>	
PL -	Magno Malta	PPS -	Mozarildo Cavalcanti
<b>PIAUI</b>		PDT -	Augusto Botelho
PMDB -	Alberto Silva	PMDB -	Romero Jucá

**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**  
**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b><u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u></b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Iris de Araújo
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Romero Jucá
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário n° 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
(29 titulares e 29 suplentes)

**Presidente: Senador Romero Jucá (PSDB-RR)**  
**Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes (PTB-AP)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
Papaléo Paes	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes	7. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Moraes
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Romero Jucá	1. Eduardo Azeredo
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. (vago) <sup>1</sup>
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

<sup>1</sup> O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.  
Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário n.º 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3114605 Fax: 3113652  
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br  
Atualizado em 28/04/2003

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)**  
**Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Papaléo Paes	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papeléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. José Jorge
Renildo Santana	5. Rodolpho Tourinho
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio Neto	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
Romero Jucá	3. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário n.º 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: gildete@senado.gov.br  
Atualizada em 13/05/2003

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)**  
**Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	7. (vago)
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário n° 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

Atualizada em 10/04/2003

**5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**  
**(17 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)**  
**Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ideli Salvatti	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Gilberto Mestrinho
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário n º 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113915 Fax: 3111060  
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.  
Atualizada em 28/04/2003

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)**

**Vice-Presidente: (aguardando eleição)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
<b>PMDB</b>	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. (vago)
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1. Lúcia Vânia
(vago) <sup>1</sup>	2. Romero Jucá
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

<sup>1</sup> O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos

Telefone 3113915 Fax: 3111060

E – Mail: [mariadul@senado.br](mailto:mariadul@senado.br) .

Atualizada em 26/03/2003

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)**  
**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário n ° 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)**

**Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Shessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. (vago)
<b>PFL</b>	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Romero Jucá
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

E – Mail: cantony@senado.gov.br.

Atualizada em 14/05/2003

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**  
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

**Presidente: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA** <sup>2</sup>

**Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES** <sup>2</sup>

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
<b>PFL</b> <sup>5</sup>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana <sup>4</sup>	SE	1306
<b>PT</b> <sup>1</sup>					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) <sup>8</sup>			3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
<b>PSDB</b> <sup>5</sup>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
<b>PDT</b>					
(Vago) <sup>7</sup>			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
<b>PTB</b> <sup>1</sup>					
(Vago) <sup>6</sup>			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
<b>PSB</b> <sup>1</sup> , <b>PL</b> <sup>1</sup> e <b>PPS</b>					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. Marcelo Crivella (PL)	RJ	5077
<b>Corregedor do Senado</b> (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 08.05.2003)

**Notas:**

<sup>1</sup> Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo**, constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>2</sup> Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

<sup>5</sup> Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria**, constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
sscop@senado.gov.br  
www.senado.gov.br/etica

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução nº 17, de 1993)**

**COMPOSIÇÃO <sup>1</sup>**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**

Telefones: 311-4561 e 311-4552

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação (a ser realizada)

**PROCURADORES**

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
PFL		
PT		
PSDB		
PDT/PTB/PSB/PL/PPS		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**  
Telefones: 311-4561 e 311-3265

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

**1ª Designação geral:** 03.12.2001

**2ª Designação geral:** 26.02.2003

**Presidente: Senadora Serys Slhessarenko<sup>4</sup>**  
**Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior<sup>4</sup>**

PMDB	UF	RAMAL
Senadora Íris de Araújo <sup>1</sup>	GO	3148
PFL <sup>6</sup>		
Senadora Roseana Sarney <sup>1</sup>	MA	3070
PT <sup>5</sup>		
Senadora Serys Slhessarenko <sup>1</sup>	MT	2291
PSDB <sup>6</sup>		
Senadora Lúcia Vânia <sup>1</sup>	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho <sup>3</sup>	RR	2041
PTB <sup>5</sup>		
Senador Papaléo Paes <sup>1-5</sup>	AP	3253
PSB <sup>5</sup>		
Senador Geraldo Mesquita Júnior <sup>2</sup>	AC	1078
PL <sup>5</sup>		
Senador Magno Malta <sup>1</sup>	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes <sup>1</sup>	CE	2301

**Atualizada em 7.5.2003**

**Notas:**

<sup>1</sup> Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

<sup>2</sup> Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

<sup>3</sup> Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

<sup>4</sup> Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>5</sup> Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>6</sup> Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>7</sup> Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
sscop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTEs</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em maio de 2003

**Nota:**

<sup>1</sup> Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

## CONGRESSO NACIONAL

### CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

### COMISSÕES DE TRABALHO

#### **01 - Comissão de Regionalização da Programação**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002)*

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

#### **02 - Comissão de Tecnologia Digital**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

#### **03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária**

*(constituída na Reunião de 02/09/2002)*

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

#### **04 - Comissão de TV a Cabo**

*(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

#### **05 - Comissão de Concentração na Mídia**

*(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)*

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

## **COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**

**Representação Brasileira**

### **COMPOSIÇÃO**

**16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)**

**Mesa Diretora eleita em 28.05.2003**

<b>Presidente: Deputado DR. ROSINHA</b>	<b>Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON</b>
<b>Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO</b>	<b>Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON</b>

<b>MEMBROS NATOS <sup>(1)</sup></b>	
<b>Senador EDUARDO SUPICY</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputada ZULAIÊ COBRA</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

### **SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) <sup>(2)</sup></b>	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. MARCELO CRIVELLA (PL/RJ)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
<b>PFL <sup>(3)</sup></b>	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
<b>PSDB <sup>(3)</sup></b>	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
<b>PDT</b>	
OSMAR DIAS (PDT/PR)	JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
<b>PPS <sup>(4)</sup></b>	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS/ES)

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

<sup>(2)</sup> O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

<sup>(3)</sup> Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

<sup>(4)</sup> vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

### **DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PT</b>	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
<b>PFL</b>	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
<b>PMDB</b>	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
<b>PSDB</b>	
FEU ROSA (PSDB/ES)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
<b>PPB</b>	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
<b>PTB</b>	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
<b>PL</b>	
WELINTON FAGUNDES (PL/MT)	1. NEUCIMAR FRAGA (PL/ES)
<b>PSB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. EDSON EZEQUIEL (PSB/RJ)
<b>PPS <sup>(1)</sup></b>	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

**Nota:**

<sup>(1)</sup> vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/24 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

[cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Senador EDUARDO SUPPLYC<sup>1</sup>**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> ( <i>aguardando definição</i> )
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) <sup>3</sup>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador EDUARDO SUPPLYC (PT <sup>2</sup> -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**Notas:**

<sup>1</sup> Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

<sup>2</sup> Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

<sup>3</sup> Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

## PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

## PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002  
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta n° 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas  
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários  
02000202902003-X -- Venda de Editais  
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança  
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel  
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)  
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900  
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



**EDIÇÃO DE HOJE: 274 PÁGINAS**